Revista Contraponto
RC

DOSSIÊ

DAS MARGENS AO CENTRO: A SOCIOLOGIA PELA PERSPECTIVA DE MULHERES

v.8, n.3
Janeiro 2022
issn: 2358-3541

REVISTA CONTRAPONTO

Revista discente semestral do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS.
ISSN 2358-3541

Porto Alegre – RS
UFRGS
2022

EXPEDIENTE

Volume 8, n. 3, jan, 2022
Porto Alegre, PPGS-UFRGS

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Reitor: Carlos André Bulhões Mendes
Vice-Reitora: Patrícia Helena Lucas Pranke

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Diretor: Hélio Ricardo do Couto Alves
Vice-Diretor: Alex Niche Teixeira

Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Coordenadora: Letícia Maria Schabbach
Coordenador-Substituto: Guilherme Francisco Waterloo Radomsky

Conselho Editorial

André Luis Pereira
Ângela Camana
Anselmo Chizenga
Camila Dellagnese Prates
Cíndia Brustolin
Felipe Vargas
Fernando de Gonçalves
Julio Souto Salom
Lizandro Lui
Marcelo Seráfico
Marcielle Vasconcellos
Matheus Mazzilli
Thays Wolfarth Mossi
Pâmela Marconatto Marques

Equipe Editorial

Editoria-Chefe
Daniela Damion

Editoria-Executiva
Aline Radaelli
Débora Fogliatto
Júlia Menin
Leonardo Van Leeuven
Nina Fola
Vitor Martins Ferreira

Dossiê:

Organização
Daniela Damion
Débora Fogliatto
Gabriela Scapini
Luciana Garcia De Mello
Nina Fola
Vanessa Marx

Editoração
Vitor Martins Ferreira
Osmar Belusso

Revisão
Daniela Damion
Débora Fogliatto
Gabriela Scapini
Júlia de Campos Lucena
Leonardo Van Leeuven
Lis Yana de Lima Martinez
Osmar Belusso
Rodrigo Campos Dilelio

Projeto Gráfico
Carolina Fernandes

SUMÁRIO

Editorial

Apresentação.....5
Daniela Damion, Débora Fogliatto, Gabriela Scapini e Nina Fola

Ensaio

A outra margem: quando o feminismo encontra a Teoria Social.....12
Cynthia Hamlin, Raquel Weiss

Artigos

Contribuição de mulheres na teoria social

Lélia Gonzalez e o feminismo decolonial como lente de análise.....27
Tamires Costa

A sociologia de Silvia Rivera Cusicanqui: aproximações ch'ixi sobre o cuidado.....42
Amanda Kovalczuk

A perspectiva infraestrutural na análise do trabalho por plataformas: a contribuição de José Van Dijck..... 63
Henrique Chevrand Weiss

Uma releitura feminista de Walter Mignolo: por uma desobediência teórica-prática.....79
Alina Pacheco Gôvea e Ana Luiza Almeida Passos

Sexualidades dissidentes e os embates pelos direitos sexuais e reprodutivos

A escuta de vozes e ecos das mulheres portadoras de endometriose: sobre a falta de políticas públicas no Brasil..94
Manoella Treis

Mecanismos ideológicos de manutenção da heterossexualidade na hierarquia social.....115
Ana Elisa Volpato Ortolano e Suellen Kochinski Borges de Oliveira

Foram dois, "voltamos em cinco": família e reprodução assistida em Marechal Cândido Rondon.....133
Samuelli Heidemann

O trabalho docente na prisão em contexto de crimes contra os costumes: as pedagogias da sexualidade em prisões masculinas.....156
Beatriz Alves

Mulheres como categoria plural: violências, tensionamentos e recomposições na vida social

A posição desvantajosa de mulheres negras na divisão sexual do trabalho e nos cuidados domésticos no âmbito familiar.....173
Suzane Carvalho Domingos

Maria do Rosário e Fernanda Melchionna: o discurso jornalístico de deputadas brasileiras e os acionamentos de violência de gênero na pandemia.....191
Letícia Rossa e Francielle Esmitiz

Pesquisa, pandemia e poesia: um território costurado com/por vozes de mulheres e fronteira de verbos.....213
Renata Castro Gusmão

Mulheres que ao desviar das categorias fixas ensinam a re-pensar gênero e a re-compor um projeto civilizatório...236
Patrícia Gonçalves Pereira

Resenha

Ampliando o Cânone: as mulheres e a gênese da sociologia no século XIX.....260
Laura Gomes Barbosa

DAS MARGENS AO CENTRO: A SOCIOLOGIA PELA PERSPECTIVA DAS MULHERES

Ao longo das décadas, a produção intelectual e acadêmica de mulheres foi negligenciada, invisibilizada e, por vezes, impossibilitada devido a outros papéis que lhes eram socialmente atribuídos. No Brasil, as mulheres negras historicamente são a população menos escolarizada, e as mulheres em geral que tinham a oportunidade de estudar eram vistas como tendo menos a contribuir do que os homens. Na Sociologia não foi diferente. Mas mesmo com muitos obstáculos, diversas mulheres se destacaram e seguem se destacando nas mais diversas áreas deste campo, quebrando barreiras e estabelecendo novos paradigmas.

Atualmente, não se estuda mais Ciências Sociais sem mulheres. Não podemos mais pensar num fazer sociológico que não inclua nomes como Simone de Beauvoir, Patricia Hill Collins, Judith Butler, Angela Davis, bell hooks, Heleieth Saffioti, Lélia Gonzalez, entre tantas outras autoras brasileiras e internacionais. Ao mesmo tempo, os estudos sobre mulheres e sobre questões relacionadas a gênero, sexualidades e parentalidades também têm se tornado importantes campos de contribuição sociológica.

Neste dossiê, que faz alusão ao título de um livro de bell hooks, "Da Margem ao Centro”, homenageamos esta grande pensadora que nos deixou no final de 2021, a qual contribuiu de forma enorme não apenas para o feminismo e para o feminismo negro, mas para a Sociologia como um todo. É este o espírito que rege os textos aqui presentes, o de trazer para o centro os estudos feministas, de gênero, de sexualidades, textos sobre mulheres, com bibliografias majoritariamente baseadas em mulheres.

Esta edição abre-se com as reflexões afiadas e potentes das professoras Raquel Weiss (UFRGS) e Cynthia Hamlin (UFPE), que aceitaram nosso convite para tecer algumas considerações a respeito da temática que propusemos para este dossiê e nos presenteiam com o ensaio *A Outra Margem: quando o Feminismo encontra a Teoria Social*. Ao que se segue, apresentamos os doze artigos e resenha selecionados para compor esta publicação, conforme a ordem em que se apresentam a seguir.

Contribuição de mulheres na teoria social

Temos nesse número o alcance da contribuição do pensamento de mulheres para a teoria social e portanto, não poderia deixar escapar a contribuição que Lélia Gonzalez deu e está cada vez mais dando para a produção de conteúdos feministas e decoloniais, principalmente. No artigo intitulado *Lélia Gonzalez e o feminismo decolonial como lente de análise*, Thamires Lima nos faz ver, através de suas lentes a produção teórica desta autora e como essa produção foi invisibilizada, durante mais de duas décadas, pelo racismo epistêmico e acadêmico. O status de pensadora do Brasil é dado pela autora para a intelectual, fazendo um link irreversível para o futuro das Ciências Sociais brasileiras.

O artigo *A sociologia de Silvia Rivera Cusicanqui: aproximações ch'ixi sobre o cuidado*, escrito por Amanda Kovalczuk de Oliveira Garcia, auxilia a área da sociologia e dialoga diretamente com a proposta deste dossiê, exemplificando a potência do pensamento de mulheres que estão à margem da academia. A autora busca refletir sobre a potência contida na epistemologia ch'ixi, da socióloga boliviana Silvia R. Cusicanqui, aos debates sobre o cuidado, em três casos práticos ainda pouco explorados pela literatura. Estes são marcados por experiências coletivas e autogestionadas de grupos sociais. O artigo destaca a relevância analítica desta epistemologia, que não se resume aos debates clássicos de feministas, formulados no contexto do ocidente, e ancorados nas relações de trabalho e na provisão familiar e estatal, assim como no pensamento dicotômico de público e privado do paradigma liberal. Aqui, entende-se a descolonização da identidade mestiça e as ações de micropolítica das experiências comunitárias e coletivas, que se mostram importantes

nas ações de grupos. Com isso, a revisão bibliográfica e o esforço da autora se traduzem em uma contribuição para quem se interesse pelos debates do cuidado, inspirando futuras pesquisas que utilizam a epistemologia ch'ixi como lente analítica, assim como para aprofundar o pensamento de Silvia Cusicanqui.

Com o objetivo de discutir a questão da plataformização do trabalho e da sociedade, o artigo *A perspectiva infraestrutural na análise do trabalho por plataformas: a contribuição de José Van Dijck* coloca em evidência o trabalho desenvolvido nas últimas décadas pela autora holandesa José Van Dijck. Neste trabalho, o autor Henrique Chevrand Weiss propõe analisar a plataformização enquanto fenômeno infraestrutural, tornando as plataformas imprescindíveis para a manutenção de uma série de relações intersubjetivas cotidianas, garantindo poder a um oligopólio tecnológico cada vez mais presente e dominante socialmente.

No ensaio *Uma releitura feminista de Walter Mignolo: por uma desobediência teórica-prática,* as autoras Aline Pacheco Govêa e Ana Luiz Almeida Passos demonstram, através de uma potente argumentação feminista, a limitação da abordagem teórico e conceitual de Walter Mignolo. Este autor é considerado, pela academia, uma referência ao debate decolonial latino-americano. Para construir a argumentação, as autoras se sustentam nas teorias de autoras feministas que contribuem à teoria social, pois as experiências vividas, por meio de suas *corpas*, possibilitam que elas percebam aspectos da realidade social e formulem suas teorias para além do campo das ideias, incidindo em uma ação prática concreta transformadora, ou seja, em uma desobediência teórico prática. Enquanto a formulação teórica de Mignolo se limita ao campo das ideias e sem a ação prática, não questionando os seus próprios privilégios sociais de homem branco. Portanto, este ensaio se mostra importante para quem deseja conhecer ou aprofundar seus conhecimentos nos estudos decoloniais e as críticas feministas a este.

Sexualidades Dissidentes e os embates pelos direitos sexuais e reprodutivos

No artigo *A escuta de vozes e ecos das mulheres portadoras de endometriose: sobre a falta de políticas públicas no Brasil,* a autora Manoella Treis apresenta uma importante análise sobre a situação de mulheres que enfrentam a patologia da

endometriose, que afeta mais de 7 milhões de brasileira e causa a elas inúmeras dificuldades no seu dia a dia, tendo que conviver, para além da dor e dos efeitos perversos ocasionados pela doença, com a ausência de políticas públicas. Esta ausência se relaciona, conforme os dados da autora nos fazem refletir, com a falta de conscientização e reconhecimento desta doença no país, onde profissionais da saúde não conferem a devida atenção a estes casos. Esta dificuldade se relaciona de maneira direta com o próprio sexismo enfrentado pelas mulheres na vida cotidiana, atravessando as inúmeras esferas de sua existência e corporalidades. Diante deste cenário de ausências, as mulheres formam grupos organizados, movimentos e associações para lutar por conscientização, reconhecimento e políticas públicas que melhorem a qualidade de vida de mulheres portadoras de endometriose. O artigo traz um importante panorama sobre a situação das mulheres, que perpassa as vivências de opressão e as lutas políticas pela emancipação social, com o papel crítico exercido por mulheres à ciência dita como neutra e na âmbito da formulação de políticas públicas. Se constitui, também, como um potente espaço para as mulheres falarem sobre suas vivências.

As sexualidades consideradas desviantes da norma vigente também são tema de extrema relevância dentro dos estudos de gênero. No dossiê, contamos com o artigo *Mecanismos ideológicos de manutenção da heterossexualidade na hierarquia social*, em que as autoras Elisa Volpato e Sullen Kochinski exploram a instituição da heterossexualidade a partir dos conceitos de fato social e dualismo hierárquico. Em uma revisão bibliográfica, elas investigam também como as práticas discriminatórias que mantém a heterossexualidade em posição de poder social, constatando que as ideologias cissexista, alossexista, heterossexista e monossexista fazem com que, considerando a existência da hierarquia social dicotômica, a sociedade legitime determinados sujeitos e discrimina outros exclusivamente em decorrência de identidades dissidentes.

Em "*Foram Dois, Voltamos em Cinco": Família e Reprodução Assistida em Marechal Rondon/PR*, a autora Samuelli Cristine Fernandes Heidemann apresenta alguns dos resultados de sua dissertação de mestrado, em que entrevistou pessoas que realizaram procedimentos de reprodução tecnológica, como inseminação artificial e fertilização *in vitro*. A partir de diversas autoras, ela reflete acerca da estrutura tradicional da família que determina a importância de se ter filhos e de que estes sejam

biológicos. O argumento apresentado é que, para as interlocutoras e suas famílias, a reprodução assistida "corrige" a infertilidade e seus efeitos estigmatizantes e, sobretudo, conduz à realização do projeto parental biogenético, reforçando o núcleo familiar composto por pai, mãe e filho biológico.

A partir das contribuições teóricas desenvolvidas por Guacira Lopes Louro, Angelina Peralva e Michel Foucault, no artigo *O trabalho docente na prisão em contexto de crimes contra os costumes: as pedagogias da sexualidade em prisões masculinas* Beatriz Alvez Vasconcelos traz a reflexão sobre como professoras constroem estratégias pedagógicas de educação sexual nas escolas localizadas em prisões masculinas. A análise se dá a partir de uma visita realizada em 2019 a uma penitenciária masculina localizada na cidade de São Paulo.

Mulheres como categoria plural: violências, tensionamentos e recomposições na vida social

Os feminismos negros tem ampliado a cada dia seus espaços na teoria crítica social, não somente feminista, mas abrangendo todas as disciplinas das ciências sociais e humanas. A experiência de desigualdade vivida por mulheres negras tem sido um fértil campo empírico para o desenvolvimento de tais teorias. Assim se faz no artigo de Suzane Carvalho Domingos *A posição desvantajosa das mulheres negras na divisão sexual do trabalho e nos cuidados* que, para além de contribuir na crítica social, amplia-se colocando a vivência subalterna das mulheres negras numa categoria plural, onde as violências, os tensionamentos e as necessidades constantes de recomposições na vida social se tornam epistemologias, como bem nos ensina Patrícia Hill Collins. O texto é parte de uma pesquisa em tempo pandêmico, momento que mais fragiliza a situação das mulheres, principalmente as trabalhadoras e mães. Assim, no exemplo da experiência, o texto ajuda a aguçar o senso crítico para a produção de políticas públicas que efetivamente diminuam essas desigualdades.

As autoras Francielle Esmitiz e Letícia Rossa analisam os discursos jornalísticos das deputadas Fernanda Melchionna (PSOL) e Maria do Rosário (PT) em seu artigo *Maria do Rosário e Fernanda Melchionna: o discurso jornalístico de deputadas brasileiras e os acionamentos de violência de gênero na pandemia*. A partir de uma metodologia inspirada na Análise de Conteúdo e na Análise do Discurso francesa, as autoras

analisam postagens nas redes sociais das duas parlamentares e constatam que seus discursos e práticas estão alinhados com as propostas de trabalho e atuação política a que se dedicam. Ou seja, ao mesmo tempo em que postam e compartilham nas redes sociais textos contra a violência contra a mulher, elas também mobilizam essas pautas no seu dia a dia na política nacional.

Uma conversa entre o *slam* e a universidade é o que propõe o artigo *Pesquisa, pandemia e poesia: um território costurado com/por vozes de mulheres e fronteiras de verbos*. Analisando a partir do impacto da pandemia nestes espaços outrora cheios de presença e palavra, o trabalho de Renata Castro Gusmão e Maria Elly Herz Genro apresenta os caminhos metodológicos de uma etnografia realizada com *slammers* de diferentes partes do Brasil que participaram da 8ª e 9ª edição do *Slam* da Festa Literária das Periferiais (FLUP) e compartilharam suas poesias nos *podcasts* Minas Pretas (2020) e Pimenta no Cúir (2021). Com um campo que também é referencial teórico, neste artigo a autora enfoca a poesia de mulheres negras , que utilizam a palavra em arte para questionar as estruturas patriarcais e coloniais que sustentam o capitalismo.

Patrícia Gonçalves Pereira conheceu de maneira profunda as moradoras do Quilombo dos Machado, em Porto Alegre, para realizar sua dissertação de mestrado, na qual teve origem o artigo *Mulheres que ao desviar das categorias fixas ensinam a re-pensar gênero e a re-compor um projeto civilizatório desde o chão dos territórios*. A partir dos ensinamentos de autoras como Lélia Gonzalez, Patrícia costura um relato sobre as mulheres que habitam o quilombo e suas dificuldades, lutas e características. Em uma proposta decolonial, o artigo descreve as formas de resistências que as interlocutoras elaboram no seu dia a dia, “elaborando a vida a partir das questões urgentes”, como coloca a autora, em sua luta por questões concretas e simbólicas que afetam a elas e sua comunidade.

Por fim, encerrando esta edição especial, Laura Gomes Barbosa apresenta resenha do livro *Clássicas do pensamento social: mulheres e feminismos no século XIX*, lançado no ano de 2021 pela editora Rosa dos Tempos, sob organização de Verônica Toste Daflon (UFF) e Bila Sorj (UFRJ). A obra é composta por trechos selecionados de obras de autoras do pensamento social do século XIX, algumas delas nunca antes

traduzidas para o português, contribuindo enormemente para o resgate da contribuição fundamental de mulheres para este campo do conhecimento.

Revista Contraponto **v. 8, n. 3 (dez/2021)**
ISSN: 2358-3541

A Outra Margem: quando o Feminismo encontra a Teoria Social

Cynthia Hamlin[1]
Raquel Weiss[2]

Tomar o próprio campo de conhecimento como objeto de reflexão é sempre disruptivo, não há modo de fazê-lo sem que as bases a partir das quais se organiza o processo de pesquisa sejam passadas em revista, colocando-nos diante de um dos maiores desafios às ciências sociais contemporâneas: como examinar criticamente os pilares que sustentam as ciências sociais - em particular a sociologia - sem que sua arquitetura desmorone por completo? Olhar para o movimento que ruma das margens ao centro não é um dado. A formulação do tema proposto neste dossiê supõe um acúmulo de lutas políticas - dentro e fora das ciências sociais -, de pesquisas empíricas e de um trabalho epistemológico de longo prazo.

São muitas as possibilidades de pensar a relação entre margem e centro, a depender do ponto em que se situa. Neste breve ensaio, aceitamos enfrentar essa questão, pensando-a desde o lugar no qual tecemos nossa trajetória acadêmica, qual seja, o campo da teoria social, atravessado pelos tensionamentos trazidos pelo feminismo em suas múltiplas vertentes. Partimos de duas premissas que permitirão elucidar, em alguma medida, o que acontece com o centro quando um Outro vem ocupar o lugar do que ali havia ou, ao menos, reivindica coexistência. A primeira dessas premissas é a de que a teoria social ocupa um lugar nuclear na sociologia, formulando grandes questões cujo impacto ressoa em muitas de suas sub-áreas, portanto, trata-se de um bom lugar para fazer um exame de seus fundamentos. A segunda premissa é a de que, historicamente, o feminismo tem se mantido como um Outro da teoria social, um Outro tomado nos sentidos formulados por Simone de

[1] Professora titular do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
[2] Professora associada do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Beauvoir: o daquele que está como avesso do universal e que, por isso, é marcado por suas peculiaridades, por seus limites, por sua marginalidade.

Após um exame das implicações gerais dessa relação, traremos a provocação de um deslocamento semântico com pretensões de uma proposta de reconstrução da teoria social, qual seja, tomar esse “Outro” não mais como resto, como simples não lugar, mas como um ponto de referência, um horizonte, como uma margem a partir da qual a própria universalidade revela seus limites e possibilidades. De forma mais geral, trata-se de, ao enfatizar a dimensão produtiva da alteridade e da marginalidade, pensar a diferença que a teoria femininista pode fazer para a teoria social e para a prática sociológica em seus múltiplos registros.

***

Embora o sentido geral da teoria social e de sua relação com a teoria sociológica admita múltiplas caracterizações, seguimos aqui tradição anglo-saxã, no âmbito da qual a teoria social é caracterizada como um empreendimento interdisciplinar que, além de interessar a todas as ciências sociais, aparece como elemento de mediação entre a filosofia e as teorias mais empiricamente informadas daquelas ciências - a teoria sociológica, antropológica, política, econômica e, mais recentemente, os chamados "estudos". Não se trata, portanto, de um mero conjunto de proposições explanatórias altamente gerais, mas de um elemento de ligação entre o empírico e o supraempírico, entre a teoria (disciplinar) e a metateoria: questões de ordem ontológica, relativas à existência e à natureza e das entidades sociais; questões de ordem epistemológica e metodológica, relativas ao tipo de conhecimento possível nas ciências sociais; questões normativas que envolvem os pressupostos e implicações morais e políticas da teoria social ou, em termos mais convencionais, sua dimensão crítica.

O que denominamos aqui de teoria feminista, por sua vez, consiste em um conjunto relativamente heterogêneo de esquemas conceituais, inicialmente orientados para dar conta do que poderíamos caracterizar como “a condição da mulher” e, mais contemporaneamente , de temas como a constituição, as representações e as relações de gênero. Esses temas foram tratados de forma transversal pelas mais diversas disciplinas, de modo que é possível falar de filosofia feminista, antropologia feminista, sociologia feminista etc. Com o surgimento dos chamados estudos feministas e de gênero, a teoria feminista vem desempenhando um papel de mediação entre a filosofia e as ciências empíricas muito semelhante ao

da teoria social, ainda que seu foco recaia em questões concernentes à forma como as relações de gênero são constituídas e representadas em contextos sociais concretos. Neste sentido, embora seja particularmente útil para pensar a sociedade e as relações sociais a partir de sua dimensão gendrada, sua natureza essencialmente crítica ou reflexiva implica o questionamento dos pressupostos ontológicos, epistemológicos, metodológicos e normativos que informam nossas concepções de conhecimento, de ser humano, de igualdade, de justiça, de liberdade, de sujeito, de agência, de poder e uma série de outras questões caras à teoria social.

Pode-se pensar aqui, por exemplo, nos desdobramentos que os trabalhos em psicologia do desenvolvimento de Carol Gilligan (1982) tiveram para as concepções de justiça e de self que informam a dimensão metateórica da teoria social como um todo. Sua obra tem inspirado uma série de reflexões importantes em torno de uma "ética do cuidado" que remete a questões como a relação entre público e privado, democracia, cidadania, (des)igualdade e (inter)dependência, a exemplo dos trabalhos de Joan Tronto (2013) ou de Eva Kittay (1999). Se a nossa concepção da relação entre natureza e cultura foi profundamente afetada por pesquisas antropológicas clássicas, como as desenvolvidas por Margaret Mead (1949), o mesmo pode ser dito das pesquisas de Anne-Fausto Sterling (2000) na biologia, que impactaram profundamente o que poderíamos chamar de uma ontologia do sexo e da relação entre o biológico e o social. O trabalho de Carrie Hull, na interface entre sociologia e filosofia, informa discussões metateóricas acerca da relação entre desconstrução e reconstrução, ou entre o pós-estruturalismo e a teoria crítica. Na sociologia do conhecimento e na epistemologia da ciência, Dorothy Smith (1989), Donna Haraway (2009) e Sandra Harding (1991) ilustram o desenvolvimento de uma das principais vertentes da epistemologia feminista, questionando noções filosóficas clássicas como objetividade, neutralidade, dentre outras que informam a teoria social. Desde suas origens, o feminismo negro revela uma grande sensibilidade para a necessidade da articulação teórica de dimensões como gênero, classe e raça, desembocando no conceito de interseccionalidade desenvolvido na academia por Kimberlé Crenshaw (1989). Numa perspectiva decolonial, Maria Lugones (2008) complexifica essas relações ao introduzir um outro eixo de análise: a colonialidade do poder. O feminismo marxista, ao atuar no próprio cerne da teoria sociológica em trabalhos como o de Heleith Saffioti (2013), trouxe elementos importantes para se pensar a relação entre capitalismo e patriarcalismo. Como esses exemplos pensados relativamente ao

acaso demonstram, embora o trabalho dessas autoras possa partir de uma preocupação inicial com as relações e/ou representações de sexo e/ou gênero, suas implicações vão muito além dessas questões e têm um impacto direto em muitos dos problemas que interessam à teoria social de modo mais geral. A alteridade tem, afinal de contas, muitas faces e o gênero é apenas uma delas.

Ao desconsiderar as contribuições da teoria feminista em seus diferentes níveis, a teoria social a percebe efetivamente como seu Outro, no sentido atribuído por Simone de Beauvoir quando de sua reflexão sobre as relações entre o masculino e o feminino: enquanto a teoria social é percebida como o universal, o geral, o não específico, a teoria feminista e de gênero aparece como o particular, o específico, o peculiar. Neste sentido específico, podemos dizer que se trata, em alguma medida, do outro como exceção, como resto.

Susan Bordo ilustra esta tendência a partir de uma avaliação, por parte de Edward Said, das contribuições de novas tendências nas humanidades, incluindo as de teóricas feministas. O contraste estabelecido por Said é marcante, ainda que possivelmente não intencional: “por causa de Barthes, Derrida e seus colegas, nós ‘conhecemos mais’ sobre cultura e sobre textos; ‘graças às feministas’, nós não podemos ‘evitar’ ou ‘ignorar’ o gênero” (Bordo, 1999, n.p).

Problema semelhante ocorre em publicação recente de William Outhwaite, Teoria Social: um guia para entender a sociedade contemporânea (2017), um livro que, sob outros aspectos, consiste em uma excelente introdução à teoria social. Nesta obra, Outhwaite incorpora à teoria social as contribuições de diversas outras áreas do conhecimento, como é o caso dos estudos culturais, pós-coloniais, raciais e étnicos, de gênero e, de maneira mais ampla, “o pensamento social gerado por movimentos sociais e outros fora da academia” (Ibid: 130). De fato, o último capítulo do livro é dedicado à incorporação daquilo que ele próprio define como temas bastante negligenciados na teoria social: gênero, relações internacionais e guerra, colonialismo e crise ambiental. Contudo, no capítulo dedicado a esses temas, não há uma única menção à teoria feminista e de gênero, nem mesmo quando se refere às contribuições de Raewyn Connell ou de Judith Butler. Se, à primeira vista, isso poderia ser considerado sinal da incorporação dessas autoras ao cânone da teoria social, tal hipótese poderia ser questionada à medida que as contribuições de Connell aparecem sob a égide dos estudos pós-coloniais, enquanto as de Butler ilustrariam o fato de que, embora teóricos como ela, Habermas e Zizek gozem do status de celebridade na

esfera pública e nos meios editoriais, a teoria tem experimentado certo desprestígio no meio acadêmico.

Apesar da boa vontade de autores como Said ou Outhwaite, suas considerações acabam por reforçar a localização da teoria feminista naquela região que Beauvoir chamou de "Outro". A importância das contribuições daqueles que são marcados dessa forma podem até ser consideradas, como ilustram Said e Outhwaite, mas, devido à sua invisibilidade relativa, sempre ocuparão seu lugar especial, particular e periférico. O que está em questão aqui é o não reconhecimento, e a consequente não incorporação, da produção da área para o estoque de conhecimento da teoria social em seu sentido amplo.

Isabelle Stengers e Vencienne Dupret formulam esse diagnóstico apontando a relação entre a existência de um gênero marcado e o processo de invibilização nos seguintes termos:

> Há um gênero 'não marcado', apresentado como normal e em agudo contraste com outro, definido como o 'gênero marcado'. A diferença entre o marcado e o não marcado é encontrada toda vez que uma categoria é invisível; aquilo por ela designado torna-se sinônimo de um padrão que permite a caracterização daquilo que 'marca' aqueles homens e mulheres que fogem da norma. Portanto, a categoria 'homem' é considerada um universal, e fato de que ela designa apenas 45% da humanidade é tornada invisível. Mas um padrão pode esconder outro. (Stengers, Dupret et al. 2014: 34).

Ainda segunda as autoras, desvelar tais processos é, justamente, uma das principais incidências da teoria feminista sobre a praxis científica:

> Se há um tipo de categoria não-marcada, esta é a das práticas acadêmicas, em particular da prática científica. Antes de tais práticas se tornarem objeto de atenção crítica por parte das feministas, a ciência era considerada obra de 'humanos', que por longo tempo foi realizada exclusivamente por homens, mas apenas em virtude de contingências sócio-históricas. Havia o entendimento de que a ciência não mudaria se as mulheres ocupassem seu lugar de direito nesse esforço coletivo. Em outras palavras, as mulheres seriam bem-vindas na ciência sob a condição de que não fossem percebidas como mulheres, que se apresentassem como cientistas 'não-marcadas' como todas as demais. (Ibid.:34).

Embora a compreensão desses processos de marginalização exija investigação empírica, gostaríamos de propor neste ensaio algumas questões preliminares para reflexão a partir de uma vertente da epistemologia social que diz respeito aos estudos sobre injustiça epistêmica, partindo de algumas tendências gerais. Num padrão semelhante ao que vem sendo identificado por autoras como Yara Frateschi, Carolina Araújo e Monique Hulshof na filosofia, a teoria social é a sub-área das ciências sociais que mais se assemelha à divisão de gênero nas ciências da natureza. Diferentemente da filosofia, em que a menor presença de mulheres se faz sentir desde os cursos de graduação, no caso das ciências sociais, onde há uma presença bastante equilibrada entre os sexos, a divisão parece ocorrer à medida em que se dá a especialização por sub-áreas. Vejamos, então, como o instrumental teórico da epistemologia social e dos estudos sobre injustiça epistêmica poderiam dar conta de algumas dessas tendências.

Compreendidos como uma sub-área da epistemologia social, que considera o papel das instituições e das interações na produção e distribuição de conhecimento, os estudos sobre injustiça epistêmica se interessam por formas de tratamento desiguais em questões ligadas a "conhecimento, compreensão e participação em práticas comunicativas": "Quem tem voz e quem não tem? Essas vozes interagem igualmente em termos de agência e poder? Quem está sendo compreendido e quem não está (e a que custo)? Em quem se acredita? Quem está sendo reconhecido e com quem se dialoga?" (Kidd, Medina, Pohlhaus, 2017: 1). Embora esse tipo de questionamento não se restrinja ao campo acadêmico, é nele que nos concentramos aqui.

O termo injustiça epistêmica, introduzido na epistemologia social por Miranda Fricker em 2007, tem sido usado para dar conta de dois tipos principais de desigualdades: as desigualdades epistêmicas distributivas, relativas ao acesso a bens epistêmicos por meio da educação, informação especializada e outros tipos de recursos, e as desigualdades epistêmicas discriminatórias, relativas ao rebaixamento e/ou inferiorização de determinados atores em relação a seu status enquanto sujeitos de conhecimento (Fricker, 2017). As desigualdades epistêmicas discriminatórias podem ainda ser desdobradas em diretas (injustiça testemunhal) ou indiretas (injustiça hermenêutica). Embora analiticamente distintas, Fricker reconhece que, quando a discriminação é a causa do problema, não é possível separar questões de distribuição de questões de discriminação.

No que diz respeito às injustiças distributivas, é possível identificar padrões que sugerem que este fator pode estar em jogo quando se trata da não incorporação da produção teórica feminista na teoria social. A menor presença de mulheres em mesas redondas e grupos de trabalhos relativos à teoria social nos grandes eventos da área ainda é marcante, inclusive no que diz respeito aos trabalhos de coordenação. A título de exemplo, o GT de Teoria Social da Anpocs só teve três mulheres na coordenação em seus quase 25 anos de existência. O antigo GT de Teoria Sociológica da SBS apresentava um padrão semelhante. Tais padrões não podem ser exclusivamente atribuídos à falta de acesso feminino a esses fóruns de discussão, mas mesmo se considerarmos que a menor presença feminina nesses espaços é em parte autodeterminada (menos mulheres inscrevem seus trabalhos aí), as chamadas desigualdades epistêmicas discriminatórias podem ajudar a explicar esses processos de autoexclusão.

Um de seus elementos pode estar ligado à baixa presença de mulheres, em geral, e mulheres feministas, em particular, nas bibliografias dos cursos de teoria social de graduação e pós-graduação. Um ponto importante a ser ressaltado vincula-se à própria formação do cânone da teoria social, reforçada pela falta de acesso à produção de mulheres, engendrando um ciclo vicioso que reproduz o padrão. Basta pensar, por exemplo, na imensa dificuldade de se trazer textos de autoras para repensar o cânone, pelo mero fato de que historicamente suas obras não foram republicadas e, menos ainda, no caso de autoras estrangeiras, traduzidas para o português. Para além da questão mais geral sobre a presença de mulheres no campo da teoria social - em particular da "teoria geral" ou da "grande teoria", o debate sobre as pioneiras da sociologia, é de enorme importância. No Brasil, esse cenário vem sendo alterado nos últimos anos com o trabalho protagonizado por pesquisadoras de diferentes instituições, que têm se engajado na tradução, publicação e reedição de autoras esquecidas ou marginalizadas, e oferecido cursos e minicursos na academia e fora dela.[3]. Será preciso ainda algum tempo para que possamos colher mais extensamente os efeitos desse trabalho, mas já se trata de uma alteração significativa

[3] Sem a pretensão de sermos exaustivas, trabalhos recentes neste sentido incluem a coletânea organizada e comentada de Verônica Toste Daflon e Bila Sorj (2021); os seminários e mini-cursos sobre as clássicas nos congressos da Anpocs e da SBS; a tradução recente de Martineau por Fernanda Alcântara (Martineau, 2021); a tese de doutorado de Giulle Vieira da Mata sobre Marianne Weber (Vieira daMata, 2017); além de nossos próprios esforços de divulgação do trabalho de pioneiras esquecidas como Viola Klein (Hamlin, 2020) e no sentido de incluir teóricas feministas em nossos cursos de teoria social clássica e contemporânea na graduação e na pós-graduação.

na paisagem intelectual que, no mínimo, oferece subsídios suficientes para que não se possa negar a presença robusta de mulheres no momento fundacional da disciplina.

Certamente, reconhecer a existência dessas figuras pioneiras não equivale a conceder-lhes o estatuto de clássicas. Enquanto a categoria de “pioneiras” apresenta-se como fato histórico passível de demonstração, torná-las “clássicas” demanda um trabalho de elaboração, de construção, que, não obstante, supõe o primeiro. O trabalho de resgate das pioneiras possui, em primeiro lugar, implicações ético-politicas, ao demonstrar o caráter enviesado do processo sócio-histórico de narrar a disciplina e de construir o cânone: quando se conta uma versão da história em que só havia homens “pensando" e "escrevendo" a questão de quem poderia disputar um lugar no panteão canônico já estava dada de partida.

Lygia Sigaud em "Doxa e Crença entre os antropólogos" elucidou muito bem os processos mediante os quais uma interpretação se torna hegemônica a ponto de se constituir enquanto doxa, naturalizada de tal modo que sequer parece fazer sentido qualquer indagação sobre os pressupostos em questão, algo particularmente eivado de consequências quando se trata da formação do cânone. Tal processo importa na medida em que a configuração do cânone opera definindo potencialidades e recortando certo número de temas e dimensões analíticas como legítimas, o que acaba por delimitar o que conta como domínio do social.

Adentrando um pouco mais no argumento de Fricker, as desigualdades epistêmicas discriminatórias são tipificadas em dois tipos básicos que dizem respeito a discriminações diretas e indiretas e que recebem o nome de injustiça testemunhal e injustiça hermenêutica, respectivamente. Ambos os tipos têm em comum o fato de que operam no nível não intencional (caso contrário, constituem discriminação pura e simples). Assim, a injustiça testemunhal é um tipo de discriminação direta que tende a ocorrer sempre que estereótipos negativos nos levam a perceber o membro de um grupo particular como inferior a alguém de outro grupo. O nível de credibilidade atribuído ao seu testemunho emerge de forma não intencional ou não deliberada, pois o preconceito opera abaixo do nível das crenças. Além disso, a injustiça testemunhal pode ocorrer em situações nas quais o que está em jogo não é apenas o testemunho de alguém, mas também atos de fala que se caracterizam por um déficit (extremamente variável) de credibilidade baseado em preconceitos não examinados. Nos termos de Patricia Hill Collins (2017: 119), ao se referir às injustiças epistêmicas

sofridas por mulheres negras, “em um contexto de igualdade jurídica, desacreditar mulheres negras e outras pessoas igualmente subordinadas ocorre cada vez menos por confronto direto e cada vez mais pela via da corrosão de sua autoridade epistêmica ao se atacar indiretamente sua credibilidade”. Esse tipo de corrosão de autoridade se apresenta em graus variáveis, como nos relatos abaixo. O primeiro deles foi retirado do Banco de Dados sobre Invisibilização do Pensamento Científico das Mulheres[4] compilado por Natalie Heinich.

De acordo com a autora, o banco se interessa pelo “reconhecimento estritamente intelectual do trabalho conceitual das mulheres, visando a forma especificamente acadêmica do teto de vidro, que proíbe implicitamente uma mulher de reivindicar um certo nível de ambição teórica”. Os relatos compilados são divididos em 12 categorias e nem todas se encaixam na definição de injustiça epistêmica adotada aqui. São elas : ausência de citação; lacunas nas bibliografias; minimização da influência; negação de anterioridade da ideia; negação de originalidade; condescendência; roubo, apropriação e plágio; apagamento deliberado; negação de invisibilização; sexismo entre mulheres; acusação de pretensiosismo; atraso no reconhecimento. O relato a seguir diz respeito a uma forma de injustiça testemunhal relativamente sutil e bastante familiar à maioria de nós: “Alguns colegas só falam de colegas do sexo feminino em termos de "ela é simpática", raramente "ela trabalha muito", mas nunca em termos da sua competência ou sobre o conteúdo de sua pesquisa”.

Outras vezes, a sutileza é deixada de lado e a corrosão de autoridade se dá de forma extremamente violenta, como no relato de Rafaela Albergaria, registrado por Andrea Moraes e Patrícia Silveira de Farias (2019: 213):

> No curso de direito da UFRJ [...] até pouco tempo [atrás] os caras cantavam uma musiquinha dirigida à Faculdade de Direito da UERJ, que foi a primeira universidade com cotas, que era assim: “Mulata/ ingrata/ prestou vestibular de dentro da prisão/ mulata/ ingrata/ a cota da UERJ é a solução”. [...] Todas as mulheres pretas passam por isso: ficam doentes e querem fugir de tudo aquilo, ou ficam embrutecidas e partem para a resposta.

[4] Disponível em: < https://sicsic.hypotheses.org>. Acesso em: 08 dez. 2021.

Os efeitos subjetivantes desse tipo de silenciamento, o que ajuda a explicar a "autoexclusão" das mulheres a que nos referimos anteriormente, foi registrado em uma pesquisa desenvolvida por Caroline New e Steve Fleetwood em três conferências internacionais sobre Realismo Crítico, frequentadas, sobretudo, por filósofos e por cientistas sociais, entre 2000 e 2005:

> Houve diferenças marcantes entre o que nossos entrevistados homens e mulheres disseram sobre suas contribuições aos debates. A maioria das mulheres foram às sessões plenárias com a expectativa de não falarem. [...] Mesmo nas sessões paralelas, elas apenas falavam com um propósito particular em mente, geralmente o de ajudar o/a expositor/a, algumas vezes o grupo. Se considerassem o/a expositor/a dogmático ou arrogante, sequer consideravam falar. (New e Fleetwood, 2006, p. 83).

Em uma carta a Marianne Weber, a filósofa Gertrude Simmel, à época casada com Georg Simmel há 25 anos, deixa explícito o lugar atribuído às mulheres como pessoas cujos atos de fala revelam um déficit de credibilidade ao questionar a própria autoridade para contestar o essencialismo sexual presente na sociologia e na filosofia:

> Eu não sei se isso é permitido, mas sinto uma impaciência crescente em relação a tudo aquilo que os homens têm afirmado sobre nós, incluindo Georg... Eu queria que nós fôssemos novamente vistas seres humanos em lugar de uma feminilidade exagerada, sobredeterminadas em nossa orientação aos homens [...] que eu recuso a considerar como nossa natureza feminina. (Gertrude Simmel apud Wobbe, 2004, p. 54).

Marianne Weber ousou se permitir questionar publicamente a metafísica implícita no ensaio “O relativo e o absoluto no problema dos sexos” ao trazer para o debate (ainda que de forma pouco articulada) o que hoje é visto como uma questão central da teoria social: as relações complexas entre diferença, desigualdade e igualdade. Georg Simmel, que recebeu o texto de sua conferência, agradeceu o envio do material, mas minimizou os pontos de discordância, limitando-se a dizer, em correspondência privada, que “algumas questões parecem distintas apenas porque estamos observando o fenômeno de distâncias diferentes” (Marianne Weber apud Wobbe, 2004, p. 54).

O outro tipo de injustiça epistêmica trabalhado por Fricker, a injustiça hermenêutica, parece mais diretamente ligado ao fenômeno de marginalização da teoria (e não da teórica) feminista na teoria social. De acordo com a autora, a injustiça hermenêutica deve ser compreendida a partir da noção de marginalização hermenêutica, que ocorre quando alguém não pode compreender, articular ou comunicar de maneira efetiva sua própria experiência social porque os conceitos necessários a isso não são suficientemente compartilhados no espaço social. Como no caso precedente, esse tipo de injustiça não pode ser atribuído à má fé ou outro tipo de manipulação, mas opera em um nível sub-intencional em que a ausência de compreensão se dá por uma dificuldade objetiva. Sua intensidade também pode variar enormemente, de casos extremos, como quando o próprio ator é incapaz de entender sua experiência (por exemplo, alguém que sofria assédio sexual na década de 1950, quando o próprio termo não era suficientemente estabelecido), a casos mais brandos, como quando o ator e seu grupo compreendem suas experiências, mas os conceitos necessários a essa compreensão não são suficientemente compartilhados ao longo do espaço social (como parece ser o caso das teorias feministas em relação à teoria social mais ampla).

Exemplos de injustiça hermenêutica na academia também têm sido amplamente documentados. Na já mencionada pesquisa de New e Fleetwood nas conferências de Realismo Crítico, uma entrevistada afirmou se sentir especialmente mal em decorrência de sua dificuldade em se manifestar diante de uma situação que descreveu da seguinte forma:

> uma expositora havia bravamente [...] mapeado uma agenda feminista e inicialmente foi recebida com total desinteresse [...]. A única reação que ela recebeu foi de X, que tentou torcer seu argumento afirmando que ela estava sendo sexista porque ele não conseguiu entender os primeiros pontos de seu argumento. (New e Fleetwood, 2006, p. 82-83).

Outros relatos que podem exemplificar injustiça hermenêutica podem ser encontrados no Banco de Dados compilado por Nathalie Heinich:

> Nos anos 1970, tendo defendido a minha tese de doutorado em Harvard sob a orientação de um professor de prestígio, eu pedi uma entrevista com um grande professor parisiense que, segundo me disseram, poderia me ajudar a

> encontrar um lugar na França. Ele me deixa apresentar meu trabalho de tese por quase meia hora, escutando com atenção, sem me interromper. Quando terminei, ele comentou: “Senhorita, seu francês é impecável!”. Eu tive que reconduzir a conversa para o meu tema de pesquisa.
>
> Há dois anos, durante uma reunião com uma filósofa, amiga de longa data: discutimos nossos horários, viagens e conferências, e de repente ela me faz uma pergunta sobre o conteúdo: "Mas do que você está falando? - "Bem... do meu trabalho, claro!", respondi espantada. As mulheres intelectuais colaboram na invisibilidade. É preciso dizer que, trabalhando com mulheres, meu tema de pesquisa é, como uma filósofa me disse uma vez, "uma ideia estranha", fora do campo das ideias.

Esses relatos sugerem que os esquemas que pautam as diretrizes da teoria social têm sido muito bem incorporados, possivelmente não apenas por nossos colegas homens, mas também por nós, mulheres. Por esse motivo o ponto nevrálgico de nossas inquietações não deve ser apenas os comportamentos individuais - muitos deles explicitamente discriminatórios - mas a preocupação em desvendar os elementos estruturantes do campo que instauram certas práticas como legítimas e reconhecem o pertencimento de certas subjetividades como “membros natos” enquanto outras são acolhidas desde que devidamente “enquadradas" às boas práticas preconizadas pelo cânone. Trata-se, portanto, de explicitar as categorias simbólicas construídas enquanto mediação da experiência possível, inclusive a experiência do pensamento, e que definem as narrativas sobre o que é o real, o que é a verdade, o que é uma teoria e qual nosso lugar nesse esquema geral das coisas.

O posicionamento crítico diante dessa tessitura do simbólico, protagonizado pelas teorias feministas, tem como index o sofrimento de todas as subjetividades deixadas de fora ou forçosamente enquadradas pelo cânone. Por isso importa tanto o compartilhamento das narrativas de todas e todos que não estão bem adaptados à normalidade forjada pelo discurso do universal. As mulheres têm sido parte importante desse avesso da norma, e a conquista de reconhecimento não raro cobra o preço da alienação, tomada no sentido propriamente marxiano da palavra, com as devidas mediações autorizadas pelas autoras que o retomam criticamente (cf. Davis, 2016; Federici, 2017): alienação em relação ao próprio corpo, em relação à natureza, em relação ao desejo e sua potência criadora, em relação às outras mulheres.

Esse é o ponto de partida para construir o argumento condensado no título que nomeia nosso ensaio: se a teoria feminista tem sido colocada como o outro da teoria social, de um outro como resto, faria mais sentido pensá-la em termos de uma alteridade constitutiva em que a própria divisão centro/margem perderia parte de seu contorno específico. Como vimos, a teoria social é relacional, no sentido de que constitui um elemento de mediação entre as diversas teorias "disciplinares". Neste sentido, as teorias feministas não devem ser tomadas meramente como algo que caminha à sua margem, mas devem ser trazidas para o núcleo estruturante, como parte integrante de uma totalidade que possibilite subverter o modo como as coisas *são* feitas e, por conseguinte, os discursos sobre como as coisas *devem ser* feitas. Talvez fosse ainda melhor dizer: como as coisas *podem* ser feitas, pois o *deve*, com toda sua carga restritiva, talvez já não caiba aqui.

Obviamente que este movimento entre teoria social e teorias feministas deve ser recíproco, como já enfatizado por bell hooks (2019, p. ix) em referência à necessidade de incorporação de uma perspectiva de mulheres negras à teoria feminista: "tal como as nossas vidas não estão fixas ou estáticas, mas em constante mudança, a nossa teoria tem de permanecer flexível, aberta e recetiva a novas informações". Compreender qual sociologia poderá emergir desse caminhar infinito entre "margem e centro" ainda levará um tempo. Por ora, somos testemunhas e protagonistas de um processo em curso, e procuramos recolher pelo caminho algumas pistas que nos indiquem direções possíveis.

Referências

BORDO, Susan. **Twilight Zones**: The hidden life of cultural images from Plato to O.J. Berkeley, University of California Press, 1999.

COLLINS, Patricia Hill. Intersectionality and epistemic injustice. In: Ian James Kidd, José Medina e Gaile Pohlhaus Jr. (eds), **The Routledge Handbook of Epistemic Injustice**. Londres, Routledge, 2017.

CRENSHAW, Kimberle. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. **University of Chicago Legal Forum**, Chicago, v. 140, n. 1, pp. 139-167, 1989.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo, Boitempo, 2016.

DAFLON, Verônica Toste; SORJ, Bila. **Clássicas do Pensamento Social**: mulheres e feminismos no século XIX. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 2021.

FRICKER, Miranda. "Evolving Concepts of Epistemic Injustice". In: Ian James Kidd, José Medina e Gaile Pohlhaus Jr. (eds), **The Routledge Handbook of Epistemic Injustice**. Londres, Routledge, 2017.

FAUSTO-STERLING, Anne. **Sexing the Body**: Gender politics and construction of sexuality. Nova York, Basic Books, 2000.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo, Elefante, 2017.

GILLIGAN, Carol. **In a different voice***:* psychological theory and women's development. Cambridge, MA, Harvard University Press, 1982.

HAMLIN, Cynthia Lins. **Gender Ideology**: An analysis of its disputed meanings. Sociol. Antropol. 10 (3), pp. 1001-1022, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sant/a/xfYpsqmt4954WbKKXMRPQWn/?lang=en&format=html>. Acesso em: 09 dez. 2021.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, p. 7–41, 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 8 dez. 2021.

HARDING, Sandra. **Whose Science? Whose Knowledge?**: Thinking from women's lives. Cornell University Press, 1991.

HOOKS, bell. **Teoria Feminista**: da margem ao centro. São Paulo, Ed. Perspectiva, 2019.

KITTAY, Eva Feder. **Love's Labor**: Essays on women, equality and dependence. Londres, Routledge, 1999.

KID, Ian James; MEDINA, José; POHLHAUS, Gaile. Introduction. In: Ian James Kidd, José Medina e Gaile Pohlhaus Jr. (eds), **The Routledge Handbook of Epistemic Injustice**. Londres, Routledge, 2017.

LUGONES, María. Colonialidad y Género. **Tabula Rasa**, Bogotá , n. 9, p. 73-102, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1794-24892008000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 09 dez. 2021.

OUTHWAITE, William. **Teoria social**: um guia para entender a sociedade contemporânea. Rio de Janeiro, Zahar, 2017.

MARTINEAU, Hariett. **Como observar morais e costumes**. Tradução Fernanda Henrique Cupertino Alcântara. Governador Valadares: Ed. Fernanda H. C. Alcântara, 2021.

MEAD, Margaret. **Male and Female**: A study of the sexes in a changing world.Nova York: Morrow, 1949.

MORAES, Andrea; FARIAS, Patrícia S. "Na Academia"" In: Heloísa Buarque de Hollanda, **Explosão Feminista**: arte, cultura, política e universidade. São Paulo, Companhia das Letras, 2018.

NEW, Caroline; FLEETWOOD, Steve. Gender at Critical Realism Conferences. **Journal of Critical Realism**, vol , n. 1, pp. 61-91, 2006.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. São Paulo, Expressão Popular, 2013.

SIGAUD, Lygia. “Doxa e crença entre os antropólogos”. **Novos Estudos**, 77, p. 29-152, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/Nkcp6n4RKhGtCQYYSQknYjk/?lang=pt>. Acesso em: 09 dez. 2021.

SMITH, Dorothy. **The Conceptual Practices of Power**: a feminist sociology of knowledge. Toronto, University of Toronto Press, 1990.

STENGERS, Isabelle; DESPRET, Vincienne et al. **Women who Make a Fuss**: The unfaithful daughters of Virgina Woolf. Minneapolis, Univocal Publishing, 2014.

TRONTO, Joan C. **Caring democracy**: Markets, equality, and justice. Nova York, New York University Press, 2013.

VIEIRA DA MATA, Giulle. **O Ideal e sua forma**. Casamento e condição feminina na sociologia de Marianne Weber. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

WOBBE, Theresa. "Elective Affinities: Georg Simmel and Marianne Weber on gender and modernity". In: Anne Witz e Barbara L. Marshall (eds), **Engendering the Social**: Feminist encounters with sociologica theory. Berkshire, Open University Press, 2004.

LÉLIA GONZALEZ E O FEMINISMO DECOLONIAL COMO LENTE DE ANÁLISE[5]

LÉLIA GONZALEZ AND THE DECOLONIAL FEMINISM AS AN ANALYSIS LENS

LÉLIA GONZALEZ Y EL FEMINISMO DECOLONIAL COMO LENTE DE ANÁLISIS

Tamires Costa[6]

Resumo
O presente trabalho tem como propósito a análise da obra de Lélia Gonzalez, pensadora negra brasileira, que formulou uma nova reflexão a partir das imbricações de gênero, classe e raça e sua interligação com a estrutura colonial. Fundamentado, então, na produção de Lélia Gonzalez, e entendendo que a mesma faz parte do pensamento decolonial, debateremos como a partir dessa nova lente de análise a autora entende o Brasil, e a importância da produção de um exame da realidade produzida no sul global, ressaltando a experiência de um conhecimento formulado a partir da experiência de um país colonizado. Firmado então nesta epistemologia, este trabalho busca debater a questão do feminismo na obra de González, em particular sua ligação com o racismo e as relações de classe, a exposição que a autora propõe de um feminismo afro-latino-americano também será averiguado; assim como em contrapartida, as limitações da visão de gênero presente na teoria feminista europeia, e portanto, branca e hegemônica. Tendo em mente que a produção de Lélia Gonzalez é múltipla, argumentamos que a pensadora e seu debate a partir do gênero é imprescindível para entender o Brasil.
Palavras-Chave: Pensamento social brasileiro; feminismo; Lélia Gonzalez

Abstract
The present work aims to analyze the work of Lélia Gonzalez, a Brazilian black thinker, who formulated a new reflection based on the imbrications of gender, class and race and their interconnection with the colonial structure. Based, then, on the production of Lélia Gonzalez, and understanding that it is part of decolonial thinking, we will discuss how, from this new lens of analysis, the author understands Brazil, and the importance of producing an examination of reality in the global south, emphasizing the experience

[5] Artigo submetido para o VI Seminário Discente do PPGS UFMG, e apresentado no GT 20 - Pensamento Social no Brasil. Agradeço as contribuições de: Kaio Felipe (IESP-UERJ), Mateus Lôbo (PPGSOL/UnB), Jéssica Aguiar (PPGHCS/FIOCRUZ) e de todos os presentes na apresentação do trabalho, além dos responsáveis pela organização do evento.
[6] Graduada em Relações Internacionais pela Faculdade Damas da Instrução Cristã (FADIC) e aluna da Graduação de Ciências Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Contato: thamirescrlima@gmail.com . Vinculada ao Laboratório de Estudos sobre Política, Eleições e Mídia da Universidade Federal do Ceará (LEPEM/UFC), lepem@ufc.br.

of knowledge formulated from the experience of a colonized country. Firmed then in this epistemology, this work seeks to debate the issue of feminism in the work of Gonzalez, in particular its connection with racism and class relations, the exposition that the author proposes of an Afro-Latin American feminism will also be investigated; as well as on the other hand, the limitations of the gender vision present in the European feminist theory, and therefore, white and hegemonic. Bearing in mind that Lélia Gonzalez's production is multiple, we argue that the thinker and her debate based on gender is essential to understand Brazil.
Keywords: brazilian social thought; feminism; Lélia Gonzalez.

Resumen

El presente trabajo tiene como objetivo analizar la obra de Lélia González, una pensadora negra brasileña, quien formuló una nueva reflexión basada en las imbricaciones de género, clase y raza y su interconexión con una estructura colonial. Con base, entonces, en la producción de Lélia González, y entendiendo que es parte del pensamiento descolonial, discutiremos cómo, desde esta nueva lente de análisis, la autora entiende Brasil, y la importancia de producir un examen de la realidad en el mundo global. sur, enfatizando la experiencia de conocimientos formulados a partir de la experiencia de un país colonizado. Firmado entonces en esta epistemología, este trabajo busca debatir el tema del feminismo en la obra de González, en particular su conexión con el racismo y las relaciones de clase, también se indagará el planteamiento que propone la autora de un feminismo afrolatinoamericano; así como, por otro lado, las limitaciones de la visión de género presente en la teoría feminista europea, y por tanto, blanca y hegemónica. Teniendo en cuenta que la producción de Lélia González es múltiple, sostenemos que la pensadora y su debate de género es fundamental para entender Brasil.
Palabras Clave: Pensamiento social brasileño; feminismo; Lélia Gonzalez.

INTRODUÇÃO

Analisar a obra de Lélia Gonzalez não é um trabalho simples, visto que é múltipla, e escancara as diversas desigualdades e o processo de hierarquização da sociedade brasileira. A partir da construção colonial, Lélia Gonzalez mostra os seus resquícios no corpo social do nosso país a partir de três dimensões: a raça, o gênero e a classe. E é a partir desse olhar e o repensar da sociedade brasileira, principalmente da análise crítica da realidade, que a autora propõe pensar uma *Améfrica Ladina*, e uma nova epistemologia: pensar o Sul global a partir do Sul global, em um processo de decolonizar os olhares.

Lélia Gonzalez, apresenta novas possibilidades de descortinar o Brasil e entendê-lo com um olhar proveniente do próprio país, inserido em sua história, em um processo no qual ajuda não só a pensar a realidade, mas construir novas possibilidades de entendimento e ação que promovam a transformação e a superação das desigualdades.

Tolentino (2019) chama atenção para a potencialidade de Gonzalez, e como a autora põem em cheque "[...] as estruturas branco-hétero-patriarcais do cânone filosófico" (p. 74) ao propor esses novos olhares. O que nos leva a contribuição de Dias, Souza e Henning (2021) que exalta o papel da nova epistemologia de Lélia e que sua investigação serve para ultrapassar os resquícios impostos pela colonialidade ao chamar atenção que:

> Ao mesmo tempo, para repensar e construir outras narrativas sobre a história das experiências das pessoas negras no Brasil - para além meramente do sofrimento - abre-se espaço também para serem postas em relevo manifestações de criatividade e libertação, o que está também muito presente na abordagem de outras intelectuais negras raízes brasileiras. (GONZALEZ, 2021, p.95)

O trabalho de Lélia Gonzalez, então, se mostra extremamente importante. A pensadora cria uma perspectiva epistemológica e novos olhares para entender a história brasileira e as hierarquias que até hoje são vigentes na nossa sociedade, em um processo no qual dar nome a essas imbricações nos leva a encarar essas hierarquias e assim acabar com sistema de denegação, que a mesma afirma ocorrer com o racismo.

É importante, entretanto, salientar que Lélia Gonzalez, muitas vezes, não é reivindicada como pensadora e intelectual exatamente por quebrar os cânones citados por Tolentino (2019), por ser uma militante ativa em movimentos negros e feministas. Lélia Gonzalez coloca a experiência como um grande ponto da sua obra e sua atuação para além de intelectual também foi prática, como mostra a fundação do Nzinga, o Coletivo de Mulheres Negras e sua articulação político partidária pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) no qual Lélia Gonzalez se filiou e Partidos dos Trabalhadores (PT), partido no qual Gonzalez participou da fundação , além da sua atuação significativa na Assembleia Nacional Constituinte, particurlamente na Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias, porém, sugerimos aqui que essa prática de maneira nenhuma enfraquece a obra intelectual de Lélia, pelo contrário, tal atuação faz parte do seu pensamento e o enriquece.

Com base na obra de Gonzalez que iremos discutir neste trabalho, alguns pontos que entendemos como cruciais na sua contribuição intelectual são: o que ela denomina de tripla discriminação a partir da tríade de raça, gênero e classe; o processo colonial brasileiro; a sua contribuição para uma nova epistemologia e a

necessidade de entender o feminismo como afro-latino-americano a partir dos pontos trabalhados.

RAÇA, GÊNERO E CLASSE

Nas décadas de 80 e 90, o termo interseccionalidade surge como método de análise e tem como fonte primária o trabalho da feminista negra Kimberlé Crenshaw, que afirma que há "[...] uma consequência problemática da tendência de tratar raça e género como categorias mutuamente exclusiva de experiência e análise" (CRENSHAW, 1989, p.139)[7]. Escrevendo anos antes de Crenshaw, o texto "A categoria político-cultural de amefricanidade" é de 1988, assim como "Por um feminismo afro-latino-americano", enquanto textos como "A mulher negra na sociedade brasileira: Uma abordagem político-econômica" e "Racismo e sexismo na cultura brasileira" são, respectivamente, do ano de 1982 e 1983, indicando que entender as categorias de raça, gênero e classe como não excludentes, mas como imbricadas, está presente na obra de Lélia.

Dias, Souza e Henning também chamam a atenção para o entendimento de que as desigualdades se sobrepõem pois "[...] a constituição de desigualdades não pode ser compartimentalizada e se resumir a um debate meramente de gênero, meramente da classe ou somente sobre raça. O entrelaçamento de diferenças e de desigualdades exige reflexões sobre os excedentes que escapam à análise [...]" (DIAS, SOUZA e HENNING, 2020, p.91).

Na obra de Lélia fica inquestionável que não é possível pensar nas categorias de formas exclusivas, evidenciando que esses processos são múltiplos ao deixar claro na seguinte passagem:

> "Quanto à mulher negra, que se pense em sua falta de perspectivas quanto à possibilidade de novas alternativas. Ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no nível mais alto de opressão." (GONZALEZ, 2020, p.58)

A tripla discriminação vai aparecer como norte na obra de Gonzalez, seja ao falar da divisão sexual do trabalho, da divisão racial do espaço e sua organização, das

[7] Tradução nossa "a problematic consequence of the tendency to treat race and gender as mutually exclusive categories of experience and analysis"

violências e das exclusões. Para a autora, não faz sentido desarticular as discriminações, tendo em vista que elas agem concomitantemente sobre o corpo da mulher negra.

É também seguindo essa visão, da tripla discriminação, que Lélia Gonzalez critica como as mulheres negras foram sistematicamente excluídas do movimento feminista brasileiro hegemônico, já que a maioria das obras:

> "[...] apesar de tratarem das relações de dominação sexual, social e econômica a que a mulher está submetida, assim como da situação das mulheres mais pobres etc. etc., não atentam para o fato da opressão racial. As categorias usadas são exatamente aquelas que neutralizam o problema da discriminação racial [...]". (GONZALEZ, 2020, p.60-61)

Sendo assim, Lélia deixa claro que precisamos pensar o Brasil, sua criação e seus projetos de nação por essa lente triádica, pois é ela que nos dá o enfoque mais claro dos processos de desigualdades recorrentes. A autora deixa isso bem claro ao trazer dados de disparidades de renda, educação e função de trabalho de mulheres brancas e negras, para especificar que no momento da sua escrita, de fato, as mulheres estavam ocupando cada vez mais postos de trabalho, mas qual trabalho? Qual função? Com qual salário? Era evidente, então, diante dos dados de Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e Censo[8] , que as mulheres negras se encontravam em situações de trabalhos pauperizados, um resquício dos tempos coloniais que vai ser mais exposto no decorrer deste trabalho. Barreto (2005) deixa claro que o uso dos dados qualitativos foi um traço que Lélia Gonzalez herdou dos movimentos sociais, principalmente derivado da sua militância ativa do movimento negro, e é esse uso de dados que enriquece o seu trabalho e ajuda a expor a realidade brasileira das desigualdades.

Tolentino (2019), chama atenção para a importância de criar um pensamento não universal, ou seja, uma epistemologia localizada que detenha um significado e que não seja possível uma abstração de seu sentido, e que o empenho de Lélia para reconhecer essa tríade de categorias promove um esforço significativo já que "[...] a superposição e o entrelaçamento dessas três categorias – gênero, raça e classes sociais -, é o meio através do qual acentuam-se as opressões e se intensificam os processos de marginalização e exclusão de determinados corpos." (LORDE, 2019, p.80).

[8] Lélia Gonzalez usa dados da PNAD de 1982 no seu texto "Mulher Negras" e usa dados do Censo de 1950 no seu texto "A Mulher Negra na sociedade brasileira".

No seu texto “Mulher Negra”, publicado em 1984, especialmente no apêndice que a mesma intitula como carta denúncia, Lélia Gonzalez argumenta que “numa sociedade onde o racismo e o sexismo, enquanto fortes sustentáculos da ideologia de dominação, fazem dos negros e das mulheres cidadãos de segunda classe, não é difícil visualizar a terrível carga de discriminação a que está sujeita a mulher negra” (GONZALEZ, 2020, p.109), exatamente entrando em contato com a análise de Tolentino.

Já em seu texto “A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social”, Lélia Gonzalez argumenta que é necessário o entendimento dessas discriminações e lógicas de subordinações, ao afirmar que “[...]esta questão é de caráter ético e político. Se estamos comprometidas com um projeto de transformação social, não podemos ser coniventes com posturas ideológicas de exclusão, que só privilegiam um aspecto da realidade por nós vividas[...]” (GONZALEZ, 2020, p.270)

Desarticular as noções de gênero, classe e raça seria, assim, buscar o entendimento de apenas um aspecto de uma realidade mais ampla, mais complexa, e, portanto, não daria conta de uma compreensão completa das hierarquizações sociais e das desigualdades presentes ao longo da história brasileira, que tem seu cerne no processo colonial e de formação do que é Brasil. Porém, há ainda um outro processo, o da transformação social, que não seria empreendida se não houvesse a superação “do modelo ariano de explicação” (GONZALEZ, 2020, p.267) que a autora chama atenção de ser sustentado pelo racismo.

Entender o Brasil é entender as suas estruturas de maneira conjunta, as mulheres negras não sofre apenas pelo racismo, pelo machismo, ou pela negação ao acesso a determinadas posições de trabalho que levariam a uma melhoria de classe de forma única, mas todas essas estruturas se articulam e viabilizam as desigualdades de forma que promover uma transformação social seria necessária numa frente que entenda essa forma triádica. Ousamos dizer que, a partir do pensamento desenvolvido por Lélia Gonzalez, o projeto colonialista instituído no Brasil ainda sustenta essas estruturas desiguais ao negar outras formas de vida se não a branca europeia.

OS RESQUÍCIOS DA COLONIALIDADE

Em toda sua obra, Lélia é extremamente crítica a uma visão presente na

literatura, de que, de alguma forma, a escravidão brasileira foi de alguma maneira menos violenta, ou até mesmo, que a partir dos processos de miscigenação ao longo da história houve o fim do racismo na sociedade brasileira, assim como se mostrava extremamente contrária a qualquer romantização das violências sexuais acontecidas dentro do período colonial.

Gonzalez questiona e critica o que ela chama de "história oficial" e o "discurso pedagógico" (GONZALEZ, 2020, p.50) que durante anos a fio foi usado para promover a ideia de democracia racial e de uma possível servidão aceita pelos negros, que dá a entender uma possível solução pacífica e sem violência sobre a questão racial, ao apagar a história de crueldade e abusos acometidos durante o período colonial. Sobre o assunto, a autora argumenta: que o processo de miscigenação foi um sustentáculo do mito da democracia racial e a inexistência do racismo no Brasil.

Segundo Barreto (2005), a contribuição da autora "[...] para o pensamento social brasileiro acerca das relações raciais foi a desconstrução de um dos alicerces do discurso da democracia racial" (p.37), ou seja, Lélia Gonzalez coloca em entendimentos como o de Gilberto Freyre e sobre a harmonia social, e pensadores como Caio Prado Jr., a qual critica veementemente, e a noção de amor da senzala ou de qualquer compreensão de que não existiram processos violentos nas relações sexuais entre mulheres negras escravas e homens brancos que detinham o poder.

Em relação a miscigenação e a possibilidade da democracia racial no Brasil, Lélia Gonzalez argumenta que:

> A diferença (se é que existiu), em termos de Brasil, estava no fato de que os 'casamentos inter-raciais' nada mais foram do que o resultado da violentação de mulheres negras por parte da minoria branca dominante [...] E esse fato daria origem, na década de 1930, à criação do mito que até os dias de hoje afirma que o Brasil é uma democracia racial (GONZALEZ, 2021a, p.50)

Portanto, afirmando que o entendimento da harmonia é uma representação do negro "acomodado, que passivamente aceitou a escravidão" (GONZALEZ, 2020, p.54), falácia que a mesma desmonta ao entender o papel crucial da mulher negra não só relativo ao cuidado dos seus companheiros e filhos, mas como imprescindível para as revoltas e fugas (GONZALEZ, 2020, p.53).

O papel da mulher negra para o cuidado também é citado por Lélia, tanto pelas escravas do eito[9] e mucamas, e é um trabalho que até hoje é atrelado a mulher negra

[9] Eito - é uma palavra que designa a roça onde trabalhavam os escravos africanos, e usada no texto "A mulher negra na sociedade brasileira: Uma abordagem político-econômica" de Lelia Gonzalez

se desbravar a divisão sexual do trabalho. De acordo com Biroli: “Essa alocação desigual não é aleatória, mas atende a padrões que têm correspondência com as hierarquias de gênero, raça e classe social. Entre os que cuidam, há mais mulheres, mais negras/os e mais indivíduos das camadas mais pobres da população.” (BIROLI, 2020, p.81), e que podemos entender como um resquício colonial fortíssimo.

É importante entendermos o processo da divisão sexual do trabalho, pois há custos diferenciados para aqueles que exercem essas funções do cuidado para as diferentes idades. Esses custos também se refletem em onde essas pessoas não podem estar, e espaços que elas não ocupam, como, por exemplo, a taxa de mulheres negras que adentram a política institucionalizada no nível federal, e as suas implicações no sentido da democracia, nesse sentido Lélia Gonzalez versa sobre uma divisão racial e sexual do trabalho ao afirmar que:

> E, em termos de superpopulação relativa, é importante ressaltar que ocorre na constituição desse sistema não somente um exército industrial de reserva, mas uma massa marginal crescente, em face do mercado de trabalho do setor hegemônico. Ora, na medida que existe uma divisão racial do sexual do trabalho, não é difícil concluir sobre o processo de tríplice discriminação sofrida pela mulher negra (enquanto raça, classe e sexo), assim como sobre seu lugar na força de trabalho. (GONZALEZ, 2020, p.56)

É dentro dessa lógica que Lélia Gonzalez deixa claro que há um processo de discriminação que é vinculado há um processo de hierarquização das funções. A autora deixa claro que as mulheres negras, pelo desenvolvimento colonial, se encontram muitas vezes na figura da “mãe preta” responsável pelo cuidado, ou seja, pelo papel da trabalhadora doméstica, e a autora afirma que “Enquanto empregada doméstica, ela sofre um processo de reforço quanto à internalização da diferença, da subordinação e da ‘inferioridade’ que lhe seriam peculiares” (GONZALEZ, 2020, p.58).

A autora também se desdobra para o processo de sexualização da mulher, principalmente a questão da mulata como função, e como produto de exportação ao chamar atenção sobre os desdobramentos desse processo. Gonzalez afirma que a exploração sexual da mulher negra impõe um “[...] processo extremo de alienação imposto pelo sistema” (GONZALEZ, 2020, p.59) que questiona a dignidade da mulher negra, ressaltando que a “[...] superexploração econômico-sexual de que falamos acima, além da reprodução/perpetuação de um dos mitos divulgados a partir de Freyre: o da sensualidade especial da mulher negra” (GONZALEZ, 2020, p.60)

Ao trazer esse novo olhar, de quebrar com as categorias imaginárias de uma democracia racial e o ‘mito das três raças’ usadas para a fundação do país, que Lélia

ampara sua compreensão de colonialismo. Para além de uma questão puramente econômica ou um processo histórico-cultural sem conflitos, Lélia entende o colonialismo como um processo que constrói imagens e molda a percepção dos indivíduos, até mesmo seu inconsciente e seus desejos - desejo aqui empregado como conceito da psicanálise, ou seja, o racismo colonial se apresenta como uma construção ideológica.

A autora afirma que em todo processo de uma construção da nacionalidade brasileira, pensando aqui como um projeto de Estado, a população negra não foi incorporada, na verdade nunca foi nem pensada como igual. Ao citar José Bonifácio como exemplo desse esforço de não inserir a população negra, a autora argumenta que "seu ideal de nação pátria partia da perspectiva de uma nação homogênea, e a heterogeneidade, a diferença que estava tão presente, para ele era justamente o negro, a presença negra." (GONZALEZ, 2020, p.310).

O racismo, que Lélia Gonzalez classifica como por omissão, seria uma tônica da sociedade brasileira e do projeto de nação. Não pensar o racismo no Brasil, segundo ela, seria parte da lógica branqueadora e da lógica colonizadora, pois " [...]quer nos fazer crer que nós somos um país racialmente branco e culturalmente ocidental, eurocêntrico" (GONZALEZ, 2020, p.221). A então hierarquização social brasileira e a negação de projetos políticos que questionem o racismo promovem um racismo específico: aquele que é negado a sua existência, um racismo disfarçado.

É esse processo de denegação: a negação de um racismo que segundo Lélia é presente até na infância e que pela estrutura leva o negro para a força de trabalho e que faz com que as mulheres negras sejam o grupo mais explorado da sociedade (p.160), que há a necessidade de se pensar uma *Améfrica Ladina* e um processo de resgates das culturas negra e ameríndias, questionando à continuação do pensar racional do projeto colonial.

Lélia Gonzalez, produz um esforço consciente de criar uma nova lente de análise e esse processo é confirmado a partir do pensar a *Améfrica Ladina:*

> Trata-se de um olhar novo e criativo no enfoque da formação histórico-cultural do Brasil que, por razões de ordem geográfica e, sobretudo, de ordem do inconsciente, não vem a ser o que em geral se afirma: um país cujas formações do inconsciente são exclusivamente europeias, brancas. Ao contrário, ele é uma América Africana cuja latinidade, por inexistente, teve trocado o t pelo d para, aí sim, ter seu nome assumido com todas as letras: *Améfrica Ladina* (não é por acaso que a neurose cultural brasileira tem no racismo seu sintoma por excelência) (GONZALEZ, 2020, p.354)

Pensar a partir dessa categoria seria superar a colonialidade, não no sentido de esquecê-la ou negá-la, mas de pautar novas formas de pensar, uma nova epistemologia e novas categorias como totalmente brasileiras a partir de uma *afrolatinidade* que entende a participação da população negra e ameríndia que são sistematicamente inferiorizadas por pensamentos brancos.

POR UM FEMINISMO AFRO-LATINO-AMERICANO

Assim, é entendendo que precisamos superar os resquícios dos poderes instaurados no período colonial, que vamos destacar a importância da fala de Lélia Gonzalez sobre um feminismo afro-latino-americano. Brevemente, ao resgatar a história do feminismo hegemônico, podemos ver que seus cânones também estão instaurados em imagens brancas e pensamentos europeus, como por exemplo, as Sufragistas e o movimento de mulheres estadunidenses que lutavam pela sua libertação, mas não apoiavam a libertação do povo negro ou pelas pautas reinvindicando os direitos ao trabalho feminino, porém, sem especificas as condições das mulheres negras que já trabalhavam e eram pauperizadas.

Sueli Carneiro destaca que:

> A origem branca e ocidental do feminismo estabeleceu sua hegemonia na equação das diferenças de gênero e tem determinado que as mulheres não brancas e pobres, de todas as partes do mundo, lutem para integrar em seu ideário as especificidades raciais, étnicas, culturais, religiosas e de classe social. (CARNEIRO, 2003, p.331)

Sendo assim, Sueli Carneiro indica não a impropriedade das reivindicações das mulheres dentro do feminismo, mas apontando suas limitações para pensar dentro da categoria mulheres aquelas que não fazem parte do seu imaginário branco e ocidental.

> Quando nos reportamos às *amefricanas* da chamada América Latina, e do Brasil em particular, nossa percepção descobre uma grande resistência ao feminismo. É como se ele fosse algo muito estranho para elas. Herdeiras de uma outra cultura ancestral, cuja dinâmica histórica revela a *diferença* pelo viés das desigualdades raciais, elas, de certa forma, sabem mais de *mulheridade* do que de *feminidade*, de *mulherismo* do que *feminismo*. Sem contar que sabem mais de *solidariedade* do que *competição*, de coletivismo do que de individualismo (GONZALEZ, 2020, p.269) [10]

É ao recorrer ao mulherismo[11] de Alice Walker que Gonzalez consegue explicitar a disposição única da mulher negra dentro das questões de gênero e lança

[10] Grifos de Lélia Gonzalez; mantidos para o destaque das categorias em oposição
[11] O Mulherismo Africana é uma teoria social que argumenta sobre a criação de novos critérios, conceitos e pensamentos para além da vivência ocidental liberal branca.

a mão do entendimento de Simone de Beauvoir sobre gênero ser uma construção, e se tornar mulher, ou seja, ser mulher não é apenas uma construção biológica, mas uma posição e papel perante a sociedade. Mas podemos relembrar também o discurso proferido por Sojourner Truth na Women's Rights Convention em Akron, Ohio, Estados Unidos, em 1851, onde Truth questiona a categoria de mulher e como ela, na verdade como as mulheres negras, não se encaixavam, ou melhor, não eram reconhecidas como mulheres perante a categoria instaurada.

É por isso, então, que existe uma importância substancial em pensar outros feminismos, de pensar um feminismo que compreenda "[...] o caráter multirracial e pluricultural das sociedades da região [...]" (GONZALEZ, 2020, p.142). Postular um feminismo afro-latino-americano é demandar por um feminismo que entenda a tríade já averiguada neste trabalho, assim como entender o processo de colonização como central para criação das diversas realidades vividas, e a partir daí promover uma transformação.

Segundo Cardoso, o debate do feminismo afro-latino-americano e o debate sobre uma amefricanidade

> [...] se insere na perspectiva pós-colonial, surge no contexto traçado tanto pela diáspora negra quanto pelo extermínio da população indígena das Américas e recupera as histórias de resistência e luta dos povos colonizados contra as violências geradas pela colonialidade do poder. A partir das resistências, como mecanismos estratégicos de visibilidade da história desses grupos, tem por objetivo pensar 'desde dentro' as culturas indígenas e africanas e, assim, afastar-se cada vez mais de interpretações centradas na visão de mundo do pensamento moderno europeu. (CARDOSO, 2014. p. 969-970)

Reforçando nosso entendimento de que essa compreensão procura superar o pensamento cânone, ou seja, questionar o que é proposto e colocado muitas vezes como um entendimento universal, nos retorna ao resgate dos papéis das mulheres negras como potência dentro da história. Falar de amefricanidade é, assim, um projeto de retorno e de reconhecimento dos grupos que foram estruturalmente excluídos de um processo político de criação da nação. Formular um novo pensamento, como Cardoso aponta 'desde dentro', se torna ponto focal de pensar realidades e pensar novas vivências.

Gonzalez afirma então que:

> As implicações políticas e culturais da categoria de Amefricanidade ("Amefricanity"), são, de fato, democráticas; exatamente porque o próprio termo nos permite ultrapassar as limitações de caráter territorial, linguístico e ideológico, abrindo novas perspectivas para um entendimento mais profundo

> dessa parte do mundo onde ela se manifesta: a AMÉRICA como um todo (Sul, Central, Norte e insular). Para além de seu caráter puramente geográfico, a categoria de Amefricanidade incorpora todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural (2019, p.362)

A partir disto, de um novo entendimento de América, podemos pensar em processos mais democráticos, que compreendam o processo histórico específico da colonialidade e seus resquícios. O esforço de refletir a amefricanidade, e um feminismo afro-latino-americano, ou seja, um feminismo decolonial como um novo olhar, se faz necessário para ponderar além das categorias estabelecidas. Usar o feminismo decolonial como lente de análise nos traz a riqueza da análise triádica e a possibilidade de entender a realidade de forma mais completa e os processos heterogêneos e múltiplos são levados em conta de uma maneira que todos são encarados como importantes, já que infligem o corpo da mesma forma.

Entender Améfrica como sistema etnográfico (GONZALEZ, 2019, p.363), e entender o racismo como sistema de hierarquia e o gênero como edificadores de hierarquizações, portanto, determinante de 'lugares', faz com que o feminismo decolonial questione esses espaços que muitas vezes são naturalizados, como no processo histórico brasileiro. Interpelar as criações sociais, e seus processos determinantes é essencial para o feminismo afro-latino-americano, e sua importância se mostra na perspectiva de pautar uma teoria crítica que nos lembra que esses processos determinantes são, na verdade, uma criação humana, e que podemos moldá-la para fabricar sociedades mais democráticas e igualitárias.

UMA INTELECTUAL A SER CELEBRADA

É a partir deste tensionamento de denúncias das desigualdades e das possibilidades de transformação da sociedade que Lélia Gonzalez pode ser entendida e empregada para entender o Brasil, sua história e possibilidades de uma sociedade que supere as desigualdades.

Sendo assim a obra de Lélia Gonzalez nos mostra os vestígios da colonização na sociedade brasileira, porém, a autora faz isso de uma maneira ampla entendendo não apenas a raça como categoria de análise, mas também a vinculação de outras posições hierárquicas como o gênero e a classe. Vale ressaltar também que Gonzalez rompe com diversos entendimentos presentes até então, como já posto, a autora questiona o entendimento de democracia racial e a ideia de aceitação da submissão

por negros, colocando como destaque a posição da mulher negra e questionando como autores expõem o papel delas na sociedade brasileira.

Lélia Gonzalez subverte diversas noções apontadas por autores clássicos brasileiros. A obra da autora apresenta, desde da insubordinação e desobediência, novas concepções e interpretações a partir de uma quebra a partir de uma efervescência intelectual, que coloca as desigualdades no cerne sem, de forma alguma, entendê-las como natural ou admissíveis.

É então, perante o que já foi postado nesse artigo, que a importância de se pensar o Brasil através de Lélia Gonzalez. Este texto não busca esgotar ou apresentar a totalidade do rico trabalho da autora, ainda assim, é necessário resgatar Lélia Gonzalez como aporte teórico e metodológico do pensamento social brasileiro, diante da sua complexidade e do seu entendimento das hierarquizações de raça, classe e gênero.

Lélia, como Dias, Souza e Henning (2021) discorrem, é uma mulher raiz. E sua teoria deve ser tida como uma das que fortalece o pensamento social brasileiro, a sua insurgência nos leva a um olhar questionador e crítico, e que, como já abordado, entra em choque com as imagens europeias. Expomos aqui que, para entender o Brasil, é necessário entendê-lo pela tríade de Gonzalez, de modo que essa análise é mais completa, mais rica e descortina teorias que se propõem a entender um Brasil sem se aprofundar na sua totalidade, ou ainda, recair em processos racistas e machistas ao explicar a colonialidade.

Ao pensar a amefricanidade, estamos pensando uma concepção nova relacionada ao gênero, ou seja, pensar o gênero através de categorias produzidas e entendidas a partir de novas imagens e podemos, assim, entendê-lo para além das suas limitações, incluindo as vivências de mais mulheres, as negras e amefricanas, de modo que a realidade vivida e as exclusões sejam debatidas em sua completude.

A possibilidade de entender a amefricanidade e a obra de Lélia Gonzalez só é possível ao refletirmos sobre quem foi Lélia Gonzalez: uma mulher negra que ao vivenciar o racismo, se articulou politicamente; aqui não apenas como articulação dentro de um partido, mas em movimentos sociais que refletiam ativamente sobre a realidade de negros, de mulheres e dos processos de classe, buscando uma modificação das estruturas vigentes.

Há um debate clássico sobre o papel dos intelectuais, passando por Sartre, Merleau-Ponty, Bourdieu e Gramsci como apontam Chauí (2006) e Machado (2015).

Machado (2015) por exemplo explana as possibilidades de entender o conceito de intelectual engajado, do autor Gramsci, como: “A diferença que caracteriza um/a intelectual orgânico/a em termos de sua função é a organização do grupo social a que se vincula, e não meramente o exercício de atividades intelectuais” (p.214) e ainda chama atenção a transformação que os intelectuais podem promover a partir de novas possibilidades de entender o mundo.

A partir dessa reflexão, podemos, apesar de diversas outras concepções, entender Lélia Gonzalez como uma intelectual não apenas da sua época, mas que se mantém, através de seus escritos e entendimentos, relevantes até os dias de hoje para o pensamento social brasileiro. E para além disso, Lélia Gonzalez também nos oferece ferramentas para um pensamento emancipatório que busca trazer imagens, conceitos e ideais para a superação de uma intelectualidade vinculada aos ideais e imagens coloniais.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Raquel de Andrade. **Enegrecendo o feminismo ou feminizando a raça**: narrativas de libertação em angela davis e lélia gonzale. 2005. 115 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História Social da Cultura, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

CARDOSO, Cláudia Pons. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. **Revista Estudos Feministas**, [S.L.], v. 22, n. 3, p. 965-986, dez. 2014. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/s0104-026x2014000300015.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, [S.L.], v. 17, n. 49, p. 117-133, dez. 2003. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142003000300008.

CRENSHAW, Kimberle. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex:: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. **The University Of Chicago Legal Forum.** Chicago, p. 139-167. 1989.

DIAS, SOUZA, HENNING, Luciana de Oliveira; Cristiane Santos; Carlos Eduardo. ORÍ E CABAÇA SÃO FEMININAS: mulheres-raízes e suas insurgências na intelectualidade brasileira. **Humanidades e Inovação**, Palmas, v. 7, n. 25, p. 88-105, 10; 2020.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. Organização de: Flávia Rios e Márcia Lima.

GONZALEZ, Lélia. A Categoria político-cultural da amefricanidade. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamentos feministas**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 1-440.

LORDE, Audre. Idade, raça, classe e gênero: mulheres redefinindo a diferença. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamentos feministas**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 1-440.

TOLENTINO, Joana. Lélia Gonzalez: uma filósofa brasileira abalando as estruturas. **Em Construção**, [S.L.], v. -, n. 5, p. 73-83, 7 jun. 2019. Universidade de Estado do Rio de Janeiro. http://dx.doi.org/10.12957/emconstrucao.2019.40848.

* Artigo recebido em 30 de agosto de 2021,

aprovado em 12 de novembro de 2021.

A SOCIOLOGIA DE SILVIA RIVERA CUSICANQUI: aproximações *ch'ixi* sobre o cuidado

THE SOCIOLOGY OF SILVIA RIVERA CUSICANQUI: a *ch'ixi* approach to care

LA SOCIOLOGÍA DE SILVIA RIVERA CUSICANQUI: aproximaciones *ch'ixi* sobre el cuidado

Amanda Kovalczuk[12]

Resumo
O artigo aborda a sociologia de Silvia Rivera Cusicanqui, ativista e pesquisadora boliviana, aproximando a sua epistemologia *ch'ixi* aos estudos do cuidado. Busca-se apresentar os principais aspectos da sua produção, destacando os elementos relacionados aos feminismos e ao gênero, assim como relacionando-os a iniciativas coletivas e autogestionadas de cuidado. Com isso, objetiva-se explorar a potencialidade dessas ações enquanto experimentações *ch'ixi*, situando-as como expressão micropolítica. Trata-se de um estudo teórico-dedutivo baseado em revisão bibliográfica. Ao final, sugere-se que uma aproximação sobre o cuidado pelo olhar da epistemologia *ch'ixi* possibilita destacar experiências e elementos pouco explorados na literatura sobre o tema (maiormente centrada nas relações de trabalho e na provisão familiar e estatal), relacionando o cuidado com o ecológico, com o comunitário e com a produção da memória e do luto.
Palavras-Chave: Ch'ixi; Silvia Rivera Cusicanqui; Cuidado; Feminismo.

Abstract
The article addresses the sociology of the Bolivian activist and intellectual Silvia Rivera Cusicanqui, relating the *ch'ixi* epistemology to care studies. It intends to present the main points of Cusicanqui's theoretical production, to highlight the elements that regard feminism and gender, and to draw relations to collective and self-managed care initiatives. It also aims to explore the potentiality of such initiatives as *ch'ixi* experimentations, addressing them as an expression of micropolitics. This is a theoretical, deductive study that made use of bibliographical review. By last, it suggests that a *ch'ixi* approach to care may favor emphasizing experiences and elements rarely addressed in care studies (a field largely centered in care work, and family and state provision of care), connecting care to broader themes such as ecology, community, and memory and grief.
Keywords: Ch'ixi; Silvia Rivera Cusicanqui; Care; Feminism.

[12] Doutoranda em Sociologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Contato: amandakovalczuk@gmail.com.

Resumen
El artículo aborda la sociología de Silvia Rivera Cusicanqui, activista e investigadora boliviana, aproximando su epistemología *ch'ixi* a los estudios del cuidado. Trata de presentar los principales aspectos de su producción, destacando los elementos relacionados al feminismo y al género, así como relacionándolos a iniciativas colectivas y autogestionadas del cuidado. Su objetivo es explorar la potencialidad de estas acciones como experimentaciones *ch'ixi*, situándolas como expresión micropolítica. Este es un estudio teórico-deductivo basado en revisión bibliográfica. Como conclusión, se sugiere que una aproximación sobre el cuidado a través de la mirada de la epistemología *ch'ixi* hace posible destacar experiencias y elementos poco considerados en la literatura del tema (en su mayoría enfocada en las relaciones de trabajo y en la provisión familiar y estatal), relacionando el cuidado con el ecológico, el comunitario y con la producción de la memoria y del duelo.

Palabras Clave: Ch'ixi; Silvia Rivera Cusicanqui; Cuidado; Feminismo.

INTRODUÇÃO

Propõe-se neste artigo um exercício de análise do cuidado a partir de uma epistemologia *ch'ixi*, sugerindo que esta perspectiva pode iluminar uma série de experiências pouco investigadas pela literatura latino-americana do cuidado (Natalia QUIROGA, 2014). Para conduzir a proposta, parte-se da sociologia de Silvia Rivera Cusicanqui para então apresentar experiências comunitárias e autogestionadas de cuidado, situando-as enquanto potencial expressão micropolítica da sociabilidade e *ethos ch'ixi*, nos termos da autora (Silvia CUSICANQUI, 2015).

O texto apresenta brevemente a sociologia da imagem e a epistemologia *ch'ixi* (CUSICANQUI, 2010a; 2015; 2018), sugerindo que, a partir deste quadro analítico, o cuidado pode ser visto como local de descolonização da identidade mestiça e como lente de análise dos coletivos autogestionados. Para tanto, a primeira parte do artigo dedica-se a, de forma geral, situar a autora e os elementos gerais de sua produção como ativista e investigadora na Bolívia. Na segunda parte, aproxima-se a sociologia de Silvia Cusicanqui aos temas de gênero e do cuidado, apresentando sua concepção do feminino-masculino a partir do tecido *ch'ixi*, assim como suas elaborações sobre sua infância e sobre a relação com sua cuidadora. Ao final, ao apresentar três experiências de cuidado a nível coletivo, situa-as enquanto ações de micropolítica baseadas em um *ethos ch'ixi* (CUSICANQUI, 2018), no qual o cuidado comunitário se desenvolve.

A seleção de tais experiências foi realizada por meio de uma revisão

bibliográfica que não se pretende exaustiva, tendo como enfoque primordial a produção latino-americana sobre coletivos de cuidado. Os três artigos trazidos à análise (dentre os quais uma entrevista) abordam experiências enquadradas nas categorias acima mencionadas, encadeando o cuidado com o ecológico, com o comunitário e com a produção de memória e luto. Assim, as experiências são trazidas a fim de elucidar sua potencialidade enquanto experimentações *ch'ixi* – em especial, modos de vida comunitários e universalistas (CUSICANQUI, 2018) – sobre o cuidado.

SITUANDO O *ABIGARRADO*: A SOCIOLOGIA DE SILVIA RIVERA CUSICANQUI

Silvia Rivera Cusicanqui é uma ativista e pesquisadora boliviana. Partindo da sua identidade mestiça *aymara*, suas reflexões são orientadas por esta própria condição, a qual teoriza como uma contradição marcada pela fricção produtiva – o *ch'ixi*. Aliando práxis e teoria, foi fundadora do *Taller de Historia Oral Andina (THOA)*, um coletivo que busca a experimentação pedagógica de epistemologias indígenas. Ainda durante boa parte dos seus mais de setenta anos de vida, Silvia Cusicanqui (2015) dedicou-se à elaboração do que denomina uma sociologia da imagem. Trata-se de uma investigação por ela iniciada nos anos 1980, na qual trabalhou na recuperação de arquivos fotográficos dos "movimentos apagados da história oficial", em especial as lutas campesinas bolivianas dos anos 1920. Adotando uma investigação especialmente documental e oral - a qual se reflete nas metodologias do *THOA* -, Cusicanqui (2015) dedicou-se ao mapeamento de comunidades originárias de liderança katarista como forma de reconstruir uma memória coletiva não-assimilada, a partir da qual propunha recuperar "[...] uma práxis ao mesmo tempo reflexiva e material, reatualizando o passado enquanto abrindo caminho para o novo" (CUSICANQUI, 2018, p. 139, tradução livre[13]). Ao mesmo tempo, tratou de identificar as conexões entre a episteme indígena e os movimentos anarquistas do início do século XX na Bolívia, recuperando experiências comunitárias a partir das quais elabora suas teorizações sobre resistência e micropolítica (CUSICANQUI, 2015).

Um afiado criticismo destaca-se como elemento crucial da sua sociologia, que alcança tanto a esquerda quanto o discurso estatal plurinacional boliviano. Quanto aos setores de esquerda, Cusicanqui (2015) é crítica dos intelectuais e políticos marxistas

[13] No original: […] descodifican en un praxis a la vez reflexiva y material, reactualizando el pasado a la par que abriendo el camino a lo nuevo."

e de suas formas de enquadrar os povos indígenas como comunidades míticas e minoritárias, ao mesmo tempo em que rejeita o discurso desenvolvimentista de erradicação da pobreza. Em oposição à noção de multiculturalismo, denuncia as estratégias políticas estatais bolivianas, inclusive da intelectualidade progressista latino-americana, de "[...] desconhecer as populações indígenas em sua condição de maioria, e de negar sua vocação potencialmente hegemônica e sua capacidade de efeito estatal" (CUSICANQUI, 2010a, p. 60, tradução livre[14]).

A crítica de Cusicanqui (2010a), ademais, não se limita aos discursos estatais, mas alcança também a academia e a economia política do conhecimento engendrada pelas relações de favorecimento de centros universitários do norte global a alguns intelectuais latino-americanos. A autora denuncia que essa intelectualidade, ainda que adotando "posições pós-modernas e até pós-coloniais" e utilizando um aparato conceitual aparentemente compromissado com as forças insurgentes, alinha-se com as elites estatais em seu "discurso retórico e essencialista" sobre a colonialidade (CUSICANQUI, 2010a, p. 58, tradução livre[15]). O resultado, para Cusicanqui, é a criação de "um novo cânone acadêmico" pós-colonial (2010a, p. 65, tradução livre[16]), que serve de sustento ao "multiculturalismo teórico, racializado e exotizante" da academia e do Estado Plurinacional Boliviano (CUSICANQUI, 2010a, p. 65, tradução livre[17]), ao mesmo tempo em que "visibiliza certos temas e fontes, mas deixa outros nas sombras" (CUSICANQUI, 2010a, p. 68, tradução livre[18]).

Em resposta ao cânone pós-colonial, Cusicanqui considera que a produção do conhecimento descolonizado deve acontecer por meio da formação de coletivos de pensamento e ação, nos quais seja possível *coraconzar* – um neologismo que combina as palavras *corazón* (coração) y *razonar* (raciocinar) em castelhano. É um exercício semelhante ao que identifica na produção de Gayatri Spivak, denominado *teorizar com as entranhas* (2003 apud CUSICANQUI, 2018). Assim, a sociologia de Cusicanqui opõe-se "a toda modalidade do pensamento fundada na separação, no binarismo e no divórcio entre o pensar e o fazer" (2018, p. 86, tradução livre[19]). Para

[14] No original: […] desconocer a las poblaciones indígenas en su condición de mayoría, y de negar su potencial vocación hegemónica y capacidad de efecto estatal.
[15] No original: […] discurso retórico y esencialista […].
[16] No original: […] un nuevo canon académico […].
[17] No original: […] multiculturalismo teórico, racializado y exotizante de las academias.
[18] No original: […] visibiliza ciertos temas y fuentes, pero deja en la sombra a otros.
[19] No original: […] a toda modalidad del pensamiento fundada en la separación, en el binarismo y en el divorcio entre el pensar y el hacer.

a autora, "[...] se trata também de repudiar a separação entre o pensar acadêmico e a reflexividade diária *de la gente a pie*[20], esse pensar que surge das interações e conversas na rua, dos acontecimentos coletivos vividos com o corpo e os sentidos" (CUSICANQUI, 2018, p. 86, tradução livre[21]).

É a partir desta experiência da vida comum - nos termos da autora, *de la gente a pie* - que Cusicanqui (2018) propõe uma epistemologia *ch'ixi*. Retomando o conceito de sociedade *abigarrada* de René Zavaleta (1974 apud CUSICANQUI, 2010a), o qual relaciona aos "setores fronteiriços e mestiçados" (2010a, p. 73, tradução livre[22]), Cusicanqui propõe o *ch'ixi* como "a noção de coexistência em paralelo de múltiplas diferenças culturais que não se fundem, mas se antagonizam ou se complementam" (CUSICANQUI, 2010a, p. 70, tradução livre[23]). Assim, é a partir da experiência das formações *abigarradas* indígenas e populares que sugere que o pensamento descolonizador poderá emergir "como cultura, teoria, epistemologia, política de estado e também como nova definição do bem-estar e do 'desenvolvimento'" (CUSICANQUI, 2010a, p. 73, tradução livre[24]).

EPISTEMOLOGIA *CH'IXI*, SOCIABILIDADE E *ETHOS*

Associada à crítica dos discursos estatais oficiais, a descolonização da mestiçagem é outro eixo central da sociologia de Silvia Cusicanqui (2018). Em oposição à noção de mestiçagem como ideologia do Estado boliviano, inclinada ao apagamento do elemento indígena, Cusicanqui recupera sua própria identidade mestiça para propor uma indeterminação de caráter produtivo, em vez de aniquilante, composta de opostos que reverberam em lugar de neutralizarem-se, sem nunca atingirem uma mistura completa. Com isso, propõe o *chi'ixi* como prática de descolonização pela habitação da indeterminação, contradição e tensionamento, sem

[20] A escolha de manter o termo no idioma escrito pela autora deve-se à tentativa de preservar seu significado e originalidade.
[21] No original: […] se trata también de repudiar la separación entre el pensar académico y la reflexividad diaria de la gente de a pie, ese pensar que surge de las interacciones y conversaciones en la calle, de los sucesos colectivos vividos con el cuerpo y los sentidos.
[22] No original: […] sectores fronterizos y mezclados […].
[23] No original: La noción de ch'ixi, por el contrario, equivale a la de "sociedad abigarrada" de Zavaleta, y plantea la coexistencia en paralelo de múltiples diferencias culturales que no se funden, sino que antagonizan o se complementan.
[24] No original: El pensamiento descolonizador que nos permitirá construir esta Bolivia renovada, genuinamente multicultural y descolonizada, parte de la afirmación de ese nosotros bilingue, abigarrado y ch'ixi, que se proyecta como cultura, teoría, epistemología, política de estado y también como definición nueva del bienestar y el "desarrollo".

gerar uma resposta redutível dessas divergências (CUSICANQUI, 2018). A noção de *ch'ixi* traduz, assim, "[...] uma mestiçagem explosiva e reverberante, energizada pela fricção, que nos impulsa a sacudir e subverter os mandatos coloniais da paródia, da submissão e do silêncio" (CUSICANQUI, 2018, p. 87, tradução livre[25]).

Enquanto contradição e indeterminação habitada, o *ch'ixi* contrasta com a ideia de que toda justaposição é redutível; ou, como explica Cusicanqui (2018) ao recuperar o conceito de Gregory Bateson (1987 apud CUSICANQUI, 2018), fruto de um *double bind* colonial paralisante. O oposto do *ch'ixi*, segundo a autora, é o *chhixi*, que comunica a noção de hibridez como perda. O *chhixi* está associado ao inconsistente e insubstancial, um "hibridismo cultural *'light'*, conformista com a dominação cultural contemporânea" (CUSICANQUI, 2010a, p. 70, tradução livre[26]). O *ch'ixi* opõe-se ao *chhixi* por seu caráter produtivo da contradição e da diferença, isto é, "como uma epistemologia capaz de nutrir-se das aporias da história em vez de fagocitá-las ou negá-las" (CUSICANQUI, 2018, p. 25, tradução livre[27]). Assim, serve como metáfora de "[...] um processo autoconsciente de descolonização que, sem (re)negar ou evadir-se da fissura colonial, seja capaz de articular passados e presentes indígenas, femininos e comunitários em um tecido *ch'ixi*" (CUSICANQUI, 2018, p. 86-87, tradução livre[28]).

O *ch'ixi*, porém, não se resume a uma metáfora de autoconsciência individual, mas compreende uma sociabilidade e um *ethos* que, em conjunto, formam as bases de modos de vida e de uma micropolítica (CUSICANQUI, 2018). A partir da recuperação das práticas mercantis andinas e dos valores simbólicos e comunitários das organizações sociais indígenas na região, construindo uma teoria *ch'ixi* do valor, Cusicanqui identifica uma sociabilidade *ch'ixi* baseada em "[...] uma trama social duradoura: redes de parentesco e vizinhança, comunidades rituais e laborais espalhadas em espaços verticais que davam acesso a andares ecológicos de diferente altura" (2018, p. 46, tradução livre[29]).

---

[25] No original: […] un mestizaje explosivo y reverberante, energizado por la fricción, que nos impulse a sacudir y subvertir los mandatos coloniales de la parodia, la sumisión y el silencio.
[26] No original: […] hibridación cultural "light", conformista con la dominación cultural contemporánea.
[27] No original: […] como una epistemología capaz de nutrirse de las aporías de la historia en lugar de fagocitarlas o negarlas […].
[28] No original: […] un proceso autoconsciente de descolonización que, sin (re)negar o evadirse de la fisura colonial, sea capaz de articular pasados y presentes indios, femeninos y comunitarios en un tejido *ch'ixi* […].
[29] No original: […] una trama social duradera: redes de parentesco y vecindad, comunidades rituales y laborales, desperdigadas en espacios verticales que les daban acceso a pisos ecológicos de diferente

Neste mesmo sentido, o *ethos ch'ixi* sugere uma prática e reflexão comunitária e orientada ao público comum, que se opõe às práticas totalizantes adotadas tanto pelas elites coloniais como pelas elites burguesas latino-americanas. O *ethos ch'ixi*, portanto, opõe-se ao *ethos* colonialista. Enquanto o primeiro é orientado para a produção do comum, o segundo é fundado, entre outros elementos, em "negar as modernidades indígenas e as formas comunitárias da vida social" (CUSICANQUI, 2018, p. 38, tradução livre[30]). A micropolítica, por sua vez, é o nível em que a resistência articulada com formas de sociabilidade *ch'ixi* acontece (CUSICANQUI, 2018). Ela pressupõe "[...] construir espaços por fora do estado, manter neles um modo de vida alternativo, em ação, sem projeções teleológicas nem aspirações de 'mudanças de estrutura'" (CUSICANQUI, 2018, p. 142, tradução livre[31]). Ao mesmo tempo, impõe o desafio de encontrar lacunas desde dentro do Estado e do capital e, a partir das suas próprias contradições, criar práticas que enfraqueçam suas estruturas centrais (CUSICANQUI, 2018).

Silvia Cusicanqui (2018) identifica a presença do *ethos ch'ixi* e da micropolítica por ele orientada tanto nas estratégias comunais indígenas como nas estratégias populares urbanas. São elementos presentes nas ações orientadas pela organização comunitária de base e pela busca do bem-estar comum, que configuram cenários de resistência e luta pela sobrevivência. Exemplos destes cenários de ação coletiva autogestionada trazidos pela autora (CUSICANQUI, 2018) são o *gasolinazo* e o *impuestazo* organizados nas comunidades bolivianas de El Alto e La Paz nos anos 2000, os cinturões hortícolas urbanos, as cozinhas e comedores populares, bem como as organizações comunitárias como o Coletivo Abya Yala, o Coletivo Situaciones e o Coletivo Simbiosis. Essas experiências compartilham uma lógica *ch'ixi* de sociabilidade nas quais a resistência cotidiana às contradições do capital e do Estado brotam das suas próprias contradições (CUSICANQUI, 2018). São também formadas por múltiplas microcomunidades autogestionadas cujas relações entre os participantes se estabelecem no dia a dia, sem liderança unificada, mas rearranjadas "em uma espécie de confluência rizomática e molecular de ações autônomas, mas que seguiam um impulso e um *ethos* articulado" (CUSICANQUI, 2018, p. 140,

---

altura.

[30] No original: […] negar las modernidades indígenas y las formas comunitarias de la vida social.

[31] No original: […] construir espacios por fuera del estado, mantener en ellos un modo de vida alternativo, en acción, sin proyecciones teleológicas ni aspiraciones al "cambio de estructuras".

tradução livre[32]).

Assim, o *ch'ixi* alimenta uma micropolítica na qual desenvolvem modos de vida "ao mesmo tempo comunitários e universalistas (*ch'ixis*) de conceber direitos e rememorar lutas" (CUSICANQUI, 2018, p. 136, tradução livre[33]). São nessas experiências *de la gente a pie* que Cusicanqui celebra o potencial de espaços de "[...] desobediência organizada, resistência comunitária, formas comunais de autogestão, desprivatização *de facto* de serviços espaços públicos, formas alternativas [...] de fazer política [...]" (CUSICANQUI, 2018, p. 72, tradução livre[34]), baseadas na horizontalidade e comunalidade, e que se opõem à destruição dos tecidos comunitários *ch'ixi*. É também a partir dessas noções de sociabilidade e *ethos ch'ixi* e de micropolítica que se propõe, neste artigo, explorar o potencial de perspectiva *chi'xi* sobre o cuidado.

APROXIMAÇÕES ENTRE *CH'IXI*, GÊNERO E CUIDADO

Ainda que Silvia Cusicanqui não seja primordialmene reconhecida na academia como uma teórica feminista, a condição das mulheres indígenas e mestiças, o gênero e o cuidado são temas que permeiam sua sociologia. Tais assuntos aparecem muitas vezes introduzidos por outros, como a violência colonial, as epistemes indígenas e o tecido *ch'ixi*. Na coleção *Violencias (re)encubiertas en Bolivia* (2010b), por exemplo, Cusicanqui dedica-se especialmente a elaborar o gênero nas sociedades andinas pré-hispânicas a partir de uma noção de complementaridade, associando os processos paralelos de opressão colonial e masculina. Em um capítulo da coleção *Tejiendo de otro modo: feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala* (2014), Cusicanqui elabora as relações entre direitos indígenas e direito das mulheres na história jurídica boliviana, denunciando a "necessidade de um esforço simultâneo de descolonização cultural e de gênero" (2014, p. 131, tradução livre[35]). Por fim, em relação à epistemologia *ch'ixi*, a autora (CUSICANQUI, 2018) mobiliza a alegoria

[32] No original: [...] una suerte de confluencia rizomática y molecular de acciones autónomas, que sin embargo seguían un impulso y *ethos* articulado.
[33] No original: […] a la vez comunitarios y universalistas *(ch'ixis)* de concebir sus derechos y rememorar sus luchas.
[34] No original: […] la desobediencia organizada, la resistencia comunitaria, las formas comunales de autogestión, la privatización *de facto* de servicios y espacios públicos, las formas alternativas […] de hacer política desde lo cotidiano […].
[35] No original: [...] la necesidad de un esfuerzo simultáneo de descolonización cultural y de género.

tecido-território para propor o feminino e o masculino também como contradição produtiva.

Para a autora, o feminino pode ser entendido em seu potencial de tecido, como uma identidade mutável e relacional, que "tece a trama da interculturalidade através de suas práticas [...] criadoras de linguagens e símbolos capazes de seduzir ao 'outro' e estabelecer pactos de reciprocidade e convivência entre diferentes" (2010a, p. 72, tradução livre[36]). O masculino, por sua vez, denota noções fixas de território e mapa, típicas de um "logocentrismo machista que desenha mapas e estabelece pertencimentos" (CUSICANQUI, 2010a, p. 72, tradução livre[37]). Essa é também a noção masculina a partir da qual o Estado "domestica a alteridade indígena, [...] certifica a condição étnica e a encerra em limites (jurídicos, geográficos) que minam suas potencialidades de autonomia e autogoverno" (CUSICANQUI, 2018, p. 119, tradução livre[38]). Assim, para Cusicanqui, a articulação de território e tecido reflete que "precisamente a ideia ou o desejo do *ch'ixi* permite criar um *taypi*[39] ou uma zona de contato [...] onde se entrelaçam o princípio feminino e o masculino de maneira orgânica, reverberante e contenciosa" (CUSICANQUI, 2018, p. 56, tradução livre[40]).

A perspectiva de Cusicanqui sobre o feminino-masculino enquanto zona de contato contenciosa e não redutível, como o *ch'ixi*, informa também sua análise dos sistemas de gênero nas sociedades andinas pré-hispânicas. Para Cusicanqui (2010b), os sistemas de gênero andinos pré-hispânicos podem ser definidos como complementaridade de duas estruturas assimétricas, em vez de igualitárias. Conforme a autora:

> O sistema de complementaridade andino não implicava, portanto, a existência de um *double standard* na vida cotidiana das mulheres, com um sistema de regras válido para homens e outro para mulheres, ambos encobertos por uma normatividade de aparência igualitária. A diferença era reconhecida de um modo explícito e taxativo, talvez até o ponto de fundar

[36] No original: […] teje la trama de la interculturalidad a través de sus prácticas […] creadora de lenguajes y de símbolos capaces de seducir al "otro" y establecer pactos de reciprocidad y convivencia entre diferentes.
[37] No original: [...] logocentrismo machista que dibuja mapas y establece pertenencias.
[38] No original: [...] la condición étnica y la encierra en límites (jurídicos, geográficos) que merman sus potencialidades de autonomía y autogobierno.
[39] Palavra aymara que significa "centro, meio, [...] relativo ao centro" (CUSICANQUI, 2018, p. 169, tradução livre).
[40] No original: [...] precisamente la idea o del deseo de lo *ch'ixi* que permite crear un *taypi* o 'zona de contacto' […] donde se entretejen el principio femenino y el principio masculino de manera orgánica, reverberante y contenciosa.

uma hierarquia (CUSICANQUI, 2010b, p. 187, tradução livre[41]).

Mesmo reconhecendo que as mulheres andinas gozavam de poder simbólico que não as excluía dos processos de tomadas de decisões, Cusicanqui (2010b) sustenta que sua situação nas sociedades pré-hispânicas não pode ser idealizada como modelos de harmonia e igualdade total entre homens e mulheres. Tal interpretação romantizada, segundo a autora, seria reflexo de interpretações maniqueístas típicas do binarismo ocidental. Apesar disso, reconhece que as questões de desigualdade de gênero, em perspectiva andina pré-hispânica, diferenciam-se essencialmente daqueles debates desenvolvidos pelo feminismo europeu da segunda onda, centrado na conquista do mercado laboral e no papel das mulheres no espaço produtivo. As percepções feministas sobre o doméstico são, portanto, desafiadas pela episteme indígena andina e pela epistemologia *ch'ixi* de Silvia Cusicanqui, refletindo-se também nas narrativas da autora sobre o cuidado.

O CUIDADO COMO ORIGEM DA AUTOCONSCIÊNCIA DECOLONIZANTE

Mais especificamente acerca do cuidado, Cusicanqui (2010c, 2018) narra como suas experiências de infância provocaram-na a refletir sobre a descolonização da identidade por meio da relação de cuidado, assim como a partir do espaço da própria casa. Exemplo disso é o relato que a autora (2010c, 2018) traz da relação com a sua própria cuidadora na infância – Rosa, uma mulher indígena – e como, a partir dela, aconteceu seu processo de encantamento com a realidade aymara.

Comentando como foi carregada no *awayu*[42] de Rosa durante sua primeira infância, Cusicanqui (2010c) compara a experiência de proximidade com o corpo da cuidadora com a percepção do entorno geográfico andino, com suas montanhas e lagos. A partir da proximidade que adquiriu sendo criada por Rosa, Cusicanqui (2010c) reconhece também as práticas subjetivas que adquiriu da relação, como a fala do *castimillano* – termo que utiliza ironicamente para referir-se à variante dialética do

[41] No original: El sistema de complementariedad andino no implicaba, por lo tanto, la existencia de un doble standard en la vida cotidiana de las mujeres, con un sistema de reglas válido para hombres y otro para mujeres, ambos encubiertos por una normatividad en apariencia igualitaria. La diferencia era reconocida de un modo explícito y tajante, quizás hasta el punto de fundar una jerarquía.

[42] Palavra aymara que identifica "peça de tecido para carregar crianças, alimentos [...]" (CUSICANQUI, 2018, p. 165). Ser carregada no *awayu* pressupõe a proximidade corporal envolta no tecido, a qual Cusicanqui associa à percepção do corpo de Rosa com a geografia andina.

castelhano popular andino (CUSICANQUI, 2018) -, em lugar de propriamente *castellano.*

Nestes elementos de conexão entre a episteme indígena e o cuidado recebido em sua infância, Cusicanqui (2010c, 2018) identifica as fontes da autoconscientização da sua identidade mestiça. Reconhecendo que essa percepção a "levou a pensar que a descolonização começa pela própria casa" (CUSICANQUI, 2018, p. 122, tradução livre[43]), Cusicanqui sugere que a relação com sua cuidadora serve como origem de sua autoconsciência descolonizadora, isto é, como lugar de reconhecimento da sua índia interior:

> O ch'ixi é o mestiço libertado da sua vergonha, da vergonha que lhe dá seu lado indígena, quando reconhece que está é a sua sintaxe, a partir da qual pode observar o todo, e pode tornar-se livre. Meus pensamentos, minhas intuições, devo-os a este primeiro gesto descolonizador da minha própria índia interior que é descolonizador também de minha própria primeira memória, do incômodo e da dor que me provocava a formação em uma família que queria que eu fosse uma senhora[44]: por isso me chamo *birchola* e não *birlocha*[45] (N. da. E.: a *chola* que deixa sua roupa para adotar a de senhora), porque sou abaixista. De onde vem meu abaixismo? Do amor que eu lhe tinha a uma senhora que se chamava Rosa e que me carregou quando criança e que morreu quando eu tinha 8 anos. Desde então fui eterna órfã, eterna nostálgica, desta mãe substituta. E eu acredito que isso acontece com muitas mestiças e mestiços, a exemplo de María Galindo que escreve um texto belíssimo no qual diz: preciso ter uma *chola* entre meus ancestrais?, que obviamente é uma homenagem à *chola* que lhe carregou quando criança. Daí tenho toda uma hipótese sobre o complexo do aguayo que viria a ser a raiz dos populismos modernos (CUSICANQUI, 2010c, n.p., tradução livre[46]).

---

[43] No original: [...] ha llevado a pensar que la descolonización comienza por la propia casa.

[44] Conforme explicado em uma entrevista concedida ao Canal Encuentro na série *Historias debidas*, o termo "senhora" é utilizado por Cusicanqui para identificar um comportamento e identificação com as práticas de mulheres da alta sociedade boliviana. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=1q6HfhZUGhc.

[45] Em uma entrevista concedida ao Canal Encuentro na série *Historias debidas*, Silvia Cusicanqui explica sua subversão da palavra *birchola* e *birlocha*. A palavra *birlocha* se refere a quem se tira o traje de *chola* para integrar-se à modernidade. Cusicanqui criou o neologismo *birchola*, caracterizando-se como uma senhora que assume seu processo de identificação com a identidade *chola*, fazendo o processo inverso: desidentifica-se com a modernidade branca para, ao contrário, identificar-se com o mestiço. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=1q6HfhZUGhc.

[46] No original: Lo ch'ixi es el mestizo liberado de su vergüenza, de la vergüenza que le da su lado indio, cuando reconoce que esa es su sintaxis, desde la cual puede mirar el todo, se puede volver libre. Mis pensamientos, mis intuiciones, se los debo a ese primer gesto descolonizador de mi propia india interior que es descolonizador también de mi propia memoria temprana, de la incomodidad y el dolor que me provocaban la formación en una familia que quería que yo sea una señora: por eso yo me llamo birchola y no birlocha (N. de E.: la chola que deja su ropa por la de señora), porque soy abajista. ¿De dónde viene mi abajismo? Del amor que yo le tenía a una señora que se llamaba Rosa que me cargó de niña y que se murió cuando yo tenía 8 años. Entonces yo he sido eterna huérfana, eterna nostálgica, de esa madre sustituta. Y yo creo que eso pasa en muchas mestizas y mestizos, entre otras la María Galindo que escribe un texto bellísimo que dice ¿yo no necesito tener una chola entre mis ancestros?, que obviamente es un homenaje a la chola que la cargó de niña. De ahí yo tengo toda una hipótesis sobre el complejo del aguayo que vendría a ser la raíz de los populismos modernos.

Cusicanqui também enlaça o cuidado e a episteme indígena ao abordar as condições das trabalhadoras domésticas indígenas, e o desprezo dirigido a elas tanto pelas pessoas por elas cuidadas como pelas elites bolivianas. Primeiro, aponta que os movimentos indígenas, ao vincularem sua identidade a um território marcado no mapa (uma noção de identidade, portanto, essencialmente masculina), relegam a segundo plano a condição das trabalhadoras domésticas indígenas nas cidades (CUSICANQUI, 2014; 2018). Segundo, critica as práticas sociais das elites bolivianas que se utilizam do trabalho de mulheres indígenas, as quais percebem apenas como "[...] seres invisíveis que colocam e tiram a mesa" (CUSICANQUI, 2010c, n.p., tradução livre[47]), ocultadas sob o acordo tácito de sua invisibilidade e ausência do debate público. Por fim, destaca o fenômeno que denomina complexo de *aguayo* (CUSICANQUI, 2010c; 2018), termo pelo qual se refere a uma prática de criação da Bolívia do século XX, segundo a qual crianças eram cuidadas por mulheres indígenas na primeira infância até que, atingida certa idade, são delas separadas. Nas palavras da autora,

> O complexo do *aguayo* consiste em que esta mulher que você amou desde criança, que você cheirou e acreditou ser sua mãe, aos sete anos de idade sua família lhe ensina a desprezar. A dor que isto lhe produz é imperdoável. Eu nunca perdoei a minha mãe, inclusive depois de três anos já morta, com os rituais de todos os santos. E para mim até o dia de hoje é a família de Rosa a minha verdadeira família. Fui mais vezes ao cemitério ver Rosa do que minha mãe. Mas a família de Rosa me ajudou a que tente perdoar minha mãe. É muito doloroso quando você se pergunta quando criança: por que não a posso amar? É algo que trabalha muito bem a escritora Rosario Castellanos, nela é uma dor incurável. Em mim foi reconhecer o bilinguismo das minhas escutas de criança. Quando me dei conta de que o que falo é *castimillano* e não castelhano, que eu já sei o dialeto conector, o *semiotic shifter*, o que lhe permite traduzir (Silvia CUSICANQUI, 2010c, n.p., tradução livre[48]).

Para a autora, o complexo de *aguayo* reflete a rejeição à mulher cuidadora como rejeição da mestiçagem, do reconhecimento do *ch'ixi* e da oportunidade de descolonização. Assim, ao passar a desprezar a mulher indígena responsável pelos

[47] No original: [...] seres invisibles que te ponen y quitan los platos […].

[48] Original disponível em: El complejo del aguayo consiste en que esa mujer que has amado desde niña, que la has olido y la has creído tu mamá, a los siete años tu familia te enseña a despreciarla. Y el dolor que te produce eso es imperdonable. Yo nunca se lo he perdonado a mi mamá, incluso después de tres años de muerta, con los rituales de todos los santos. Y para mí y hasta el día de hoy la familia de la Rosa es mi verdadera familia. Yo he ido más veces al cementerio a ver a la Rosa que a mi mamá. Pero la familia de la Rosa me ha ayudado a que intente perdonar a mi mamá. Es muy doloroso cuando te preguntas de niña ¿por qué no la puedo querer? Es algo que trabaja muy bien la escritora Rosario Castellanos, en ella es un dolor incurable. En mí fue reconocer el bilingüismo de oídas de niña. Cuando me di cuenta de que lo que yo hablo es castimillano y no castellano, que yo ya sé el dialecto conector, el semiotic shifter, el que te permite traducir.

cuidados nos primeiros anos de vida, é igualmente adotado e reforçado o desprezo à identidade indígena ou à mestiçagem. É, para a autora, uma crise existencial associada à ferida colonial (CUSICANQUI, 2018).

O olhar de Silvia Cusicanqui sobre o cuidado oferece uma perspectiva distinta da que normalmente é adotada na sociologia do cuidado. Ainda que reconheça que o trabalho doméstico e de cuidado como um trabalho desvalorizado e invisibilizado (CUSICANQUI, 2014; 2018), a epistemologia *ch'ixi* permite analisar essas atividades para além do prisma do trabalho, da família e da provisão estatal de serviços.

O quadro teórico oferecido pela sociologia de Silvia Cusicanqui permite uma maior aproximação a perspectivas apenas brevemente mencionadas na literatura do cuidado (Helena HIRATA; Nadya Araújo GUIMARÃES, 2020) e que, embora respondam diretamente às especificidades do continente latino-americano, são comumente marginalizadas pelos estudos do campo. Essas experiências são aquelas preocupadas com uma dimensão comunitária do cuidado, orientada mais fortemente pela produção do comum, e menos relacionada à geração de valor na sociedade capitalista, ou a uma justa divisão de tarefas entre as categorias de sexo/gênero (Andrea AGUIRRE, 2018; Olga ARAÚJO, Gloria BERMÚDEZ, Cristina VEGA, 2018; Veronica GAGO, 2018; Elizabeth CANELAS, Cristina CIELO, 2018; Christel KELLER-GARGANTÉ, 2017; Sara MORENO-COLOM, 2018; Mercedes PRIETO, María Isabel MIRANDA, 2018; Nazaret RODRÍGUEZ-ALONSO, Dolors COMAS-D'ARGEMIR, 2017). Em tais experiências, as noções de trabalho e de esfera doméstica são desafiadas, porque priorizam um prisma de análise outro que aquele liberal, centrado no Estado. No lugar, visibilizam estratégias incipientes e muitas vezes contraditórias, centradas na autogestão comunitária e na convivência com o entorno e com a natureza. Nos termos de Natalia Quiroga,

> É necessário questionar as implicações teóricas que teria uma economia do cuidado pensada desde os fundamentos do Bem Viver, no qual há um deslocamento do antropocentrismo que permite considerar a terra também como sujeito e objeto de cuidado. Ao mesmo tempo, a dimensão comunitária e sua relação com o cuidado não está contida na relação entre família e sociedade civil, conceitos que aludem a uma concepção liberal em sua relação com o Estado. As ideias de autonomia, auto-organização coletiva às quais alude o comunitário levam a consideradas outras dimensões do cuidado até hoje ignoradas. (QUIROGA, 2014, p. 173, tradução livre[49]).

[49] No original: Es necesario cuestionar las implicaciones teóricas que tendría una economía del cuidado, pensada desde los fundamentos del Buen Vivir, en donde hay un desplazamiento del antropocentrismo que permite considerar a la tierra también cómo sujeta y objeto de cuidado. A la vez, la dimensión comunitaria y su relación con el cuidado no está contenida en la relación entre familia y sociedad civil,

Dessa forma, quando entendido mais amplamente, o cuidado pode ser considerado também como uma série de atividades relacionadas à produção do viver, em estratégias comunitárias incipientes e heterogêneas sobre o cuidado. Tais experiências, muitas vezes centradas na autogestão comunitária, na horizontalidade e na integração com o entorno, são ações inovadoras de cuidado a nível comunitário, informadas por outras epistemes, e desenvolvidas com particular destaque no continente latino-americano. É nesta linha que se pretende apresentar, na próxima seção, três iniciativas de cuidado a nível coletivo, situando-as enquanto ações de micropolítica baseadas em um *ethos ch'ixi* (CUSICANQUI, 2018), no qual o cuidado comunitário se desenvolve.

OLHARES *CH'IXI* SOBRE O CUIDADO

O *ch'ixi*, na forma trazida por Cusicanqui (2010a, 2010b, 2018), traduz não apenas uma metáfora de descolonização da mestiçagem, mas também formas de sociabilidade e *ethos* que podem ser apreendidos a nível da micropolítica. O *ch'ixi* ampara modos de vida "ao mesmo tempo comunitários e universalistas [...] de conceber direitos e rememorar lutas" (CUSICANQUI, 2018, p. 136, tradução livre[50]). É, portanto, característica de um *ethos* que busca, dentro das lacunas do estado e do capital, as formas de reinventar experiências de resistência que os enfraqueçam desde dentro. Estas experiências são retomadas por Cusicanqui como espaços de "[...] desobediência organizada, resistência comunitária, formas comunais de autogestão, desprivatização *de facto* de serviços espaços públicos, formas alternativas [...] de fazer política [...]" (CUSICANQUI, 2018, p. 72, tradução livre[51]), baseadas na horizontalidade e comunalidade, que se opõem à destruição dos tecidos comunitários *ch'ixi*.

Partindo dessa concepção, esta seção apresenta algumas experiências relatadas pela literatura como "cuidado comunitário", "cuidado comum" ou "produção

---

conceptos que además aluden a una concepción liberal en su relación con el Estado. Las ideas de autonomía, auto organización colectiva a las que alude lo comunitario llevan a considerar otras dimensiones del cuidado hasta hoy ignoradas.

[50] No original: [...] a la vez comunitários y universalistas [...] de concebir sus derechos y de rememorar sus luchas.

[51] No original: […] la desobediencia organizada, la resistencia comunitaria, las formas comunales de autogestión, la privatización *de facto* de servicios y espacios públicos, las formas alternativas […] de hacer política desde lo cotidiano […].

do comum reprodutivo". Trata-se de experiências de cuidado compartilhado e autogestionado que se organizam em horizontalidade de relações pessoais e com a natureza. Propõe-se que uma epistemologia *ch'ixi* pode iluminar essas experiências, oferecendo um arcabouço para o seu maior destaque na literatura do cuidado, em especial centrado nas ações encontradas no continente latino-americano.

As experiências selecionadas foram reunidas em capítulos de livro (uma delas em formato entrevista) e são essencialmente heterogêneas e variadas: abordam as relações entre natureza e reprodução social em contextos de extrativismo, a formação de comunidades de cuidado em contextos de precarização trabalhista e o cuidado como recuperação da memória em contextos de pós-conflito. A escolha baseou-se na tentativa de capturar sua heterogeneidade, abrangendo diversos contextos e localidades (Bolívia, Equador, Argentina e Colômbia). O exercício também não se pretende exaustivo, mas ilustrativo.

A primeira experiência retrata o cuidado como inter-relacionado com a natureza e, em especial, com a água. Canelas e Cielo (2018), analisando as comunidades amazônicas dos rios Beni e Kaká na região de La Paz, na Bolívia, e dos rios Aguarico e Napo, na província de Sucumbíos, no Equador, buscaram identificar os impactos dos processos neoextrativistas implementados na região para as atividades de cuidado destas populações. Para tanto, propõem uma noção de cuidado que foge do tradicional enfoque do trabalho e da dependência, entendendo-o "[...] atividades que realizam os humanos para reproduzirem-se em interdependência com a natureza" (CANELAS; CIELO, 2018, p. 53-54, tradução livre[52]). Para as populações referidas, a água é "[...] elemento central para a reprodução coletiva", e "[...] o cuidado coletivo dos terrenos comuns e a interdependência dos comunários através deste território é parte da formação da comunidade" (CANELAS; CIELO, 2018, p. 54, tradução livre[53]). O cuidado é, portanto, comum e ecológico, porque está conectado às dimensões da comunalidade e do entorno. Quando a natureza e a água que compõem o entorno é atingido, transformam-se também, por consequência, os significados do cuidar e do ser parte da comunidade, com profundas implicações nas relações de gênero.

Com efeito, com a implementação de atividades extrativistas na região (a

[52] No original: [...] las actividades que realizan los humanos para reproducirse en interdependencia con la naturaleza.
[53] No original: [...] elemento central para la reproducción colectiva, el cuidado colectivo de los terrenos comunes y la interdependencia de los comunarios a través de ese territorio es parte de la formación de la comunidad.

mineração, no caso dos rios Beni e Kaká, e a exploração petroleira, no caso dos rios Aguarico e Napo), o resultado gerado foi "[...] a exclusão da água do cuidado coletivo" (CANELAS; CIELO, 2018, p. 54, tradução livre[54]). A população foi destituída do acesso às águas pela poluição e contaminação, de forma que os rios já não podiam ser usados como local de pesca, abastecimento para os cultivos, passeio pessoal, lavagem de roupas e alimentos, ou como espaço de socialização e ócio comunitários. Com isso, modificaram-se profundamente o tecido de relações sociais. Com a redução das atividades de subsistência, as pesquisadoras identificaram que os homens dessas comunidades viram-se obrigados a integrar-se no trabalho assalariado, em especial na mineração e nas construções associadas à indústria petroleira, excluindo as mulheres do processo de assalariação e tornando-as mais dependentes do trabalho masculino para o próprio sustento. Com a retirada das atividades de cuidado e reprodução social da comunalidade dos rios, tais tarefas tornaram-se cada vez mais familiares e individualizadas, com uma significativa redução no seu prestígio comunitário e, por conseguinte, na valorização social do trabalho feminino. Em resumo, gerou-se a submissão das famílias às economias de mercado impostas pela lógica extrativista, precarizando a situação de mulheres que não se incorporam facilmente em tais atividades. Para Canelas e Cielo (2018, p. 66, tradução livre[55]), "[...] a água é expropriada da reprodução do coletivo, retirando-lhe não apenas seus usos e funções, mas também seu papel constitutivo na recreação das comunidades".

As conclusões das autoras demonstram os resultados de uma associação Estado-capital de destruição das formas comunitárias de vida, reiterando a ferida colonial e o *ethos* colonialista que atua fundado na negação "das modernidades indígenas e das formas comunitárias da vida social" (CUSICANQUI, 2018, p. 38, tradução livre[56]).

A segunda experiência pertence ao cenário urbano de mulheres migrantes trabalhadoras da indústria têxtil na região metropolitana de Buenos Aires. Veronica Gago (2018) explica que tais oficinas constituem um local tanto privado como público, já que as trabalhadoras costumam também residir na fábrica – costuram, criam suas crianças, cozinham e vivem. Neste sentido, "o lugar de trabalho 'resolve' e ao mesmo

[54] No original: [...] la exclusión del agua del cuidado del colectivo.
[55] No original: [...] el agua es expropiada respecto de la reproducción de lo colectivo, quitándole no solo sus usos y funciones, sino también su rol constitutivo en la recreación de las comunidades.
[56] No original: […] [negar] las modernidades indígenas y las formas comunitarias de la vida social.

tempo condensa as tarefas de cuidado, funcionando de modo econômico-sintético em um mesmo espaço a produção e a reprodução" (GAGO, 2018, p. 77, tradução livre[57]). São formas comunitárias de vida que ocorrem na clandestinidade, sujeitas a contradições opressivas e também a disputas de sobrevivência.

Neste caso, o comunitário não é uma experiência idílica e essencializada, anterior à intervenção do Estado e do mercado, mas um espaço heterogêneo e com usos contraditórios – e, nesse sentido, relacionáveis à noção do *ch'ixi*. Da mesma forma que no *ch'ixi,* vislumbra-se "o deslocamento do comunitário da sua acepção indígeno-purista ou de sua teatralização identitária" (GAGO, 2018, p. 87, tradução livre[58]), sendo usado "como recurso urbano ao mesmo tempo de adaptação e de luta" (GAGO, 2018, p. 87, tradução livre[59]). Gago (2018) explica que este modo de vida, ao condensar cuidado e trabalho no mesmo espaço, surge como uma escolha conveniente para mulheres migrantes que não possuem rede de apoio no país de destino, já que não requer a separação dos próprios filhos. As fábricas têxteis servem também como local de chegada e de acumulação de recursos para acessarem outros empregos, financiarem estudos ou acumularem capital social. Assim, as mulheres constroem suas comunidades em "trajetórias migrantes que são temporárias, dinâmicas geracionalmente e cambiantes em termos de expectativas, cálculos e táticas" (GAGO, 2018, p. 79, tradução livre[60]). Essas estratégias ocorrem ao mesmo tempo em que as multinacionais exploram o desejo de melhora de vida e ascensão, assim como os governos apoiam a contratação de mão de obra barata e a criminalização do comércio ilegal. São, portanto, espaços ambivalentes "onde se conjugam formas de exploração e elementos comunitários" (GAGO, 2018, p. 86, tradução livre[61]).

O cuidado, nesse contexto, "joga um papel chave em termos de produção de mais-valia" (GAGO, 2018, p. 86, tradução livre[62]), porque é pensando "tanto como infraestrutura de migração e insumo de exploração" (GAGO, 2018, p. 82, tradução

[57] No original: [...] el lugar de trabajo «resuelve» y a la vez condensa las tareas de cuidado, fusionando de modo económico-sintético en un mismo espacio la producción y la reproducción.
[58] No original: [...] el despegue de lo comunitario de su acepción índigeno-purista o de teatralización identitaria.
[59] No original: [...] como recurso urbano, a la vez de adaptación y de lucha.
[60] No original: [...] trayectorias migrantes que son temporarias, dinámicas generacionalmente y cambiantes en términos de expectativas, cálculos y tacticismos.
[61] No original: [...] donde se conjugan formas de explotación y elementos comunitarios.
[62] No original: [...] [el cuidado] juega un rol clave en términos de producción de plusvalor […].

livre[63]). Assim, “cuidado-trabalho se misturam de tal forma que o comunitário é o tecido em que essas fronteiras experimentam redefinições” (GAGO, 2018, p. 83, tradução livre[64]).

A terceira experiência consiste em um relato em formato de entrevista, no qual se explora o contexto de pós-conflito e de reconstrução de paz em uma comunidade do pacífico colombiano, situada entre as municipalidades de Buenaventura e Dagua. Neste caso, Olga Araújo, Gloria Bermúdez e Cristina Vega (2018) destacam o uso do cuidado como estratégia de produção do comum para lidar com o luto.

As autoroas narrram que Buenaventura e Dagua são territórios negros e indígenas que sofreram duras consequências do conflito armado civil colombiano, contando com diversas vítimas de homicídios e execuções (ARAÚJO; BERMÚDEZ; VEGA, 2018). Em resposta ao luto, os familiares das vítimas organizaram a Associação de Mulheres e Homens de Triana (amparados pela organização de direitos humanos Nodadesc e acompanhados do Movimento de Vítimas de Crimes do Estado), com o objetivo de recuperar a memória coletiva da comunidade. O exercício de recuperar a memória das vítimas e do seu território acontece especialmente pela recuperação e cultivo de práticas cotidianas, rituais, costumes e espiritualidade, assim como pelo compartilhamento ativo de histórias e crenças autóctones. O cuidado coletivo acontece em especial pelo estímulo à formação de laços entre mulheres, que seguem rituais para o cuidado do corpo, assim como práticas de convivência em torno do luto, que envolvem mudar-se temporariamente de casa e oferecer companhia nos momentos de perda.

Por fim, o cuidado comunitário também se desenvolve pela construção de um plano de vida da comunidade: uma estratégia para sistematizar todas as práticas de cuidado da vida ali desenvolvidas. Documentando rituais e histórias, visa-se a prolongar o bem-viver das populações em seus territórios, seus processos organizativos e práticas, e visibilizar suas propostas de vida em resistência à ameaça neoliberal. A epistemologia *ch’ixi,* neste caso, ilumina o cuidado como esforço ativo de preservação da autonomia e soberania das práticas *de la gente a pie*, em resposta ao desmantelamento dos modos comunitários de vida (CUSICANQUI, 2018).

---

[63] No original: [...] tanto infraestructura de migración e insumo de explotación [...].
[64] No original: [...] cuidado-trabajo se mezclan de modo tal que lo comunitario es el tejido en que esas fronteras experimentan redefiniciones.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste ensaio, propôs-se um exercício de análise do cuidado pela lente de uma epistemologia *ch'ixi*, sugerindo que a perspectiva poderia iluminar uma série de experiências pouco investigadas pela literatura latino-americana do cuidado (QUIROGA, 2014). Para isso, apresentou-se a sociologia da imagem e a epistemologia *ch'ixi* de Silvia Cusicanqui, a partir das quais o cuidado foi proposto como (a) local de descolonização da identidade mestiça e (b) lente de análise de experiências comunitárias e coletivas de cuidado, entendidas como ações de micropolítica baseados em um *ethos ch'ixi* (CUSICANQUI, 2018). O argumento sugerido é que uma epistemologia *ch'ixi* permitiria um maior reconhecimento destas experiências marginalizadas sobre o cuidado, as quais divergem de uma concepção teórica do cuidado vislumbrada unicamente pelo prisma liberal, centrado no Estado e na divisão entre público e privado.

Existe uma série de epistemes que poderiam ser aplicadas ao cuidado neste exercício. A escolha da epistemologia *ch'ixi* se deu em especial por sua conexão com a micropolítica, permitindo relacionar coletivos de cuidado e práticas insurgentes. A micropolítica, para Cusicanqui "está abaixo do radar da política e trabalha sobre coletivos pequenos e ações corporais que permitem que floresçam espaços de liberdade. O que buscamos é repolitizar a cotidianidade, seja da cozinha, do trabalho ou da horta" (2019, p. 10, tradução livre[65]). São experiências cotidianas de resistência à totalização do Estado e do mercado nas quais o cuidado comunitário e autogestionado mostrou ter um papel chave.

O que se pretendeu com este exercício foi elucidar outros olhares possíveis sobre o conceito de cuidado, incluindo na categoria potenciais experiências que traduzem sobretudo três sentidos: primeiro, uma noção de cuidado comum e ecológico, entendido como atividades de reprodução em interdependência com a natureza (CANELAS; CIELO, 2018); segundo, o cuidado "tanto como infraestrutura quanto como insumo de exploração" (GAGO, 2018, p. 82, tradução livre[66]), evidenciando as contradições internas ao comunitário; e, terceiro, o cuidado como

[65] No original: [...] [la micropolítica] está por debajo del radar de la política y trabaja sobre colectivos pequeños y acciones corporales que permiten que florezcan espacios de libertad. Lo que buscamos es repolitizar la cotidianidad, ya sea desde la cocina, el trabajo o la huerta.
[66] No original: [...] tanto infraestructura de migración e insumo de explotación [...].

estratégia de recuperação de memória coletiva e produção de comunalidade em torno ao luto (ARAÚJO; BERMÚDEZ; VEGA, 2018). Insiste-se, porém, que as experiências trazidas compõem um exercício analítico não exaustivo, podendo outras serem coletadas e analisadas em futuras pesquisas.

REFERÊNCIAS

AGUIRRE, Andrea. La familia de la Tía Gloria: crianza y poder punitivo estatal en Ecuador. In: VEGA, Cristina; MARTÍNEZ-BUJÁN, Raquel; PAREDES, Myriam (org.). **Cuidado, comunidad y común:** experiencias cooperativas en el sostenimiento de la vida. Madrid: Traficantes de Sueños, p. 93-110, 2018.

ARAÚJO, Olga; BERMÚDEZ, Gloria; VEGA, Cristina. Sanación, cuidado y memoria afrodescendiente en el Pacífico colombiano. Las mujeres frente el conflicto armado. In: VEGA, Cristina; MARTÍNEZ-BUJÁN, Raquel; PAREDES, Myriam (org.). **Cuidado, comunidad y común:** experiencias cooperativas en el sostenimiento de la vida. Madrid: Traficantes de Sueños, p. 111-122, 2018.

CANELAS, Elizabeth López; CIELO, Cristina. El agua, el cuidado y lo comunitario en la Amazonía boliviana y ecuatoriana. In SOLÍS, Cristina Vega; MARTÍNEZ-BUJÁN, Raquel; PAREDES, Myriam (org.). **Cuidado, comunidad y común:** experiencias cooperativas en el sostenimiento de la vida. Madrid: Traficantes de Sueños, p. 53-74, 2018.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. **Ch'ixinakax utxiwa:** una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores. Buenos Aires: Tinta Limón, 2010a.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. **Violencias (re) encubiertas en Bolivia.** La Paz: Editorial Piedra Rota, 2010b.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. Orgullo de ser mestiza. [Entrevista concedida a] GAGO, Veronica. **Página 12**, 2010c. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/diario/suplementos/las12/13-5889-2010-07-30.html>, Acesso em 16/07/2020.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. La noción de 'derecho' o las paradojas de la modernidad postcolonial: indígenas y mujeres en Bolivia. In: MIÑOSO, Yuderkys Espinosa; CORREAL, Diana Gómez; MUÑOZ, Karina Ochoa. (org.) **Tejiendo de otro modo:** feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. **Sociología de la imagen:** miradas ch'ixi desde la historia andina. Buenos Aires: Tinta Limón, 2015.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. **Un mundo ch'ixi es posible:** ensayos desde un presente en crisis. Buenos Aires: Tinta Limón, 2018.

GAGO, Veronica. Neo-comunidad: circuitos clandestinos, explotación y resistencias.

In SOLÍS, Cristina Vega; MARTÍNEZ-BUJÁN, Raquel; PAREDES, Myriam (org.). **Cuidado, comunidad y común:** experiencias cooperativas en el sostenimiento de la vida. Madrid: Traficantes de Sueños, 2018.

HIRATA, Helena; GUIMARÃES, Nadya Araujo. Pensar o trabalho pela ótica do cuidado, pensar o cuidado pela ótica das suas trabalhadoras. In: HIRATA, Helena; GUIMARÃES, Nadya Araujo (org.). **O Gênero do Cuidado: Desigualdades, Significações e Identidades.** Cotia, São Paulo: Ateliê Editorial, 2020.

KELLER-GARGANTÉ, Christel. Grupos de Crianza Compartida: una alternativa comunitaria en la organización del cuidado en la primera infancia. **Quaderns de l'Institut Catala d'Antropologia**, v. 22, n. 2, p. 167-182, 2017.

MORENO-COLOM, Sara. La acción comunitaria y los cuidados a domicilio. In VEGA, Cristina; MARTÍNEZ-BUJÁN, Raquel; PAREDES, Myriam (org.). **Cuidado, comunidad y común:** experiencias cooperativas en el sostenimiento de la vida. Madrid: Traficantes de Sueños, p. 147-165, 2018.

PRIETO, Mercedes; MIRANDA, María Isabel. Travesías del cuidado de la niñez indígena en Ecuador. In VEGA, Cristina; MARTÍNEZ-BUJÁN, Raquel; PAREDES, Myriam (org.). **Cuidado, comunidad y común:** experiencias cooperativas en el sostenimiento de la vida. Madrid: Traficantes de Sueños, p. 189-209, 2018.

QUIROGA, Natalia Díaz. Economía del cuidado. Reflexiones para un feminismo decolonial. In: MIÑOSO, Yuderkys Espinosa; CORREAL, Diana Gómez; MUÑOZ, Karina Ochoa. **Tejiendo de otro modo: feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala.** Popayán: Editorial Universidad del Cauca, p. 161-177, 2014.

RODRIGUEZ ALONSO, Nazaret; COMAS-DARGEMIR, Dolors. La construcción social del cuidado comunitario en La Muralleta, una cooperativa autogestionada para gente mayor. **Quaderns de l'Institut Catala d'Antropologia**, v. 22, n. 2, p. 183–198, 2017.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Death of a Discipline.** New York: Columbia University Press, 2003.

* Artigo recebido em 14 de agosto de 2021,

aprovado em 28 de outubro de 2021.

A PERSPECTIVA INFRAESTRUTURAL NA ANÁLISE DA PLATAFORMIZAÇÃO DA SOCIEDADE: A CONTRIBUIÇÃO DE JOSÉ VAN DIJCK

THE INFRASTRUCTURAL PERSPECTIVE IN THE ANALYSIS OF THE PLATFORMIZATION OF SOCIETY: THE CONTRIBUTION OF JOSÉ VAN DIJCK

LA PERSPECTIVA INFRAESTRUCTURAL EN EL ANÁLISIS DE LA PLATAFORMIZACIÓN DE LA SOCIEDAD: LA CONTRIBUCIÓN DE JOSÉ VAN DIJCK

Henrique Chevrand Weiss[67]

Resumo
O presente trabalho trata sobre a proposição analítica acerca da plataformização da sociedade cunhada por José Van Dijck. O objetivo principal é apreender e destacar a perspectiva infraestrutural em meio à miríade de outras perspectivas e proposições teórico-conceituais. A pesquisa possui como referência a análise de conteúdo das obras publicadas pela autora nas últimas duas décadas, destacando o trabalho *The Platform Society*. A partir desta análise se faz possível analisar a plataformização enquanto fenômeno infraestrutural, tornando as plataformas imprescindíveis para a manutenção de uma série de relações intersubjetivas cotidianas, garantindo poder a um oligopólio tecnológico cada vez mais presente e dominante socialmente.
Palavras-Chave: Plataformização; Plataforma; Van Dijck; Tecnologia; Sociedade.

Abstract
The present paper deals with the analytical proposition about the platform of society coined by José Van Dijck. The main objective is to grasp and highlight the infrastructural perspective among the myriad of other theoretical-conceptual perspectives and propositions. The research has as reference the content analysis of the works published by the author in the last two decades, highlighting the work The Platform Society. From this analysis, it is possible to analyze the platform as an infrastructural phenomenon, making the platforms essential for the maintenance of a series of daily intersubjective relationships, guaranteeing power to a technological oligopoly that is increasingly present and socially dominant.
Key words: Platformization; Platform; Van Dijck; Technology; Society.

Resumen
El presente trabajo aborda la propuesta analítica sobre la plataforma de la sociedad acuñada por José Van Dijck. El objetivo principal es captar y resaltar la perspectiva de la infraestructura entre la miríada de otras perspectivas y proposiciones teórico-

[67] Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Contato: henriqueweiss@hotmail.com ORCID: https://orcid.org/0000-0001-5401-4916.

conceptuales. La investigación tiene como referencia el análisis de contenido de los trabajos publicados por el autor en las últimas dos décadas, destacando el trabajo The Platform Society. A partir de este análisis, es posible analizar la plataforma como un fenómeno infraestructural, haciendo de las plataformas imprescindibles para el mantenimiento de una serie de relaciones intersubjetivas cotidianas, garantizando el poder a un oligopolio tecnológico cada vez más presente y socialmente dominante.
Palabras clave: Plataformatización; Plataforma; Van Dijck; Tecnología; Sociedad.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata sobre a proposição analítica acerca da plataformização da sociedade cunhada por José Van Dijck. O objetivo principal é apreender e destacar a perspectiva infraestrutural em meio à miríade de outras perspectivas e proposições teórico-conceituais. A pesquisa possui como referência a análise de conteúdo das obras publicadas pela autora nas últimas duas décadas, destacando o trabalho *The Platform Society*. A partir desta análise, se faz possível analisar a plataformização enquanto fenômeno infraestrutural, tornando as plataformas imprescindíveis para a manutenção de uma série de relações intersubjetivas cotidianas, garantindo poder a um oligopólio tecnológico cada vez mais presente e dominante socialmente.

A discussão acerca da plataformização da sociedade é ampla, diuturna e, por hora, distante de um consenso. Por se tratar de um processo dinâmico e contemporâneo, a construção acadêmica em vias de compreensão do fenômeno se encontra submersa nas dificuldades de se compreender o que se vive. Enquanto acontecimento histórico, é possível encontrar prelúdios do que hoje se experiencia já na década de 1960 nos Estados Unidos (Juliet SCHOR, 2020). Entretanto, a intensidade da plataformização se expressa de fato há menos de uma década, criando um campo fértil para as tentativas de apreensão dos impactos sociais de transformações tecnológicas.

Este é um processo que começa a se materializar em meados da década de 1990 com a popularização do uso da internet, se intensificando de maneira relevante a partir da segunda década do século XXI. Calcado em ideais frustrados da contracultura norte-americana dos anos 1960, o grupo que Schor (2020) denomina de 'New Communalists' abraça a concepção de que a tecnologia poderia ter um papel

central na constituição de sociedades mais igualitárias e comunitárias, visando utilizá-la na busca do bem comum (SCHOR, 2020). A ideia era que isto ocorreria como consequência de uma reorganização do trabalho através da inovação tecnológica, tornando os serviços mais otimizados, reduzindo custos e burocracias desnecessárias e contribuindo para o crescimento econômico (José VAN DIJCK; Thomas POELL; Martijn DE WAAL, 2018).

Diversos artigos e livros foram escritos sobre a temática, buscando dar conta desta problemática contemporânea. Alguns, a tratam como potência para uma transformação positiva e libertadora, enquanto outros, como um aprofundamento de desigualdades estruturais (SCHOR, 2020). Dentre essa miríade de proposições, se encontra o trabalho de José Van Dijck. A professora de mídia e sociedade digital na Universidade de Utrecht, na Holanda, é autora de uma série de artigos e livros sobre os impactos sociais da tecnologia, entre eles a obra *The platform society: Public values in a connective world* (2018). É neste livro onde Van Dijck, Poell e De Waal irão abordar a perspectiva analítica aqui tratada, onde propõe que se deve apreender as transformações digitais das últimas décadas enquanto processo de criação de uma infraestrutura social com base digital.

Para aprofundar este pensamento e propor a sua transposição para a análise científica de problemáticas empíricas relacionadas à plataformização da sociedade, este artigo será dividido em três seções para além desta introdução. O trajeto através destas sessões visa trazer à tona a análise realizada no que aqui se chama de *perspectiva infraestrutural* a partir da obra de Van Dijck, e a sua comparação em relação a outras ferramentas analíticas relacionadas à plataformização da sociedade.

Na primeira será feito um breve apanhado histórico-conceitual relacionada à ideia de plataformização, pretendendo demonstrar as suas origens e traçar uma genealogia que caminhe da contracultura norte-americana dos anos 1960 até as infraestruturas digitais controladas de maneira oligopolística a partir da segunda década do século XXI. A segunda seção tratará especialmente da contribuição de José Van Dijck e suas colaboradoras, introduzindo e debatendo a ideia inovadora de se compreender o que aqui denomino de *perspectiva infraestrutural* na compreensão da plataformização da sociedade. O artigo será finalizado com uma conclusão, onde serão discutidas as possibilidades de aplicação da perspectiva infraestrutural na

pesquisa empírica e enquanto modelo analítico da realidade social contemporânea.

DA CONTRACULTURA AO OLIGOPÓLIO: UMA BREVE GENEALOGIA DA SOCIEDADE DA PLATAFORMA

Apreender o trajeto histórico-conceitual de um fenômeno contemporâneo, com sua análise ainda em fervoroso andamento, não costuma ser uma tarefa simples. A velocidade de transformação da realidade social, as causalidades ainda frágeis e a fluidez das divergências e convergências entre autoras criam um terreno concomitantemente fértil e árido. Entretanto, esse trabalho potencialmente sísifo foi realizado por algumas pesquisadoras de maneira profunda e propositiva.

Schor (2020) relata o surgimento e as promessas da chamada Sharing Economy (ou Economia de Compartilhamento) e o seu processo até se tornar conhecida e criticada como Gig Economy (ou Economia de Bicos), Platform Capitalism (ou Capitalismo de Plataforma) ou Platform Economy (ou Economia de Plataforma). A autora credita este processo ao que chama de Californian Ideology (ou Ideologia Californiana). Esta história se inicia na década de 1960 na cidade de São Francisco nos Estados Unidos, partindo de ideais da contracultura norte-americana, crítica da modernidade e da concentração de poder resultante desta (SCHOR, 2020).

Desejosos de uma sociedade mais justa e igualitária, duas visões distintas sobre como alcançar esses ideais surgiam: de um lado a New Left (ou Nova Esquerda) se posicionava de maneira anti-tecnológica, argumentando que a tecnologia servia à guerra, às corporações que sustentavam os conflitos bélicos e o governo dos Estados Unidos. Seu entendimento era que a tecnologia seria uma força destrutiva e desumanizadora (SCHOR, 2020, p.50). Já o outro grupo, denominado de New Communalists (ou Novos Comunalistas), discordava da ideia de que a tecnologia seria algo negativo, entendendo-a enquanto uma solução. Assim, os Novos Comunalistas se deslocaram da cidade de São Francisco para constituir comunidades alternativas no interior do país, visando aplicar o aparato tecnológico de maneira a trazer benefícios sociais e ambientais (SCHOR, 2020).

Entretanto, estes sonhos comunais resultaram frustrados e os ideais pregados

pelos Novos Comunalistas apenas viriam a ressurgir na década de 1990 com a popularização do uso da internet, entendendo esta como uma possibilidade para realizar aqueles anseios de décadas anteriores. Neste período de hibernação entre a década de 1960 e 1990, Schor (2020) relata que o Novo Comunalismo se redefine inspirado nas políticas neoliberais dos anos 1980, unindo o ideário do livre mercado ao que chama de "espírito livre *hippie*" (SCHOR, 2020, p.51). Neste misto estético-político-performático surgem figuras icônicas que bem representam este argumento, como o fundador da empresa *Apple*, Steve Jobs, e o fundador da *Microsoft*, Bill Gates.

É deste Novo Comunalismo noventista influenciado pelo neoliberalismo da década de 1980 que surge a Ideologia Californiana. Esta combinou um ideário político libertário, uma estética contracultural e visões tecnoutópicas à sua crença central de que a tecnologia promoveria a libertação individual e a possibilidade de se constituir comunidades igualitárias (SCHOR, 2020, p.50). Desta união de ideias surge o discurso base da Economia de Compartilhamento, com sua promessa de empoderamento individual através do trabalho descentralizado e fragmentado em tarefas, da igualdade social e do fortalecimento de comunidades (SCHOR, 2020, p.51). A isto se soma outra dimensão do pensamento dos Novos Comunalistas: a cibernética. Esta é o estudo do controle automatizado através de máquinas - presente na formulação das plataformas utilizadas para realizar esta Economia de Compartilhamento - e que se fundamenta em mecanismos de autocorreção através de testes e da informação resultante destes. Assim surgem ferramentas digitais hoje amplamente presentes, como os algoritmos, a precificação dinâmica e a coleta massificada de dados através das plataformas (SCHOR, 2020, p.51). A mensagem final foi de que as empresas de tecnologia eram agentes revolucionários e que a missão daqueles que apoiassem esta revolução seria a de auxiliar as empresas contra as regulações governamentais (SCHOR, 2020, p.51).

Schor (2020) entende que o principal deslocamento intelectual nesta discussão foi o de unificar a ideia de liberdade individual com a de liberdade empresarial. A autora propõe que 1996 teria sido um ano fundamental neste processo, pois foi quando ocorreu o Telecommunications Act - processo legislativo que resultou na desregulamentação das empresas de tecnologia, fazendo com que o atual oligopólio tecnológico estadunidense fosse possível (SCHOR, 2020, p.52). Entretanto, a ideia

de uma Economia de Compartilhamento ganha verdadeira força a partir do colapso financeiro seguido de crise no ano de 2008. Esta volta a ser vinculada a plataformas das mais diversas finalidades, sendo muitas delas genuínas tentativas de construção de outras interações intersubjetivas com a finalidade de amenizar os efeitos da crise e subverter o modelo econômico vigente (SCHOR, 2020). Cabe aqui ressaltar que plataformas digitais com a finalidade de conectar pessoas para realizar distintos tipos de interação existem desde os princípios dos anos 1990. A rede virtual de troca de hospedagens gratuitas Couchsurfing foi fundada em 1991. Em 1995 foram ao ar os sites Craiglist - que oferece aos usuários a possibilidade de anunciar bens e serviços gratuitamente - e eBay - plataforma online de venda de bens. Já em 2000 se iniciava o ZipCar - site de empréstimo de carros pessoais com discurso e forma próximos aos seus similares da década de 2010 (SCHOR, 2020, p.55).

Segundo Juliet Schor e Steven Vallas (2021), duas dimensões são fundamentais para a compreensão do hiato temporal entre o surgimento destas primeiras plataformas nos anos 1990 e o seu crescimento exponencial a partir de 2008, uma tecnológica e outra econômica. Na dimensão tecnológica, é argumentado que o surgimento da Web 2.0 teria criado as possibilidades para o atual estado das plataformas. Esta não se trataria diretamente de avanços técnicos, mas na forma como a internet é compreendida e utilizada, buscando que os usuários também participem ativamente na produção de conteúdos dinâmicos disponibilizados online. Assim, sites como Facebook e YouTube - dependentes da criação de conteúdo a partir de usuários - se tornaram não só possíveis, como bem sucedidos e populares. Outro marco seria o lançamento do primeiro iPhone em 2007, criando a possibilidade de se acessar estes conteúdos a todo momento através de um dispositivo que estaria sempre próximo ao indivíduo (SCHOR; VALLAS, 2021).

Sobre a dimensão econômica, Schor e Vallas (2021) argumentam que as condições econômicas dos Estados Unidos, baseadas em juros baixos, somadas à especulação advinda de Wall Street teriam sido centrais no desenvolvimento das plataformas. Desde os anos 1990, empresas vinculadas à internet teriam sido o alvo preferencial de especuladores do mercado financeiro, com as autoras descrevendo que mais de 50 mil start-ups receberam $250 bilhões em investimentos apenas durante os anos 1998-2002 (SCHOR; VALLAS, 2021, p.4). Esta é uma realidade que

se mantém até hoje, tanto estes recursos sendo necessários ao desenvolvimento e popularização de novas plataformas e seus aplicativos, quanto em seus altos valores financeiros e grau especulativo.

Assim, logo após a crise de 2008, as empresas-plataformas estavam prontas para absorver a massa de novos desempregados e desempregadas mundo afora. Sua ampla oferta de trabalho com baixas barreiras de entrada, somada aos discursos idealistas criaram a ideia de que uma outra economia poderia surgir dos escombros da crise, sendo esta a Economia de Compartilhamento. Schor e Vallas (2021) argumentam que a ideia de compartilhamento acompanha o surgimento da internet a partir de três desenvolvimentos intelectuais: a crítica cooperativista ao darwinismo social e à teoria do ator racional, a lógica não-privatista do espaço digital e a possibilidade de uma nova organização do trabalho e da economia (SCHOR; VALLAS, 2021, p.5). Assim, se embasava a ideia de que a cooperação aliada ao acesso livre e colaborativo aos avanços tecnológicos - especialmente de softwares -, seriam suficientes para reorganizar as estruturas econômicas capitalistas calcadas na competição, na propriedade privada dos meios de produção e no trabalho assalariado, culminando em uma economia justa e colaborativa (SCHOR; VALLAS, 2021).

As vantagens deste modelo seriam diversas, sendo as principais promessas a de um mercado de trabalho mais justo e menos burocrático, a maior constituição de laços afetivos entre os sujeitos - destacando a ideia de comunidade - e a redução do impacto ambiental - especialmente através da redução na emissão de carbono que a estrutura P2P poderia proporcionar (SCHOR; VALLAS, 2021). Em um mundo de competição, individualidade e desigualdade, compartilhar se apresenta enquanto uma solução convincente, surgindo, assim, argumentações favoráveis à Economia de Compartilhamento.

Schor e Vallas (2021) ressaltam que há pouca convergência nesta discussão conceitual e que Economia de Compartilhamento segue sendo um conceito amplo que acaba se tornando o que as autoras chamam de umbrella concept (ou conceito guarda-chuva) (SCHOR; VALLAS, 2021). Entre outros, existem os conceitos de Uberização, de Economia de Bico (*Gig Economy)* e de Capitalismo de Plataforma (*Platform Capitalism*). Cada um destes possui seus méritos e limites, em geral sendo mais semelhantes que divergentes e não cabendo aqui a sua discussão.

Para além destas concepções, se encontra a apresentada por Van Dijck, Poell e De Waal (2018). As autoras defendem que a plataformização está inserida em um processo mais amplo, denominado de "platform society" - ou a sociedade da plataforma (VAN DIJCK; POELL; DE WAAL, 2018). A sociedade da plataforma seria esta infiltração nas instituições tradicionais/offline pelas plataformas, sendo que estas estariam construindo as estruturas sociais nas quais vivemos. Assim, se criaria uma relação inseparável entre as plataformas digitais e as estruturas sociais (VAN DIJCK; POELL; DE WAAL, 2018). Também é central neste conceito a compreensão de que há um disputa entre o que caberia enquanto benefício público ou ganho privado em uma sociedade profundamente afetada pela internet:

> The “platform society” does not merely shift the focus from the economic to the social; the term also refers to a profound dispute about private gain versus public benefit in a society where most interactions are carried out via the Internet. While platforms allegedly enhance personalized benefits and economic gain, they simultaneously put pressure on collective means and public services. (VAN DIJCK; POELL; DE WAAL, 2018, p.2)

Partindo desta constituição histórico-conceitual e da apreensão do conceito de *platform society* (ou sociedade da plataforma), se faz possível adentrar o que aqui é denominado de *perspectiva infraestrutural*. Esta não é uma exclusividade de Van Dijck, tendo Nick Srnicek (2017) já demonstrado concepção semelhante. Apesar disto, aqui se acredita que a concepção de Srnicek (2017) possui duas limitação frente à de Van Dijck, Poell e De Waa (2018): 1) ela é focada mais em demonstrar a plataformização enquanto uma continuidade do capitalismo pré-plataformas e, especialmente, 2) ela é menos rica e didática em suas proposições teórico-metodológicas. Assim, segue na próxima seção um aprofundamento da perspectiva infraestrutural encontrada em Van Dijck.

A PERSPECTIVA INFRAESTRUTURAL DE JOSÉ VAN DIJCK

Como explicitado na seção anterior, a plataformização da sociedade enquanto processo toma proporções possivelmente inimagináveis para aquele grupo de jovens californianos da década de 1960. A imponência do uso de plataformas e seus

algorítmos ao cotidiano da grande maioria da população humana faz com que conhecer estas plataformas em profundidade seja uma tarefa essencial dos nossos tempos.

Aqui se defenderá que uma das mais criativas e perspicazes compreensões do fenômeno da plataformização vem de José Van Dijck e suas(seus) colaboradoras(es). A sua premissa central acerca do estudo das plataformas parte da seguinte proposição: "Platforms cannot be studied in isolation, apart from social and political structures, as they are all (inter)dependent on a global infrastructure that has been built steadily from the early 2000s onward." (VAN DIJCK; POELL; DE WAAL, 2018, p.8).

Passando boa parte das últimas duas décadas focada no estudo de redes sociais e seus impactos na agência e constituição de identidade (José VAN DIJCK, 2009; 2013), é possível perceber dois momentos no pensamento da autora: um primeiro onde ela começa a estruturar a sua ferramenta analítica frente às plataformas e um segundo onde avança para ampliar a sua perspectiva e culminar na ampla perspectiva infraestrutural. Já em 2014, Van Dijck publica *Datafication, dataism and dataveillance: Big Data between scientific paradigm and ideology*, onde trata de dados e metadados, do uso destes enquanto ativos de valor e a relação de confiança construída entre o indivíduo que permite o uso corporativo de seus dados e o processo amplo de plataformização.

O próximo grande passo foi a publicação do livro *The platform society: Public values in a connective world* (2018), que pode ser interpretado como uma síntese do pensamento de Van Dijck. É nesta obra onde será apresentada a perspectiva infraestrutural, entendida enquanto ideia central no argumento ali presente. A ideia é que se deve ir além do estudo de plataformas como "coisas" para a compreensão da plataformização enquanto um processo. Assim, a plataformização deve ser entendida como a penetração das plataformas digitais em setores econômicos e esferas da vida social já existentes, reorganizando práticas e construções simbólicas culturais (VAN DIJCK; POELL; DE WAAL, 2018).

Existiriam, então, dois tipos de plataformas: as infraestruturais e as setoriais. As plataformas infraestruturais seriam as mais influentes, servindo como "[...] online

gatekeepers through which data flows are managed, processed, stored, and channeled." (VAN DIJCK; POELL; DE WAAL, 2018, p.12). As plataformas infraestruturais oferecem serviços como: mecanismos de busca, browsers, armazenamento na nuvem, email, sistemas de trocas de mensagem instantânea, redes sociais, publicidade e propaganda online, *app stores*, sistemas de pagamento, sistemas de identificação, análise de dados, hospedagem de videos, sistemas de geolocalização, etc (VAN DIJCK; POELL; DE WAAL, 2018). Já as plataformas setoriais estariam relacionadas a um setor ou nicho em particular, sendo como exemplo as plataformas de notícias, de transporte de pessoas e coisas, de educação, de saúde, de finanças ou de turismo (VAN DIJCK; POELL; DE WAAL, 2018).

Como se pode apreender, as plataformas infraestruturais recebem esta definição justamente por permitirem o uso corriqueiro da tecnologia da informação, sendo estruturantes também das plataformas setoriais. Este mercado é dominado no ocidente por cinco grandes empresas, denominadas de *Big Five*, sendo elas *Alphabet*, *Amazon*, *Facebook*, *Apple* e *Microsoft*. A *Alphabet* - empresa guarda-chuvas relacionada aos serviços da Google:

> [...] offers a number of key facilities in the ecosystem: a search engine (Google Search), a mobile operating system (Android), a web browser (Chrome), a social network service (Google+), an app store (Google Play), pay services (Google Wallet, Android Pay), an advertising service program (AdSense), a video-sharing site (YouTube), and a geospatial information system (Google Maps, Google Earth). Perhaps just as important but much less visible are crucial services such as Google Cloud Platform, which encompasses fifty-three services, including Google Compute (Hardy 2016). Verily Life Sciences (formerly Google Life Sciences) became an independent subsidiary of Alphabet in 2015. More recently, Alphabet has invested substantially in artificial intelligence by purchasing the British company DeepMind and Sidewalk Labs, an organization to develop urban innovation infrastructure. Alphabet has also consolidated its hardware division by boosting distribution of its inexpensive laptop Chromebook, which has pre-installed Google software packages—everything from browsers and mail to specific apps. (VAN DIJCK; POELL; DE WAAL, 2018, p.13)

Além dela, o Facebook controla o tráfego de dados na internet, sendo dona de em torno de 80% do mercado das redes sociais, com mais de dois bilhões de usuários ativos mundo afora (VAN DIJCK; POELL; DE WAAL, 2018). A influência e poder destas cinco empresas é tão grande que outras empresas de grande porte como *Spotify* e *Netflix* dependem na sua estrutura, sendo o *Spotify* executado no serviço de

nuvens da *Alphabet* - o *Google Cloud* - e o *Netflix* hospedado em servidores de propriedade da *Amazon* - *Amazon Web Services*. As autoras argumentam que "Virtually all platforms outside of the Big Five constellation are dependent on the ecosystem's infrastructural information services." (VAN DIJCK; POELL; DE WAAL, 2018, p.15). A conclusão é que estas empresas não estão apenas remodelando e oferecendo novas formas de se consumir certos serviços, elas possuem poder e influência suficiente para estabelecer novos padrões de consumo e comportamento social, com capacidade gestora de subjetividades e suas corporificações.

Paradoxalmente, este poder se constitui de maneira interdependente: o usuário depende da plataforma e a plataforma depende do usuário. Esta dinâmica é retratada como outro ponto central em relação a toda a discussão até aqui apresentada em relação ao acúmulo e manipulação de dados: a plataforma é um espaço potencialmente preenchido para alguma finalidade, criado em maior parte pelo próprio usuário - que também pode ser compreendido enquanto um cliente-trabalhador da plataforma. Assim, se cria um efeito em rede, onde quão maior for uma plataforma em número de usuários (e produção de conteúdos e, consequentemente, dados), maior tenderá a ser esta plataforma, criando uma tendência lógica à constituição de oligopólios.

Outro aspecto ressaltado é a constituição geopolítica e as relações estado-plataformas. Anteriormente foram citadas empresas estadunidenses, que estão entre as maiores do mundo e possuem especial influência na América Latina. Entretanto, ainda se deve levar em consideração a situação da China e da União Europeia. A internet na China opera de forma diretamente vinculada ao estado chinês, que possui acesso ao tráfego de dados e decide quais plataformas podem (ou não) operar no país. Mesmo assim existe um grupo de grandes empresas que gerem o espaço digital de forma oligopolística, a saber, *Alibaba*, *Tencent* e *Baidu* (VAN DIJCK; POELL; DE WAAL, 2018). Também cabe destacar as redes sociais *TikTok* e *Kwai*, com penetração intensiva e um marketing agressivo no território Brasileiro.

Já a União Europeia se encontra em meio à disputa sino-estadunidense. Sem a capacidade de controle estatal de seu espaço digital ou empresas de grande porte do setor da tecnologia, o seu grande desafio está na tentativa - relativamente frustrada - de encaixar os impactos e potências da plataformização no seu ideário social-democrata (VAN DIJCK; POELL; DE WAAL, 2018). Assim as plataformas acabam por

se mesclar com funções estatais de oferta de serviços, tornando o papel do estado fragilizado e em necessidade de se reinventar.

Esta constituição oligopolística de espaços de interação com potencial de influência intersubjetiva em massa é o processo que é encadeado e desencadeia o caráter infraestrutural da plataformização. Assim, de maneira a retomar de forma resumida o que aqui foi apresentado, a plataformização da sociedade deve ser apreendida enquanto processo amplo, de impacto organizacional-gerencial, político e cultural. Quando uma pesquisa dentro do âmbito das ciências sociais se limita a analisar uma plataforma de maneira isolada, esta perde o contexto amplo e delimitador deste processo.

É justamente enquanto tentativa de dar conta desta limitação que o presente artigo se presta. A sua conclusão poderia ser denominada de *proposição*, já que a ideia central é apresentar alternativas e sugestões teórico-metodológicas que possibilitem o avanço no campo. Assim, a conclusão foi desenhada enquanto um apanhado de possibilidades, sendo estas aprofundadas e exploradas em uma série de situações nas obras citadas da autora.

CONCLUSÃO

Apreender o processo de plataformização da sociedade levando em consideração a perspectiva infraestrutural apresenta, no entendimento aqui presente, um aprofundamento acerca da temática e uma série de vantagens analíticas. O objetivo desta conclusão será o de indicar possibilidades metodológicas com possível implicação em pesquisas referentes ao processo de plataformização que visem a utilização do referencial teórico aqui apresentado. Daqui seguirão duas aplicações heurísticas com finalidade analítica, visando apresentar uma breve sugestão de como utilizar o pensamento da autora em pesquisas e compreensões sobre plataformização.

A primeira é a apresentação de um percurso analítico das plataformas. Seguindo a construção do livro *The platform society: Public values in a connective world* (2018), é possível desbravar distintas escalas, partindo do micro - a análise da anatomia das plataformas - ao macro - as relações geopolíticas relacionadas ao processo de plataformização. Segundo as autoras, existiriam três escalas: o nível

micro, um nível médio e um nível macro (VAN DIJCK; POELL; DE WAAL, 2018). A ideia é que a análise de um nível possibilite uma melhor análise do próximo, já que "Analyzing the platform society at the micro-level of single platforms and at the meso-level of the ecosystem is vital to understand the macro-level of geopolitics." (VAN DIJCK; POELL; DE WAAL, 2018, p.26)

Do nível micro, pensando a anatomia das plataformas, deve-se levar em consideração que toda plataforma é "[...] is fueled by *data*, automated and organized through *algorithms* and *interfaces*, formalized through *ownership* relations driven by *business models*, and governed through *user agreements*." (VAN DIJCK; POELL; DE WAAL, 2018, p.9). Cada um destes termos destacados deve ser analisado em separado e em correlação para que se possa compreender a anatomia de uma dada plataforma. Se pode começar analisando a interface de uma dada plataforma a partir de seu algoritmo - de forma indireta. Compreendendo que o fluxo de dados não deve ser em vão, cada operação ali realizada deve possuir um sentido, apontando para o modelo de negócios. Também se pode compreender qual a finalidade daquela plataforma específica, podendo se tratar apenas de um desmembramento de uma plataforma muito mais ampla - como nos exemplos da Alphabet.

O nível médio (ou *meso*, na escrita das autoras), trata do ecossistema das plataformas. Como as plataformas são interdependentes, se cria um ecossistema onde estas são possíveis. Um exemplo é a necessidade que plataformas de transporte de coisas ou pessoas tem de sistemas de geolocalização, como o *Google Maps*. O mercado de tecnologia, relacionado às plataformas, na América do Norte e Europa (e, consequentemente, Brasil) é dominado por cinco empresas "[...] *Alphabet-Google*, *Facebook*, *Apple*, *Amazon*, *and Microsoft*, whose headquarters are all physically located on the West Coast of the United States." (VAN DIJCK; POELL; DE WAAL, 2018, p.12). Cada uma destas produz os elementos infraestruturais, que possibilitam que as plataformas setoriais operem - como no exemplo onde uma plataforma de transporte é dependente do sistema de geolocalização do Google.

É por isso que a análise do ecossistema das plataformas se relaciona com a anatomia de plataformas individuais enquanto servem, ao mesmo tempo, como ponte para se apreender as disputas geopolíticas envolvidas no nível macro. Segundo as

autoras, existem dois grandes blocos político-ideológicos em disputa:

> The world of online geopolitics is divided in roughly two political–ideological hemispheres, each of which is governed by its own ecosystem, cemented in economic models that are opposites. The majority of successful infrastructural platforms that channel the world's online social and economic traffic are either US or Chinese. Few of the core platforms originate in western Europe or Russia, and hardly any of them were built in Africa, Latin America, Australia, or Southeast Asia. (VAN DIJCK; POELL; DE WAAL, 2018, p.26)

A análise de plataformas no Brasil em geral levará em conta o bloco EUA-Europa. Entretanto, enquanto prática neocolonial, a disputa segue aberta, e a chegada de plataformas chinesas com TikTok e Kwai no país demonstra a antes explicitada dificuldade em se estudar qualquer fenômeno sincrônico à pesquisa social. Mesmo assim, a proposição de Van Dijck, Poell e De Waal (2018) deve ser suficiente para dar conta destas novidades e complexidades, constituindo uma espécie de cartografia capaz de sinalizar os trajetos, possibilidades e limites de cada plataforma.

Um segundo ponto relevante na proposição analítica é de fato o entendimento amplo e relacional dado às plataformas. Estas não se encontram em um mundo a-histórico, completamente novo e sem precedentes: a platafromização é resultado de uma série de transformações possibilitadas por estruturas já existentes. É daí que parte a perspectiva infraestrutural, tendo como base outros momentos de transformação tecnológica e seus impactos no cotidiano. Assim, se pode pressupor que relações de desigualdade, por exemplo, não devam desaparecer, apenas se reformatar, como demonstrado na discussão histórica, fazendo com que a discursiva de igualdade e compartilhamento seja apenas possível de ser levada em consideração quando se ignora a historicidade do processo de plataformização.

Como demonstrado, a perspectiva infraestrutural joga luz sobre um processo contemporâneo e possibilita uma ampliação de ferramentas analíticas para a sua apreensão. Aqui se acredita ser de grande valia, tornando o trajeto do pensamento de José Van Dijck até os dias de hoje como uma grande contribuição para a sociologia. Se as plataformas produzem infraestrutura, produzem relações sociais profundas e em massa, tornando o estudo da plataformização da sociedade cada vez mais necessário para se compreender a realidade social contemporânea.

REFERÊNCIAS

POELL, Thomas; NIEBORG, David; VAN DIJCK, José. Plataformização. **Fronteiras-estudos midiáticos**, v. 22, n. 1, p. 2-10, 2020.

SCHOR, Juliet B. et al. Dependence and precarity in the platform economy. **Theory and Society**, v. 49, n. 5, p. 833-861, 2020

SCHOR, Juliet B.; VALLAS, Steven P. The Sharing Economy: Rhetoric and Reality. **Annual Review of Sociology**, v. 47, 2021.

VAN DIJCK, José. Users like you? Theorizing agency in user-generated content. **Media, culture & society**, v. 31, n. 1, p. 41-58, 2009.

SRNICEK, Nick. **Platform capitalism**. John Wiley & Sons, 2017.

VAN DIJCK, José. 'You have one identity': Performing the self on Facebook and LinkedIn. **Media, culture & society**, v. 35, n. 2, p. 199-215, 2013.

VAN DIJCK, José. Datafication, dataism and dataveillance: Big Data between scientific paradigm and ideology. **Surveillance & society**, v. 12, n. 2, p. 197-208, 2014.

VAN DIJCK, José; POELL, Thomas; DE WAAL, Martijn. **The platform society: Public values in a connective world**. Oxford University Press, 2018.

* Artigo recebido em 30 de agosto de 2021,
aprovado em 27 de outubro de 2021.

UMA RELEITURA FEMINISTA DE WALTER MIGNOLO: POR UMA DESOBEDIÊNCIA TEÓRICA-PRÁTICA

A FEMINIST READING OF WALTER MIGNOLO: FOR A THEORETICAL-PRACTICAL DISOBEDIENCE
UNA RELECTURA FEMINISTA DE WALTER MIGNOLO: POR UNA DESOBEDIENCIA TEÓRICO-PRÁCTICA

Alina Pacheco Govêa[68]

Ana Luiza Almeida Passos[69]

Resumo
Este ensaio tem como tema o debate proposto por Walter Mignolo de uma desobediência epistêmica que vise uma decolonização. Para a discussão, buscamos pensar em uma desobediência teórico-prática a partir de outros corpos produtores de conhecimento. Utilizamos como material referencial teórico e metodológico o pensamento feminista de mulheres negras, originárias, latino-americanas, asiáticas, entre outras sujeitas em que o processo colonial atravessa seus corpos. Apontamos a necessidade de levar em consideração, no processo de produção de conhecimento, a vida prática dos sujeitos, dado que não é possível desassociá-la nem mesmo da ou do intelectual que somos. Assim, conseguimos demonstrar por meio das intelectuais a emergência de levar em consideração as experiências e a vida prática para a produção de conhecimento.
Palavras-chave: Feminismo; Estudos étnico-raciais; Decolonialidade; Experiências; Sabedoria.

Abstract
This essay has as theme the debate proposed by Walter Mignolo of an epistemic disobedience aimed at decolonization. For the discussion, we seek to think about a theoretical-practical disobedience from other knowledge-producing bodies. As theoretical and methodological referential material, we used the feminist thought of black, native, Latin American and Asian women, among other women whose bodies are traversed by the colonial process. We point out the need to consider, in the process of knowledge production, the lives of individuals, as it is not possible to disassociate it from the intellectual that we are. Thus, we were able to demonstrate, through intellectual women, the emergence of consider experiences and practical life for

[68] Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), com bacharel em Ciência Política e Sociologia pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Contato: goveaalina@gmail.com
[69] Graduada em Ciência Política e Sociologia pela Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA). Contato: analupassos97@gmail.com

knowledge production.
Keywords: Feminism; Ethnic-racial studies; Decoloniality; Experiences; Wisdom.

Resumen
Este ensayo tiene como temática la discusión propuesta por Walter Mignolo, una desobediencia epistémica acerca de una decolonización. Para tanto, tratamos de pensar una desobediencia teórico-práctica a partir de otros cuerpos productores de conocimiento. Usamos como material referencial teórico-metodológico, el pensamiento feminista de mujeres negras, originarias, latino americanas, asiáticas y otras sujetas donde el proceso colonial atraviesa sus *cuerpas.* Señalamos la necesidad de considerar, en el proceso de producción del conocimiento, la vida práctica de los sujetos, una vez que no es posible desasociarla incluso de la o del intelectual que somos. De esta manera, pudimos demostrar mediante las intelectuales, la emergencia de considerarnos las experiencias y la vida práctica para la producción de conocimiento.
Palabras clave: Feminismo; Estudios Etnico-raciales; Decolonialidad; Experiencias; Sabiduria

INTRODUÇÃO

A disciplinarização e a razão instrumental das diversas análises das ciências sociais, com pretensão à "verdade" e "totalidade" dos fenômenos são insuficientes para pensar alternativas à modernidade e suas formas de produção do conhecimento. Assim, este ensaio tem como objetivo um embate feminista e antirracista dos aportes teóricos e metodológicos do autor argentino, Walter Mignolo.

O autor aponta que a retórica da modernidade e sua lógica fundamental de colonialidade articula-se com as teorizações sobre a produção científica, política e econômica. Este conhecimento reatualiza um modo de vida geográfico e historicamente situado; economicamente produzido, e politicamente estratégico. Dessa maneira, se o conhecimento é um instrumento imperial de colonização, sendo uma tarefa de urgência descolonizar o saber, propomos, então, uma desobediência teórico-prática.

Deste modo, buscamos com essa perspectiva a releitura feminista e não-branca das obras de Walter Mignolo. Desde um entrelaçamento entre gênero, raça e classe, de mulheres intelectuais que produzem desde suas *corpas*[70] e seu local socialmente situado. Enquanto mulheres, e mulheres colonizadas. Com isso, faremos

[70] Optamos pelo termo *corpas*, pois "'corpa', colocado no feminino, é utilizado quando nos referimos a corpas de mulheres. Quando nos referimos a corpos de homens, então utilizamos o termo 'corpo'" (Shay RODRIGUÉZ; Violet B. ANZINI, p.42, 2020). Dessa maneira, seguimos utilizando o termo *corpas* para nos referirmos aos povos colonizados, uma vez que, dependem de signos e que constituem performance corporais.

um sobrevoo sobre os argumentos teóricos de Silvia Rivera Cusicanqui (2010) em debate com Walter Mignolo (2010; 2016). Para enriquecer a discussão, também, traremos epistemologias e pensamentos de autoras como Grada Kilomba (2020[2019]), Patricia Hill Collins (2019), Heleieth Saffioti (1987), Lélia González (1984), bell hooks (2013), Sueli Carneiro (2005; 2015), e outras autoras que abordam teoricamente a partir de suas experiências e sabedorias.

Dessa maneira, acreditamos na necessidade de racializar - pois consideramos que o lugar de pertencimento de cada indivíduo se dá a partir da sua racialização. Por isso, a produção de conhecimento irá de alguma maneira estar permeada por privilégios, ou a falta deles. Assim, o próprio branco é um sujeito racializado, diferente do que querem que acreditemos - e feminilizar o tema proposto, posto que não acreditamos na neutralização dos debates e, sobretudo, numa ciência imparcial que desconsidera a realidade concreta e a história coletiva como fundamentais à todas as análises.

Por este motivo, nos apoiaremos nas autoras descritas acima como principal aporte teórico. Portanto, propomos uma alternativa ao modo de produzir conhecimento levando em consideração o modelo de dominação patriarcal-racista-capitalista; a colonização e a colonialidade. Mas sobretudo, alternativas ao próprio modelo de decolonização proposto por Walter Mignolo (2010;2016). Neste ensaio, buscamos mobilizar categorias analíticas de teóricas que levam em consideração as experiências vividas, as quais nos dizem muito mais do que teorias construídas a partir de ideias e da objetificação de sujeitos e das sociedades analisadas. Pois estes possuem seus próprios saberes, línguas e culturas, que foram rejeitados como Outridade do branco colonizador.

A IMPRATICABILIDADE DA PROPOSTA DE WALTER MIGNOLO: FEMINILIZANDO E RACIALIZANDO A TEORIA

Pensar em uma modernidade como *El lado más oscuro del renacimiento* (MIGNOLO, 2016), que usa como esteio a colonialidade do saber e do ser, desde a Europa como modelo global e universal. Portanto, sendo o papel político e intelectual de cientistas sociais praticar a Desobediência Epistêmica (MIGNOLO, 2010) desde as linguagens e práticas locais do “não-ser” europeu, do ser outro, colonizado, que busca romper com a matriz colonial de poder, rumo à decolonização do ser e do saber.

Nos parece necessário refutar Mignolo ao usar a terminologia *oscuro,* uma vez que não a contextualiza e a usa pejorativamente. Sem nenhum incômodo, sem se dar conta do quão colonizador isso é. Mignolo atravessa o que ele mesmo propôs em Desobediência Epistêmica (2010*)*. Em que propõe a decolonização integral do ser outro*.* Pois, de acordo com ele mesmo em *El lado más oscuro del renacimiento (2016),* a linguagem trata de implementar a colonização das línguas outras, dado que não se trata apenas de conquistar, mas de civilizar (MIGNOLO, 2016, p.76-77).

Walter Mignolo retoma o conceito de colonialidade de Aníbal Quijano (2005), como parte essencial do projeto da modernidade, que se constitui através do capitalismo. Este tem no patriarcado e no racismo suas bases sólidas para a exploração, tanto das pessoas como da natureza. Refletindo sobre as dinâmicas de exploração do capitalismo, Vandana Shiva e Maria Mies apontam que o mercado mundial é "[...]orientado hacia el crecimiento sin fin de obtención infinita de benefícios; no podría mantenerse sin la explotación de unas colonias externas e internas: la naturaleza, las mujeres y los otros pueblos" (p.131, 2014).

Em consonância à ideia de Heleieth Saffioti (1987), a qual afirma que o patriarcado, ao subordinar mulheres e homens, mantém a supremacia masculina na sociedade capitalista. Esta dominação não é apenas econômica, mas também é política. Obedecendo a um sistema submetido ao campo político-ideológico, bem como ao campo econômico em relação à exploração. Enfatizamos Saffioti (1987), uma vez que o campo político-ideológico de dominação faz com que a figura masculina se coloque enquanto o interlocutor a falar, a produzir intelectual e politicamente, na esfera pública.

Quando pensamos em lugares de pertencimento, diferentes aos do homem universal, se tem o questionamento se é possível ser *sujeito*[71]*.* Grada Kilomba (2020[2019]), resgatando a indiana Gayatri Spivak (2010), coloca a questão: "Pode a subalterna falar?", e chega à seguinte conclusão:

> Ao argumentar que a subalterna não pode falar, ela não está se referindo ao ato de falar em si; não significa que nós não conseguimos articular a fala ou que não podemos falar em nosso próprio nome. A teórica, em vez disso refere-se à dificuldade de falar dentro do regime repressivo do colonialismo e do racismo (KILOMBA, 2020 [2019], p.47)

[71] "Escrever este livro foi, de fato, uma forma de transformar, pois aqui eu não sou a "Outra", mas sim eu própria. Não sou *objeto*, mas o *sujeito*. Eu sou quem descreve minha própria história, e não quem é descrita. Escrever, portanto, emerge com um ato político" (KILOMBA, 2020[2019], p.27-28)

Portanto, a partir do que traz Heleieth Saffioti em O poder do macho (1987), toda a legitimidade que a figura masculina tem em nossa sociedade capitalista vai perpassar a todas nós. Porque uma das bases que compõem o capitalismo é o patriarcado conjuntamente com o racismo, sendo esses mecanismos de extrema subjugação, que ganham grande força a partir do século XVI com a colonização e o aumento excessivo do acúmulo de riquezas nas mãos de poucos - sobretudo de brancos e homens. Sendo assim, qualquer perspectiva que pretende um mundo menos desigual deve ter como princípio o fim do patriarcado-racismo-capitalismo.

Dessa maneira, não abordar questões étnico-raciais, na América Latina, significa não falar de uma questão central, a qual nos levou a sermos colonizadas e colonizados, subalternizadas e subalternizados, e escravizadas e escravizados, como destaca Lélia González (1984). A neurose colonial brasileira encontrou na democracia racial o apaziguamento das lutas coloniais contra o racismo, esfumaçando, assim, a ideia de que o Brasil apresenta *"[...] iguais oportunidades para todos e ausência de conflitos"*(Joel RUFINO, 1999, p. 120, grifo das autoras). Como destaca Lélia González, a democracia racial - como todo mito -, tenta abafar certas estruturas constituintes da sociedade brasileira, no caso o racismo e o sexismo.

Lélia Gonzalez propõe a compreensão de uma dialética entre memória e consciência, pela qual a consciência encobre o desconhecimento, lugar de alienação, de esquecimento e até do saber, que se expressa no discurso dominante, ocultando a memória mediante a imposição do que ela afirma como verdade. "A consciência excluí o que a memória inclui" (GONZALEZ, 1984, p. 226). Portanto, não reavivar nossas memórias de lutas e tentativas de emancipação é estar adormecido, de alguma maneira, em relação ao que ocorreu aqui, e ainda ocorre em decorrência da colonização. É estar de acordo com o estupro colonial, como aportou Sueli Carneiro (2015), dando margem a latente violência às *corpas* das mulheres racializadas como não-brancas.

Em Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano (2020[2019]), Grada Kilomba traz a metáfora de memórias da plantação, como símbolo de um passado traumático, de um trauma colonial que foi memorizado. No sentido de que não foi esquecido. Não podendo-se esquecer da história coletiva que subjugou, humilhou e trouxe dor a diversos corpos e, portanto, são chamados pela autora de episódios de racismo cotidiano ainda reanimados no presente. Nas palavras da

autora:

> A ideia de "esquecer" o passado torna-se, de fato, intangível; pois cotidiana e abruptamente, como um choque alarmante, ficamos presas/os a cenas que evocam o passado, mas que, na verdade, são parte de um presente irracional. Essa configuração entre passado e presente é capaz de retratar a irracionalidade do racismo cotidiano como traumático. (KILOMBA, 2020[2019], p. 213).

Grada Kilomba também resgata Patricia H. Collins em seu livro Pensamento Feminista Negro (2019), inferindo na importância de uma epistemologia feminista negra como um conhecimento independente; mas, ao mesmo tempo, subjugado. Quando há assimetrias de grupos, há também assimetria no acesso em que os grupos têm a recursos necessários para que consigam implementar suas vozes, como sujeitas, ao invés de serem os "objetos de estudos". Dessa forma, Grada Kilomba acrescenta que "[...] não é somente uma imensa, mas também urgente tarefa descolonizar a ordem eurocêntrica do conhecimento" (KILOMBA, 2020, p.53).

Walter Mignolo (2010), da maneira como se coloca e da forma como conduz o debate de raça e gênero, demonstra seu privilégio desde seu lugar de homem branco intelectual, mesmo que latino americano[72]. Este se situa no centro - ainda que, talvez, inconscientemente -, uma vez que, toda sua socialização nesse sistema capitalista, não irá inferiorizá-lo. Ainda que os conceitos desenvolvidos pelo autor sejam de extrema relevância e contribuem à análise crítica da produção do conhecimento, quando ele não referencia e tampouco evidencia teóricas que se debruçam nas questões de gênero e raça, ele se coloca no lugar de enunciação à legitimidade. Reforçando e mantendo o lugar privilegiado do acadêmico e intelectual, e da produção científica de "quem pode fazer ciência".

Ao relembrarmos Patricia H. Collins (2019) e bell hooks (2013) percebemos o quão o conhecimento branco-masculino hegemônico é validado em contraposição aos saberes e experiências populares, vivenciados nas colônias enquanto grupos

[72] Frantz Fanon refletindo sobre a inserção do colonizado na linguagem do colonizador, aponta que: "todo povo colonizado [...] toma posição diante da linguagem da nação civilizadora, isto é, da cultura metropolitana. Quanto mais assimilar os valores culturais da metrópole, mais o colonizado escapará de sua selva" (p.34, 2008). Queremos reforçar que Walter Mignolo fez grandes contribuições teóricas para as ciências sociais, em especial, os debates sobre colonialidade-decolonialidade, porém, é um autor latino-americano que produz desde o Estados Unidos, e como Fanon nos faz refletir, ele é condicionado a reproduzir as dinâmicas coloniais, pois, por mais que seja latino-americano e, em países centrais, ele possa sofrer xenofobia, na América Latina, ele possui privilégio branco, que por sinal, também faz parte de uma classe intelectual.

subjugados. Aludindo ao que Silvia R. Cusicanqui (2010) afirma como “pequenos impérios dentro do império”, em relação ao “colonialismo interno”, conceitualizado por Pablo González Casanova. O papel que as instituições internas têm, obedecem e reproduzem o sistema capitalista.

Silvia R. Cusicanqui (2010) ressalta o papel dos intelectuais para a dominação da colonialidade, uma vez que temos responsabilidade coletiva de não contribuir à manutenção desta dominação. Em suas palavras:

> La estructura ramificada del colonialismo interno-externo tiene centros y subcentros, nodos y subnodos, que conectan a ciertas universidades, corrientes disciplinarias y modas académicas del norte, con sus equivalentes en el sur (CUSICANQUI, p. 63, 2010).

Destacamos a necessidade da utilização de autoras que produzem desde uma perspectiva crítica sobre a decolonialidade. Uma vez que para a expropriação do território latino-americano, africano ou asiático, a colonização dos saberes foi fundamental, o que Sueli Carneiro (2005) conteitualizada de epistemicídio, o qual atua conjuntamente com o genocídio das *corpas* portadoras destes saberes. Esse fenômeno pode ser tratado tal como:

> [...] não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. E, ao fazê-lo, destitui-lhe a razão, a condição para alcançar o conhecimento “legítimo” ou legitimado. Por isso o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a sequestra, mutila a capacidade de aprender etc (CARNEIRO, 2005, p. 96).

Devido à relação assimétrica de exploração e dominação entre mulher e homem, a colonização sobre as *corpas* de mulheres não-brancas foi (e ainda é) violenta. Porque a desumanização da raça e da cor de pele foi o principal mecanismo de inferiorização por parte dos colonizadores.

A partir disso, Walter Mignolo trata de modo simplista e resumido duas estruturas de dominação - tão antigas quanto a modernidade - complexas e violentas, como o patriarcado e o racismo. Fica evidente seu privilégio de capital social e cultural, a partir de uma análise que ele faz em Desobediência Epistêmica (2010) em que afirma:

> Lo que está en juego, en última instancia, son las correspondencias entre raza, género y clase en el trabajo, ante la ley y en la sociedad civil. Aún qué

> "clase" remite principalmente a las relaciones económicas entre los grupos sociales y está, por lo tanto estrictamente relacionada con el control del trabajo en las esferas de la matriz colonial de poder, *la "raza" remite principalmente a las relaciones subjetiva entre los grupos sociales y se relacionan con el control de los conocimientos y la subjetividad.* "Género" por otra parte está sobre-determinado por "raza" en la medida en que, en la matriz colonial de poder, una mujer blanca ocupa un lugar jerárquico, en toda la escala que la mujer de color. De este modo, los proyectos de liberación y descolonización en el planeta hoy tienen por enemigo la matriz colonial del poder más que el capitalismo. La versión actual del capitalismo, la globalización neo-liberal, no es otra cosa que un manejo potente de la matriz colonial de poder (MIGNOLO, p.102, 2010, [grifo nosso]).

A simplificação, por parte do autor, do papel que o racismo e o patriarcado tiveram no processo da estrutura colonial, reduzidos a uma construção de "relações subjetivas entre grupos", acaba deixando a desejar uma análise melhor do papel econômico. Isto é, do papel que *corpas* pretas, indígenas, asiáticas e femininas[73] tiveram no processo de acumulação capitalista e, também, na construção da subjetividade masculina europeia como ser universal e interlocutor de todo discurso científico validado e da própria história.

Desse modo, preferimos utilizar "economia política do conhecimento", termo mobilizado por Silvia R. Cusicanqui (2010) em contraposição ao termo de Walter Mignolo (2010; 2016) de "geopolítica do conhecimento"

> No sólo porque "geopolítica del conocimiento" de signo anti-colonial es una noción que no se lleva a la práctica, y que más bien se contradice a través de gestos de recolonización de los imaginarios y las mentes de la intelectualidad del sur. También porque es necesario salir de la esfera de la superestruturas y desmenuzar las estrategias económicas y los mecanismos materiales que operan detrás de los discursos (Silvia R. CUSICANQUI, p. 66, 2010).

A lacuna de Mignolo (2010; 2016) de pensar a modernidade e a colonialidade na formação do ser ontológico e formador da subjetividade apenas neutraliza o debate, bem como sua proposta de decolonização. Porque pensar a colonização apenas na área do saber ou do conhecimento não possibilita uma crítica a fundo de toda a materialidade concreta, que perpassa o racismo e o patriarcado na acumulação capitalista. Como matrizes de poder constituintes da retórica da modernidade e lógica da colonialidade.

Portanto, se a decolonização tem como objetivo a quebra de matrizes coloniais de poder, devemos pensar no capitalismo como central na luta anticolonial. Visto que,

[73] Reconhecemos o extenso debate sobre as conceituações em torno das categorias feminilizados e femininos, por isso, não nos ocuparemos deste tema.

economicamente, as *corpas* e o lugar o qual elas ocupam na sociedade (material e simbólico) como mulheres, negros e indígenas são a concretude de toda exploração desse sistema de poder. Assim, para um projeto realmente decolonizador é necessário despatriarcalizar e racializar o conhecimento e a realidade material, as quais são imprescindíveis para uma luta antirracista-patriarcal-capitalista. Despatriarcalizar, portanto, nas palavras da boliviana Maria Galindo (2013) é um aspecto central nesta luta, pois

> La despatriarcalización es la invitación histórica para que la loca abandone su soledad desquiciante y entienda que sólo, en la confluencia con otra, es posible, primero, alimentar la vitalidad de su insatisfacción y luego revertir esa insatisfacción en placer [...] Por eso la despatriarcalización no es una definición unívoca de un modelo social, es la confluencia que nos permite desacralizar y desmitificar lugares sagrados como la cultura, la familia y la patria. (GALINDO, 2013, p.176).

A relação entre a ciência e a cultura é fundamental, como apontou Silvio de Almeida (2019), para dessacralizar e desmistificar a cultura (ocidental) destes lugares sacros da cultura, pátria e família. Pois a ciência (branca e masculina) tem o poder de produzir um discurso de autoridade sobre o que é a verdade. O racismo e o patriarcado, deste modo, não são simplesmente irracionalidades, como um problema de ignorância, mas sim, tem sua racionalidade embutida na própria ideologia. Portanto, “é desse modo, que o racismo passa da destruição das culturas e dos corpos com ela identificados para a domesticação de culturas e de corpos” (ALMEIDA, 2019, p. 72-73).

Consideramos que as relações sociais entre patriarcado, racismo e classe, são processos históricos e políticos, que variam do mais íntimo ao mais coletivo, estruturando a socialização de cada sujeita e sujeito em decorrência do seu lugar de pertencimento (ALMEIDA, 2019). Ressaltamos a necessidade de se pensar nas condições materiais necessárias para se constituir enquanto um intelectual, ou do fato de poder se dedicar unicamente à esfera do pensamento. Walter Mignolo (2010; 2016) parece esquecer um quesito base, muito importante, para a reprodução de todo o modo de produção capitalista, sendo este o trabalho doméstico e de cuidados.

O trabalho doméstico é essencial à reprodução da força de trabalho e da própria vida cotidiana, como analisa Silvia Federici (2010; 2013) e Tithi Bhattacharya (2013), sendo ele o responsável por cuidar dos sujeitos que têm a possibilidade de dedicação exclusiva à produção de conhecimento. Visto que o trabalho reprodutivo -

desvalorizado socialmente - é realizado pelas mulheres no seio do lar, enquanto o trabalho dos homens, no âmbito público, é reconhecido e denominado como produtivo.

A importância do processo de apropriação das *corpas* das mulheres para a acumulação do capital, como retratado em *Calibán y la bruja: mujeres, cuerpo y acumulación originária* (FEDERICI, 2010), teve grande fomento institucional, estatal e científico para a apropriação econômica das *corpas* (das mulheres europeias femininas), conjuntamente ao processo da colonização das Américas. O discurso de “bruxas”, “selvagens” e "rebeldes" fomentou a prática da qual também se utilizou para se apropriar das *corpas* aqui existentes, e das diversas *corpas* africanos escravizados.

Por isso, consideramos quando Frantz Fanon (2008) afirma que os problemas que atravessam o sujeito colonizado não são somente socioeconômicos, como também são aspectos culturais e simbólicos. Ou seja, na produção do conhecimento e do que se diz ciência. Dessa forma, pensar somente em decolonização epistêmica, como propõe Walter Mignolo (2010; 2016), não basta para o sujeito colonizado. É preciso mostrar a necessidade de uma prática decolonizadora, a qual as bases materiais para a sobrevivência são essenciais. Além disso, vale acrescentar, a importância do financiamento econômico a alguns campos do conhecimento que tem como objetivo o desenvolvimento de outras pesquisas que lhes é de interesse. Como muito bem evidenciou Silvia R. Cusicanqui (2010) sobre Walter Mignolo e outros teóricos das modernidades/colonialidade de que:

> Pero además, creas un nuevo canon académico, utilizando un mundo de referencias y contrarreferencias que establece jerarquías y adopta nuevos gurús: Mignolo, Dussel, Walsh, Sanjinés. Dotados de capital cultural y simbólico gracias al reconocimiento y la certificación desde los centros académicos de los Estado Unidos, esta nueva estructura de poder académico se realiza en la práctica a través de una red de profesores [...] El discurso postcolonial en América del Norte no sólo es una economía de ideas, también es una economía de salarios, comodidades y privilegios, así como una certificadora de valores, a través de la concesión de títulos, becas, maestrías, invitaciones a la docencias y oportunidades de publicación. Por razones obvias, y a medida que agudiza la crisis de las universidades públicas en América Latina, el tipo de estructura que hemos descrito se presta muy bien al ejercicio de clientelismo
> como modo de dominación colonial (CUSICANQUI, 2010, p. 65-5).

Com base nesta perspectiva, a decolonização proposta por Walter Mignolo (2016), ao que parece, não o inclui como um sujeito na ação social necessária para a efetiva decolonização. Uma vez que ele teoriza sobre a decolonização, mas suas

ações, ao menos, deveriam ser condizentes com sua retórica. Pois o autor apresenta seu debate em um campo muito teórico-intelectualista, limitado ao campo das ideias. Desse modo, compreendemos que para uma prática libertadora, e um modo de pensar liberador, não basta a decolonização do saber - são necessários desprendimentos materiais para o mesmo. Tal como bell hooks irá dizer:

> Quando nossa experiência vivida da teorização está fundamentalmente ligada a processos de autorrecuperação, de libertação coletiva, não existe brecha entre a teoria e a prática. Com efeito, o que essa experiência mais evidencia é o elo entre as duas - um processo que, em última análise, é recíproco, onde uma capacita a outra. A teoria não é intrinsecamente curativa, libertadora e revolucionária. Só cumpre essa função quando lhe pedimos que o faça e dirigimos nossa teorização para este fim (HOOKS, 2013, p. 85-86).

Por isso, destacamos a urgência de uma desobediência não apenas epistemológica, do campo da produção do conhecimento, e de toda a intelectualidade; mas, sobretudo, uma desobediência cultural, rumo à despatriarcalização e racialização das teorias. A qual se proponha não somente a mudança do modo de se produzir, mas, também e principalmente, na maneira como as sujeitas agem enquanto seres sociais. Por conseguinte, concordamos que:

> [...] la despatriarcalización nos permite entender la desobediencia cultural como una estrategia, nos permite entender el cuestionamiento de la familia como una liberadora, nos permite desplegar la desobediencia cultural en todas las direcciones y entender la huida como una estrategia liberadora (Maria GALINDO, p.163).

A cultura não só remete à materialidade dos valores morais, mas também as estruturais como a língua e a ordem social, na qual as sujeitas são inseridas. Walter Mignolo, ao ignorar a desobediência cultural, acaba por reforçar os mesmos privilégios que ele, apesar de criticar, não consegue romper. O autor corresponde aos modelos da academia, atendo-se ao mundo das ideias, sem nenhuma prática condizente com aquilo que propõe teoricamente. Dando a ele toda a legitimidade, enquanto homem branco da elite intelectual, que escreve desde o Norte Global - possibilitado por seu capital simbólico, cultural e material.

Nossa proposta de desobediência cultural retoma bell hooks, que propõe o reconhecimento da língua enquanto uma experiência de resgate. Pois no dualismo do pensamento metafísico ocidental, as ideias são mais importantes que a linguagem.

> Para curar a cisão entre mente e corpo, nós, povos marginalizados e oprimidos, tentamos resgatar a nós mesmos e às nossas experiências através da língua. Procuramos criar um espaço para a intimidade. Incapazes de encontrar esse espaço no inglês padrão, criamos uma fala vernácula fragmentária, despedaçada, sem regras. Quando preciso dizer palavras que não se limitam a simplesmente espalhar a realidade dominante ou se referir a ela, falo o vernáculo negro. Aí, nesse lugar, obrigamos o inglês a fazer o que queremos que ele faça. Tomamos a linguagem do opressor e voltamo-la contra si mesma. Fazemos das nossas palavras uma fala contra-hegemônica, libertando-nos por meio da língua. (bell, HOOKS, 2013, p. 233).

Por isso, a necessidade de pensar nos mecanismos de subordinação, exploração e subalternização, tanto epistêmicos quanto culturais e, sobretudo, materiais. Pensando o processo do colonialismo em suas diversas formas, e suas feridas não tratadas e latentes. A desobediência epistêmica visada à uma decolonização do ser e do saber, proposta por Walter Mignolo, é insuficiente sem levar em consideração essas feridas não tratadas direcionadas aos corpos não-brancos-masculinos. A decolonização, portanto, como esse ato de se desfazer do colonialismo (KILOMBA, 2020[2019]), descreve a conquista da autonomia por parte daquelas que foram colonizadas, enquanto o branco reencena este passado, o presente segue sendo proibido às sujeitas negras, indígenas e “Outras”.

A urgência de um pensamento feminista não-ocidental - seja ele negro, latino-americano, originário, africano, asiático, e tantos outros feminismos - aponta para uma desobediência do sistema colonial, de dominação, exploração e subalternização. Rumo à uma tentativa de emancipação das sujeitas colonizadas, mas também, dos sujeitos colonizados como um todo. Atendo-se não somente a forma com que se produz conhecimento, mas, sobretudo, de que maneira esse conhecimento produzido atua como mantenedor de uma ideologia.

Fornecendo, deste modo, os meios para manter a dominação e a colonialidade cultural, epistêmica e econômica. Por isso, é importante pensarmos em uma desobediência que não busque um sujeito universal, mas sim, que faça um convite para entendermos as experiências vividas de universos particulares e os saberes que ali são construídos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar em desobediência epistêmica, afastando-se da prática, não é suficiente para a decolonização. Para tanto, faz-se necessário sermos agentes na

decolonização cultural de todas as estruturas concretas e teóricas que permeiam a vida humana. De forma comunitária e coletiva, esta deve considerar as diversas particularidades, produzindo saberes em consonância com a realidade na qual se inserem.

Retomar a leitura de Walter Mignolo desde perspectivas feministas e antirracistas, como as com que dialogamos neste ensaio, possibilita produzir leituras da realidade social que aliem experiências vividas com construções teóricas. Portanto, trata-se de não mais usarmos certos termos, nem mais atribuir categorias como objetos de estudos, senão sujeitos. É uma dialética entre sujeito-sujeito, e não sujeito-objeto. Decolonização, no sentido de não mais existir como "Outra", mas como "Eu", que escreve e narra sua própria trajetória.

Tendo em vista que essas autoras praticam a desobediência, tanto epistêmica quanto cultural, a partir do momento em que elas se colocam não apenas cientificamente, mas também afetivamente no processo de construção do conhecimento, elas rompem com a neutralidade hegemônica - patriarcal, racista, classista, colonizadora. Pensando na nossa realidade atual, com a ascensão da direita branca ultraconservadora e com o crescimento da desigualdade social intensificada pela crise pandêmica da COVID-19 que assola pobres, indígenas, homens e mulheres negras, nos debruçamos a pensar qual é o nosso engajamento na luta pela opressão sexista, racial e exploração de classe, aludindo o que bell hooks disse: "Cientes de que vivemos numa cultura da dominação, me pergunto agora, como me perguntava há mais de vinte anos, quais valores e hábitos de ser refletem meu/nosso compromisso com a liberdade" (2013, p. 41).

Fazendo alusão ao debate que Frantz Fanon propõe, em sua tese *Pele Negra, Máscaras Brancas* (2008), a necessidade de colocar o próprio corpo como território e produtor de saberes e conhecimento, um corpo de embate e de luta. Um corpo que questiona, que não se sente satisfeito com suas cicatrizes silenciadas e abertas. Desde nós mesmas e de nossa comunidade, o ato da própria desobediência epistêmica-prática, rumo à uma decolonização cultural, política e libertária.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **O que é o racismo estrutural?**. Belo Horizonte: Feminismos Plurais, 2018.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser.** São Paulo. Tese (doutorado em ciências sociais). FEUSP, 2005.
CARNEIRO, Aparecida Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2015.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. **Ch'ixinakax utxiwa:** una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores. Buenos Aires: Tinta limón, 2010.

FANON, Frantz. **Pele negra máscaras brancas**. Salvador: EDUAFBA, 2008.

FEDERICI, Silvia. **Calibán y la Bruja:** Mujeres, cuerpo y acumulación originaria. Madrid: Traficantes de Sueños, 2010.

FEDERICI, Silvia. **Revolución en Punto Cero:** Trabajo doméstico, reproducción y luchas feministas. Madrid: Traficantes de Sueños, 2013.

GALINDO, María. **No se puede descolonizar sin despatriarcalizar:** Teoría y propuesta de la despatriarcalización**.** La Paz: Mujeres Creando, 2013.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. In: **Revista Ciências Sociais Hoje**. Anpocs. p. 223-244. 1984.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir:** a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro:** conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2020[2019].

MIGNOLO, Walter. **El lado más oscuro del Renacimiento:** alfabetización, territorialidad y colonización. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2016.

MIGNOLO, Walter. **Desobediencia epistémica:** retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad. Buenos Aires: Ediciones del signo, 2010.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latinoamericanas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, p.107-130, 2005.

RUFINO, Joel. A Inserção do Negro e seus Dilemas. In: **Projeto Brasil 2020**, março 1999[1994].

RODRIGUEZ, Shay; ANZINI, Violet B. Transviades contra o cistema transfóbico: Você sabe o que é genitalismo?. Cuiabá: **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 3, n. 12, p. 41-57, 2020.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **O poder do macho**. São Paulo: Editora Moderna, 1987.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

* Artigo recebido em 14 de agosto de 2021,
aprovado em 12 de novembro de 2021.

A ESCUTA DE VOZES E ECOS DAS MULHERES PORTADORAS DE ENDOMETRIOSE: SOBRE A FALTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

LISTENING TO THE VOICES AND ECHOES OF WOMEN WITH ENDOMETRIOSIS: ON THE LACK OF PUBLIC POLICIES IN BRAZIL

ESCUCHANDO LAS VOCES Y ECHOS DE MUJERES CON ENDOMETRIOSIS: SOBRE LA FALTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS EN BRASIL

Manoella Treis[74]

Resumo
A endometriose é uma patologia caracterizada pela presença de tecido endometrial de caráter benigno fora da cavidade uterina. Atualmente, atinge mais de 7 milhões de brasileiras. Assim, estima-se que uma a cada dez mulheres em idade reprodutiva apresente esse quadro. Por meio das redes sociais, foram se formando grupos organizados, movimentos e associações pelo Brasil, consolidados há mais de sete anos. Seu intuito é lutar por conscientização, reconhecimento e políticas públicas para melhorar a qualidade de vida e o atendimento. O objetivo desse artigo é evidenciar as falas de portadoras de endometriose mediante a falta de políticas públicas referentes à doença no Brasil e iniciar uma discussão sobre a temática. Estabelece-se uma análise de conteúdo, a partir da escuta das portadoras de endometriose sobre a doença e a falta de políticas públicas no Brasil, considerando suas experiências e dores. A pesquisa foi realizada com base em documentos dos Projetos de Lei no 6.215/2013 e 3.047/2019, que têm o objetivo de instituir o dia 13 de março como o Dia Nacional de Luta contra a Endometriose e de promover a escuta de portadoras que participam do movimento e de grupos específicos sobre a doença em redes sociais.
Palavras-Chave: endometriose; dores; políticas públicas.

Abstract
Endometriosis is a pathology characterized by the presence of benign endometrial tissue outside the uterine cavity. Currently, it reaches more than 7 million Brazilians. Thus, it is estimated that one in ten women of childbearing age has this picture. Through social networks, organized groups, movements and associations throughout Brazil were formed, consolidated for more than seven years. Its purpose is to fight for awareness, recognition and public policies to improve the quality of life and service.

[74] Doutora em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Contato: treismanu@gmail.com.

The aim of this article is to highlight the speeches of women with endometriosis due to the lack of public policies regarding the disease in Brazil and to initiate a discussion on the subject. A content analysis is established, based on listening to women with endometriosis about the disease and the lack of public policies in Brazil, considering their experiences and pain. The research was conducted based on documents from Bills 6.215/2013 and 3.047/2019, which aim to establish March 13 as the National Day to Fight Endometriosis and to promote listening to women who participate in movements and specific groups about the disease in social networks.
Keywords: endometriosis; pains; public policy.

Resumen

La endometriosis es una patología caracterizada por la presencia de tejido endometrial benigno fuera de la cavidad uterina. Actualmente, llega a más de 7 millones de brasileños. Así, se estima que una de cada diez mujeres en edad fértil tiene este cuadro. A través de las redes sociales se formaron grupos organizados, movimientos y asociaciones en todo Brasil, consolidados desde hace más de siete años. Su propósito es luchar por la sensibilización, el reconocimiento y las políticas públicas para mejorar la calidad de vida y el servicio. El objetivo de este artículo es resaltar los discursos de mujeres con endometriosis debido a la falta de políticas públicas sobre la enfermedad en Brasil e iniciar una discusión sobre el tema. Se establece un análisis de contenido, basado en escuchar a mujeres con endometriosis sobre la enfermedad y la falta de políticas públicas en Brasil, considerando sus vivencias y dolor. La investigación se realizó con base en documentos de los proyectos de ley 6.215 / 2013 y 3.047 / 2019, que tienen como objetivo establecer el 13 de marzo como el Día Nacional de Lucha contra la Endometriosis y promover la escucha de las mujeres que participan del movimiento y grupos específicos sobre la enfermedad en las redes sociales.
Palabras Clave: endometriosis; dolor; políticas públicas.

INTRODUÇÃO

Você já sentiu dor hoje? Talvez, mas, provavelmente, não. Entretanto, pelo menos uma das 7 milhões de brasileiras portadoras de endometriose sentiu dor hoje. Segundo a Associação Brasileira de Endometriose e Ginecologia Minimamente Invasiva (SBE apud HOSPITAL SANTA ANA, 2019), a doença atinge mais de 7 milhões de brasileiras. Assim, estima-se que uma a cada dez mulheres em idade reprodutiva apresentem esse quadro. A endometriose é uma patologia caracterizada pela presença de tecido endometrial de caráter benigno fora da cavidade uterina. Em sua maior parte, apresenta alguns fatores que possibilitam o diagnóstico como dores agudas no período menstrual, dor durante as relações sexuais, dor e sangramentos intestinais e urinários durante a menstruação e infertilidade (BVS, 2012). A

preocupação com a saúde reprodutiva e a qualidade de vida dessas mulheres vem chamando atenção em contextos políticos, sociais e de algumas mídias pelo mundo.

Devido à alta prevalência e às características da endometriose, ela é considerada um problema de saúde pública. Em 2006, o Ministério da Saúde do Brasil estabeleceu o Protocolo Clínico e as Diretrizes Terapêuticas para o tratamento da endometriose, pela Portaria SCTIE/MS no 69, de 6 de novembro de 2006, que foi revisada e atualizada pela Portaria SAS/MS no 144, de 31 de março de 2010. Em 1984, foi implementada a proposta do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM). Em 2007, a Política Nacional de Integração à Saúde da Mulher adotou os princípios da humanização e da qualidade da atenção em saúde. A atenção integral à mulher envolve ações de promoção, proteção, assistência e recuperação da saúde, executadas nos diferentes níveis de atenção à saúde. Conforme relatos de representantes do Ministério da Saúde nos documentos dos trâmites dos Projetos de Lei no 6.215/2013 e 3.047/2019, nas audiências públicas dos anos de 2013 e 2014, abordavam que as ações frente à saúde da mulher estavam ampliando.

Por meio das redes sociais, foram se formando grupos organizados, movimentos e associações no Brasil, os quais estão consolidados há mais de sete anos, abordando a temática da endometriose e emergindo apoio entre as portadoras. O intuito do movimento e das associações são o de lutar por conscientização, reconhecimento e políticas públicas para melhorar a qualidade de vida e o atendimento dessas mulheres. A partir da existência dessas ações, o objetivo desse artigo é evidenciar as falas de portadoras de endometriose mediante a falta de políticas públicas referentes a doença no Brasil e iniciar uma discussão sobre a temática no âmbito político. Estabelece-se uma análise de conteúdo, a partir da escuta das portadoras de endometriose sobre a doença e a falta de políticas públicas no Brasil, considerando suas experiências e suas dores. Conforme Laurence Bardin (1997) o intuito é evidenciar as informações que vão possibilitar inferir outra realidade que não a da mensagem por si só - a partir da escuta das portadoras de endometriose sobre a doença e a falta de políticas públicas no Brasil.

A pesquisa foi realizada com base em documentos dos Projetos de Lei no 6.215/2013 e 3.047/2019, que têm o objetivo de instituir o dia 13 de março como o Dia Nacional de Luta contra a Endometriose e a Semana Nacional de Educação Preventiva e de Enfrentamento à Endometriose, a ser realizada anualmente – identificando os relatos de portadoras e especialistas na doença em busca de políticas

públicas. Além disso, foi aplicado um questionário em portadoras de endometriose em todo o país, com o intuito de coletar seus relatos diante da endometriose e das políticas públicas. O questionário foi disponibilizado em um grupo sobre a doença (GAPENDI) em rede social, com autorização da administradora do grupo, e contou com a divulgação de ativistas de São Paulo, Distrito Federal, Maranhão e Rio Grande do Sul. As respostas dadas pelas portadoras são anônimas e sua divulgação dessas foi consentida, estimou-se pelo número de portadoras de endometriose no Brasil, 7 milhões, que seria necessário no mínimo 601 respostas ao questionário, tendo em vista um erro amostral de 4%, confiabilidade de 95%. O questionário recebeu 760 respostas validas e ressalta-se, que mesmo utilizando de parâmetros amostrais, essa pesquisa apresenta viés, tendo em vista, o fator de divulgação em rede sociais. Destaca-se, que após a leitura de todas as respostas, foi elegido pela autora os relatos que apresentavam uma construção de narrativas sobre as vivências das portadoras de endometriose, assim como, relações com as pautas do movimento social e principalmente aqueles que evidenciavam a falta de políticas públicas no país.

O SUJEITO FEMININO, O MOVIMENTO SOCIAL E O SILÊNCIO SOBRE A ENDOMETRIOSE

Em relação ao perfil das portadoras da doença no Brasil, com base na pesquisa Tânia Mara Santos et al. (2012), das 262 mulheres aptas a serem avaliadas pelo estudo, a média de idade foi de 37,8 anos (mínimo de 17 e máxima de 49 anos). A média de idade das pacientes com infertilidade foi de 37,4 anos. Do total, 208 (79,7%) eram brancas; 51 (19,5%) eram negras e 2 (0,8%) amarelas. Quanto ao grau de escolaridade, 175 (60,8%) tinham ensino superior completo. A dor pélvica crônica foi o sintoma mais referido. A média de tempo entre o início dos sintomas e a confirmação do diagnóstico foi de 3,84 anos (46,16 meses, variando de 6 a 324 meses).

A partir da pesquisa acima, a autora percebeu a necessidade de repetir algumas das questões e realizou um *survey* para um grupo de 760 mulheres que se encontram espalhadas pelo Brasil, sendo que a pesquisa atingiu todos os estados. Identificamos que a média de idade era de 33,6 anos (mínima de 16 e máxima de 59), o tempo de diagnóstico médio foi de 6,34 anos (menos de 1 ano a 12 anos ou mais). Além disso, das 760 mulheres, 56,3% são brancas, 33,5% pardas e amarelas e 10,3% negras. Em relação ao nível de escolaridade, 203 (26,7%) têm pós-graduação e 197

(25,9%) têm ensino superior completo. 485 (63,8%) utilizam um plano de saúde, 163 (21,4%) usam o SUS e 112 (14,7%) consultas particulares. A pesquisa aplicada pode apresentar alguns vieses tendo em vista o contexto das redes sociais. Porém, podemos ressaltar as pesquisas realizadas no Ambulatório de Endometriose da Clínica Ginecológica do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo: em 180 portadoras da doença, houve predominância de mulheres em grau maior de escolaridade (Mauricio ABRÃO; Patrícia MELO, 1998). Outro estudo, desenvolvido por Patrick Bellelis et al. (2010), apresenta que 51,9% das mulheres tinham o terceiro grau completo. Todos esses estudos podem apresentar um viés, pois essas mulheres tendem a ter um maior acesso a cuidados médicos e há uma maior preocupação quanto à dor pélvica[75].

Segundo uma pesquisa do ginecologista Edvaldo Cavalcante, que ouviu 3 mil mulheres com a doença participantes do Grupo de Apoio às Portadoras de Endometriose e Infertilidade (GAPENDI), no ano de 2018, 57,3% delas disseram ter consultado mais de três médicos para chegar ao diagnóstico final e 38% afirmaram ter demorado de 5 a 8 anos para saber o que lhes causava tanto sofrimento. Levando em conta que há uma negligência sobre a doença no contexto social (Maria de Paula ANDRES et al., 2014), a mulher que convive com a endometriose acaba tendo uma trajetória longa e desgastante de dor. Quanto aos tratamentos empregados, há tanto a cirurgia laparoscópica como as terapias medicamentosas (Maria João CARVALHO, 2016). Os tratamentos existentes visam ao controle da patologia, mas ignoram os prejuízos em torno da doença, os quais vão além do que se imagina, com suas dores afetando a qualidade de vida (Maria de Paula ANDRES et al., 2014).

Segundo o WERF EndoCost (2012) em 12 países[76] o custo médio dessa doença para a mulher é de € 9.579,00 por ano, e no ano de 2021 seria aproximadamente 60 mil reais. Isso se divide em uma média de € 6.298,00 perdidos em produtividade no trabalho, e no ano de 2021 seria aproximadamente 40 mil reais; e uma média de € 3.113,00 para custos diretos de saúde, equivalendo a aproximadamente 20 mil reais. Além disso, o custo da incapacidade para o trabalho,

[75] Abrão, M.S., Melo, P.V. 1998. O que é Endometriose. In: Mendonça, E. & Colaboradores. Um Enigma Chamado Endometriose. Livraria e Editora Health. Belo Horizonte. p. 47-54.
Bellelis P, Dias JA Jr, Podgaec S, Gonzales M, Baracat EC, Abrão MS. Epidemiological and clinical aspects of pelvic endometriosis–a case series. Rev Assoc Med Bras. 2010;56(4):467-71.
[76] Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Estados Unidos, França, Holanda, Hungria, Inglaterra, Itália e Suíça.

devido aos sintomas, é o dobro dos custos diretos com a saúde dessa mulher. Os principais gastos levantados pelo WERF EndoCost foram: 29% com a cirurgia, 19% com o monitoramento da doença, 18% com hospitalização e 16% com idas ao médico.

O relato de uma das portadoras de endometriose, que respondeu o questionário, evidencia as formas que a doença impacta em sua vida:

> A endometriose, resumindo, "acabou com minha vida". É difícil aceitar as limitações que me foram impostas! Primeiro, tive de aceitar tudo que essa doença me tirou: o direito a um emprego, a poder me formar na faculdade, a dar uma vida melhor pra minha filha, a possibilidade de minha mãe (em memória) enfim poder me ver com saúde. Tenho dores todos os dias, a barriga dobra de volume, o que é muito incômodo, e isso me tirou a autoestima: me arrumar e me ver no espelho já não são mais um hábito, não poder viver um relacionamento (meu casamento teve um bom empurrão para acabar). (Portadora de endometriose, 2020)

O sujeito feminino apresenta experiências tidas como universais em concepções de um padrão de sociedade patriarcal. Luiza Bairros (1993) apresenta a maternidade como a experiência central dessa concepção na identidade das mulheres, enfatizando o aspecto compartilhado, em caráter biológico, como parte integral apenas da identidade feminina, reforçando noções patriarcais do que é tradicional ou naturalizado como feminino. Nesse discurso, ainda se percebem as preocupações da doença no que diz respeito a políticas de reprodução e à ênfase na infertilidade, quando a maior preocupação seria a qualidade de vida e as possibilidades que essa portadora perde.

Quando se fala em endometriose, associa-se a doença justamente ao que Paulo São Bento e Martha Moreira (2017) abordam:

> Nos estudos relacionados à endometriose, predominam dois polos teóricos: (a) um a reduz a uma entidade clínica com sintomatologia e tratamentos, prognósticos e distribuição na população feminina; (b) outro reúne o saber do campo biopsicossocial – com todos os senões evocados por essa expressão – que atribui às mulheres as responsabilidades sobre seu processo de adoecimento. Em ambos predominam as análises reducionistas sobre as mulheres, seus corpos, suas decisões e seus modos de viver, comprometendo o protagonismo da experiência feminina de adoecimento. Entendida como uma doença da mulher moderna, aquelas com endometriose se veem como culpadas por ignorar o que seria, unicamente, esperado de seus corpos: o casamento em vez do trabalho, os filhos no lugar da carreira, a vida privada em vez da pública. Ambos os discursos ontologizam ora a doença ora o corpo, correspondentes de uma suposta natureza feminina (Paulo SÃO BENTO; Martha MOREIRA, 2017, p. 3024).

Ao ouvir relatos de portadoras, suas preocupações estão associadas às suas

dores e à sua qualidade de vida, além de ao descaso de políticas públicas e direitos. É preciso olhar para além de um sujeito visto pela sociedade patriarcal como um ser reprodutivo. A endometriose é muito mais dolorida do que a necessidade de cumprir padrões sociais de reprodução implícitos ao sujeito feminino, se faz evidente no relato de uma das portadoras de endometriose:

> Ser portadora de endometriose é algo bem difícil, porque quem não tem a doença acha que é fiasco e que todo mundo tem cólica, mas, de fato é uma dor insuportável. Já desmaiei várias vezes devido às cólicas muito fortes, são incapacitantes os dias antes da menstruação. (Portadora de endometriose, 2020)

Ressalta-se anteriormente que a dor é uma das principais preocupações das mulheres com endometriose, pois afeta sua qualidade de vida, podendo influenciar a execução de atividades diárias – assim, devem dar atenção a aspectos fisiológicos, sensoriais, afetivos, cognitivos, comportamentais e socioculturais (Luis OLIVEIRA, 2017). Em muitos contextos do senso comum, a maior preocupação se detém à infertilidade. Claro que há portadoras que possuem o desejo de ser mães e são impedidas pela doença. Porém, a preocupação deveria ser com as consequências e com os demais contextos afetados na vida dessas mulheres. Cabe destacar o relato de uma das portadoras diante da infertilidade:

> No início, foi como me sentir punida por ter uma doença tão sofrida. Hoje estou um pouco mais consciente sobre ela. Apesar de estar em tratamento para Fertilização in Vitro, ainda é doloroso o caminho. (Portadora de endometriose, 2020)

Nesse sentido, Luiza Bairros (1993) aborda que a ideia de que problemas de mulheres são meramente pessoais foi descartada quando o movimento feminista se propôs a agir no sentido de estabelecer soluções comuns. Ou seja, no contexto de portadoras de endometriose, deve-se pensar em políticas que possam beneficiar essas portadoras, para além das políticas de fertilidade ou dos protocolos de atendimento a portadoras da doença.

Cabe abordar que a política de conscientização aprovada na Câmara de Deputados, Projetos de Lei no 6.215/2013 e 3.047/2019, em trâmite no Senado, busca a conscientização e maiores conhecimentos sobre as doenças. A conscientização é primordial para evitar a violência institucional que acontece nas instituições prestadoras de serviços públicos (como hospitais, postos de saúde, escolas,

delegacias etc.), perpetuada por atores e atrizes que deveriam garantir uma atenção humanizada, preventiva e reparadora de danos que acontecem com as mulheres. No caso da endometriose, evitar a fala, que mais uma vez coloca a mulher no papel de reprodutora, de que "é só você engravidar que a doença vai passar", já seria uma não violação de direitos e de seu ser social para a portadora de endometriose, já que a gravidez não cura a doença (Endopelvic, *on-line*). A partir disso, destaca-se que

> Entendemos que, se não forem questionadas as estruturas tradicionais de desenvolvimento dos papéis sexuais e de gênero dos sujeitos – maior legado que o debate feminista pôde trazer aos gestores de políticas públicas e à sociedade de maneira geral –, corre-se o risco de se manterem intactas as hierarquias de poder entre homens e mulheres, permanecendo intacta a condição de reprodução das muitas assimetrias. Se estamos assumindo que as políticas públicas têm como finalidade transformar efetivamente o cenário cultural do país, é preciso, somado aos aportes legais, alçar em definitivo o sujeito feminino à posição de "ser social" possuidor de agência política, entendendo que as relações desiguais nas quais se encontram não foram determinadas pela natureza, mas são historicamente construídas e, portanto, passíveis de modificação. Desde o momento em que as políticas públicas passam a compreender as mulheres não como sujeitos homogêneos, submissos ou despossuídos de agência, elas potencializam sua emancipação frente às desigualdades simbólicas prescritas. (Raquel OSCAR, 2016, p. 83-84)

A busca por levar a endometriose à agenda governamental ocorre desde 2013 por ativistas burocráticos, relatos de experiência e, alguns anos depois, pelo movimento da Endomarcha. Judith Butler (2003) aborda que a construção política do sujeito procede vinculada a certos objetivos de legitimação e exclusão e que essas operações políticas são ocultas e naturalizadas por uma análise política que toma as estruturas jurídicas como seu fundamento.

A marcha mundial pela endometriose foi idealizada pelo médico americano Dr. Camran Nezhat, especialista e precursor da videolaparoscopia, e por seus irmãos, Dr. Ceana Nezhat e Dr. Farr Nezhat. Em um contexto de um problema feminino e de um movimento que poderia estar ligado a causas feministas, questiona-se por que homens precisam agir para buscar por políticas para elas? Será que as mulheres ainda não são vistas como sujeitos políticos ao tratar sobre uma doença que as acometem? No Brasil, a Endomarcha foi idealizada em 2014 para dar voz a milhões de mulheres que sofrem com a doença, sendo um movimento de empoderamento feminino. O Dr. Camran elegeu a jornalista Caroline Salazar como líder nacional do evento que ocorreu em março, mundialmente reconhecido como o mês de conscientização sobre a endometriose. O movimento da Endomarcha, se manifesta

uma vez por ano nas ruas no mês de março. O movimento possui sua organização central em São Paulo, e líderes regionais em alguns estados, que variam todos os anos, pois algumas cidades acabam por participar e outras se desvinculam ao longo do tempo. Ou seja, o movimento apresenta uma variabilidade de participações de cidades e lideranças nessas.

> Uma das características peculiares do movimento feminista em relação aos outros movimentos sociais reside em sua capacidade de teorizar criticamente sobre si próprio (Céli PINTO, 2010). Esse entendimento nos permite compreender a articulação e a projeção de feminismos subalternos [...]. As relações e as interseções entre feminismo e pós-colonialismo são muitas, podendo se dar de outras e diferentes maneiras. (Luciana BALLESTRIN, 2017, p. 1037)

Ao organizar movimentos pensados para mulheres, será que um homem pode ou não decidir como nos organizamos e como essas pautas devem ser levantadas? A escuta da portadora que usa o plano de saúde é realizada? E a da portadora negra e periférica? Será que um homem em uma realidade social diferente da realidade brasileira deve tomar decisões e anular o sujeito político das mulheres?

> Porém, em conformidade com outros movimentos sociais progressistas da sociedade brasileira, o feminismo esteve, também, por longo tempo, prisioneiro da visão eurocêntrica e universalizante das mulheres. A consequência disso foi a incapacidade de reconhecer as diferenças e as desigualdades presentes no universo feminino, a despeito da identidade biológica. Dessa forma, as vozes silenciadas e os corpos estigmatizados de mulheres vítimas de outras formas de opressão além do sexismo continuaram no silêncio e na invisibilidade. (Sueli CARNEIRO, 2003, p. 118)

A partir do movimento, leis com foco na conscientização e na disseminação de informações sobre a doença começaram a surgir em municípios do país. Desde então, o movimento se organiza durante o ano, em várias cidades, com suas representações, com o intuito de buscar políticas públicas para a doença. Em 2021, o movimento completa oito anos de existência.

No dia 6 de maio de 2014, ocorreu uma reunião de trabalho na Comissão de Seguridade Social e Família para tratar da endometriose e do Projeto de Lei no 6.215/2013. Tânia Cabral - assessora na Câmara de Deputados, que junto de Claudia Marques, demonstrou ser uma ativista institucional - relatou sobre o movimento:

> Quanto à marcha, nós já fizemos este ano, em São Paulo, uma marcha pequena. Hoje nós atingimos quase 10 milhões de mulheres. Nós temos o maior blog, que é chamado “A endometriose e Eu”, e já temos, inclusive,

> pauta do que a gente realmente acha necessário, como a conscientização da semana, o Dia da Endometriose, o aumento da mobilização pela Marcha, a questão dos hospitais públicos das universidades federais em todo o país. Se no privado não há, no Sistema Único de Saúde inexiste, não é possível ser feito. Há, ainda, a questão de uma semana específica para a endometriose. Temos também um pacto nacional de combate à endometriose, por meio de condições especiais de diagnóstico precoce [...].

Conforme postagens *on-line* no site a Endometriose e eu que abordam sobre a Endomarcha, as principais pautas elegidas pelo movimento de portadoras de endometriose, diante de políticas públicas são: (i) tratamento gratuito, correto e digno, pelo Sistema Único de Saúde, em pelo menos todas as capitais do Brasil; (ii) Dia e Semana Nacional de Luta contra a Endometriose, a ser celebrado a partir de 13 de março, no mês mundial de conscientização sobre a doença; (iii) garantia dos mesmos direitos dos portadores de doenças tão graves quanto a endometriose, que viabiliza a isenção de impostos a carros adaptados, como os de câmbio automático; (iv) presença da endometriose como doença incapacitante no Instituto Nacional do Seguro Social, enquanto a portadora estiver impossibilitada de exercer suas atividades; (v) existência de mais profissionais capacitados e capacitadas para realizar o diagnóstico precoce e realizar a correta cirurgia de remoção total da doença; (vi) disponibilização de recursos diagnósticos e centros de referência em todas as capitais brasileiras; (vii) melhor formação dos e das profissionais nas universidades.

Quando as mulheres saem às ruas em busca de políticas para uma condição, percebe-se seu sujeito político. Sueli Carneiro (2003) diz que essa condição faz com que esses sujeitos assumam, a partir do lugar em que estão inseridos, diversos olhares que desencadeiam processos subjacentes à luta de cada grupo particular.

Cabe ressaltar que os primeiros projetos de lei sobre endometriose no Brasil foram apresentados por homens, em 2002 e 2013. Houve participação de mulheres em 2013, no grupo de trabalho aprovado na Câmara de Deputados. Naquele ano, o movimento social ainda não havia se formado. No entanto, como esse tema chega à agenda? Por meio de relatos de assessoras parlamentares, que relatam sobre a doença e mostram suas mazelas. Sua experiência leva o Deputado Roberto de Lucena (PV-SP), conforme relato nos trâmites do Projeto de Lei 6.215/2013 e entrevista realizada para o estudo, para uma reflexão e pesquisas sobre o tema, o que proporcionou espaços na câmara para o envolvimento da bancada feminina diante da questão.

Pergunta-se novamente: será que ainda estamos aprisionadas ao não

reconhecimento das diferenças dentro de um movimento? Por que homens escutam essa voz e as próprias mulheres, não? Os Projetos de Lei no 6.215/2013 e 3.047/2019 (sendo este o primeiro projeto sobre endometriose apresentado por uma deputada, Daniela do Waguinho) têm o objetivo de instituir o dia 13 de março como o Dia Nacional de Luta contra a Endometriose e promover a escuta de portadoras que participam do movimento e de grupos específicos sobre a doença em redes sociais.

A implementação dessa semana de conscientização tem como objetivos: (i) chamar a atenção para o problema da endometriose; (ii) divulgar ações preventivas, terapêuticas, reabilitadoras e legais relacionadas à endometriose; (iii) orientar as portadoras de endometriose a buscar diagnóstico precoce e tratamento integral oportuno; (iv) contribuir para a implementação de propostas que possibilitem o acesso universal e equitativo aos serviços públicos para portadoras de endometriose; (v) democratizar informações sobre as técnicas de diagnóstico e tratamento da endometriose, bem como o acesso a essas técnicas; (vi) sensibilizar todos os setores da sociedade para o problema da endometriose; (vii) divulgar informações e orientar mulheres que busquem alternativas para a infertilidade (PROJETO DE LEI 3.047/2019).

> O diálogo plural é uma ferramenta política e, também, uma proposta emancipadora em si mesma, já que abre a possibilidade de fazer política feminista a partir da diversidade e com uma pluralidade de olhares. O cenário político da América Latina e o feminismo de mil rostos diferentes estabelecem diálogos entre imaginários construídos em lutas e em protagonistas de suas histórias, sendo este um campo fértil para a produção epistemológica e política. Encontrar alternativas supõe reconhecer em cada luta sua contribuição crítica, ainda quando perdurem imaginários colonizados a serem desconstituídos. (Vanessa MARX; Lilian CELIBERTTI, p. 126)

O projeto de lei foi aprovado, após escuta de portadoras, ativistas, médicos, médicas e movimentos. A escuta levantou as questões anteriores para o desenvolvimento de uma política inicial para portadoras de endometriose, constituindo o início de um reconhecimento como sujeito político no meio de diversas desigualdades e mazelas sociais.

MINHA VOZ E MINHA DOR IMPORTAM

Ainda se faz necessária a reflexão sobre os contextos pelos quais se passou para existirem uma política e um movimento, procurando compreender quem estava relacionado a eles. Sueli Carneiro (2003) aponta que, ao politizar as desigualdades de

gênero, o feminismo transforma as mulheres em novos sujeitos políticos. Cabe ressaltar que muitas portadoras ainda não se reconhecem como sujeitos políticos, pois as discussões intersecionais de gênero ainda estão distantes de muitas mulheres, inclusive de portadoras que se veem na solidão e no silenciamento de suas dores e de suas lágrimas. Nesse sentido, para além de um movimento, este trabalho busca escutar as vozes das portadoras de todas as raças e de todas as classes espalhadas pelo Brasil.

Em um contexto de escuta das portadoras de endometriose como forma de acolhimento, entrevistadas relataram a existência de circunstâncias distintas quanto ao socorro por parte de políticas públicas de atendimento, conscientização e diagnóstico, o qual, por vezes, ficava aquém das expectativas no Sistema Único de Saúde e cujas interações beiravam a superficialidade. A partir desses relatos, foi possível identificar, conforme as categorias das pautas do movimento e das portadoras, essas experiências, com o intuito de apresentar que não são somente pautas e ideias circunstanciais, mas fazem parte do cotidiano das portadoras.

> Ter endometriose é doloroso no corpo e na alma. Mexe com toda a estrutura de nossa rotina, ficamos sensíveis e com a sensação de solidão, pois, em toda ida ao médico, sou tratada como uma neurótica. Muitas vezes, tenho de explicar por várias vezes os sintomas e nunca dão importância, acham apenas que sofro de estresse e fadiga. Tenho de cobrar sempre o pedido de exames essenciais para o tratamento e nunca dão a real importância ou entendem o desconforto dos sintomas. [...]A endometriose é isso, um dia de cada vez, a busca diária para estar melhor, bem-disposta, com saúde, lutando para vencê-la! (Portadora de endometriose, 2020)

A fala de Claudia Marques, assessora na Câmara de Deputados e ativista institucional que auxiliou na motivação e articulação para uma formação de agenda em 2013, que participava de uma comissão que pertence aos trâmites dos Projetos de Lei no 6.215/2013 e 3.047/2019, pode ser destacada:

> Já passou da hora de a endometriose ser reconhecida como uma doença grave no Brasil, que precisa do apoio e da formação, da capacitação do cirurgião, dos instrumentos, que são supercaros, porque, com todo o respeito aos laboratórios, a medicação não adianta. Espero que vocês realmente nos ajudem. Eu e a Tânia não vamos mais largar isso, independentemente de mandato, independentemente se nós vamos continuar trabalhando na Câmara dos Deputados. Abraçamos essa causa e a levaremos para a frente.

Relatos diante da necessidade de políticas públicas por parte das portadoras estão centrados, primeiramente, em um atendimento humanizado, com o intuito de

uma escuta qualificada, de não minimização de suas dores, da atenção e da gentileza, além do respeito e da consideração pela mulher, tendo em vista, relatos de constrangimento e desconsideração pela dor e pelos demais sintomas. Percebemos isso nos relatos das portadoras:

> É não saber como vai ser o próximo minuto com relação à dor: posso estar em uma comemoração e sair direto para o hospital, com as pessoas achando que é frescura – até os próprios médicos. (Portadora de endometriose, 2020)

> Concedessem tratamento/acompanhamento digno às portadoras da endometriose, com profissionais capacitados, exames específicos, como a ressonância, além de tratamentos fitoterápicos/alternativos para quem não concordasse em se tratar com fármacos – que, no meu caso, não trataram em NADA a doença, só a mascararam por alguns anos. (Portadora de endometriose, 2020)

Além de estarem centrados em uma escuta mais humanizada, os relatos também focam a necessidade de acesso a exames e a remédios com valores mais acessíveis, tendo em vista o fato de os custos referentes a diversos exames de investigação e acompanhamento da doença serem elevados para a maioria das portadoras, já que, em alguns casos, elas não conseguem se manter no emprego. Os custos são evidenciados nos seguintes relatos:

> Como feminista, eu me preocupo com mulheres que são portadoras de endometriose e, muitas vezes, nem sabem disso, pois não têm acesso a médicos e exames. Hoje, no Sistema Único de Saúde, há até bons lugares de referência, mas há uma grande demora. O acesso a esses centros ainda é para poucas. É preciso investir mais em especialização em endometriose para ginecologistas e ter mais equipes especializadas no diagnóstico – uma boa ressonância custa R$1600 em média, a maioria das mulheres não têm acesso. Isso precisa mudar. (Portadora de endometriose, 2020)

> Dessem amparo ao Sistema Único de Saúde, para tratar mulheres que não têm plano de saúde ou condições de pagar particular. E fizessem uma campanha para que as pessoas conhecessem a endometriose e entendessem que não é uma frescura. Conscientização sobre a doença, programas de acolhimento psicológico e nutricional. (Portadora de endometriose, 2020)

A pauta da conscientização da população sobre a doença é uma das mais levantadas pelas portadoras de endometriose, inclusive para identificação mais rápida da doença, que, muitas vezes, é vista apenas como cólica ou tensão pré-menstrual. Um dos relatos de uma das portadoras, exemplifica a pauta da conscientização em convergência ao acesso à saúde:

> Conscientizassem mulheres sobre sintomas, sinais de endometriose. Ampliassem os programas de saúde da mulher, facilitando acesso aos meios diagnósticos: ressonância, consultas ginecológicas com profissional especializado (em especial, aquelas que necessitam de intervenção cirúrgica), acesso aos medicamentos de alto custo (Zoladex), humanização do cuidado com a mulher portadora da doença. Promovessem a capacitação dos profissionais de saúde em avaliar os sinais da doença, rodas de conversa. (Portadora de endometriose, 2020)

O olhar para a portadora, no contexto do trabalho, principalmente diante das faltas, é uma pauta que surge frequentemente, principalmente pelas dores e pelo contexto de saúde dessas mulheres, que perdem sua produtividade no trabalho, conforme apontado anteriormente, ou ficam impossibilitadas de trabalhar em períodos de crise da doença. O relato a seguir aborda o contexto do trabalho e a endometriose:

> Mais políticas públicas, inclusive de Saúde do trabalhador. Teve um dia que eu estava com muita cólica e não tinha condições de ir ao trabalho, atrasei 4h. Como bato ponto e ia ter dificuldade de pagar aquelas horas por ser já final de mês, eu travei uma luta interna para me permitir não bater o ponto e alegar 'esquecimento', assim não teria problemas com essas horas faltantes. Em dias em que não tinha como faltar ou atrasar, eu me entupia de remédios e andava pelo trabalho com uma bolsa quente. Lembro de um dia em que estava no trabalho e, em uma folga, procurei um serviço público on-line para me informar sobre congelamento de óvulos, fertilidade. Para me inscrever, precisava preencher o nome do casal, sendo que só dava a opção de colocar o nome do homem e o da mulher, desconsiderando totalmente casais homoafetivos. Na época, eu namorava uma mulher. (Portadora de endometriose, 2020).

A necessidade de melhor formação dos e das profissionais de saúde para lidar com a doença sempre foi levantada pelas portadoras de endometriose, tendo em vista a demora de sete anos, em média, para se ter um diagnóstico da doença. Se houvesse uma formação direcionada a essa e a outras doenças de difícil diagnóstico, o percurso dessa portadora já se tornaria menos dolorido e impactante. Os relatos abordam a experiência de portadoras no âmbito da saúde para exemplificar a pauta.

> Instabilidade. Você faz cirurgia, faz o tratamento indicado pelo médico, mas mesmo assim os focos voltam e você precisa fazer outro procedimento. Além de sempre ter de tomar Dienogest e suspender a menstruação como única forma de tentar evitar o surgimento de novos focos e de fazer cirurgia. Mesmo com o uso do remédio, que tem seus efeitos colaterais, você não se livra das cólicas e da fadiga extrema que lhe pegam de surpresa. (Portadora de endometriose, 2020)

> Ações de orientação para a população e para profissionais de saúde, visto que cerca de 10% das mulheres sofrem com o mal e que o diagnóstico, em muitos casos, pode levar anos, além de políticas públicas voltadas ao

> tratamento da doença e à retomada da qualidade de vida, tão afetada pela endometriose, do reconhecimento como doença autoimune e do fornecimento de garantias à trabalhadora. (Portadora de endometriose, 2020)

Também, é levantada a necessidade de reconhecimento da endometriose, pelo Instituto Nacional do Seguro Social, como doença incapacitante, já que, devido à perda de produtividade e às faltas, algumas portadoras perdem seu trabalho e sua forma de sustento, não sendo sua doença reconhecida pela previdência como outras. Em face disso, no Senadoconsta um projeto voltado a essa questão. Cabe destacar, que algumas portadoras de endometriose relatam sobre a importância de benefícios no contexto que vivem, segue, assim, dois breves relatos sobre:

> *A minha rotina é de dias no hospital, remédios, noites sem dormir direito,* perdendo veias, ficando horas sem comer, fazendo preparo intestinal com remédios e laxantes, sentindo dores no corpo, perdendo cabelo por causa do Dienogest, tendo intestino preso e dores no reto – são coisa que eu venho passando ao longo dos anos. Fiz videolaparoscopia, mas as dores voltaram. Não consigo trabalhar, pois perdi meu emprego, de tantas faltas que eu tinha, mesmo com atestados médicos. Minha vida gira em torno dessa doença, que me tirou o sonho de ser mãe e me deixou depressiva. É uma doença que vai nos matando aos poucos e o Sistema Único de Saúde não oferece o tratamento adequado, é uma doença cara de se tratar. (Portadora de endometriose, 2020)

> Concedessem a oportunidade de, em alguns casos de endometriose, a portadora ter direito a algum tipo de auxílio, pelo menos no período de crises e vulnerabilidade, porque existem casos muito danosos, que prejudicam diariamente a vida de algumas portadoras. (Portadora de endometriose, 2020)

Outra pauta essencial é a de incentivos às pesquisas sobre essa doença, que não tem cura, cuja causa de surgimento em cada mulher é desconhecida, além de os tratamentos ideais serem uma incógnita, pois cada portadora da doença apresenta reações diferentes a depender do tratamento exigido.

> Assim que menstruei (11 anos), comecei a sentir muitas dores, de acordar pela madrugada e chorar aos berros de dor. Minha mãe achava que era prisão de ventre, em uma época em que não se falava em endometriose. Só aos 19 anos fui diagnosticada com a doença, depois de uma crise que tive e fui parar na emergência. Passei por muitos médicos, mais de 10 especialistas, fora os exames, um mais invasivo que o outro. Aos poucos, você acaba perdendo o pudor, o constrangimento e o aparelho de ressonância magnética passa a ser seu lar. Operei duas vezes, em 2009 e em 2013, e este ano possivelmente vou passar pelo terceiro procedimento de videolaparoscopia, estando também em processo de congelamento de óvulos e Fertilização in Vitro. Ninguém disse que seria fácil. (Portadora de endometriose, 2020)

> Dessem mais visibilidade a essa doença, fossem feitos mais estudos para

> que pudéssemos passar com um médico que realmente soubesse com o que está lidando, colocassem que essa doença no rol de doenças incapacitantes do Instituto Nacional do Seguro Social, pois muitas de nós, mesmo com tratamentos, ficamos incapacitadas de realizar algumas atividades devido às dores constantes. (Portadora de endometriose, 2020)

Por meio das redes sociais, foram se formando grupos organizados, movimentos e associações pelo Brasil, consolidados há mais de sete anos. Seu objetivo é lutar por conscientização, reconhecimento e políticas públicas para melhorar a qualidade de vida e o atendimento em relação a esse público.

> Ajudassem o Sistema Único de Saúde a agilizar as cirurgias eletivas em relação à endometriose, pois quem tem dor sofre diariamente e a demora é muito grande até se chegar a uma cirurgia. Estou desde 2014 tentando uma cirurgia; no dia, falta anestesista, falta medicação, falta leito, falta tudo, eu tenho de repetir todos exames. Isso causa desânimos físicos e psicológicos. (Portadora de endometriose, 2020)

As políticas se mostram urgentes quando se analisa o trâmite dos Projetos de Lei no 6.215/2013 e 3.047/2019. Nesse contexto, podemos verificar que o tema da endometriose vem chamando a atenção da mídia, de algumas instituições vinculadas à saúde e dos políticos nos últimos anos, devido a relatos de portadoras, ao ativismo burocrático, a comunidades de especialistas e ao movimento social.

Quando lhes são proporcionados momentos de escuta, as portadoras, que mantêm sua dor e seus gritos abafados, expõem suas dores e o descaso, dos médicos, médicas e da sociedade, que ecoam no limbo da falta de conscientização e de humanidade diante da doença.

> É um ensaio da morte todo mês. Todas as pessoas sabem que estou menstruada e acham que estou muito doente. Fico muito pálida, fraca e inchada, perco toda a minha capacidade produtiva, intelectual e social. A infertilidade causada pela endometriose já me levou à beira de uma depressão e sofro com crises de ansiedade. (Portadora de endometriose, 2020)

> É triste, às vezes dolorido (corporal e emocionalmente). A barriga incha, seu corpo muda. Mexe com seu emocional, seu corpo e sua vida mudam. Você fica com medo de não poder ter filhos, fica com medo de afetar outros órgãos. Tem que mudar a alimentação... e com o tempo vai buscando se adaptar. (Portadora de endometriose, 2020)

Seu refúgio e sua busca por acolhimento acontecem em grupos de redes sociais, nos quais é possível ter acesso a histórias, dúvidas e relatos diários. Devido à falta de conhecimento sobre o surgimento da doença e sobre sua cura, essas mulheres vivem um processo de excesso de informação e de desconhecimento.

> Em uma palavra: frustrante. E, para falar a verdade, esse processo ainda não se concluiu. Eu não tenho o diagnóstico oficial e não estou nem perto de saber onde se encontram os focos de endometriose em meu corpo (apenas suspeito de que sejam no intestino, por conta dos sintomas). Há três anos, parei com a pílula, porque comecei a sentir esses sintomas crescendo gradualmente mês a mês. Seis médicos (cinco convencionais e um ginecologista natural), uma terapeuta holística, uma nutróloga e demasiados exames depois, eu ainda me encontro perdida. Os exames não apresentam nada de errado, os médicos dizem que a única solução seria a videolaparoscopia. Mesmo não tendo certeza do diagnóstico, querem me submeter a uma cirurgia. É extremamente frustrante buscar por um diagnóstico e lidar com o medo de "e se não for endometriose? E se for só síndrome do intestino irritado ou até uma úlcera? E se for endometriose e eu fizer a cirurgia, mas depois os focos voltarem a crescer?" Ainda estou nessa luta física, mental e emocional para buscar um diagnóstico. (Portadora de endometriose, 2020)

> A endometriose é uma doença invisível para a sociedade e suas consequências muitas vezes são menosprezadas inclusive pelos médicos. Dormir e acordar com dores durante a maioria do tempo é desgastante e, mesmo com sorte familiar, muitas vezes nos sentimos sozinhas. Eu, por exemplo, tento não reclamar, para não me tornar a chata que está sempre com dor, mas notei que, depois da piora do quadro (4 anos), meu humor está muito afetado. Tenho muita irritabilidade e muita falta de paciência. Muitas vezes, também tristeza e depressão, por sentir que, se a vida é sentir dor todos os dias, não faz mais sentido. (Portadora de endometriose, 2020)

Em meio a pedidos por políticas públicas, percebem-se relatos relacionados às preocupações e às experiências pessoais das portadoras de endometriose no país. No entanto, estão atrelados às pautas do movimento social das portadoras de endometriose. As vozes e os ecos das dores dessas mulheres são percebidos ao receber relatos do convívio, do diagnóstico e de pedidos de políticas. Nenhuma voz pode falar por elas, que têm experiências tão diferentes, mas tão semelhantes.

E, nessa semelhança, o movimento da Endomarcha busca a união pela luta por políticas públicas no Brasil, com o intuito de promover políticas para mitigar os problemas que envolvem a endometriose. O movimento social como um todo emerge organizado e segue em busca de reconhecimento. A Câmara de Deputados, em 2014, não esperava uma mobilização por parte das mulheres, mas vinha discutindo o problema desde 2013. Porém, todos os anos, em março, desde 2014, essas mulheres vão às ruas lutar por políticas públicas, para chamar a atenção do Estado frente à doença. A voz do movimento é acolhida em 2014, mas, em 2019, Daniela do Waguinho referência o movimento ao levar novamente a endometriose para discussão na câmara.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o primeiro projeto de lei aprovado na Câmara de Deputados no Brasil[77], a caminhada para escuta das vozes de mulheres com endometriose se inicia no país. A escuta de 760 portadoras de endometriose, ao abordarem sua experiência e sua percepção sobre políticas públicas no Brasil, faz com que se reconheça a ausência de políticas públicas em prol dessas mulheres, que apresentam um conhecimento sobre ações locais (nível municipal) isoladas. No entanto, suas necessidades demandam políticas de nível federal, que atendam às 7 milhões de portadoras no Brasil, não somente a grupos isolados dentro da população que apresenta o problema.

Sobre suas vozes, diante de suas experiências de serem portadoras de endometriose, essas são percebidas em meio aos pedidos por políticas públicas. Nesse contexto, os relatos são os mais diversos, tendo em vista as experiências únicas, a depender de interseccionalidades de raça, gênero e classe nas quais essa portadora de endometriose está inserida e de preocupações que compõem o contexto de cada mulher brasileira. Seus relatos estão direcionados às pautas reivindicadas por elas, mas, em suas falas, percebe-se um sujeito político, consciente dos problemas que afetam sua vida. Além disso, o movimento social da Endomarcha, por meio de suas pautas, é percebido quando as portadoras de endometriose expõem suas experiências e suas percepções da necessidade de políticas públicas.

Este breve estudo buscou compartilhar a voz e os ecos do silêncio de uma pauta que atinge uma a cada dez brasileiras, com o intuito de demonstrar o sujeito político por trás dos momentos e das longas histórias que essas portadoras de endometriose vivem. A busca por políticas públicas para a doença pode ser considerada recente, pelo menos da forma como se apresenta, pois não era esperado que as portadoras se organizassem e saíssem às ruas, como elas fazem em todos os meses de março. Entretanto, a percepção de necessidade, a dor constante e as perdas foram motivos suficientes para o desenvolvimento de questionamentos e para o início de uma organização por parte delas, seja pelo ativismo burocrático, seja por um movimento social, seja nas redes sociais. Até então, um silêncio por parte do

[77] Estudos sobre as relações de atores, trâmites de projetos de lei, formação de agenda são explorados em demais estudos da autora deste artigo, o qual, não teve objetivo de discutir a temática neste artigo. Devido ao fato de desejar explorar as pautas e os relatos de falta de políticas públicas de maneira sistematizada e articulada.

Estado, até que, em 2013 e 2014, as primeiras vozes surgiram para quebrar o silêncio. Em 2020, os ecos tomam forma e a primeira aprovação em nível federal ocorre. O silêncio foi rompido, o desafio dessas mulheres como sujeitos políticos está constantemente aparecendo, seja no âmbito pessoal, seja no âmbito propriamente político. O silêncio e o esquecimento só não podem perpetuar-se novamente.

REFERÊNCIAS

ABRÃO, Mauricio; MELO, Patrícia. O que é Endometriose. In: MENDONÇA, Eleuze et al. **Um Enigma Chamado Endometriose**. Belo Horizonte: Livraria e Editora Health, 1998, p. 47-54.

ANDRES, Marina de Paula et al. Endometriosis is an important cause of pelvic pain in adolescence. **Revista da Associação Médica Brasileira** [online]. 2014, v. 60, n. 6, pp. 560-564.

BALLESTRIN, Luciana. Feminismos subalternos. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 25 (3): 530, p. 1035 – 1054, setembro – dezembro, 2017.

BAIRROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 3, nº. 2, ano? p. 458-463,

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BELLELIS, Patrick et al. Aspectos epidemiológicos e clínicos da endometriose pélvica: uma série de casos. **Revista da Associação Médica Brasileira** [online]. 2010, v. 56, n. 4

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: **Civilização Brasileira**, 2015. p.17-70.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados** 17 (49), 2003, p. 117-132.

CARVALHO, Maria João et al. Endometriose: recomendações de consenso nacionais - tratamento médico. Acta Obstet Ginecol Port, Coimbra , v. 10, nº. 3,set. 2016, p. 257-267.

CAVALCANTE, Eduardo. **Pesquisa Endometriose Gapendi.** 2018. Disponível Em: Http://Www. Edvaldocavalcante.Com.Br/Wp Content/Uploads/2018/05/Pesquisa-Endometriose-Edvaldo-Ga Pendi.Pdf. Acesso Em: 10 mai 2021.

HOSPITAL SANTA PAULA. **Endometriose Doença Que Atinge 7 Milhões De Brasileiras**. 2019. Disponível Em: Http://Www.Santapaula.Com.Br/Endometriose-Doenca-Que-Atinge-Mais- De- 7-Milhoes-De-Brasileiras/. Acesso Em: 10 mai 2021.

ENDOPELVIC. **Gravidez cura a endometriose**. Disponível em:

https://www.endopelvic.com/noticias/e-verdade-que-gravidez-cura-a-endometriose#:~:text=N%C3%A3o.,de%20cura%20para%20a%20doen%C3%A7a. Acesso em: 10 mai 2021.

MARX, Vanessa;CELIBERTI, Lilian. Diálogo de Mulheres de Fronteira no Contexto da Universidade Popular dos Movimentos Sociais: novas metodologias e agendas. **Iluminuras**, Porto Alegre, v. 18, nº. 43,an/jul, 2017, p. 119-133.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Endometriose. **Biblioteca Virtual Em Saúde (BVS)**. Brasília: Ministério Da Saúde, 2012. Disponível Em: Http://Bvsms.Saude.Gov.Br/Bvs/Dicas/250_Endometriose.Html. Acesso Em: 20 Mar. 2019.

OLIVEIRA, Luis. **Narrativas de Dor e Sofrimento**: Histórias de Vida de Mulheres com Endometriose. Dissertação de mestrado. Universidade de Fortaleza2017.

OSCAR, Raquel. Por uma Abordagem Feminista dos Direitos Sociais, Sexuais e Reprodutivos. **Enfoques** | Vol. 15, dezembro 2016 – Pp. 74-86

SAFFIOTI, Heleieth. A mulher na sociedade de classes: mito e realidade. Petrópolis: **Vozes**, 1979 p. 23-133.

Santos, Tânia Mara Vieira et al. Lag time between onset of symptoms and diagnosis of endometriosis. **Einstein** (São Paulo) [online]. 2012, v. 10, n. 1.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura de um vocabulário estratégico descolonial. **E-cadernos CES** (Online), v. 18,, 2012, p.106-131.

SAO BENTO, Paulo Alexandre de Souza; MOREIRA, Martha Cristina Nunes. A experiência de adoecimento de mulheres com endometriose: narrativas sobre violência institucional. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, nº. 9, Sept. 2017, p. 3023-3032.

WORLD ENDOMETRIOSIS RESEARCH FOUNDATION. **Endocost**. Disponivel em: http://endometriosisfoundation.org/research/clinical-studies/endocost/. Acesso em 30 out 2020.

* Artigo recebido em 20 de julho de 2021,

aprovado em 27 de outubro de 2021.

MECANISMOS IDEOLÓGICOS DE MANUTENÇÃO DA HETEROSSEXUALIDADE NA HIERARQUIA SOCIAL

IDEOLOGICAL MECHANISMS FOR MAINTAINING HETEROSEXUALITY IN THE SOCIAL HIERARCHY

COMPONENTES IDEOLÓGICOS PARA MANTENIMIENTO DE LA HETEROSEXUALIDAD EN LA JERARQUÍA SOCIAL

Elisa Aguiar Volpato[78]
Suellen Kochinski Borges de Oliveira[79]

Resumo:
A heterossexualidade enquanto um modelo institucional de comportamento e uma expectativa social, implicando em uma forma específica com que a sociedade espera que os sujeitos se atraiam e se relacionem com os gêneros. O artigo utiliza como metodologia a revisão bibliográfica narrativa, buscando material teórico referente aos conceitos vinculados às opressões relacionados com gênero e sexualidade, focando no recorte de gênero e considerando os aspectos associados às vivências de mulheres. O artigo busca explorar a instituição da heterossexualidade por meio dos conceitos de fato social e dualismo hierárquico e discutir os mecanismos ideológicos a respeito de gênero e sexualidade, assim como as práticas discriminatórias que mantém a heterossexualidade em posição de poder social. As ideologias cissexista, alossexista, heterossexista, diadista e monossexista fazem com que, considerando a existência da hierarquia social dicotômica, a sociedade legitime determinados sujeitos e discrimine outros exclusivamente em decorrência de identidades dissidentes.
Palavras-Chave: Heteronormatividade; Discriminação; Ideologia.

Abstract
Heterosexuality as an institutional model of behavior and a social expectation, implying a specific way in which society expects subjects to be attracted to and relate to genders. The article uses a narrative bibliographic review as a methodology, seeking theoretical material regarding the concepts linked to oppression related to gender and sexuality, focusing on the gender perspective and considering aspects associated with women's experiences. The article seeks to explore the institution of heterosexuality through the concepts of social fact and hierarchical dualism and to discuss the ideological mechanisms regarding gender and sexuality, as well as the discriminatory practices that keep heterosexuality in a position of social power. Cissexist, allosexist, heterosexist, diadista and monosexist ideologies make society, considering the existence of a dichotomous social hierarchy, to legitimize certain subjects and discriminate against others exclusively as a result of dissident identities.

[78] Bacharela em Psicologia pelo Centro Universitário Autônomo do Brasil (UniBrasil). Contato: elisavolpato7@gmail.com.
[79] Graduação em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Contato: suellenkbo@gmail.com.

Keywords: Heteronormativity; Discrimination; Ideology.

Resumen
La heterosexualidad como modelo institucional de comportamiento y una expectativa social, implica una forma específica en que la sociedad espera que los sujetos se sientan atraídos y se relacionen con los géneros. El artículo utiliza una revisión bibliográfica narrativa como metodología, buscando material teórico sobre los conceptos vinculados a la opresión de género y de la sexualidad, enfocándose en el corte de género y considerando los aspectos asociados a las vivencias de las mujeres. El artículo busca explorar la institución de la heterosexualidad a través de los conceptos de hecho social y dualismo jerárquico y discutir los componentes ideológicos en torno al género y la sexualidad, así como las prácticas discriminatorias que mantienen a la heterosexualidad en una posición de poder social. Las ideologías cissexista, alosexista, heterosexista, diadista y monosexista hacen que la sociedad, considerando la existencia de una jerarquía social dicotómica, legitime determinados sujetos y discrimine a otros exclusivamente como resultado de identidades disidentes.
Palabras Clave: Heteronormatividad; Discriminación; Ideología.

INTRODUÇÃO

O heterossexismo e a heteronormatividade colocam a heterossexualidade enquanto uma expectativa social, fazendo com que as dissidências sexuais sejam apagadas, deslegitimar e discriminadas a partir de uma lógica reducionista que víncula desejo e sexo à reprodução. No entanto, os discursos heterossexistas não são os únicos que contribuem para que tais discriminações ocorram. Nesse sentido, uma compreensão das demais ideologias sociais que pautam as opressões pode contribuir para o entendimento de como o modelo institucional de heterossexualidade afeta as experiências e existências das identidades dissidentes.

O presente artigo explora as práticas discriminatórias e os mecanismos ideológicos que mantém o modelo de heterossexualidade em posição de poder social, partindo dos conceitos de fato social e de dualismo hierárquico. Considerando a extensão do assunto, um recorte de gênero foi utilizado buscando discorrer especificamente sobre como o modelo de heterossexualidade reflete nas identidades dissidentes de mulheres, abordando o heterossexismo, monossexismo, alossexismo e cissexismo.

Os fatos sociais, para Émile Durkheim (2007, [1895]), são o objeto de estudo da sociologia, buscando distinguir fenômenos orgânicos e psicológicos dos

fenômenos sociológicos. Segundo o autor, é possível identificar esses fatos sociais por meio de três características básicas que ele deve possuir: 1) generalidade, refere-se a um fenômeno que exprime um certo modelo coletivo; 2) exterioridade, tem por premissa que o fato social independe do indivíduo, devendo existir antes mesmo de sua existência, ou seja, deve vir do exterior para o interior, criando, assim, uma ilusão de que o sujeito elaborou aquilo que, na verdade, lhe foi imposto de fora; e 3) coercitividade, onde o fato social deve ser imposto aos indivíduos de forma que apenas ao recusá-lo, ou voltar-se contra ele, estes percebam tal coerção.

Para Émile Durkheim (2007, [1895]) os fatos sociais instituem aos sujeitos determinadas formas de pensar e agir que não dependem deles mesmos. Seguindo essa perspectiva, a heterossexualidade se torna “uma fonte de privilégios” e “uma posição de poder” (Adilson José MOREIRA, 2017, p.146), se tornando um modelo institucionalizado como padrão de comportamento e expectativa social. Os privilégios sociais também funcionam como mecanismos de exclusão, pois as práticas discriminatórias não apenas reafirmam posições de inferioridade a grupos minoritários, mas também mantém os grupos dominantes em posições de vantagem social (Adilson José MOREIRA, 2017). Buscando compreender os privilégios sociais a partir de suas relações com as opressões, Linda L. Black e David Stone (2005) afirmam que um privilégio pode ser decorrente de uma posição de poder. Os autores colocam que a visão normativa de heterossexualidade faz com que qualquer outra sexualidade seja vista como desviante ou errada.

A heterossexualidade enquanto modelo institucional é construída no imaginário social por diversos discursos, como o médico, o jurídico, o científico e o religioso, todos tendo uma relação dialética entre si e com o discurso social. Estes discursos são muitas vezes as bases nas quais as discriminações são pautadas. Para Adilson José Moreira (2017), as discriminações que utilizam argumentos naturalistas de que existem distinções biológicas entre sujeitos a partir de gênero, raça e sexualidade pode ser entendidas como um reflexo de que tais distinções são culturalmente construídas por meio de processos de significação social feitos pelos grupos dominantes.

Os conceitos de heterossexualidade compulsória e heteronormatividade são fundamentais para compreender a heterossexualidade enquanto um modelo institucional e, embora sejam frequentemente utilizados como sinônimos, existem importantes distinções e correlações entre eles.

Conforme Adrienne Rich (2010 [1980]), a expectativa social de heterossexualidade, produzida e reproduzida por meio do discurso, a coloca enquanto única expressão normal e legitimada de sexualidade produz a heterossexualidade compulsória. Enquanto a heteronormatividade, conforme Michael Warner (1991), se refere às exigências de que todos organizassem suas vidas a partir do modelo da heterossexualidade. A perspectiva heteronormativa também é beseada na dicotomia complementar de gênero, compreendendo que o sexo, a identidade de gênero e o papel social devem estar integrados em masculino e feminino, e consequentemente em expressões de gênero correspondentes a masculinidade ou feminilidade.

Justamente pela heterossexualidade ser apresentada, desde muito cedo, aos sujeitos enquanto única expressão natural de sexualidade, ela apresenta um componente coercitivo no qual as dissidências sexuais serão discriminadas. Nesse sentido, a coerção presente no fato social está associada à heterossexualidade compulsória, uma vez que as dissidências sexuais serão apagadas e deslegitimadoras no discurso social.

A tendência social de pensar, descrever e organizar o mundo a partir de categorias dicotômicas, como por exemplo bem/mal e certo/errado, se estendendo para gênero e sexualidade: homem/mulher, heterossexual/homossexual (Kathleen BENNETT, 1992), e também para outras dicotomias como masculino/feminino, masculinidade/feminilidade, formando o que a autora compreende enquanto dualismo hirárquico, onde uma categoria polarizada é frequentemente julgada enquanto melhor ou mais importante a partir de uma perspectiva de naturalismo.

Kathleen Bennett (1992) aponta o sistema de gênero como importante para discutir as opressões e enfatiza a importância de compreender como este opera em relação a outras formas de opressão. A interseccionalidade torna-se fundamental para compreender como o dualismo hierárquico funciona na sociedade. Para Carla Akotirene (2019), a interseccionalidade é uma importante ferramenta teórica-metodológica que permite compreender as identidades a partir de perspectivas que consideram questões de gênero, classe e raça.

Para Kathleen Bennett (1992), o discurso social que afirma a existência de diferenças fisiológicas entre homens e mulheres, concebendo-as enquanto inatas e determinantes, está relacionado com a busca em manter papéis de gênero. O pensamento da sexualidade humana onde o sexo deve ter fins reprodutivos está relacionado com a compreensão social de gênero e sexualidade. A redução da

sexualidade coloca uma existência dicotômica de gênero e que estes funcionam como opostos complementares e, justamente pelo reducionismo, apresenta que existiria uma maneira correta de um gênero se relacionar com outro (Judith BUTLER, 2003 [1990]).

O artigo foi feito a partir de uma revisão bibliográfica narrativa, buscando material teórico referente aos conceitos vinculados às opressões relacionados com gênero e sexualidade utilizando o recorte de gênero e considerando os aspectos associados às vivências de mulheres. Ressaltamos que conceitos como allossexismo e diadismo tem poucas produções teóricas nacionais, e inclusive internacionais, que analisam essas opressões, e portanto, estimulamos que sejam investigadas futuramente com maior profundidade.

O presente artigo é dividido em duas seções. A primeira, *Hierarquias e discriminações*, levantará uma discussão sobre como as práticas discriminatórias relacionadas a gênero e sexualidade operam na opressão de mulheres, e a segunda, *Discursos e ideologias* busca articular como os discursos sociais constroem ideias que pautam as discriminações e como elas potencialmente afetam a vida de mulheres.

HIERARQUIAS E DISCRIMINAÇÕES SOCIAIS

O dualismo hierárquico reforça o controle social a partir do modelo dominador/dominado por meio de categorias dicotômicas socialmente construídas (Kathleen BENNETT, 1992), promovendo um sistema de discriminação.

As discriminações, que conforme Adilson José Moreira (2017) ocorrem quando os sujeitos são tratados de forma arbitrária em decorrência dos grupos aos quais pertencem, buscam manter a subordinação dos sujeitos que pertencem a determinados grupos sociais. A discriminação e as práticas discriminatórias são consequências e mecanismos através dos quais uma hirarquia é sustentada. As ideologias presentes nos discursos sociais em torno de gênero e sexualidade são formas com que a sociedade cria discursos e forma o imaginário social que pauta a discriminação.

Compreendendo o dualismo hierárquico enquanto uma organização social do mundo e considerando a arbitrariedade que posicionam os sujeitos nessa hierarquia, a maneira com que as hierarquias se constroem e se mantém dispõe de determinadas ideologias. Para Marilena Chauí (2011), uma ideologia pode ser definida como a maneira com que a sociedade apresenta ideias, normas e valores aos sujeitos por

meio da ocultação. A ideologia é uma das formas pelas quais o modelo dominação/submissão opera e, considerando que o discurso não pode ser separado da ideologia (Helena H. Nagamine BRANDÃO, 1998), o discurso é uma das formas pelas quais as ideologias são apresentadas aos sujeitos. Para Michel Foucault (1990, [1976]), a sexualidade se tornou um dispositivo de controle dos corpos, da existência e da população por meio do discurso médico-jurídico.

Michel Foucault (1990, [1976]) descreve as variações históricas nas formas com que a sociedade compreendia as relações entre sujeitos do mesmo gênero. Por exemplo, na Grécia Antiga era socialmente aceito homens se relacionarem com mulheres e determinados homens, e inclusive, muitos homens mantinham relacionamentos matrimoniais com mulheres e sem deixar de continuar se relacionando com outros homens. No entanto, as relações homoeróticas entre mulheres na Antiguidade não possuíam a mesma conotação social, nunca lhes foi historicamente concedida a normalidade de se relacionarem, justamente por terem sido colocadas em papéis de submissão à homens, colocando-as apenas enquanto objeto de desejo (amante, prostituta) ou de pertencimento (filha, esposa).

O discurso jurídico institucionaliza a heterossexualidade por meio normas “transformam sentidos culturais em regras que regulam as relações" perpetuando uma hierarquia (Adilson José MOREIRA, 2010, p.48), e até o século XIX regulou através de proibições a sexualidade (Daniele Trindade MESQUITA; Juliana PERUCCHI, 2016). O discurso religioso, que pode ser considerado o primeiro mecanismo de controle sexual, parte de discursos baseados na moral e na ética de uma perspectiva cristã (Theremilza Cristina Santana RAPOSO, 1996), ligando as sexualidades dissidentes à uma ideia de pecado (Daniele Trindade MESQUITA; Juliana PERUCCHI, 2016) gerando uma coerção que mantém o modelo heterossexual no poder. Os discursos médico e científico também colocaram a heterossexualidade em um status de poder por meio da patologização das sexualidades dissidentes (Marlon Silveira SILVA; Talita Gonçalves MEDEIROS; Marcio CAETANO, 2015).

Partindo da perspectiva de que a heterossexualidade é um modelo político, a discriminação contra minorias sexuais não podem ser reduzida exclusivamente à violência física. Para Pierre Bourdieu (1991 [1982]), existe um poder invisível chamado poder simbólico responsável pelas violências simbólicas proposta pelo autor e Jean Claude Passeron (1992 [1970]) como uma forma de violência exercida através das relações de poderes com o qual a sociedade consegue impor significado e a

legitimidade do mesmo. Pierre Bourdieu (2001 [1998]) define a violência simbólica enquanto sendo invisível para as próprias vítimas, podendo ser exercida a partir do que existe de simbólico na comunicação e no conhecimento.

Essa violência simbólica citada por Bourdieu pode ser relacionada com um aspecto essencial que Émile Durkheim (1895) ressalta no que diz respeito a coerção presente nos fatos sociais: um indivíduo só conseguirá sentir ou perceber, de fato, essa coerção quando resistir ou ir contra o fato social.

Considerando que o poder simbólico consegue reforçar os pensamentos dominantes ao fornecer ao sujeito uma visão de mundo por meio dos discursos dominantes, que impõem regras, valores e comportamentos, e que a violência simbólica é exercida de forma invisível, as ideologias são uma peça central para explorar como o modelo de heterossexualidade opera de forma coercitiva aos sujeitos.

DISCURSOS E IDEOLOGIAS

Nesta seção discutiremos algumas das ideologias presentes no discurso social. É importante ressaltar que, considerando o recorte de gênero feito neste artigo, não buscamos abordar todos os sistemas ideológicos e, embora nenhuma ideologia opera isoladamente umas das outras, enfatizamos que existem outras que pautam discriminações e opressões sociais que são decorrentes de outros fatores sociais. Compreendendo que gênero e raça devem ser apresentados nas discussões acadêmicas de maneira articulada, abordaremos o racismo partindo de que é necessário compreender que, por exemplo, a discriminação que acontece com mulheres brancas não acontecerá da mesma forma com mulheres negras, assim como as experiências de mulheres trans não serão as mesmas de mulheres cis.

Nesta seção discutiremos o cissexismo, o allossexismo, o heterossexismo, o monossexismo e o diadismo, bem como as práticas discriminatórias decorrentes dos discursos em torno dessas ideologias. Utilizaremos o conceito de heterossexualidade enquanto modelo institucional como um fio condutor durante a articulação teórica.

Embora o fato de que a maioria das identidades que compõem o movimento LGBTQIA+ enfrentam discriminações semelhantes, é necessário considerar que também existem distinções. O termo homofobia ainda é frequentemente utilizado para se referir às discriminações vivenciadas por todes da sigla, promovendo uma compreensão excludente do que a sociedade entende por discriminação e dificultando o debate social das diferentes formas com que cada uma das letras enfrentará as

discriminações sociais. Portanto, existe importância social em reconhecer as distintas formas de discriminações e como as diferentes ideologias as perpetuam. Considerando o recorte de gênero apresentado anteriormente, discutiremos a seguir as práticas discriminatórias da lesbofobia, bifobia, transfobia, intersexofobia e acefobia.

O recorte racial se torna essencial para iniciarmos a discussão. Conforme Ana Carolina Viana, Cristiane Santos e Rafaela Ezechiello (2019), a hipersexualização de mulheres negras é consequência da objetificação decorrente do colonialismo, que deixou resquícios sociais do racismo, fazendo com que os corpos de mulheres negras sejam mostrados na mídia a partir de um enfoque na sensualidade. Para Silvane Aparecida da Silva (2008), mulheres negras muitas vezes enfrentam discriminações e violências sexuais decorrentes do racismo.

Conforme Carolina Silveira da Conceição e Claudia Mercedes Mora (2020), considerando a presença do racismo nas relações afetivo-sexuais de mulheres negras, a preterição que ocorre nesses relacionamentos também pode estar vinculado a um sentimento de solidão onde os relacionamentos íntimos têm durações curtas ou médias. Podemos considerar que a preterição também ocorre nos relacionamentos com mulheres negras lésbicas e bissexuais.

O heterossexismo, que segundo Gregory M. Herek (1992) é um sistema que estigmatiza pessoas não heterossexuais. Também está relacionado com o conceito de heterossexualidade compulsória, uma vez que o heterossexismo institui a ideia de que a heterossexualidade seria a única expressão natural de sexualidade.

Para Adrienne Rich (2010 [1980]) o apagamento da existência lésbica é reforçado pelos papéis de gênero socialmente atribuídos a mulheres para mantê-las sob dominação de homens, onde, por exemplo, a promoção do pensamento de que o papel social de mulheres deveria estar exclusivamente relacionado à instituição do casamento e da maternidade; às restrições sociais impostas às mulheres que as privam de independência social e financeira, de produção e educação acadêmica e/ou criativa; e à objetificação, exploração e violências sexuais dos corpos de mulheres. Ressaltamos que o heterossexismo também está relacionado com as experiências de mulheres bissexuais e assexuais, uma vez que ele coloca apenas a heterossexualidade enquanto uma expressão legítima de sexualidade.

O cissexismo é perpetuado não apenas pela ideia de que o gênero é determinado biologicamente, mas também pelo modelo dicotômico e heteronormativo

no qual existem apenas dois gêneros e que um deve desejar o outro. Todos esses pressupostos constroem o cissexismo que, segundo Daniela Calvó Barrera (2014), oprime pessoas trans, binárias e não binárias, e também pessoas intersexo, ao negar suas existências e vivências.

Segundo Paula Gaudenzi (2018, p. 2), a intersexualidade é discriminada pelo discurso médico que a caracteriza como uma “desordem no desenvolvimento sexual” e, tratando-se do campo da Saúde Coletiva, seria necessária a problematização das questões relacionadas a intersexualidade para a garantia de um atendimento ético desses indivíduos dentro do campo da saúde.

Ressaltamos que o diadismo se configurou enquanto um conceito em que não localizamos referenciais bibliográficos para elaboração e estruturação de maiores enlaces com o presente artigo.

Considerando as vivências de mulheres trans, o modelo de heterossexualidade também trará consequências relacionadas ao cissexismo. Guilherme Augusto da Silva Gomes (2017) coloca que o silenciamento de mulheres trans e lésbicas se torna duplamente relacionado a discriminações decorrentes da lesbofobia e da transfobia. O silenciamento de mulheres trans, sejam elas heterossexuais, lésbicas ou bissexuais também reflete em diversos contextos como, por exemplo, o de saúde. Conforme Hailey Kass Alves (2013), os debates em torno da saúde física e sexualidade de mulheres lésbicas são voltados para uma perspectiva cissexista, excluindo mulheres trans.

Outra questão relacionada à (cis)heteronormatividade é a parentalidade que, por exemplo, segundo Mônica Angonese e Mara Coelho de Souza Lago (2018) é frequentemente associada a casais cisgêneros compostos por sujeitos de gêneros diferentes, principalmente onde ambos são heterossexuais, colocam como o formato da família tradicional, ou, embora não encarado da mesma forma, casais de duas pessoas cisgêneras do mesmo gênero.

A sociedade também estipula e pressupõe que todos os sujeitos tem interesse e desejo pelo sexo, sendo assim, o allosexismo está relacionado à discriminação de pessoas assexuais e/ou arromânticas. É comum deparar-se com a suposição de que o ser humano é naturalmente sexual e, ainda, com a naturalização da prática sexual como missão biológica de reprodução da espécie, caracterizando, assim, um sistema aloheteronormativo. Segundo Mark Carrigan (2014) essa suposição não apenas existe, como delimita a existência de uma suposta sexualidade normal e saudável.

Esse sistema aloheteronormativo irá afetar diretamente o discurso médico que patologiza as identidades assexuais. Ela Przybylo (2016), aponta que a sociedade exerce uma força opressora sobre os corpos que equipara o sexo com sucesso, saúde e bem estar. Os impactos do alossexismo, enlaçado a heteronormatividade, atinge tanto sujeitos alossexuais como assexuais ao construir, no imaginário social, uma ideia de que o sexo é um fator essencial, não apenas para a qualidade de vida, mas também para o sucesso e a durabilidade das relações.

O monossexismo, para Liz A. Highleyman (1995), sustenta uma perspectiva de que as pessoas só conseguem sentir atração por apenas um gênero e, portanto, colocam bissexuais enquanto pessoas confusas ou indecisas. Para Kathleen Bennett (1992), a bifobia reside no monossexismo que apresenta as monossexualidades como sexualidades como mais naturais pelo desejo ser direcionado a apenas um gênero. Para Melissa Bittencourt Jaeger et al. (2019, p.8)), o monossexismo volta aos monossexuais um elogio, onde, por exemplo, "[...] se pessoas bissexuais são vetores de doença, as monossexuais são 'limpas', se pessoas bi não são confiáveis, as monossexuais o são [...]".

Bissexuais e as identidades sexuais não monossexuais enfrentam as discriminações decorrentes do heterossexismo, mas também as do monossexismo. Os discursos monossexistas colocam a bissexualidade enquanto uma fase transitória para uma monossexualidade, negando sua existência e muitas vezes pautando as práticas discriminatórias.

A discriminação vivenciada por bissexuais por ambas as identidades monossexuais é chamada por Robyn Ochs (1996) de dupla discriminação. Na comunidade homossexual tal discriminação também está relacionada à crença de que bissexuais mantêm certos privilégios decorrentes de, por também sentirem atrações pelo gênero diferente, poderem escolher não se relacionar publicamente com o mesmo gênero e assim evitar a discriminação enfrentada por gays e lésbicas. No entanto, tal perspectiva baseia-se em uma série de compreensões incorretas a respeito da bissexualidade, principalmente as de que bissexuais escolhem parceiros a partir do gênero e de que toda forma de discriminação vivenciada por bissexuais será fruto da homofobia.

A heteronormatividade fornece um modelo a ser seguido a partir de noções estabelecidas dos papéis de gênero e das expressões de masculinidade e feminilidade. Jack Halberstam (1998, p. 2) afirma, por exemplo, que apesar da

possibilidade de identificar a existência de uma masculinidade feminina, ela foi historicamente apagada, isso ocorre principalmente devido a motivações ideológicas que buscam sustentar uma complexa estrutura da "masculinidade heroica", que coloca um determinado tipo de homem em uma posição de poder e dominação. Entretanto, essa masculinidade idealizada não poderá ser alcançada por todos os sujeitos, pois ela se refere a uma especificidade: homens cis brancos de classe média, como consequência dessa estrutura, a masculinidade feminina é apagada e, muitas vezes, repreendida e/ou punida (Jack HALBERSTAM, 1998).

Em adendo, pensando nas masculinidades[80], Luiz Alex Silva Saraiva, Leonardo Tadeu dos Santos e Jefferson Rodrigues Pereira (2020), irão afirmar que a masculinidade do homem heterossexual branco tem uma espaço de poder na sociedade, esse espaço de poder é sustentado e construído a partir da heteronormatividade. Vale ressaltar, portanto, que o poder vinculado a masculinidade é garantido apenas aos homens que cumprem determinados quesitos que se enquadem nessa hegemonia (heterossexual, branco, viril e forte). Para além das normas da masculinidade, a sociedade também possui normas para as expressões de feminilidade, formando um imaginário social não apenas de que homens devem expressar a masculinidade e mulheres a feminilidade, mas também ditando como, quando e de que forma devem expressá-las.

Atualmente, mesmo com o enfraquecimento da lógica heteronormativa onde existem dois papéis a serem cumpridos dentro de um relacionamento, o masculino e o feminino, ainda é possivel observar como essa dinâmica afeta as relações contemporâneas. Segundo Jeanne Marecek, Stephen E. Finn e Mona Cardell (1982) as expectativas quanto aos papéis de gênero[81] governam diversos aspectos dos relacionamentos, como o cuidado com os deveres da casa, expressão sexual e poder de tomada de decisão. Apesar das relações entre pessoas do mesmo gênero quebrarem, em partes, com essa lógica, alguns gays e lésbicas reportaram que

[80] Termo utilizado no plural por considerar que a masculinidade hegemônica (heterossexual, branca e cristã) é apenas uma das formas de expressão da masculinidade. Ao entender a masculinidade como um produto cultural e mutável a utilização do termo no plural ressalta o espaço das masculinidades para além dessa hegemonia.

[81] Papéis de gênero são um grupo de comportamentos ou funções que a sociedade julga apropriado a pessoas que sejam consideradas de um determinado gênero, por exemplo: homens com o papel de ser fisicamente forte, não demonstrar emoções, ser provedor da casa, dominante e ativo. Enquanto as mulheres tomam esse papel de cuidar da casa e dos outros, ser sentimental, submissa, frágil e passiva. Vale ressaltar que, nesse processo, muitas vezes o gênero é pressuposto com base no sexo designado no nascimento (MARECK; FINN; CARDELL, 1983).

existiam, em seus relacionamentos, comportamentos semelhantes a esses dos papéis de gênero convencionais heteronormativos.

Uma hipótese, levantada por Jeanne Marecek, Stephen E. Finn e Mona Cardell (1982), é que existe uma internalização desses modelos de relacionamento, que acontece, no imaginário dos indivíduos, por meio de normativas de como deve ser um relacionamento. Essas normativas são impostas, muitas vezes indiretamente, por meio da literatura, dos filmes, dos mitos, da bíblia e até mesmo da observação de outros relacionamentos, que podem levar à identificação e consequentemente, mesmo que inconscientemente, a uma repetição.

Um exemplo de como essas questões de papéis perpassam o imaginário social é a invalidação e/ou estranhamento observado em frases ouvidas por casais de mesmo gênero, como “quem é o homem da relação?”, denotando esse pensamento binário e heteronormativo de papéis pré determinados em um relacionamento.

Pensando nessa construção dos papéis de gênero e sua relação com o poder da masculinidade hegemônica, algumas questões podem ser levantadas, como, por exemplo, a forma que a sociedade vê e entende a relação entre duas mulheres, ou mais especificamente duas mulheres que expressem feminilidade, uma vez que isso quebra completamente com o padrão de papéis e, em adendo, desvinculando a relação do padrão heteronormativo de poder da masculinidade hegemônica.

Partindo do pressuposto de que a expectativa social podemos investigar as consequências da dicotomia masculino/feminino. Por exemplo, conforme citado nos parágrafos anteriores, o homem deverá expressar a popularmente chamada masculinidade tóxica e, consequentemente, ser lógico, ativo, ter uma posição de poder e uma postura de dominação e, em contrapartida, a mulher, dentro dessa mesma expectativa, deverá expressar feminilidade e, com isso, ser emocional e passiva, aproximando-se de uma perspectiva de opressão, submissão e propriedade, podemos identificar que as compreensões sociais, que indicam opostos que partem da visão dicotômica de posse/propriedade, apresentam um efeito importante para a discussão a seguir: a objetificação.

Conforme Ana Kerlly Souza da Costa (2018), a objetificação de mulheres está mencionada na cultura que reproduz padrões de comportamento para homens, tornando o corpo de mulheres um objeto de desejo e consumo, muitas vezes levando à hipersexualização.

A objetificação da mulher, seja ela cis ou trans, hétero, lésbica ou bissexual, se

configura enquanto um importante problema social que merece maiores discussões dentro da acadêmica. A lógica patriarcal que concede uma posição de poder aos homens, principalmente cisgêneros, brancos e heterossexuais, e que os coloca enquanto potenciais “donos” de mulheres, se torna possível a partir da objetificação. A possibilidade de um ser humano possuir outro depende majoritariamente de uma lógica que o objetifique, desprovendo de uma concepção de que também é um ser humano, portanto, é preciso fazer com que as posições de poder recaiam especificamente a um grupo dominante que consiga diminuir outro ser humano ao ponto que este se torne objeto.

A objetificação das mulheres pelo patriarcado também produzirá efeitos na sexualidade e na saúde sexual das mesmas. A perspectiva da objetificação aponta que a sexualidade da mulher deve ser compreendida exclusivamente enquanto relacionada ao prazer e saúde dos homens, e também enquanto para fins reprodutivos. Compreendemos que ambas as afirmações apontam para definições socialmente construídas muito específicas do que é compreendido enquanto homem e mulher: a cisgeneridade. Como efeitos, o baixo discurso social e acadêmico acerca da sexualidade da mulher, fruto da perspectiva de que o prazer e a saúde dos homens é superior e merece maior atenção, consequentemente faz com que a maioria das estratégias na área de saúde para prevenir ISTs e gestações estão voltadas à uma compreensão cisheterossexista de práticas sexuais. Por exemplo, a saúde sexual de pessoas com vulvas é negligenciada por políticas públicas, uma vez que estas dependem justamente do discurso médico-científico para serem elaboradas.

No que diz respeito ao discurso médico científico é evidente o baixo número de pesquisas exclusivamente voltadas à população de mulheres lésbicas e bissexuais, podendo ser um reflexo direto da invisibilidade dessa população, seja por seu caráter de uma minoria (mulheres) dentro de outras minorias (homossexuais e bissexuais), ou conforme aponta Ana Rita da Silva Rodrigues (2013) pela própria exclusão que se criou quanto a essa população no discurso médico-científico. Segundo Marcio Zamboni (2016), mesmo quando o discurso médico focou na população homossexual, durante a epidemia de HIV nos anos 80, as mulheres que tinham relações sexuais com outras mulheres ficaram invisibilizadas pela crença errônea de serem imunes à AIDS e, consequentemente, não tiveram suporte material e simbólico na esfera pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível compreender, explorando as ideologias sobre gênero e sexualidade, como o cissexismo, heterossexismo, allossexismo, diadismo e monossexismo contribuem para uma hierarquia social que privilegia a heterossexualidade. Essas ideologias envolvem uma visão reducionista da sexualidade humana que cria categorias dicotômicas para identificação e forma uma hierarquia social de discriminação. O conceito de dualismo hierárquico auxilia na compreensão de como a heterossexualidade se torna uma instituição social e, portanto, um fato social durkheimiano principalmente com as colorações dos conceitos de poder e violência simbólica.

Buscando discorrer sobre os mecanismos ideológicos, o objetivo principal do artigo em descrever a heterossexualidade enquanto instituição, a partir do conceito de fato social, permitiu compreender que a sociedade estrutura normas para fazer com que todos os sujeitos, em determinado momento, sintam a heterossexualidade enquanto uma expectativa social e, portanto, faz com que identidades dissidentes enfrentem diversas formas de violência, explícita ou implicitamente, exclusivamente em decorrência de não manterem o padrão heteronormativo da sociedade.

O modelo institucionalizado da heterossexualidade também apresenta o elemento da coerção, importante ponto para a compreender enquanto um fato social, de tal forma que os sujeitos muitas vezes experienciam confusões e sentimentos conflitantes relacionados à sexualidade, acreditando que a atração pelo gênero diferente do deles é o “natural”, só percebendo a coerção social, implícita ou explícita, após entrarem em contato com outras formas de perceber a dissidência sexual.

É essencial, portanto, entender a heterossexualidade compulsória para além da perspectiva de uma sociedade que pressupõe, e exige, a heterossexualidade como a única sexualidade legítima. A heterossexualidade compulsória, enquanto fato social, denuncia e aponta para uma complexa estrutura de discursos e mecanismos que visam a manutenção de uma hierarquia social, assegurando que a heterossexualidade sempre se mantenha em posição de poder.

Também buscamos articular que, justamente pelas discriminações ocorrerem muitas vezes simultaneamente, as experiências de cada sujeito serão distintas em decorrência dos diversos discursos ideológicos sobre raça, gênero e sexualidade.

Conforme apresentado neste artigo, a heterossexualidade também estará intimamente relacionada com as discriminações sociais, e que estas vão, inclusive, para além da violência física, que em alguns casos nem mesmo é necessária para fazer com que os sujeitos dissidentes não se sintam seguros de serem quem são na sociedade. Não buscamos afirmar que a violência física não é um importante problema social a ser combatido, apenas afirmamos a necessidade de explorar que existem muitas outras formas com que o modelo político de heterosexualidade e de heteronormatividade, afetam a saúde física e mental dos sujeitos.

REFERÊNCIAS

ALVES, Hailey Kaas. **Sobre ser mulher trans* e bissexual**: uma experiência pessoal. 2013. Disponível em: https://generoaderiva.wordpress.com/2013/08/02/algumas-consideracoes-sobre-a-questao-das-mulheres-trans-lesbicas-bissexuais-e-pansexuais/ Acesso em 09/11/2021.

ANGONESE, Mônica; LAGO, Mara Coelho de Souza. Família e experiências de parentalidades trans. Florianópolis: **Revista de Ciências Humanas**, vol. 52, p. 2-18. 2018

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade.** São Paulo: Sueli Carneiro. 2019.

BARRERA, Daniela Calvó. **Integralidade e Cissexismo**: uma revisão de artigos sobre atenção à saúde de pessoas Trans. Monografia (Bacharel em Ciências Sociais) Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. 2014.

BLACK, Linda L.; STONE, David. Expanding the Definition of Privilege: the concept of social privilege. **Journal Of Multicultural Counseling And Development**, [S.L.], v. 33, n. 4, p. 243-255, 2005.

BENNETT, Kathleen. Feminist Bisexuality: a both/and option for an either/or world. IN: WEISE, Elizabeth Reba. **Closer to Home: Bisexuality and Feminism**. The Seal Press, p. 205-231, 1992.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à Análise do Discurso.** Campinas: Editora Unicamp, 1998.

BOURDIEU, Pierre; PEARSON, Jean Claude. 1970. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **Language and Symbolic Power**. 1982. Oxford: Polity Press. 1991.

_____. **Masculine domination**. 1998. Polity Press. 2001.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero:** feminismo e subversão da identidade. 1990. Civilização Brasileira. 2003.

CARRIGAN, Mark. There's more to life than sex? Difference and commonality within

the asexual community. **Sexualities**, 14(4), p. 462–478, 2011.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. Editora Brasiliense, 2º ed. 2001.

CONCEIÇÃO, Carolina Silveira da; MORA, Claudia Mercedes. “Respeito é bom e eu gosto”: trajetórias de vida de mulheres negras assistidas por um Centro Especializado de Atendimento à Mulher em Situação de Violência na Baixada Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, vol. 36, n. 7, 2020.

COSTA, Ana Kerlly Souza da. Hipersexualização frente ao empoderamento: a objetificação do corpo feminino evidenciada. **VII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade**. 2018.

DURKHEIM, Emilie. **As regras do método sociológico**. 1895. 3º ed. São Paulo: Martins Fontes. 2007.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade, vol. 1: a vontade de saber**. 1976. Rio de Janeiro: Gallimard. 1990.

GOMES, Guilherme Augusto da Silva. Dos excessos para o silêncio: as mulheres trans e lésbica em *Baléralé* e *Rasif*, de Marcelino Freire. **Seminário Internacional Fazendo Gênero** 11 & 13th Women’s Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017.

HALBERSTAM, Jack. **Female masculinity**. London: Duke University Press. 1998

HEREK, Gregory. M. The social context of hate crimes: notes on cultural heteroxism. In: HEREK, G. M.; BERRIL, K. T. **Hate crimes: confronting violence against lesbians and gay men**. Newburry: Sage, 1992, p. 89-104.

HIGHLEYMAN, Liz E. Identities and Ideas: Strategies for Bisexuals. IN:TUCKER, Naomi. Bisexual Politics Theories, Queries, and Visions. **Routledge**, p. 1995.

JAEGER, Melissa Bittencourt et al. Bissexualidade, bifobia e monossexismo:problematizando enquadramentos. **Revista Periódicus**, vol. 2, n. 11, mai./out. p. 01-16, 2019.

MERECEK, Jeanne; FINN, Stephen e; CARDELL, Mona. Gender roles in the relationships of lesbians and gay men. **Journal Od Homossexuality**, Swarthmore, v. 8, n. 2, p. 45-49, 1982.

MESQUITA, Daniele Trindade; PERUCCHI. Juliana. Não apenas em nome de Deus: Discursos Religiosos sobre Homossexualidade. **Psicologia e Sociedade**, v. 28, n. 1, p. 105-114, 2016.

MOREIRA, Adilson José. **O que é discriminação?** Belo Horizonte: Letramento. 2017.

_____. A construção jurídica da heterosexualidade. **Revista de Informação Legislativa**, vol. 47 n. 188, out./dez. 2010.

OCHS, Robyn. Biphobia: It Goes More Than Two Ways. IN: FIRESTEIN, Beth A. Bisexuality: The Psychology and Politics of an Invisible Minority. **Editora Sage**, p. 217-239, 1996.

PRZYBYLO, Ela. Crisis and safety: the asexual in sexusociety. **Sexualities**, [S.L.], v. 14, n. 4, p. 444-461, 2011.

RAPOSO, Theremilza Cristina Santana. Grupo de mulheres: uma perspectiva feminista na terapia sexual. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana** – SBRASH. v. 7, n. 1, p. 43-51, 1996.

RODRIGUES, Ana Rita da Silva. (Homo)sexualidades femininas e a ginecologia: uma reflexão sobre gênero, corpo e saúde. **Revista Todavia**, v.4, n. 6, p. 41-52, 2013.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. 1980. **Bagoas**, Natal, v. 4, n. 5, p. 17-44, 2010.

SARAIVA, Luiz; SANTOS, Leonardo; PEREIRA, Jefferson. Heteronormativity, Masculinity and Prejudice in Mobile Apps: the case of grindr in a brazilian city. **Brazilian Business Review**, [S.L.], v. 17, n. 1, p. 114-131, 2020.

SILVA, Marlon Silveira; MEDEIROS, Talita Gonçalves; CAETANO Marcio. A Invenção da Homossexualidade Feminina: Discurso científico, regulação e educação. In: Seminário Brasileiro de Estudos Culturais e Educação, 6, 2015, Rio Grande do Sul. **Anais...** Rio Grande do Sul: UFRGS, Capes, p. 1-12, 2015.

SILVA, Silvane Aparecida da. Racismo e sexualidade nas representações de negras e mestiças no final do século XIX e início do XX. Dissertação (Mestrado em História Social). São Paulo: **Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**. 2008.

VIANA, Ana Carolina; SANTOS, Cristiane e EZECHIELLO, Rafaela. A hipersexualização da mulher negra. **Materializando conhecimentos**, vol. 9 out/2019.

WARNER, Michael. Introduction: fear of a queer planet. **Social Text**, vol. 9, n. 4, p. 3-17. 1991.

ZAMBONI, Marcio. Interlocuções da dor: a epidemia de HIV/aids na perspectiva de mulheres homossexuais. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 9, n. 13, p. 133-150, 18 jun. 2016.

* Artigo recebido em 17 de agosto de 2021,

aprovado em 27 de outubro de 2021.

FORAM DOIS, “VOLTAMOS EM CINCO”: FAMÍLIA E REPRODUÇÃO ASSISTIDA EM MARECHAL CÂNDIDO RONDON/PR

IT WAS TWO, “WE'RE BACK IN FIVE”: FAMILY AND ASSISTED REPRODUCTION IN MARECHAL CÂNDIDO RONDON/PR

HABÍA DOS, “VOLVEMOS EN CINCO”: REPRODUCCIÓN FAMILIAR Y ASISTIDA EN MARECHAL CÂNDIDO RONDON/PR

Samuelli Cristine Fernandes Heidemann[82]

Resumo
Este artigo apresenta os principais resultados da pesquisa de dissertação cujo objetivo foi analisar a reprodução assistida como um meio de manter relacionamentos “tradicionais” da família nuclear moderna, centrada no amor, no afeto, na ideia de “projeto” do casal, que liga os pais aos seus filhos, e nas categorias do sangue e do nome de família. A pesquisa, realizada nos anos de 2017 e 2018, no pequeno município de Marechal Cândido Rondon/PR, centrou-se na experiência vivida por oito mulheres e um homem que utilizaram meios reprodutivos tecnológicos como a inseminação artificial e a fertilização *in vitro.* Esses métodos intervêm agressivamente sobre os corpos dessas mulheres pelo uso intensivo de medicalização, não sendo questionado por elas o modo como as técnicas são divulgadas e mercantilizadas. Como estratégia metodológica, além das referências analíticas e bibliográficas sobre o tema, a construção de dados foi feita por meio de entrevistas semiestruturadas e de outras fontes obtidas em sites e redes sociais, a exemplo do *Facebook.* O argumento apresentado é que, para essas mulheres e suas famílias, a reprodução assistida “corrige” a infertilidade e seus efeitos estigmatizantes e, sobretudo, conduz à realização do projeto parental biogenético, reforçando o núcleo familiar composto por pai, mãe e filho biológico.
Palavras-chave: Família; Parentesco; Infertilidade; Reprodução Assistida.

Abstract
This article presents the main results of the dissertation research objective was to analyze assisted reproduction as a means of maintaining “traditional” relationships of the modern nuclear family, centered on love, affection, on the couple's “project” idea, which links the parents to their children, and in the blood and family name categories. The research, carried out in the years 2017 and 2018, in the small city of Marechal Cândido Rondon/PR, focused on the experience lived by eight women and one man who used technological reproductive means such as artificial insemination and in vitro fertilization. These methods intervene aggressively on the bodies of these women due to the intensive use of medicalization, and they do not question the way in which the techniques are disseminated and commercialized. As a methodological strategy, in

[82] Advogada, Mestre e Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Graduada em Direito pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Contato: samucristine@gmail.com

addition to the analytical and bibliographic references on the topic, the construction of data was carried out through semi-structured interviews and other sources obtained on sites and social networks, such as Facebook. The argument presented is that, for these women and their families, assisted reproduction “corrects” infertility and its stigmatizing effects and, above all, leads to the realization of the biogenetic parental project, reinforcing the family core composed of father, mother and biological child.
Keywords: Family; Relationship; Infertility; Assisted Reproduction.

Resumen
Este artículo presenta los principales resultados de la investigación de tesis cuyo objetivo fue analizar la reproducción asistida como medio de mantenimiento de las relaciones “tradicionales” del núcleo familiar moderno, centradas en el amor, el afecto, en la idea de “proyecto” de la pareja, que vincula a los padres a sus hijos, y en las categorías de sangre y apellido. La investigación, realizada en 2017 y 2018, en el pequeño municipio de Marechal Cândido Rondon/PR, se centró en la experiencia de ocho mujeres y un hombre que utilizaron medios de reproducción tecnológicos como la inseminación artificial y la fecundación in vitro. Estos métodos intervienen agresivamente en el cuerpo de estas mujeres mediante el uso intensivo de la medicalización, y no cuestionan la forma en que se difunden y comercializan las técnicas. Como estrategia metodológica, además de referencias analíticas y bibliográficas sobre el tema, la construcción de datos se realizó a través de entrevistas semiestructuradas y otras fuentes obtenidas de sitios y redes sociales, como el Facebook. El argumento que se presenta es que, para estas mujeres y sus familias, la reproducción asistida “corrige” la infertilidad y sus efectos estigmatizantes y, sobre todo, conduce a la realización del proyecto parental biogenético, reforzando el núcleo familiar compuesto por padre, madre e hijo biológico.
Palabras clave: Familia; Parentesco; Infertilidad; Reproducción Asistida.

INTRODUÇÃO

Evidenciar as práticas de reprodução assistida (RA) experimentadas por um pequeno grupo de mulheres e famílias da cidade de Marechal Cândido Rondon/PR, como um meio de manter relacionamentos “tradicionais” da família nuclear moderna, centrada no amor, no afeto, na ideia de “projeto” do casal (que liga os pais aos seus filhos), e nas categorias do sangue e do nome de família foi o objetivo geral da dissertação que deriva este artigo. O nascimento do filho é para esse grupo a inserção e a continuidade dos relacionamentos da família nuclear heterossexual, de modo que o intenso processo de medicalização da reprodução assistida a que o casal se submete está a serviço da parentalidade, tornando os pais coconstruídos pela participação, mesmo parcial, das decisões e das intervenções médicas. A infertilidade que impossibilitava conceber um bebê é afastada, os papéis de mãe e de pai são fortalecidos por essa intervenção tecnológica e o componente sexual é transferido

para a função simbólica da necessidade biológica que assegura o compromisso do casal para quem o filho é considerado "natural".

A expressão "Foram dois, voltamos em cinco" utilizada no título foi mencionada por uma das entrevistadas e se refere à ida dela, acompanhada pelo marido, à cidade de Cascavel/PR, município próximo a Marechal Cândido Rondon/PR, para a transferência de 3 (três) embriões, uma das etapas do processo da fertilização *in vitro*[83]. A inédita experiência preocupou a irmã da entrevistada, que lhe enviou uma mensagem no celular para saber se estava tudo bem. Deise[84], retornando para casa pós-transferência, respondeu-lhe do seguinte modo: "sim, fomos em dois e voltamos em cinco".

Deise foi o nome fictício escolhido para citar essa mulher rondonense e compartilhar sua experiência com a reprodução assistida. Ela, com 37 anos à época da pesquisa, casada, possui ensino médio, agente universitária, realizou uma fertilização *in vitro* no ano de 2011 com 31 anos e é mãe de uma menina resultante da fertilização. O custo total do tratamento foi de R$ 12.000,00 (doze mil reais). Além de Deise, entrevistei outras 8 (oito) pessoas: Lucia, 45 anos, casada, professora, pós-graduada, mãe de trigêmeos gastou R$ 14.800,00 (quatorze mil e oitocentos reais) com medicamentos e procedimentos; Monica, 37 anos, casada, professora, pós-graduada, mãe de uma menina estimou ter gasto R$ 15.900,00 (quinze mil e novecentos reais) no tratamento; Carla, 37 anos, casada, professora, pós-graduada, mãe de gêmeos, pagou um total de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais) com os procedimentos e medicamentos; Ana, 37 anos, casada, professora, pós-graduada, mãe de uma menina diz que teve um custo de R$ 70.000,00 (setenta mil reais) em seus tratamentos; Maria, 38 anos, assistente social, pós-graduada e Miguel, 43 anos, vendedor, possui ensino superior, foi o único homem entrevistado. Os dois são pais de gêmeos e calcularam ter gasto R$ 18.000,00 (dezoito mil reais) nos procedimentos; Miriam, 33 anos, casada, professora, possui ensino superior, mãe de um menino relatou que o valor empregado em medicamentos e tratamentos foi de R$ 30.000,00 (trinta mil reais); Cristina, 31 anos, casada, farmacêutica, possui ensino superior, mãe de gêmeos contabilizou um custo de R$ 30.000,00 (trinta mil reais) em medicamentos.

Como estratégia metodológica, além das referências analíticas e bibliográficas

[83] Uma das possíveis técnicas de reprodução que adiante será explicada.
[84] Todos os nomes citados foram alterados para impedir a identificação e proteger os sujeitos da pesquisa.

de livros e artigos de revistas especializadas, devido à complexidade e à riqueza de elementos envolvidos no universo da reprodução assistida, foi fundamental para a construção de dados a pesquisa de campo, realizada em Marechal Cândido Rondon/PR. Para isso, observações sistematizadas e entrevistas semiestruturadas com mulheres e casais que enfrentaram os dilemas da infertilidade e os procedimentos para a concepção assistida foram necessárias. Fiquei face a face com minhas fontes, dialoguei com elas, ouvi-as. Descobri por meio das falas um "universo paralelo" da reprodução assistida, o qual dificilmente eu conseguiria explorar ou, ao menos entender, somente com o aparato teórico.

As observações foram das expressões corporais das entrevistadas durante a conversa, captando outras vozes, risos, gargalhadas, choro e silêncio. Também coletei informações por meio do registro manual de fichas, além da própria observação do sujeito e das suas sensações, do local escolhido para a entrevista e das relações criadas nessa ocasião com outras pessoas presentes no local, membros da família e, inclusive, das próprias crianças fruto da concepção assistida.

Durante a coleta de dados, outras fontes obtidas em sites também foram utilizadas, dados de mídia e notícias de jornais e outros meios de informação digitalizados e virtuais, nacionais e internacionais, blogs e as páginas das clínicas na rede social *Facebook*.

A pesquisa foi realizada nos anos de 2017 e 2018, em Marechal Cândido Rondon[85], município que concentra sua economia no setor agrícola, localizado no extremo oeste do Paraná[86], com aproximadamente 50.000 (cinquenta mil) habitantes[87] e reúne, devido ao modo de colonização[88], principalmente, descendentes de italianos e alemães. A cidade não tem clínica especializada em medicina reprodutiva, razão pela qual as interessadas procuram pelos serviços em cidades próximas. A figura abaixo (Figura 1) identifica e destaca a extensão e a localização da cidade de Marechal Cândido Rondon no Paraná e no Brasil.

---

[85] O nome da cidade se deu em homenagem a Cândido Mariano da Silva Rondon (1865-1958), militar, geógrafo, conhecido como "sertanista e desbravador".
[86] O município de Marechal Cândido Rondon está distante 579 km de Curitiba, capital do estado do Paraná, na região sul do Brasil.
[87] Segundo o último censo realizado pelo IBGE em 2010, a população é de 46.819 (quarenta e seis mil oitocentas e dezenove) pessoas.
[88] O termo colonização é aqui empregado para designar o processo de ocupação da área pelos agricultores descendentes de imigrantes italianos e alemães após 1946.

Figura 1 – Localização de Marechal Cândido Rondon.

Fonte: Página de Marechal Cândido Rondon na Wikipedia[89]

O município é caracterizado pela homogeneidade de sua população, pelos traços e semelhanças físicas – "louro de olhos azuis, grandão e gordo" - características estereotipadas auto atribuídas e atribuídas aos moradores por outros residentes da região. A cidade também se auto identifica como tendo uma "cultura germânica", percebida na arquitetura, por meio das construções enxaimel[90], e pelo idioma (alemão) ainda muito falado entre os mais velhos. Foi interessante perceber diversas semelhanças entre as entrevistadas, como: todas tentando o primeiro filho; pertencentes à classe média; vivendo em bairros de médio padrão; recebendo-me em suas casas e não em local aberto, público, movimentado para a nossa conversa. Em geral, havia um ou mais ouvintes à entrevista, chamados por mim de coparticipantes no local da entrevista: maridos, mães, amigas, sogra e filhos das entrevistadas; mas, o que mais me surpreendeu foi a semelhança física entre as entrevistadas: brancas, cabelos loiros, olhos claros, além da descendência ser (até por se tratar de Marechal Cândido Rondon, cidade que se vê como germânica) predominantemente alemã; dentre as religiões praticadas foram citadas a religião católica, evangélica luterana e congregacional; e quanto ao desejo de recorrer à técnica novamente, das 9 (nove) entrevistadas, 3 (três) demonstraram intenção de tentar mais uma vez, 5 (cinco) não o farão, citando como o método é invasivo e 1 (uma) entrevistada deixou esta possibilidade em aberto, a depender das circunstâncias. Outro traço característico,

[89] Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Marechal_C%C3%A2ndido_Rondon_(Paran%C3%A1)&oldid=62197724>. Acesso em: 28 out. 2021.

[90] É uma técnica de construção que consiste em paredes montadas com hastes de madeira encaixadas entre si em posições horizontais, verticais ou inclinadas, cujos espaços são preenchidos geralmente por pedras ou tijolos.

creio eu que pelos parâmetros da cidade – pequena, interiorana –, é justamente a indicação boca a boca das pessoas nas condições propostas aqui, ou seja, o critério de inclusão dos participantes foram pessoas que realizaram procedimentos alternativos/tecnológicos para a filiação. Do total de 9 (nove) entrevistados, contei com a indicação de 7 (sete) deles, é a chamada técnica de amostragem bola de neve[91] (*snowball*).

TECNOLOGIAS REPRODUTIVAS E O DESEJO DE TER FILHOS

A reprodução assistida é a síntese de tratamentos médicos substitutos ao ato sexual disponíveis a casais para a concepção de filhos, auxiliando a fertilidade masculina e feminina. A maioria das pessoas que a procuram são inférteis, ou seja, incapazes de conceber um bebê após um período estimado de ao menos 12 meses de intercurso sexual desprotegido. Suas principais variantes são: a "fertilização *in vitro"* (FIV) e a "inseminação artificial" (IA).

As tecnologias reprodutivas podem ser classificadas em dois grandes grupos: as que proporcionam a fertilização dentro do corpo feminino ou fora dele. No primeiro caso, ocorre a transferência dos gametas (óvulo e espermatozoide) para o corpo da mulher. No segundo caso, os gametas são fertilizados fora do corpo feminino e formam embriões que são transferidos para o útero. As técnicas classificadas no primeiro grupo são denominadas de IA: é uma estimulação ovariana que substitui a ocorrência da relação sexual, na qual ocorre a transferência de sêmen para o aparelho genital feminino no período fértil, realizada pelo médico (Rosana BARBOSA, 2000). No segundo grupo, por sua vez, as técnicas aptas a proporcionar a fertilização fora do corpo feminino são chamadas de FIV ou "fertilização *in vitro* com transferência de embriões" (FIVETE). Compreende altas doses de medicamentos hormonais a fim de estimular os ovários para, somente após isso, ocorrer a coleta dos óvulos, que são fertilizados em laboratório com sêmen tratado, quando só então o embrião deve ser transferido para o útero ou congelado. "Nessa técnica, o encontro dos gametas ocorre num laboratório, a partir de células reprodutivas retiradas do próprio homem e da

[91] Técnica amostral que cresce à medida que os indivíduos selecionados convidam novos participantes. A amostragem em bola de neve pode ser útil para pesquisar grupos difíceis de serem acessados ou estudados. Além disso, esse tipo específico de amostragem também é útil para estudar questões delicadas, de âmbito privado e, portanto, que requer o conhecimento das pessoas pertencentes ao grupo ou reconhecidos por estas para localizar informantes para estudo.

mulher ou obtidas através de doação de terceiros" (BARBOSA, 2000, p. 213-214).

Essa extensão das possibilidades reprodutivas de casais inférteis põe em questão a ideia do parentesco como laços inexoráveis, pois a concepção se dá em laboratório feita com técnicas que, muitas vezes, manipulam um ou ambos os gametas fora do corpo. Assim, as novas tecnologias reprodutivas ampliam a possibilidade de constituição do parentesco como escolha e não como resultado de processos naturais. Além disso, a reprodução assistida permite a casais inférteis terem filhos biológicos/genéticos sem necessitar recorrer à adoção. Nesse sentido, essas técnicas permitem que se acentue o valor dos laços genéticos, o que constitui a genetização do parentesco, isto é, uma concepção de parentesco como as "ramificações biológicas da herança genética" (Marilyn STRATHERN, 1999, p. 172) e igualmente revelam um campo multidimensional, composto por uma multiplicidade de sujeitos – casais, mulheres casadas ou solteiras, homossexuais, médicos (obstetras, ginecologistas, geneticistas, embriologistas, urologistas, etc.) e laboratoristas.

As técnicas de reprodução assistida, portanto, separam no tempo e no espaço a fertilização e a gestação, a maternidade gestativa e a genética e possibilitam a um homem e a uma mulher estéreis virem a ser pais. A divulgada supremacia das técnicas de reprodução assistida, anunciadas sob um véu de otimismo como técnicas a serviço de um modo de vida, conduz os indivíduos a aceitarem e a enfrentarem os riscos de medicamentos, os procedimentos – especialmente sobre o corpo e a sexualidade feminina – e as limitações de sucesso de técnicas experimentais[92].

Essa normativa de querer um bebê e "viver" a maternidade leva muitas mulheres a fazerem "tudo pelo seu próprio filho". Ao se sentirem insatisfeitas com a descendência social mediante a adoção de crianças, revelam a importância do primado inscrito nos genes pela herança evolutiva, conferindo respaldo à **"**biologização da reprodução" e tornando a busca do filho pela RA um fim em si mesmo. Enfatizo a ponderação de Strathern (1992b), que relaciona satisfação, desejo e infertilidade: sem satisfação não há desejo, sem desejo de filho não há infertilidade e tampouco haveria procura de serviços de RA.

Se antes a reprodução era vista como um processo "natural", com as tecnologias, essa naturalidade é questionada e "corrigida" e amplia as margens de escolha na reprodução e na constituição do parentesco (STRATHERN, 1992a).

[92] No sentido de submeter a um teste, ensaiar, verificar as qualidades de pôr à prova.

A discussão sobre o uso da RA, a partir do desejo de filhos, ou da negativa – a ausência involuntária de filhos – é questão que considero de intensa reflexão, pois demonstra a importância do projeto de ter filhos e de reprodução familiar. Percebi esse projeto de vida do casal como um evento conscientemente programado devido à prioridade pela estabilidade financeira e profissional em detrimento de filhos num primeiro momento. O indicativo acima mencionado pode ser melhor percebido nas seguintes narrativas:

> "Primeiro era fazer faculdade, né, daí depois da faculdade fazer uma pós, fez a pós daí casamos, aí foi a casa, daí tinha a casa, tinha o carro, aí vamo fica vamo curti o casamento 1 ano, 2, daí vamo começa a pensar" (Cristina).
>
> "Assim, primeiro nós tínhamos decidido 'ah, a gente vai ficar um tempo sem ter filhos, a gente vai se estabilizar, né, ter casa, ter trabalho', tá, tá tá, aí chegou na hora, já tinha casa, já tinha carro, trabalho, tava estabilizado, agora vamo começar a pensar em ter filhos e aí não aconteceu como a gente pensava, porque você nunca pensa que vai ser difícil, que você não vai conseguir, e foi" (Maria).
>
> "Porque quando nós casamos eu estudava e o Marcos[93] também estudava, então nem pensar, depois eu terminei daí eu queria ter o emprego, daí eu tinha, daí agora vem o filho e o filho não vem, e o filho não vem e daí foi por isso" (Miriam).

Conquistados esses objetivos iniciais pelo casal, a prole passou a ser o foco de suas vidas, a qual, não acontecendo espontaneamente, os conduziu à busca pela RA, fato que evidencia a preferência por descendentes biologicamente compatíveis e a resistência à adoção. Quanto à utilização das técnicas pelas entrevistadas, foi possível constatar que o método mais utilizado foi a FIV, a qual é frequentemente indicada pelos médicos devido à maior garantia de sucesso que a IA e nos casos de maior complexidade.

Lembro que o universo das tecnologias reprodutivas não é fruto, como talvez possa parecer, do século XXI. A produção de novas tecnologias reprodutivas se acentuou na segunda metade do século XX, possibilitando o nascimento de milhões de bebês (Nikolas ROSE, 2013). Relegando a adoção como opção disponível à infertilidade, nos anos de 1970, emerge a medicalização[94] da procriação humana que

[93] Nome fictício.
[94] Medicalização é o processo pelo qual o modo de vida dos homens é apropriado pela medicina e que interfere na construção de conceitos, regras de higiene, normas de moral e costumes prescritos – sexuais, alimentares, de habitação – e de comportamentos sociais.

sinaliza a influência de valores sociais e interesses econômicos na biologia e na medicina. Em geral, biólogos, geneticistas e médicos argumentam que apenas respondem às demandas, isto é, ajudam casais inférteis a ter crianças "de seu próprio sangue" sem questionarem a obsessão genealógica parental de se perpetuar biogeneticamente, a despeito do custo envolvido.

As incertezas frente às tecnologias de reprodução assistida convivem com a ideia de ajuda e de amor, reforçada por médicos capazes de ajudar a realizar um sonho. Mas, em geral, os procedimentos, os medicamentos e as internações são pagos (e bem pagos) previamente e de acordo com o que for estipulado pela clínica, não havendo margem de escolha aos interessados.

FAMÍLIA COMO LOCAL DE "FABRICAÇÃO" DA DESCENDÊNCIA, DOS LAÇOS BIOLÓGICOS E AFETIVOS

Indissociável das tecnologias reprodutivas que consagram os laços biológicos é a compreensão da família, não só como um sistema de parentesco e de transmissão de bens, mas, também, como local de "fabricação", nas melhores condições possíveis, de um ser humano.

O uso dessas tecnologias reprodutivas amplia o leque de configurações familiares, mas também proporciona a continuidade de famílias convencionais, modelo de família que para muitas pessoas ainda se sobrepõe aos demais. Os intentos de muitos casais em busca de solução para seus problemas de infertilidade são justificados pela ânsia de ter os próprios filhos, de gerar descendentes, de dar continuidade à família, entre outros significados simbólicos vinculados à procriação de seres humanos e que legitimam, em última instância, a proposição de uma série de inovações biotecnológicas.

Conforme Philippe Ariès (2016), a família existia na Idade Média, inexistindo, no entanto, o sentimento de família, só emergindo nos séculos XV e XVI, impondo-se definitivamente no século XVII. O despertar do sentimento para a vida privada, especialmente dentro da família, foi possível graças à transição do modelo familiar, quando o núcleo pai-mãe-filho se destacou da família extensa e de todo conjunto que incluía outros parentes, amigos e criados. Portanto, a estrutura nuclear de família, modelo dominante da época moderna, é consequência do enfraquecimento da linhagem e das tendências à não divisão, no final da Idade Média (Elisabeth

ROUDINESCO, 2003).

A constituição familiar passou por um lento processo de alteração, que contou com o apoio da burguesia. À medida que a família se desengajou da autoridade paterna ou marital do chefe de família, o sentimento moderno de família aumentou. Com o tempo, a força do movimento iniciado pelas camadas burguesas e nobres do Antigo Regime se estendeu para todas as classes sociais. Em fins do século XIX e no início do século XX, há o predomínio da família moderna, um modelo de família mais enxuto e intimista, com funções definidas em razão do sexo de seus membros – a mulher como mãe e esposa cuidadora, e o homem como provedor do sustento familiar. A tradicional e numerosa organização familiar cede espaço à chamada família "eudemonista", caracterizada pelo envolvimento afetivo de seus membros e pela busca da felicidade individual, remediando a noção hierárquica de submissão ao todo (Paulo LÔBO, 2009).

Assim como a relação conjugal não repousa mais em uma coerção, a relação pais e filhos também se assenta na escolha livremente consentida. Segundo a perspectiva freudiana, o amor e o desejo, o sexo e a paixão passam a compor a instituição do casamento. Émile Durkheim (1892) apud Roudinesco (2003, p. 105) diz que "a instituição familiar tende a se reduzir à medida que as relações sociais se estendem e que o capitalismo se desenvolve, dando origem ao individualismo".

A afetividade nas relações pessoais deriva da migração do casamento de "conveniência" (frequentemente organizado pelos pais a partir de critérios econômicos ou de linhagens) para o casamento por amor (livremente escolhido pelos próprios parceiros). Segundo Luc Ferry (2010, p. 111), "a lógica do individualismo que se introduziu nas relações humanas as elevou, assim, à esfera do amor moderno, eletivo e sentimental", tendo sua maior expressão na paixão dos pais pelos filhos.

Portanto, a hegemonia da família moderna ocidental como o espaço dos sentimentos, das emoções e da intimidade, expressão de uma moral sexual cristã e fonte de identificação do indivíduo em nossa sociedade, na qual os filhos são o centro das atenções familiares, é uma construção histórica e abre caminho para fixar a ideia de que a escolha é um dado de demarcação das fronteiras familiares.

No tocante ao parentesco, David Schneider (1968) e Naara Luna (2007) citam dois elementos básicos para a constituição simbólica de parentesco americano: a relação como substância "natural" biogenética ou parentesco de sangue e a associação como código de conduta. A primeira refere-se à ordem da natureza (laços

inexoráveis), enquanto a segunda corresponde à ordem da lei (laços socialmente construídos) e, portanto, revogáveis.

O caráter arbitrário das regras de parentesco e a maleabilidade das fronteiras familiares é determinante para que se tenha a possibilidade de escolha, por marcar a valorização dos laços de reciprocidade entre os parentes por permitir a amigos e compadres se enquadrarem como parentes simbólicos. Desse modo, o parentesco é comparado a uma "rede de malha estreita", pela superposição significativa de seus domínios, também compostos pela vizinhança e amizades.

Seria ingênuo crer, por todo o exposto, em uma naturalidade e universalidade da família nuclear moderna, assim como jamais poderá ser entendida como um fenômeno mecânico, linear e acabado. Sob esta perspectiva, a família não é um dado "natural" ou universal, ela é um produto social que não pode ser pensada no singular, pois há uma pluralidade de modos de família.

Nesse sentido, um emaranhado de conjugações familiares pode ser visualizado na prática: a família contemporânea como individualista; a família "democrática", visualizada por uma "paridade" entre os membros que a compõem; a família "relacional", caracterizada pela flexibilidade das alianças, cujas decisões dependem do consentimento dos cônjuges e das crianças; a família "recomposta", resultante da dialética entre composição, decomposição e recomposição, quando novos membros são integrados facilmente; a família desinstitucionalizada torna-se o significado de um assunto privado, é o *lócus* da promoção do indivíduo hiper-contemporâneo; a família dita "marginalizada", cujo arquétipo foi por muito tempo a família monoparental, é designada pela sua desafiliação, isto é, sua estruturação é tão caótica que não consegue conter a autonomia radical de seus membros.

Ocorre que as mulheres e casais rondonenses almejam a tradicional família nuclear moderna, uma família individualizada do exterior, mas solidária, amorosa e afetuosa entre seus membros. A presença de filhos é condição fundamental para a constituição dessa família, recaindo sobre eles todas as projeções dos pais. Para os entrevistados, um casal sem filhos não é visto como família, somente com filhos o casal ganha o *status* de família. Miguel fez questão de dizer: "Casal é uma coisa, família é outra".

INFERTILIDADE

A referência ao desejo de filhos se insere na lógica da constituição de família e, por essa via, o desejo de constituir família seria anterior ao desejo de filhos. O próprio desejo de constituir família se insere no propósito da reprodução, do desejo de garantir a continuidade através dos filhos. A dificuldade em não poder ser pai nem mãe deflagra o bloqueio à vazão de uma cultura pró-matrimônio fértil, fazendo com que os casais se sintam jogados no ostracismo social. Ou seja, não conseguindo gerar descendentes e ressignificar a própria relação, eles são tomados pela sensação de incompletude e se sentem marginalizados socialmente ou mesmo excluídos de determinados círculos. Para eles, o "dar à luz" muda de significado: de experiência física biológica converte-se em experiência social.

Desse modo, os casais denominados de inférteis pela medicina, pela falta da potencialidade reprodutiva, estão em situação de mão dupla: encontram-se mergulhados na crise de serem classificados como tal e, simultaneamente, vivem a "saga" da superação do que são (Marlene TAMANINI, 2006). Assim sendo, considero que a infertilidade não deve ser pensada apenas como doença ou condição, mas como a impossibilidade de se cumprir uma função social: a do casamento para gerar filhos e constituir família, como parece evidenciar a experiência de mulheres que se submeteram à reprodução assistida.

Chama a atenção a percepção dos entrevistados quanto à infertilidade. Ao mesmo tempo que a repudiam como doença, proclamam um maior compartilhamento de informações a fim de evitar preconceitos e estigmas, e servir como um alerta à saúde reprodutiva feminina e masculina.

> "Eu vejo que é uma fase que tem tratamento, assim, tem casos assim extremo que de repente não tem, mas lá na clínica a gente vê de tudo, a gente ouve cada história que às vezes o que a gente passa é um nada"..."sempre história diferente, uma mais 'cabulosa' que a outra, então, eu acho que assim, é só, tudo tem uma alternativa, né" (Cristina).

> "Olha, assim, eu vejo isso como como, tinha que ser chamado mais a atenção pra isso, sabe, principalmente nós mulheres porque a gente dá prioridade pra tudo antes de pensar em uma gestação, como eu falei antes, a idade vai passando, então a infertilidade deveria ser mais falada"... "são tabus, né, é um tabu, principalmente, a reprodução assistida...eu penso que a infertilidade tinha que ser mais falada porque hoje você vê muitos casos de infertilidade" (Maria).

> "Não só a questão da mulher, o homem também, eu fiz o espermograma, tudo, deu uma alteraçãozinha mas nada 100% que eu tinha nada"..."a maioria dos homens têm o problema e não buscam um apoio, não buscam uma orientação, acho que é o próprio machismo do homem, né, eu vou lá fazer isso, para, né, até um espermograma para o homem fazer é vergonhoso, né, e ele fica lá reservado numa salinha, escondido, ninguém vê ele, mas pra mulher é muito mais constrangedor" (Miguel).

Como efeito do rápido surgimento de novas técnicas, uma acelerada busca pelas causas da infertilidade também iniciou. Até recentemente a causa era atribuída à mulher, objeto de exaustivas avaliações. Em momento posterior, foi substituída pela categoria "casal infértil", fruto do discurso médico que desfoca a categoria mulher infértil, sem, no entanto, mirar, exclusivamente, a categoria homem infértil (LUNA, 2000).

A esterilidade masculina é desconhecida por muitas culturas e, em nosso contexto, fala-se em sua invisibilidade, pois se submeter a exames fere a masculinidade e mostra a fragilidade do homem, encarada como sinal da falta de virilidade. Com relação à atribuição feminina, ela comporta a reprodução "biológica" e carrega a esterilidade estigmatizante. A mulher não tem sua sexualidade colocada em questão como o homem, mas é destituída de sua identidade feminina. A infertilidade feminina ameaça tanto a identidade de gênero como o próprio laço conjugal (Eliane VARGAS, 1999).

As mulheres, além de estigmatizadas pela infertilidade e cobradas mais intensamente pela família, são, também, julgadas por suas escolhas e prioridades relacionadas à maternidade tardia. A idade é um dos fatores de maior peso na queda do potencial reprodutivo da mulher, quadro que influencia para um diagnóstico de infertilidade.

Chama a atenção o sentimento de culpa desenvolvido por algumas entrevistadas quando estava nelas o fato impeditivo da reprodução. Por fim, todas revelaram que mesmo quando o fato gerador da infertilidade é masculino, a "investigação" por disfunções reprodutivas se inicia pelo corpo feminino. Somente quando não encontram razão para infertilidade, transfere-se a pesquisa para o homem. Sobre a causa da infertilidade, Deise, chama para si a responsabilidade quando diz que *"A culpa era minha, o problema no caso era meu".* Carla destaca a investigação da infertilidade ao declarar que *"O problema nosso é fator masculino, é o meu marido"..."a gente fez um monte de exames em mim e não achamos nada. Daí*

partimos pra ele". Para Monica, o mais difícil é conviver com a causa de sua infertilidade, quando diz:

> "Eu fiquei, eu fiquei, eu podia pegar essa endometriose e ARRANCAR ela do meu corpo assim de qualquer forma sabe, eu tenho algo que eu tenho dentro de mim que eu podia pegar e ARRANCAR de mim, mas eu não tenho como arrancar, eu tenho que carregar isso pro resto da vida. Eu tenho muita vontade assim se eu pudesse pegar essa endometriose, pegar e arrancar do meu corpo, tirar ela" (choro).

Em nossa sociedade, há muitos simbolismos, expectativas e desejos, e ser mãe é um deles. O discurso de que "para ser mulher deve-se ser mãe" surge historicamente, e seria exagero de minha parte atribuí-lo apenas à sociedade atual por sofrer as consequências de algo plantado no passado. Como afirmou Rebecca Solnit (2017), a ligação entre feminilidade e maternidade parece uma regra geral, o "natural" a toda mulher. Tal desejo se insere em um campo psíquico com significações inconscientes, sendo o projeto de ter um filho também carregado de investimentos narcísicos (Marina RIBEIRO, 2004).

A mulher que se contrapõe a essa imposição social que, como veremos, é uma natureza forçada a muito custo (seja pela impossibilidade biológica de gestar ou pela opção por não ter filhos), é vista como diferente, a anormal (Naiana PATIAS; Caroline BUAES, 2009).

Muitas vezes, as mulheres inférteis são acusadas de "ter olho grande", inveja e de não ser mulher.

Algumas metáforas como "figueira" e "árvore seca" também são abordadas para referenciar mulheres inférteis. A esterilidade é comparada a fenômenos naturais: árvores sem fruto ou ressecadas, flores murchas, fontes que se secaram. A metáfora da "secura", de acordo com Luna (2007), é a mais frequente.

A consequência dessa rotulação às mulheres que não conseguem engravidar gera sentimentos negativos como vergonha, fragilidade, frustração, inferioridade, baixa autoestima, culpa, depressão, choro, tristeza – inclusive ao ver crianças – além de ansiedade e preocupação. Não incomum é o sentir-se magoada com a fertilidade alheia, o que pode se transformar em bloqueio na convivência com algumas pessoas e na ida a certos lugares, para evitar contato com mulheres grávidas e com filhos pequenos, festas infantis e chás de bebê. Enfim, o único impulso positivo se resume

a procurar tratamento.

Nesse sentido, foi reveladora a intensa cobrança pessoal que aflige essas mulheres e casais que se veem impedidos involuntariamente de cumprir o seu papel materno e paterno. Todos mencionaram alguma forma de autocobrança quanto a filhos e família. As suas falas são importantes e exprimem seus sentimentos:

> "Chegou uma hora assim que chegou a dar uma aflição, por estar tentando, tentando, e o tempo passando" (Cristina).
>
> "Eu acho que sim, a gente se cobra, mãe a gente quer ser mãe, querendo ou não querendo, né, fica assim, puxa, as outras têm" (Lucia).
>
> "Eu tinha muita vontade, tinha, eu sofria bastante, eu chorava bastante, só que assim eu sempre tinha esperança, sabe, eu sempre, (ênfase) eu sabia que em algum momento eu ia ter um bebê" (Miriam).

A dificuldade de ter filhos torna-se mais complexa porque, não cumprindo o seu papel, a mulher enfrenta, além de representações de incapacidade, a cobrança. Indiferente se familiares consanguíneos ou afins, a pressão e a cobrança para ter filhos acontecem, sendo frequentes as perguntas sobre a vinda do neném ou do herdeiro. No contexto da pesquisa, a cobrança social e familiar para a maternidade e a paternidade é praticamente unânime. Algumas narrativas são emblemáticas quanto à essa pressão social e permitem entender a magnitude do problema. Lucia foi enfática ao afirmar que: *"Com certeza!!"..."não acontecendo, todo mundo, mãe, sogro, sogra, ainda não, vocês tão esperando o que ainda, claro que tem uma cobrança".* Deise e Maria também mencionaram sentir a pressão externa.

> "MUITO". "Porque assim as pessoas vinham [com] aquela pergunta, 'e aí, nenhuma novidade?!', era muito chato assim, porque os outros não sabiam o que tava passando, né... "porque, aí, todo mundo já tem. É, tipo, família, os menores, digamos, os mais novos, já tinham" (Deise).
>
> "Eu sentia a pressão, né, talvez ele por ser homem não chegava até ele, mas pra mim chegava"..."os meus pais cada vez que a gente ligava – 'ah, tem uma novidade? tá grávida?', né, ou cada evento que acontecia –'tá vendo só falta os filhos de vocês', né, ou os nossos amigos, né, por exemplo, 'ah vai vai cuidando bem desses porque daqui a pouco vem os de vocês', né, então, eu sentia pressão sim" (Maria).

A cobrança pela família mais ampla acontece, fato que demonstra as

expectativas culturais sobre a reprodução da família. Para a família mais ampla, a geração de filhos corresponde à manutenção do nome e da honra familiar (Ovídio de ABREU FILHO, 1980). Essa cobrança está relacionada à manutenção da família, pela presença de filhos, netos e bisnetos, etc. A família precisa se perpetuar afim de garantir que o nome não "morra". Descoberta a infertilidade, não incomum são os casos em que pais e familiares próximos chamam para si a responsabilidade, custeando, inclusive, o tratamento e os medicamentos para a reprodução assistida.

No contexto de sociabilidades, as tecnologias reprodutivas viriam a suprir o vazio gerado pela infertilidade e possibilitam o almejado bebê, que se insere num propósito maior: a completa socialização dos pais. Contrariada essa expectativa, vive-se, para alguns, uma espécie de meia socialização decorrente da falta de filhos e, claro, da família nuclear – pai, mãe, filho.

A adoção de uma criança ou a simples aceitação da dificuldade são geralmente preteridas pela medicalização – a supremacia do vínculo sanguíneo é reforçada pelas tecnologias laboratoriais e desperta nos pacientes um sentimento de urgência que minimiza os riscos. De acordo com Barbosa (2000), apesar de a atual legislação civil e constitucional ter prestigiado o valor socioafetivo da filiação, as novas tecnologias reprodutivas (NTR) como técnicas ou como "tratamento" conferem fluidez ao papel do sangue e aos laços biológicos decorrentes do acesso ao "próprio filho".

De acordo com a concepção mais introspectiva, a falha biológica do casal é exposta com a adoção, assim como na aceitação de material reprodutivo de um terceiro: excluir um dos parceiros da reprodução genética representa uma ameaça ao "equilíbrio do casal", sobretudo nos casos em que apenas um dos parceiros foi clinicamente considerado infértil.

Assim, dos 9 (nove) entrevistados, 5 (cinco) simplesmente não cogitaram a adoção como uma opção à negativa de filhos, 3 (três) deles até aceitaram uma possível adoção, mas ela de fato não aconteceu e 1 (um) elegeu a adoção como uma 2ª alternativa, em caso de insucesso da RA, o que não se concretizou tendo em vista o filho biológico pela técnica reprodutiva.

Ana demonstrou dificuldade para falar sobre o assunto, como se nota: *"Não! de jeito nenhum!"..."Eu queria o meu filho",* (se referindo ao filho biológico)*..."nossa, é complicado, muito complicado"..."eu tenho muitos conflitos da questão da adoção".* Para Deise, a opção pela reprodução assistida em detrimento da adoção cai na recorrente busca do "filho do próprio sangue"; sua fala é então transacionada para a

primeira pessoa do plural, indício de uma decisão conjunta entre marido e mulher. Ela diz que: *"Não, nós nunca pensamos!"..."Porque assim, adoção a gente não..."* (não conclui). Semelhante à justificativa de Deise, está a seguinte narrativa:

> "Não, adoção a gente não pensou, a gente pensou mesmo em ter um filho da gente, a nossa ideia era ir até as últimas, até a última né, até a última chance, até a última alternativa que tivesse, tentar de tudo pra" (não conclui) ..."isso de repente seria um outro plano lá pra frente...mas, assim, a adoção a gente não chegou a cogitar, não" (Cristina).

Lucia, de modo diverso, relaciona a adoção como uma segunda alternativa: *"Se não ia ter dado certo* (se refere a FIV)*, a gente ia partir pra uma adoção".* Encontrei, ainda, um cenário em que a imposição masculina pelo filho biológico descartou, ainda que temporariamente, a escolha pela adoção:

> "Meu marido falou assim, como custa, né, o processo, nós vamos tentar uma vez, nós vamos tentar uma vez, independente do tempo que leve, se não der a gente pensa em outras coisas, né, na adoção no caso. Então, eu falei, não, então tá, né, ele não me falou nunca, jamais, só falou eu quero primeiro tentar ter o meu filho, daí depois a gente vê" (Miriam).

De fato, após ouvir/ler esses posicionamentos, fica a impressão de que para os meus entrevistados o filho biológico (devido ao sangue e à carga genética que possui) é "mais filho" do que o adotado, que carrega o sangue e os genes de desconhecidos.

A MERCANTILIZAÇÃO DA REPRODUÇÃO ASSISTIDA

A medicalização da ausência de filhos reside na legitimação atribuída ao discurso médico que, além de técnico, é também normativo, criando uma demanda não espontânea por reprodução assistida no Brasil. Há, ainda, uma proliferação de atos médicos, bem como o apoio financeiro e logístico da indústria farmacêutica e de equipamentos para RA.

Conforme Simone Novaes e Tania Salem (1995), a tecnologia reprodutiva possibilitou o envolvimento direto da equipe médica na concepção e na transferência de embriões, fenômeno que pode ser designado como a "medicalização da fecundação". Esse fenômeno afeta e altera o peso relativo à voz e à intensidade de

participação dos sujeitos ativos no interior da rede, alteram-se as condições para reclamar precedência em processos decisórios, sobretudo em situações em que o embrião está localizado fora do corpo da mulher.

Portanto, incomuns formas de comercialização são fomentadas pelas funções reprodutivas, resultado da combinação entre tecnologias biomédicas e ações de mercado. A indústria da tecnologia reprodutiva é impulsionada pelas crenças no determinismo genético, em que óvulos e espermatozoides tornam-se bens de consumo negociados pelo seu valor genético. O gerenciamento da reprodução e de serviços médicos como bens de consumo estimulou a criação de um mercado farmacológico e de diagnóstico, em paralelo.

Esse mercado biotecnológico que transforma material genético – sequências de DNA (ácido desoxirribonucleico), tecidos, células-tronco, órgãos – em mercadoria, também converte a linguagem da biociência em linguagem comercial, "da oferta e da procura", como se o corpo fosse descontextualizado, despido de outros significados culturais e associações pessoais, reduzido a um objeto utilitarista.

A existência de um comércio associado às práticas de reprodução assistida, exercido pelas clínicas, pelos médicos e pela própria indústria farmacêutica, foi tema que permeou todas as entrevistas. Quis entender se as mulheres que utilizaram esses "mecanismos" para a reprodução enxergam a comercialização quanto ao uso e à divulgação das técnicas. 5 (cinco) delas negaram existir um comércio, justificando a posição pela conduta e boa relação médica; 3 (três) ficaram em dúvida sobre a existência desse mercado reprodutivo e, apenas 1 (uma) declarou que há mercantilização associada à RA. De um lado, estão os que entendem existir alguma forma de consumo, como ressalta Miguel: *"Eu acho que ali deve ter um comércio, né, eu não sei".*

> "Ah, claro que é um comércio, porque, ééé, não tem como, né, tipo, alguém faz pra ganhar dinheiro e você faz pra pra conseguir, é um objetivo seu, né, então claro que tem um comércio, mas, eu acho assim, isso não interessa, né, se alguém tá ganhando dinheiro" (Miriam).

> "Talvez sim, né. É, assim, quando você tá de fora, é uma coisa né, quando você tá ali, você já começou o negócio"... "mas eu acho que a saúde toda é um mercado"..."sinceramente, olha, hoje a gente sabe que determinado remédio tem de um laboratório, tem de outro laboratório, tem de outro laboratório, porque aquela médica usa o mais caro?! Claro que ela tem uma conexão ali com a equipe farmacêutica, né, com essa empresa, indústria" (Ana).

Alguns discursos negam a existência da atividade mercantil ligada à reprodução. Deise fala que: *"Eu não sei assim, talvez eu não leve por esse lado, porque, pelo fato da dra. ser muito boa"..."eu não vejo essa questão do comércio".*

> "Não! Eu acho que não, porque é um tratamento, né, eu digo assim, é muito mais vendida a imagem pra você não ter filho do que pra você ter, porque assim, pra você não ter filho tem anticoncepcional que tá sendo vendido, tem né tudo, tudo... (hesita e não conclui) mas pra você ter filho não tem, não consegue uma medicação pra melhorar, pra você ovula melhor, não tem tanto, você não encontra como pra não ter filho" (Lucia).

> "Não. Assim, lá com a dra. lá na clínica não, nuncaaa, lá não tem propaganda de laboratório, de medicamento ou do hospital, não, não tem nada assim. Ela tem lá um painel enorme com fotos dos bebê, mas todas fotos dos bebês das pacientes dela, cada paciente que ela ajudou a ter o bebê traz a fotinha e ela põe lá, é o 'aconcheguinho' dela, mas, assim, não, percebe-se assim que, tanto dela o uso da medicação ela é bem racional, usa o que precisa, faz o que precisa, nada de, assim, eu não enxerguei como um comércio assim, foi a parte dela bem humana, nada de fazer exagero, né" (Cristina).

A incerteza permeou quase todas as falas, tanto daqueles que concordam com a existência de um comércio como daqueles que o negam, e me leva a concluir que essa é uma questão ininteligível para a maioria das pessoas e, claro, também para os meus entrevistados.

Penso que a escassez de informações sobre o gerenciamento dos serviços médicos reprodutivos legitima a forma como o tratamento da infertilidade é veiculada pelos médicos e meios de comunicação e também como é absorvida pela população. Assim, a abordagem pública utilizada atua em prol de uma demanda pelas NTR e, simultaneamente, modifica a consciência da ausência de filhos, porém desconsidera problemas como as baixas taxas de sucesso das técnicas, seus riscos e efeitos duvidosos, os custos elevados e a forma limitada como essas tecnologias vêm sendo avaliadas no próprio campo científico. Em geral, apenas os quadros bem-sucedidos são apresentados na mídia impressa e na televisão e figuram como importante estímulo aos casais que encontram dificuldades para engravidar. Aliás, essa publicidade cria uma ilusão de acesso e poder fácil que, na prática, é substituída pelo alto custo das tentativas e pelo não tão satisfatório desempenho das técnicas.

O “FILHO MAIS FILHO” E A CONTINUIDADE DOS RELACIONAMENTOS FAMILIARES: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da pesquisa percebemos a maternidade e a paternidade como um projeto, haja vista o planejamento de vida (social, financeiro, cronológico) entendido como um propósito para os entrevistados. Ocorre que, quando este “projeto” não se constitui de forma “natural” e espontânea, é possível notar a fragilidade de alguns casais frente à inesperada infertilidade, vista por eles como um obstáculo ao almejado fim: o filho. Homens e mulheres se sentem incompletos com a impossibilidade da prole. Para eles a virilidade é atingida e para elas a identidade feminina plena, realizável apenas com a maternidade, não é conquistada. Em geral, as malsucedidas tentativas de gravidez dão ensejo a frustrações que podem evoluir para quadros de conflitos emocionais e psicológicos, além de não ser incomum a presença de piadas e brincadeiras por parentes e amigos, ensejando rótulos e estigmas. A corrida passa a ser, na maioria das vezes, contra o “relógio”, de modo que o corpo feminino é precipuamente exposto a intervenções, medicações e seus efeitos, objetivando a prole biológica. Diante disso, muitos casais se percebem expostos: a esfera íntima da filiação e a sexualidade convertem-se em dimensão extra vida privada, repercutindo, inclusive, na esfera social.

A bibliografia nos indicava e as entrevistas foram confirmatórias: a precedência da filiação biológica e genética sobre a filiação social, pois do contrário não haveria a intensa busca pela reprodução assistida, e a adoção poderia ser uma via mais aceitável. A justificativa na perspectiva das entrevistadas é a de que o filho biológico, devido ao sangue e à carga genética, é "mais filho” do que o adotado, que carrega o sangue e os genes de desconhecidos.

Os dados da pesquisa de campo indicaram que muitas entrevistadas não vislumbram um possível comércio associado às práticas de concepção assistida. Entretanto, restou nítida a existência da mercantilização e publicização dos corpos e da vida, bem como a existência de uma relação pacientes/clientes retratada como uma relação comercial. Se, por um lado, a comercialização do material humano é condenada pelos valores tradicionais; por outro, é amenizada com a retórica da dádiva e do apelo à filantropia. A retórica da dádiva mascara a relação com a mercantilização de partes do corpo, silenciando qualquer discussão sobre isso (Lesley SHARP, 2000).

Com relação às entrevistadas de Marechal Cândido Rondon que se utilizaram

das práticas da reprodução assistida, observei que além da prioridade pelo filho biológico, há um forte apelo à tradição, à honra, ao nome de família, ao sangue e à moral incutida nesse laço sanguíneo. Também o aspecto narcísico é evidenciado quando relatam que a filiação biológica é um modo de continuidade de si e da família, e, por fim, apenas com a constituição da família nuclear tradicional se sentem incluídas socialmente.

Constatei, ainda, mais duas características importantes, além das acima mencionadas: a primeira é que a medicalização da RA parece estar a serviço da parentalidade, ou seja, os pais são coconstruídos, mesmo participando parcialmente das decisões médicas e dos serviços para a continuidade da família nuclear heterossexual. E a segunda característica é o modo como essas mulheres despertam para esse campo da reprodução assistida, em geral só se informando sobre a inseminação e a fertilização após o diagnóstico médico sobre o conhecimento, por parte deles, das novas tecnologias reprodutivas.

Em suma, as novas tecnologias reprodutivas, embora possam demandar uma reavaliação de valores éticos, jurídicos, científicos e médicos e propiciar novas reconfigurações familiares, para o grupo de mulheres e famílias entrevistado em Marechal Cândido Rondon, asseguram que o filho nasça para seguir o axioma tradicional de inserção e continuidade dos relacionamentos da família nuclear heterossexual.

REFERÊNCIAS

ABREU FILHO, Ovídio de. **Raça, Sangue e Luta**: identidade e parentesco em uma cidade do interior. Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1980.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família** –. Trad. Dora Flaksman. – 2.ed. (Reimpr.). – Rio de Janeiro: LTC, 2016.

BARBOSA, Rosana Machin. Relações de gênero, infertilidade e novas tecnologias reprodutivas. **Estudos Feministas**, ano 8, nº 1, p. 212-228, 2000.

DURKHEIM, Émile. La famille conjugale. **L'Année Sociologique**, p. 35-49, 1892.

FERRY, Luc. **Famílias, amo vocês**: política e vida privada na época da globalização. Trad. Jorge Batos. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

LÔBO, Paulo. **Famílias**. São Paulo: Saraiva, 2009.

LUNA, Naara. **Bebê de Proveta, Barriga de Aluguel, Embriões de Laboratório**: as representações sociais das novas tecnologias reprodutivas. Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000.

_____. **Provetas e clones**: uma antropologia das novas tecnologias reprodutivas. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

NOVAES, Simone; SALEM, Tania. Recontextualizando o embrião. **Estudos Feministas**, ano 3, n. 1, p. 65-88,1995.

PATIAS, Naiana Dapieve.; BUAES, Caroline Stumpf. Não têm filhos? Por quê? **Disciplinarum Scientia**. Série: Ciências Humanas, vol. 10, n. 1, p. 121-133, 2009.

RIBEIRO, Marina Ferreira da Rosa. **Infertilidade e Reprodução Assistida**: desejando filhos na família contemporânea. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

ROSE, Nikolas. **A política da própria vida**: biomedicina, poder e subjetividade no século XXI. São Paulo: Paulus, 2013.

ROUDINESCO, Elisabeth. **A família em desordem**. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

SCHNEIDER, David Murray. **American kinship**: a cultural account. New Jersey: Prentice-Hall, 1968.

SHARP, Lesley. The commodification of the body and its parts. **Ann. Rev. Anthropol**., vol. 29, p. 287-328, 2000.

SOLNIT. Rebecca. A mãe de todas as perguntas. **Piauí**. Rio de Janeiro: Alvinegra, ano 11, n. 131, p. 52-55, ago. 2017.

STRATHERN, Marilyn. **After nature**: English Kinship in the Late Twentieth Century. Manchester: Manchester University Press, 1992a.

_____. **Reproduction the future**: essays on anthropology, kinship and the new reproductive technologies. Manchester: Manchester University Press, 1992b.

_____. Regulation, substitution and possibility. In: Edwards, J. et al. **Technologies of procreation**: kinship in the age of assisted conception. 2. ed. London/New York: Routledge, p. 171-216, 1999.

TAMANINI, Marlene. Tecnologias conceptivas: da intervenção tecnológica à moral do ter que fazer. In: MINELLA, Luzinete Simões; FUNCK, Susana (Org.). **Saberes e fazeres de gênero**: entre o local e o global. Florianópolis: Editora da UFSC, p. 271-293, 2006.

VARGAS, Eliane. Porte. A figueira do inferno: os reveses da identidade feminina. **Estudos Feministas**, vol. 7 n.1-2, p. 89-108, 1999.

* Artigo recebido em 5 de julho de 2021,
aprovado em 27 de outubro de 2021.

O TRABALHO DOCENTE NA PRISÃO EM CONTEXTO DE CRIMES CONTRA OS COSTUMES: AS PEDAGOGIAS DA SEXUALIDADE EM PRISÕES MASCULINAS

THE TEACHING WORK IN PRISON IN THE CONTEXT OF CRIMES AGAINST CUSTOMS: THE PEDAGOGIES OF SEXUALITY IN MALE PRISONS

EL TRABAJO DOCENTE EN PRISIÓN EN EL CONTEXTO DE LOS DELITOS CONTRA LOS COSTUMBRES: LAS PEDAGOGÍAS DE LA SEXUALIDAD EN LOS CÁRCELES MASCULINOS

Beatriz Alves Vasconcelos[95]

Resumo
Este trabalho reflete sociologicamente sobre como professoras constroem estratégias pedagógicas de educação sexual nas escolas localizadas em prisões masculinas. Pensa-se que as docentes propõem formas de lidar com o corpo feminino e contribuem para que seus estudantes construam uma nova perspectiva a respeito da sociedade, da sexualidade e da mulher. A base para esta investigação constrói-se a partir de Guacira Lopes Louro (1997), Michel Foucault (1999) e Angelina Peralva (2000), de observações levantadas a partir da visita a uma penitenciária masculina situada na região metropolitana da capital paulista no ano de 2019, e de conversas informais com as docentes e estudantes do local. Infere-se que a educação é, de fato, um mecanismo fundamental de mudança, e que a impossibilidade de acesso a ela é propositalmente pensada para que determinados grupos da sociedade não tenham consciência do abismo de desigualdade e violência que vivem.
Palavras-Chave: Educação; Prisão; Desigualdade

Abstract
This work reflects sociologically on how female professors build pedagogical strategies for sexual education in schools inside male prisons. It is thought that the professors propose ways of dealing with the female body that contribute to their students to build a new perspective on society, sexuality, and women. The basis for this investigation is constructed from Guacira Lopes Louro (1997), Michel Foucault (1999) and Angelina Peralva (2000), also from observations raised from the visit to a male penitentiary located in the metropolitan region of São Paulo in 2019, and informal conversations with the local teachers and students. It is inferred, therefore, that education is indeed

[95] Graduada em Ciências Sociais pela UNIFESP, Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação e Pesquisadora na área de Desigualdades, Diferença e Inclusão pela UNIFESP. Membro do Grupo de Investigação e Invenção em Teorias Transversais para a Educação (GRIITTE). Contato: vasco.be78@gmail.com

a fundamental mechanism of change and that the impossibility of access to it is purposely designed so that certain groups in society are not aware of the abyss of inequality and violence they experience.
Keywords: Education; Prison; Inequality

Resumen
Este trabajo refleja sociológicamente cómo las maestras construyen estrategias pedagógicas de educación sexual por parte de las maestras en las escuelas dentro de las cárceles masculinas. Se piensa cómo los profesores proponen formas de lidiar con el cuerpo femenino y contribuir para que los estudiantes puedan construir una nueva visión sobre la sociedad, la sexualidad, la mujer. La base de esta investigación se construye con Guacira Lopes Louro (1997), Michel Foucault (1999) y Angelina Peralva (2000), observaciones planteadas a partir de la visita a un centro penitenciario masculino ubicado en la región metropolitana de São Paulo en 2019, y conversaciones informales con la población local. profesores y alumnos. Se infiere, por tanto, que la educación es en realidad un mecanismo fundamental de cambio y que la imposibilidad de acceder a ella está deliberadamente diseñada para que ciertos grupos de la sociedad no sean conscientes del abismo de desigualdad y violencia que viven.
Palabras Clave: Educación; Prisión; Desigualdad.

INTRODUÇÃO

A Lei nº7.210, de 11 de julho de 1984, conhecida como Lei de Execução Penal, aborda a maneira como se dará a trajetória do preso em contexto nacional, bem como o respaldo que o Estado oferecerá a partir do momento em que ele começar a cumprir seu regime. Logo na introdução, a assistência aos direitos básicos apresenta a educação como um princípio elementar, ao lado da saúde e de outros direitos fundamentais como assistência jurídica, material e social. A escola e a formação profissional são as formas que todo sentenciado deve utilizar, dispondo, dentro da unidade prisional, de um ambiente para que ele possa desenvolver seus estudos ou seus trabalhos e, se houver espaço, uma biblioteca. Além da infraestrutura das penitenciárias, para executá-las, são necessários profissionais qualificados no âmbito educacional. A preparação dada aos professores que atuam no sistema prisional não se distingue daqueles que são instruídos para trabalharem em escolas de ensino regular, isto é, com crianças e adolescentes. Não há nenhum esclarecimento a respeito de propostas pedagógicas ou formação de professores para trabalhar no ambiente prisional segundo a Lei de Execução Penal.

Das normas nacionais, a Constituição de 1988 e a LDBEN de 1996

estabelecem, dentro da Educação Básica, diversas ramificações e, além da educação profissional, da educação especial e da educação indígena, está presente a EJA. Logo, baseada na Constituição, na LEP e na LDB[96], a Educação de Jovens e Adultos é um direito que deve ser garantido por lei tanto fora quanto dentro das prisões, posto que os presos foram limitados apenas no seu direito de ir e vir, e não no direito à educação. Sendo o Estado obrigado a fornecer as condições para o exercício pleno da EJA, também deve dispor de aparatos que contribuam para que o docente consiga exercer seu trabalho no contexto prisional, ou seja, as mesmas condições de acesso e permanência previstas para todos os educandos. Entre estes direitos, destaca-se o acesso ao material didático e a garantia de profissionais qualificados para o exercício docente.

O Seminário Nacional pela Educação nas Prisões, realizado em julho de 2006, buscou tratar das questões pedagógicas, segundo as quais cada estado teria autonomia para desenvolver métodos e aplicações para cada contexto específico prisional. Em 2009, surgiram as Diretrizes Nacionais para a Oferta de Educação nos Estabelecimentos Penais, que tornou mais específico o contexto do ensino e fez do Governo Federal, por intermédio dos Ministérios da Educação e da Justiça, o responsável pelo fomento e pela indução de políticas públicas de Estado no domínio da educação nas prisões, estabelecendo as parcerias necessárias junto aos Estados, Distrito Federal e Municípios[97]. Percebe-se, portanto, uma lacuna no que diz respeito às propostas que contemplam a formação de professores para o trabalho com educação prisional e a sua aplicação e desenvolvimento nas salas de aula.

O desinteresse das instituições brasileiras e do Estado brasileiro atinge não só a população carcerária como os servidores que ali trabalham. Ela é confirmada, inclusive, pela ausência de informações, demonstrando que existe uma descomunal urgência em voltar o olhar para essa parcela da sociedade, além da necessidade de ampliar as pesquisas a respeito dos diversos temas que envolvem a prisão em seu interior. Além disso, este descaso explicita como a educação não é vista como uma ferramenta indispensável para o retorno do indivíduo na sociedade, reafirmando o sistema de privilégios e desigualdades presentes tanto dentro quanto fora das

[96] JULIÃO, E. Panorama da política nacional de educação para jovens e adultos em situação de restrição e privação de liberdade no Brasil. In: JULIÃO, E. Políticas de educação nas prisões da América do Sul. Jundiaí: Paco Editorial. 2018. p 165-198.
[97] MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária – CNPCP. Diretrizes Nacionais para a Oferta de Educação nos estabelecimentos penais, 2009.

cadeias.

Segundo Peralva (2000), a transgressão da cidadania e do exercício democrático por meio da violência do Estado é um fato que se atesta com ausência da implantação de instrumentos que facilitem a relação professor-aluno e a metodologia do docente dentro das prisões. Isso pode se dar, segundo ela, pela incapacidade federal em promover o mínimo para sua população.

> A incapacidade do Estado em garantir a ordem pública engendrou formas particulares de violência que, por sua vez, delinearam o quadro dos novos conflitos socioculturais e a maneira pela qual a juventude pobre estruturou a percepção dos riscos que parecem pesar sobre seu futuro. (PERALVA, 2000, p.87)

A negligência do Estado em reconhecer e promover formas diversas de educação para diferentes contextos, oferecendo somente um projeto engessado forçadamente aplicado a vários tipos, tanto internos quanto externos, também é uma manifestação de violência. Peralva ainda ressalta que existe um público específico que sofrerá ainda mais com as sanções: pobres, jovens e negros. Os professores, igualmente prejudicados e violentados, fazem parte de uma parcela da população que sofre as péssimas condições carcerárias, sendo, obviamente, afetados de maneira diferente. Estes últimos, inclusive, não são contemplados pelas pesquisas carcerárias, mesmo inseridos nesse contexto.

Por meio de um levantamento bibliográfico das produções a respeito da educação no sistema carcerário, revelou-se a dificuldade de investigações sobre a atuação docente, e, também, como é deficiente a quantidade de normas e leis que contribuem e estimulem essa prática. Reconhecendo, também, a dificuldade do docente em ser instrumentalizado e preparado para seu ofício, parte-se para contextos ainda mais estreitos, nos quais as condições de trabalho são complexas e os professores e professoras precisam estar formados(as) não somente para a docência como também para o jogo de cintura. Trata-se da atuação educacional para presos em condição de pena por crimes contra os costumes.

Foi realizada uma busca a respeito da situação prisional no âmbito educacional brasileiro. Os textos e obras utilizados são de pesquisadores que desenvolvem trabalhos sobre as condições do sistema penitenciário e, mais especificamente, da EJA, de autores que tratam das diversas formas de violência e conflito como ferramentas que contribuem para a manutenção do sistema de privilégios e

desigualdades. O uso do conceito de Pedagogias da Sexualidade, de Guacira Lopes Louro (2000), será utilizado para observar se entre os docentes desse espaço estão sendo formuladas propostas pedagógicas adaptadas para esse contexto específico.

Haja visto que o termo docência é fundamental, presente, inclusive, no título do artigo, é preciso compreender ora o uso do termo docente, ora o uso do termo professoras/professores. Adotamos o entendimento de que ambos são sinônimos, seguindo a lógica de Baccon e Mendes (2015),

> ser docente é formar o aluno no intuito de prepará-lo para viver na sociedade das mudanças e incertezas, e para ser capaz de enfrentar desafios. Além disso, ao professor é almejado que ele contribua para uma melhora qualitativa da sociedade, o que só se faz quando há o "compromisso político-social na docência" para a formação cidadã dos sujeitos. (BACCON; MENDES, 2015)

É fundamental salientar que foram realizadas conversas informais com professoras e discentes desse sistema prisional, e que em seus discursos foram observadas as dificuldades enfrentadas, as mobilizações e os esforços empreendidos, a ausência de métodos profissionalizantes, as propostas das docentes para com os estudantes, e as diferenças estabelecidas por parte de demais docentes. É importante informar que foram estes diálogos com as professoras e os professores mobilizaram a construção deste artigo, e não o contrário. Nesse sentido, não houve uma estruturação em forma de entrevistas, já que, a princípio, eram apenas conversas "despretensiosas". De qualquer modo, suas respectivas identidades foram preservadas. Além disso, as reflexões aqui descritas são resultado de discussões que se passaram dentro da Universidade Federal de São Paulo, com o auxílio da Prof.ª. Dr.ª. Mariângela Graciano, do Departamento de Graduação em Pedagogia, pensando a educação de jovens e adultos e, especificamente, a educação na prisão. Além disso, as discussões que se passaram dentro do Seminário de Estudos Avançados sobre Relações de Gênero na Educação, ministrado pela Prof.ª. Dr.ª. Daniela Finco, do Departamento de Pós-graduação em Educação, foram fundamentais para a formação de um arcabouço teórico para contemplar as principais diferenças dispostas no campo da educação na prisão, isto é, as distinções de gênero, raça e classe.

OS CRIMES CONTRA OS COSTUMES

Os educandos presos por crimes contra os costumes são aqueles que atingem diretamente a moral proposta pela sociedade. No nosso país, atualmente, os presos

que cumprem essa pena são aqueles que cometeram algum tipo de abuso, estupro, assédio, em suma, aquilo que o Código Penal caracterizará como crimes contra a dignidade sexual[98], isto é, crimes que de certa forma ferem a liberdade sexual de outro(s) indivíduo.(s) Esse tipo de delito sempre fora reconhecido e tratado pelo corpo social de maneira anormal, considerado um ato que transgride não somente a lei, como ofende diretamente uma liberdade muito íntima e específica dos indivíduos.

A visão construída a respeito desses atos é considerada tão grave quanto os atentados e violências contra a vida, é mais condenada socialmente do que os crimes contra o patrimônio, vistos como mais brandos e comuns. São colocados, portanto, em uma hierarquia de penas as violações mais acentuadas e condenadas socialmente. Em oposição estão os delitos considerados “comuns”, ou seja, práticas ainda assim condenáveis, mas não tão preocupantes, como tráfico de drogas. Há, portanto, um grande estigma criado ao redor desse grupo, de modo que a percepção da sociedade em relação a eles é bem mais intensa e esse pensamento pode, muitas vezes, invadir a concepção dos próprios professores dentro do seu campo de trabalho. A Sociologia da Violência explica que, sobre esses atos transgressores, não há um discurso ou saber universal que compreenda os motivos que coloquem os crimes contra os costumes como potencialmente perigosos, haja visto que o sagrado, o profano, os valores, a ética e a moral se diferem de acordo com os grupos sociais.

Norbert Elias (1994) tenta explicar a repulsa que a sociedade sente ao redor da imagem dos presos por crimes contra os costumes. Segundo o autor, na passagem de um sistema feudal para a corte, exigiu-se um maior controle sobre as ações, bem como sobre o corpo e sobre a agressividade, pois tais atos deixaram de ser socialmente aceitáveis. Através de transformações estruturais, Elias (1994) aponta para uma situação de figuração social, isto é, de graus de interdependência entre os indivíduos. Ao realizar qualquer tipo de violência dentro de um grupo, certa rede se rompe, perdendo-se a relação de mutualismo. A demanda do Estado sobre o autocontrole está ligada à monopolização da força e a uma nova interpretação sobre a violência. Para o autor, o processo civilizador redirecionará a violência, mostrando mudanças tanto na estrutura social quanto na personalidade. Se, anteriormente, as situações poderiam ser resolvidas fisicamente, esse processo é contido e passado para as mãos do Estado.

[98] CÓDIGO PENAL, Lei Nº 12.015, de 7 de agosto de 2009. Título VI Dos Crimes contra a Dignidade Sexual.

Desse modo, o/a professor/a deve de maneira recorrente realizar um exercício individual e subjetivo para preparar-se, desvinculando o entendimento da sociedade a respeito da impossibilidade de recuperação desses presos. Seu trabalho é como um intermédio entre o contato com a sociedade que condena essa prática e o preso, mas, também, representa um papel social responsável pela introdução ou reintrodução do indivíduo a uma rotina de estudos e ao formato "normal" de educação.

Aqui, o papel do/a professor/a torna-se ainda mais problemático, posto que esse tipo de delito não é analisado também como um produto da própria sociedade, mas como uma forma de perversidade e degenerescência proveniente do preso, de modo que a educação não seria suficiente para reintroduzi-lo ao mundo. O desafio do docente está em traçar novas linhas de subjetividades que sejam alheias aos moldes patriarcais e neoliberais, além de conduzir discussões dentro dos muros apresentando argumentos que possam inferir o preso como potencialmente capaz de intervir no mundo por intermédio da educação, não importando a causa da sua pena. O que ocorre, nesse sentido, é o medo do que Louro (2003) caracteriza como excêntrico, isto é, tudo aquilo que sai da normativa e se destaca como o indesejado pelos demais. Em geral, dizendo respeito a uma heteronormatividade, posto que a identidade masculina, branca, heterossexual deve ser, supostamente, uma identidade sólida, permanente, uma referência confiável.

OS DESAFIOS NO AMBIENTE DE TRABALHO

A seleção para que professores atuem dentro do sistema prisional ocorre por meio de concursos para funções dentro das escolas de Educação de Jovens e Adultos. Quando o professor consegue atribuições em uma escola específica e essa instituição está ligada à uma prisão, os professores são enviados para ela. A escola é, obrigatoriamente, a mais próxima da penitenciária. Deve-se ressaltar, ainda, que os docentes são contratados pelo Estado por meio da categoria O, considerada a mais precária, que não oferece nenhum tipo de garantia. Ademais, um ponto interessante que foi observado ao longo da visita foi a maioria dos docentes serem mulheres. Entendendo a circunstância instável dos contratos de trabalho, além de um ambiente que demanda grande dinâmica e esforço psicológico, os professores e professoras atuantes dentro das prisões, sem dúvidas, possuem razões notáveis que os fazem permanecer. Uma das hipóteses que se ressalta nessa investigação é a de que as professoras permanecem em sala de aula com estudantes encarcerados porque as

oportunidades internas são maiores do que os preconceitos e as pressões externas.

Existe uma grande dificuldade de estabelecer um relacionamento entre os docentes das prisões e a escola vinculadora, que não deve ser descartada nessa discussão. Nas conversas e entrevistas a respeito do tema, os professores e professoras relataram como os servidores da escola estadual não conseguiram demonstrar um tratamento semelhante aos professores que trabalham ali. O primeiro fator que demonstra o afastamento do docente em relação à escola, ao ambiente e, principalmente, ao seu próprio trabalho, é a impossibilidade de acesso à confecção das PPPs (Projetos Políticos Pedagógicos). O docente é o principal ator para a produção e execução dos planos elaborados, realizando a fundamental combinação entre teoria e prática. Assim sendo, é praticamente impossível pensar no papel do docente sem sua participação na elaboração de qualquer proposta que envolva seu desempenho dentro das escolas.

Os depoimentos dos professores deixam claro a insatisfação, posto que eles mesmos se declaram afastados e ignorados pela direção e pelos outros docentes da escola vinculadora. As necessidades relacionadas aos seus trabalhos e aos seus desempenhos são, de maneira recorrente, desconsideradas, pois o ofício docente dentro das penitenciárias é tão desvalorizado como qualquer outro que não está encaixado em uma categoria melhor, como os estagiários e os eventuais. A professora de Humanidades, por exemplo, não tem nenhuma autorização para participar da PPP que ela terá de executar em sala. A docente tem que tirar do próprio bolso todas as impressões e fotocópias de atividades. Mensalmente, no entanto, deve entregar para a coordenação da escola vinculadora um plano completo e detalhado. A indagação que se levanta é, então, como um professor consegue manter sua prática como tal, se grande parte da sua tarefa é impedida por um grupo que deveria estar respaldando seu exercício.

Assim sendo, existe uma grande hierarquização dos papéis escolares. Sabe-se que, realmente, a classificação entre as funções desse ambiente é clara, mas as relações de exclusão mais subjetivas se tornam nítidas ao tentar estabelecer pontes de relacionamentos. O grupo de professores, assim como a direção, não consegue lidar com a presença de professores de penitenciária não porque são piores, mas porque são altamente estigmatizados por terem de trabalhar com presos. A preferência por essa parcela de estudantes é vista de forma negativa pelos seus parceiros de profissão, ou, então, é ignorada. O preconceito em relação à educação

em espaços de privação de liberdade aparece, principalmente, com relação aos educadores. Se tratando da postura dos educandos em relação às professoras, foi visível a relação estritamente profissional que possuem. Porém, existe uma proximidade entre eles, já que a frequência com que se veem é constante, mas nada que ultrapasse o limiar entre o trabalho e a intimidade.

AS PROPOSTAS POLÍTICO PEDAGÓGICAS, A DESIGUALDADE DE GÊNERO, PEDAGOGIAS DA SEXUALIDADE E EXPERIÊNCIAS EM SALA DE AULA

A trajetória acadêmica que formou os docentes, confirmada nas conversas, foi construída por meio de faculdades de licenciatura em Letras, História, Matemática e Pedagogia. Em todos os casos, o ensino superior não ofereceu nenhuma formação focada na EJA. Muitos se queixam de que a falta de preparação atrapalhou seu desempenho no início e sua confiança para lidar com o público. Ao longo do tempo, no entanto, passaram a adaptar seus saberes acadêmicos para executá-los com um grupo ao qual não conheciam: jovens e adultos encarcerados por crimes sexuais.

Apesar de algumas tentativas falhas, que resultavam na infantilização dos educandos através do uso de materiais para crianças, as mudanças e novas formas de educação dentro das salas de aula da penitenciária ocorrem. Eles foram entendendo que materiais infantis não serviam como método facilitador da aprendizagem ou do trabalho do próprio professor, pois acabavam os caracterizando os alunos como infantis, imaturos e incapazes. Nesse contexto prisional, muitos deles já se encontram sensibilizados por terem seus direitos repreendidos, e pela intensa falta de autonomia nas prisões. Vendo-os tendo que pedir autorização e serem repreendidos a todo momento, como crianças, tais métodos retomam o sentimento de impotência e de uma dependência indesejada. Esquecer-se de colocar em discussão os conflitos internos que os presos estão envolvidos seria confirmar seus lugares de submissão, sentimento que a escola jamais deve provocar. Portanto, seria mais uma forma de envergonhá-los e rebaixá-los em relação aos professores, aos colegas, ao coordenador, ao diretor, aos servidores etc. A partir dessa percepção, nasceram diferentes adaptações curriculares que buscaram devolver no estudante sua identidade e dignidade, apresentando a sala de aula como um espaço de boas e novas experiências que não são capazes de fazê-los esquecer de que estão em um meio tão hostil, mas retomam o sentimento de possibilidade para capacitá-los para uma mudança.

A maioria dos professores e professoras desenvolvem atividades temáticas que têm como pano de fundo o foco em um passado que eles têm consciência de ter sido problemático. Assim, as aulas carregam conteúdos que objetivam aprender didaticamente sobre algum conceito ou teoria, porém, de maneira subjetiva, deixa implícito aprendizados nos quais os alunos possam trabalhar internamente seus problemas. As temáticas envolvem como tratar a imagem da mulher nas aulas de história, ou o preconceito regional através das aulas de português, provocando inquietações e estranhamentos. As docentes têm consciência de que os estudantes necessitam aprender a respeitar o outro e suas particularidades, e propõem atividades maiores e, inclusive, externas, que valorizam trabalhos manuais e estimulam a participação coletiva, contribuindo para a autoestima do estudante e para o fortalecimento da educação como um direito inalienável e um dispositivo para introduzir no indivíduo o conhecimento de quem ele é, dos seus direitos e deveres, e dos limites e potencialidades da sua cidadania.

Como assegura Louro (2000), baseada em Foucault (1999), a sexualidade não é apenas a maneira através da qual se manifestam as relações sexuais. É um mecanismo biológico, mas principalmente social, que intervém em todas as formas de socialização. A escola, como um dos maiores ambientes de socialização, aborda temas diversos que concernem à coletividade, incluindo o sexo e a gravidez, mas excluindo e omitindo grande parte dos temas tabus. Louro (2000) afirma, ainda, que determinados grupos sociais possuem mais dificuldades para o acesso a esse debate:

> A suposição aqui é que o poder não atua através de mecanismos de simples controle. De fato, ele atua através de mecanismos complexos e superpostos — e muitas vezes contraditórios — os quais produzem dominação e oposições, subordinação e resistências. Há muitas estruturas de dominação e subordinação no mundo da sexualidade, mas três elementos ou eixos interdependentes têm sido vistos, atualmente, como particularmente importantes: os da classe, do gênero e da raça. (LOURO, 2000, pp.38)

.

O poder, além de ser atuante na permissão ou não da circulação do saber no mundo da sexualidade e igualmente de outros saberes, é a principal ferramenta na atuação do controle do sistema penitenciário. Destarte, sabe-se que esse sistema tem sua seleção com o filtro de classe, gênero e raça. A maior parte dos encarcerados é composta por jovens negros e pobres que, em sua grande maioria, nem chegaram a ingressar no Ensino Médio, quando em liberdade. Os estudantes presos, portanto, não têm acesso às discussões a respeito de sexualidade pela duplicidade de se

encaixarem nesse filtro de poder do Estado e da sociedade e, principalmente, por estarem privados de liberdade.

Como afirma Foucault (2014), criar empecilhos para o acesso à informação a respeito do mundo e das coisas é uma forma pensada para prender os indivíduos tanto em seu corpo físico quanto mental, já que poder e saber estão diretamente implicados. Isso significa que a educação para presos, nesse contexto, aparece como um grande mecanismo que ameaça as formas de poder atuais. Ainda segundo Foucault (2014), com a contribuição de Peralva (2000), comentamos no começo do artigo sobre a omissão dos direitos mínimos reservados à população carcerária. Tal omissão confirma que, de fato, as relações intramuros são complexa e que existe uma grande dificuldade em reconhecer que nas prisões se dificulta, limita e impedi o acesso à educação, o que configura uma agressão para os educadores e, principalmente, para os educandos.

Existe uma pré-seleção étnico racial de grupos prisionais em diferentes países e, no Brasil, o foco são os negros. A legislação nacional trabalha para fazer crescer exponencialmente o volume carcerário, movimentando também o mercado prisional, que lucra de acordo com a quantidade de presos. Ao mesmo tempo, reforça ainda mais o abismo entre as classes sociais. Não existe entre a administração brasileira uma ideia de presídio como espaço de reabilitação, mas de controle de grupos específicos e de controle da pobreza. Com uma pequena imersão em estudos sobre essa situação, consegue-se inferir rapidamente que não se trata de uma falha por parte do Estado, de seus servidores e da sociedade: sabe-se muito bem que existe um projeto intenso e secular de criminalização e contenção de determinados corpos e, não por coincidência, de extrema desigualdade nas dimensões econômica, social, educacional, política. Misse (2010) reflete sobre o processo que caracteriza como acumulação da violência, refletindo em ações conflitivas no cotidiano. O autor aponta que, da criminalização para a incriminação é preciso que ocorra um processo legal que, atualmente, não acontece, o que irá caracterizar como sujeição criminal, ou, para outros autores, seletividade penal. Sem levar em consideração o ato, pensa-se apenas na potencialidade criminosa do sujeito.

Vale levantar, também, que o que é feito por mulheres e professoras nesta unidade é uma situação observada em apenas uma penitenciária masculina, localizada na metrópole de São Paulo, na qual as docentes e os docentes fazem um trabalho coletivo e individual de esforços para o sucesso escolar dos estudantes

dentro da penitenciária, utilizando dos seus passados para apresentar a eles novas lentes para enxergar o mundo e, principalmente, a sociedade e as mulheres. Por mais que se confirme um cenário muito complicado para essa população, é com grande satisfação que se pode afirmar que existem pessoas e trabalhos que conseguem pontualmente reverter e melhorar o quadro. Porém, em muitas outras penitenciárias, centros de detenção provisória e centros de progressão penitenciário, as disputas de poder, desigualdades de gênero, manifestações de violências simbólica e dificuldades apenas se acentuam.[99]

O movimento político pedagógico realizado pelos professores e professoras da unidade pode ser considerado, logo, uma Pedagogia da Sexualidade (LOURO, 2000), e se mostra um desafio não somente pela limitação dos conteúdos que podem ser aplicados ali, como também uma provocação às regras implícitas do poder que impedem o acesso desse grupo social à informação e possibilidade de mudança. Abrir as portas para o entendimento das imagens e representações femininas foi um importante exercício de reflexão individual que permitiu aos estudantes repensarem em como suas concepções anteriores foram construídas, bem como reexaminar suas atitudes em relação à mulher.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa breve investigação teve a intenção de capturar que atualmente existem propostas docentes que pensam e trabalham particularmente com o contexto prisional, demonstrando também a ausência de informações legislativas a respeito desse universo, o preconceito enfrentado e o impedimento claro de seus trabalhos por parte das administrações penitenciárias e do próprio Estado. Ele confirma a necessidade imperativa, dentro das Ciências Humanas como um todo, de construir e desenvolver pesquisas e investigações a respeito do tema, debatendo não somente as condições prisionais como o viés pedagógico, sociológico, antropológico e político, buscando entender o estado e função social da educação nesse meio.

O que cabe pensar como proposta para a continuidade do debate é refletir qual o papel da escola dentro da prisão, posto que muitas vezes os docentes não trabalham só para expor seu conteúdo e contribuir para o entendimento do aluno, mas agem de maneira a tentar provocar neles outras reflexões que objetivam transformar suas

[99] Consulte Graciano (2019) para diversos levantamentos com professores, servidores e estudantes em penitenciárias femininas e masculinas de São Paulo.

atitudes e concepções como, por exemplo, muitos dos conceitos e temas trazidos pelas docentes que buscavam discutir a importância da mulher negra na sociedade. Com essa intensa vontade de intervir e melhorar a trajetória desses indivíduos, as propostas de aula sempre resgatam alguns sentimentos não trabalhados no passado por esse grupo. Se pensa, então, em como os docentes poderiam desenvolver seus temas se não estivessem envolvidos em buscar trazer inquietude e estranhamento através de provocações tão sensíveis aos estudantes. Ao mesmo tempo, sabe-se que em diversas penitenciárias não existem tratamentos terapêuticos, e o único meio de encarar e conversar sobre seus sentimentos é a escola. O ofício do professor, então, passa a tornar-se muito maior do que ele já é, pois age não somente dentro do seu papel, mas com o intuito de "tapar" os diversos buracos expostos e solucionar os inúmeros problemas encontrados na escola e na penitenciária.

Por mais que o contexto seja altamente impactante, percebe-se que a postura do educador, tanto dentro quanto fora dos presídios, não se difere. O ensino brasileiro encontra um público tão emergente, que o professor não encontra outra forma que não abraçar todos esses problemas e fazer da educação mecanismo de alteração da realidade por meio da transformação da subjetividade e da identidade, aplicado às dificuldades desses jovens e adultos em especial.

Observa-se pequenos traços do que Louro (1997, p.112) conceitua como Pedagogias Feministas, já que se constatou movimentos como

> [...] formulações pedagógicas construídas na ótica feminista apoiam-se no reconhecimento das desigualdades vividas por meninas e mulheres em relação aos meninos.

Contudo, a partir das possibilidades limitadas dessas professoras, o que ocorre dentro da EJA é a produção de um poder que é dado aos homens encarcerados sobre suas verdadeiras condições objetivas e subjetivas por mulheres, poder esse que não foge da estrutura binária (BUTLER, 2003) e das diferenças profundas de gênero. As mulheres, as mães espirituais desses homens (LOURO, 1997, p. 97), acabam por trabalhar neles categorias para que possam produzir novos comportamentos distantes daqueles que os levaram a se encarcerar. Figuras estas que, por mais que sofram com as disparidades das relações de poder de nossa sociedade, ainda sim, como professoras, são capazes de oferecer ferramentas para que esses homens tenham a capacidade de agenciar suas realidades de acordo com os moldes solicitados por uma sociedade que condena o crime e abandona o patriarcalismo e a dominação

masculina. Nesse sentido, as mulheres adotam o papel tradicional da professora para além das paredes da escola, aquela que cuida e escuta.

O que Vianna (2016) aponta em sua obra a respeito de políticas educacionais de gênero são reforçadas aqui como necessárias, especialmente na formação dos estudantes presos por crimes contra os costumes, salientando

> disponibilidade: [...] as instituições e programas educativos necessitam de edifícios, instalações sanitárias, água potável, docentes qualificadas(os) com salários dignos e condições de trabalho, materiais educativos, entre outros; acessibilidade: as instituições e programas educativos devem ser acessíveis a todas e a todos, sem discriminação, especialmente aos grupos mais vulneráveis; aceitabilidade: os programas educacionais, os currículos e as propostas pedagógicas devem ser pertinentes e adequados à diversidade presente nas populações humanas, promovendo uma educação não discriminatória comprometida com a igualdade de direitos, adaptabilidade: a educação deve ser flexível para se adaptar às necessidades das sociedades e comunidades em transformação e responder ao que é imprescindível em contextos culturais e sociais variados. (VIANNA, 2016, p. 29)

Esses quatro pontos desenvolvidos pela autora foram trazidos aqui para levantarmos questões sobre como são distanciados dos estudantes encarcerados condições mínimas de qualidade de estudos, como mais uma forma de punição do Estado sobre esses crimes. Ora, como compreenderão estes homens as igualdades, especialmente de gênero, se são negados a eles políticas educacionais e direitos humanos básicos como o acesso aos estudos de qualidade? Como poderiam estes homens desenvolver algum senso a respeito das condições de diferenças de gênero se as professoras não têm condições concretas de executar a educação formal? Como poderiam estes homens entender as relações de poder entre homens e mulheres se, dentro daquele ambiente, as professoras exercem o papel de mães ou conselheiras?

Embora haja tentativas por parte dessas mulheres, não é possível fugir do método comum de transmissão de conteúdos, haja visto que o jogo de poder também é heterocentrado. O patriarcalismo espalhou-se não só pela família como também nas instituições sociais. A prisão não foi excluída desse processo, posto que é um dos espaços onde se encontra com mais nitidez as formas de controle e de punição. É justamente o patriarcalismo que irá decidir sobre a entrada ou não de políticas públicas que possam promover debates e construções coletivas sobre as atuais condições de homens e mulheres em nossa sociedade, de modo que inclusive as professoras reproduzem de forma natural o discurso ideológico dominante, de modo a perpetuar a dominação masculina com cargos menores, passando por preconceitos dos

professores das escolas externas e com salários incrivelmente baixos, sem nenhum benefício ou segurança. Ou seja, as professoras estão juntas a esses homens presos, dentro do olho do furacão do jogo de poder heteronormativo patriarcal. Elas sofrem com as sanções de gênero dispostas em nossa sociedade quando se formam como professoras pedagogas e vão trabalhar nas salas de aula dentro dos muros das penitenciárias, especialmente se tratando de presos por crimes contra os costumes, onde a rigidez e a punição social parecem ser ainda maiores. Nessa "brincadeira", o ganhador já é declarado antes da partida começar, e não é a educação.

Assim sendo, devemos confirmar aqui o que Jimena Furlani (2013) trouxe em sua obra *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*, com organização de Guacira Lopes Louro: aquela escola que não traz a educação sexual, não está educando integralmente seus estudantes, já que não poderão discutir a respeito de distinções simbólicas e concretas de gênero e sexualidade que estão incrustadas em nossa sociedade. Não entrar nesses discursos é, portanto, corroborar para a manutenção dos modelos hegemônicos da sexualidade (LOURO; FELIPE; GOELLNER, 2013) e para as diferenças de gênero como uma organização social das diferenças sexuais (SCOTT, 1988).

REFERÊNCIAS

BACCON, A. N. P, MENDES, T. C. **Profissão docente: O que é ser professor?** XII Congresso Nacional de Educação. Pontifícia Universidade Católica do Paraná: Paraná, 2015.

BESSIL, M. H. MERLO, A. R. C. **A Prática Docente de Educação de Jovens e Adultos no Sistema Prisional**. Psicologia Escolar e Educacional, SP. Volume 21, Número 2, Maio/Agosto de 2017: 285-293.

BRASIL, Casa Civil. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. **Institui a Lei de Execução Penal.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm>. Acesso em: 2 de jun. 2021

BRASIL, MINISTÉRIO DA JUSTIÇA; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Seminário Nacional pela Educação Nas Prisões**. Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/eja_prisao/seminario_nacional.pdf>. Acesso em: 2 de jun. 2021

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. (2009). **Diretrizes Nacionais para a Oferta de Educação**. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/eja_prisao/seminario_nacion

al.pdf>. Acesso em: 2 de jun. 2021

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais**. Brasília, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5142-rceb002-10&category_slug=maio-2010-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 1 de jun. 2021

BRASIL, Casa Civil. Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009. **Lei de Crimes Sexuais.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2009/lei-12015-7-agosto-2009-590268-publicacaooriginal-115434-pl.html>. Acesso em: 10 de jun. 2021

BRASIL. Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de Outubro de 1941. **Código de Processo Penal**. Diário Oficial da União.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CALDEIRA, T. P. R. Cap 9 – Violência, o corpo incircunscrito e o desrespeito aos direitos na democracia brasileira. *In:* **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo, Companhia das Letras, 2000, pp. 343-377.

CARREIRA, D. **Gênero e educação: fortalecendo uma agenda para as políticas educacionais**. São Paulo: Ação Educativa, Cladem. Ecos, Geledés, Fundação Carlos Chagas, 2016.

DIAS, C.C.N. **Encarceramento, seletividade e opressão: a "crise carcerária" como projeto político**. Análise Nº 28. São Paulo: Friedrich-Ebert-Stiftung, 2017.

ELIAS, N. A civilização como transformação do comportamento humano. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, v. 1, p. 277, 1994.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalhete. 42 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

GRACIANO, M. A escola pública e a oferta de educação para jovens e adultos privados de liberdade. **Revista de Educación de Adultos y Procesos Formativos**. Primer Semestre 2019. N° 8. (pp. 27-53)

JULIÃO, E. Panorama da política nacional de educação para jovens e adultos em situação de restrição e privação de liberdade no Brasil. In: JULIÃO, E. **Políticas de educação nas prisões da América do Sul**. Jundiaí: Paco Editorial. 2018. p. 165-198.

LOURO, G.L. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Traduções: Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: 2ª Edição Autêntica, 2000.

LOURO, G.L. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

LOURO, G.L **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. 9ed- Petrópolis: Vozes, 2013

MISSE, M. **Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria "bandido".** Lua Nova (79) 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ln/a/sv7ZDmyGK9RymzJ47rD5jCx/?lang=pt

PERALVA, A. **Violência e democracia: o paradoxo brasileiro**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SCOTT, J. **Gender and the Politics of History**. New York: Columbia University Press, 1988.

* Artigo recebido em 31 de agosto de 2021,
aprovado em 1º de dezembro de 2021.

A POSIÇÃO DESVANTAJOSA DAS MULHERES NEGRAS NA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E NOS CUIDADOS DOMÉSTICOS NO ÂMBITO FAMILIAR

THE DISADVANTAGEOUS POSITION OF BLACK WOMEN IN THE SEXUAL DIVISION OF LABOR AND DOMESTIC CARE IN THE FAMILY ENVIRONMENT

LA POSICIÓN DESVENTAJOSA DE LAS MUJERES NEGRAS EN LA DIVISIÓN SEXUAL DEL TRABAJO Y EL CUIDADO DOMÉSTICO EN EL ENTORNO FAMILIAR

Suzane Carvalho Domingos[100]

Resumo: O presente artigo trata sobre a posição desvantajosa da mulher negra ao ser a principal responsável pelo trabalho do cuidado não remunerado no âmbito familiar. Com base em estudos feministas, questiono como a responsabilização desigual e consequentemente a sobrecarga de trabalho penaliza as mulheres negras que, inseridas em um circuito de vulnerabilidade social, têm reduzidas as chances de alcançarem algum tipo de independência financeira. Foram aplicados questionários por meio de formulário digital e realizada entrevistas com um grupo de mães responsáveis pelas crianças do ensino fundamental de uma escola na zona leste de Juiz de Fora/MG. Através dos dados obtidos constato que é preciso ampliar o debate sobre os direitos democráticos e igualdade de oportunidades, buscando caminhos para a superação da extrema pobreza, transpondo a responsabilização individual para um nível coletivo, compartilhando as necessidades do cuidado com instituições públicas de qualidade.
Palavras- Chave: mulheres negras; trabalho; cuidado.

Abstract: This article deals with the disadvantageous position of black women by being the main responsible for the work of unpaid care in the family environment. Based on feminist studies, I question how unequal accountability and consequently work overload penalize black women who, inserted in a circuit of social vulnerability, have reduced the chances of achieving some kind of financial independence. Questionnaires were applied through a digital form and interviews were conducted with a group of mothers responsible for elementary school children from a school in the east of Juiz de Fora/MG. Through the data obtained I note that it is necessary to broaden the debate on democratic rights and equal opportunities, seeking ways to overcome extreme poverty by transposing individual accountability to a collective level, sharing the needs of care with quality public institutions.
Keywords: black women; work; care.

[100] Graduação em Pedagogia e Mestrado em Educação Ambiental pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Contato: suzanecdomingos@gmail.com

Resumen: Este artículo aborda la posición desventajosa de las mujeres negras al ser las principales responsables del trabajo de cuidado no remunerado en el entorno familiar. Basándome en estudios feministas, me pregunto cómo la rendición de cuentas desigual y, en consecuencia, la sobrecarga de trabajo penalizan a las mujeres negras que, insertas en un circuito de vulnerabilidad social, han reducido las posibilidades de lograr algún tipo de independencia financiera. Se aplicaron cuestionarios a través de un formulario digital y se realizaron entrevistas a un grupo de madres responsables de niños de primaria de una escuela en el este de Juiz de Fora/MG. A través de los datos obtenidos observo que es necesario ampliar el debate sobre los derechos democráticos y la igualdad de oportunidades, buscando formas de superar la pobreza extrema transponiendo la rendición de cuentas individual a un nivel colectivo, compartiendo las necesidades de atención con instituciones públicas de calidad.
Palabras clave: mujeres negras; trabajo; cuidado.

INTRODUÇÃO

Este trabalho discute a respeito da posição desvantajosa e da situação de sobrecarga de trabalho de um grupo de mulheres e mães da periferia da Zona Leste de Juiz de Fora/MG. Parto da discussão de que a divisão sexual do trabalho e de afazeres domésticos de forma desigual acarreta a sobrecarga feminina de trabalho.

Se adicionar o fator maternidade a essa realidade, percebe-se que mulheres com filhos pequenos ficam em situação vulnerável tanto no mercado de trabalho como nas relações conjugais, afetando assim sua independência financeira e limitando sua autonomia nas escolhas de vida. As vantagens atribuídas ao gênero masculino no espaço privado revelam que ainda predomina a dominação masculina, o que nos leva a questionar a efetividade dos direitos ditos como universais para homens e mulheres.

A investigação sobre a situação de sobrecarga de trabalho de um grupo de mães responsáveis pelas crianças do ensino fundamental de uma escola na zona leste de Juiz de Fora/MG foi realizada através da aplicação de um questionário digital, o qual buscou elucidar o contexto de vida dessas mulheres.

Foi evidenciado que elas vivem em situação de extrema vulnerabilidade devido à dependência financeira de seus companheiros e da ausência da participação do Estado, sendo submetidas à divisão desigual dos afazeres domésticos e dos trabalhos que envolvem cuidados com os filhos pequenos. Desta forma, o trabalho do cuidado sendo invisível e desvalorizado, realizado predominantemente pelo gênero feminino, penaliza as mulheres e produz um efeito negativo na vida daquela que assumiu a

posição de cuidadora.

A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NO AMBIENTE DOMÉSTICO E A PENALIZAÇÃO DAS MULHERES CUIDADORAS

Impulsionado pelo movimento feminista na França nos anos de 1970, o termo divisão sexual do trabalho foi fundamentado teoricamente, e, através de uma tomada de consciência coletiva do movimento de mulheres, foi evidenciada uma opressão feminina. Foi exposto que uma grande massa de trabalho é realizada gratuitamente pelas mulheres, não para elas mesmas, mas para as outras pessoas, em prol do afeto, da maternidade e de uma natureza do sexo biológico. Helena Hirata e Danièle Kergoat (2007, p. 589) definem o conceito de divisão sexual do trabalho como

> a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.).

A divisão sexual do trabalho doméstico e as responsabilidades sociais impostas às mulheres, como realizar as tarefas domésticas, a educação dos filhos, cuidados com parentes idosos sobrecarrega e penaliza as mulheres.

O enfraquecimento da visão tradicional que vincula o cuidado à esfera doméstica exclusivamente às mulheres não foi suficiente para ressignificar o papel atribuído ao gênero feminino e aumentar a participação masculina no trabalho doméstico, nem foi capaz de promover criação de outros espaços voltados para compartilhar as tarefas do cuidado com o Estado.

Se anteriormente à década de 70 do século passado as mulheres estavam confinadas somente ao espaço doméstico enquanto o homem era visto como provedor, hoje a mulher passou a desempenhar o papel de provedora (em muitos casos a única provedora) combinado com a responsabilidade de realizar a maior parte ou todo trabalho doméstico não remunerado. Segundo Gornick e Meyers (2003):

> A ordem anterior foi substituída por um novo padrão desigual de divisão do trabalho, no qual as mulheres combinam trabalho remunerado e trabalho doméstico, enquanto os homens investem seu tempo prioritariamente no trabalho pago. (GORNICK; MEYERS, 2003 apud Bila SORJ 2013, p. 481)

Estudos realizados por Bila SORJ (2013) revelam que as mulheres pobres se

ocupam em média 7 vezes mais tempo que os homens em afazeres domésticos. Quando comparado com mulheres ricas, esse tempo de trabalho doméstico diminui para 3 horas de afazeres domésticos em relação aos homens.

Existem indícios que justificam essa diferença entre as mulheres ricas e pobres, pois as mais favorecidas economicamente contam com o apoio do trabalho remunerado das mulheres pobres e com as tecnologias que auxiliam nos afazeres domésticos, reduzindo assim sua jornada de trabalho.

Dados do PNAD 2019 revelam que as mulheres continuam dedicando mais tempo aos cuidados de pessoas e aos afazeres domésticos com relação aos homens: 21,4 horas contra 11 horas semanais. Quando a comparação é feita com relação às mulheres pretas ou pardas, há diferença de 22,0 horas semanais em 2019, ante 20,7 horas para mulheres brancas. No que diz respeito à ocupação de mulheres (trabalhando, procurando trabalho ou disponível para o trabalho) em lares com crianças menores de 3 anos, as mulheres negras apresentaram os menores níveis de ocupação: 49,7% em 2019 diante de 89,2% para os homens.

Os baixos níveis de ocupação de mulheres que possuem crianças no domicílio têm a ver com a inexistência ou precariedade de vagas em equipamentos públicos que compartilham o cuidado de pessoas dependentes (crianças, idosos e pessoa com deficiência) com o Estado, como as instituições de educação infantil de tempo integral, Instituições de Longa Permanência para Idosos e centros de apoio à pessoa com deficiência.

Um estudo desenvolvido por Camila Fernandes (2021), analisou as dinâmicas entre as casas que “tomam conta” e as creches públicas numa comunidade pobre da zona norte do Rio de Janeiro, revelando a escassez de vagas em instituições do Estado e o impacto que causa na vida de mulheres. Fernandes (2021, p.4) afirma que

> O acesso às creches é um problema estrutural da gestão pública e provoca efeitos de desigualdade durável com relação ao acesso ao mercado de trabalho e às oportunidades de profissionalização, com fortes impactos nas trajetórias de mulheres, pessoas negras e pobres. Por esse motivo, trata-se de uma política pública interpelada por múltiplos marcadores sociais de gênero, classe, raça, sexualidade, território e idade.

Diante dessa realidade, é visível a fragilidade das mulheres pobres com filhos pequenos residentes na periferia das cidades brasileiras no que diz respeito a dedicar tempo para galgar maior grau de escolaridade e concorrer a empregos que exigem jornadas de 8h a 12 horas diárias de trabalho. Estes condicionamentos sociais,

atrelados à falta de equipamentos públicos de apoio ao cuidado/educação de crianças, interferem diretamente no tempo em que as mulheres poderiam estar se dedicando aos estudos, à carreira, ao emprego e na participação política, colocando-as numa posição de exclusão social.

Em muitos casos, as mulheres não fizeram voluntariamente a escolha de ser cuidadora principal num arranjo familiar, tendo suas alternativas restritas por diversos fatores que limitam o direito de escolha pessoal. A falta de infraestrutura que socializa o cuidado tende a impactar diretamente na quantidade de serviço doméstico diário, reforçando a divisão sexual do trabalho, dificultando que mulheres se mantenham em uma posição no mercado de trabalho de melhor qualidade.

O estudo desenvolvido por Cláudia Nogueira e Rachel Passos (2020) evidencia que os processos sociais racializados destinam às mulheres negras funções e atribuições que são vinculadas à servidão. Esses processos estruturam em grande parte as esferas reprodutivas e produtivas, determinando a situação desigual entre indivíduos e subalternizando sobretudo as mulheres negras, em todo processo histórico. No que diz respeito às condições de trabalho, Passos e Nogueira (2020 p. 8) constatam que

> Quando pensamos hoje no trabalho doméstico e de cuidado assalariado, vemos que há uma dimensão significativa da luta da mulher negra e pobre. E quando falamos de mulheres, prioritariamente as negras e desprovidas, constatamos que estas se encontram em situação de maior precarização e proteção social, como podemos constatar, por exemplo, nesta inesperada crise da saúde (e consequentemente da economia e política mundial), por conta da epidemia do Covid-19 (Sars-CoV-2).

A posição vulnerável e frágil no mercado de trabalho tem relação direta com o desenvolvimento da independência econômica das mulheres e autonomia nas suas escolhas de vida. Conforme a pesquisa desenvolvida por Lívia Dorna (2021), que analisou os custos da pandemia sob o recorte de gênero, podemos constatar que o contexto de emergência de saúde pública afeta desproporcionalmente as mulheres, revelando de modo mais explícito a sobrecarga e empobrecimento das moradoras da periferia.

A necessidade de distanciamento social como medida de contenção de disseminação do vírus encerrou temporariamente as atividades escolares presenciais em todos os níveis, deixando as crianças confinadas ao ambiente doméstico sob os cuidados das mulheres que não tiveram opção de compartilhar os cuidados com o

Estado. Apesar de haver políticas para contenção da miséria, como Auxílio Emergencial do Governo Federal, não há políticas para reduzir a sobrecarga de trabalho das mulheres (e exploração masculina deste trabalho), revelando que muitas ações legais feitas no país ainda reproduzem os tradicionais papéis de gênero.

Programas de transferência de renda como Bolsa Família tratam as mulheres como objeto de intervenção nas ações de combate à pobreza. Entretanto, apesar de visar o combate à vulnerabilidade, acabam por reforçar os papéis sociais de gênero, atribuindo a elas a responsabilidade prioritária pelos cuidados com a casa e os filhos.

Sendo considerada uma grande conquista legal, a licença maternidade[101] como política de proteção à mulher continua legitimando o papel unilateral na condição de única cuidadora, pois os dias de licença concedidos aos homens em relação a sua paternidade são extremamente reduzidos, como se os homens fossem naturalmente isentos de fazer parte do cuidado e proteção da criança. Se a maternidade e a falta da licença maternidade remunerada forem analisadas pela ótica de vulnerabilidade social, são fatores que contribuem para a pobreza da trabalhadora informal quando esta licença não é concedida à parte deste público feminino.

Se forem adicionadas a esta parcela não privilegiada com este benefício as jovens (16- 24 anos) que ainda não ingressaram no mercado de trabalho, grupo etário que apresenta elevada taxa de fecundidade, percebe-se que tal política ainda não atende todo público feminino, sendo relegado o direito da cidadã somente a quem pagou por ele através da contribuição formal, vinculado à carteira de trabalho.

Esta realidade é preocupante, sobretudo quando se considera que mulheres representam 70% das trabalhadoras informais no Brasil, sendo o grupo em quantidade superior no trabalho auxiliar familiar, compondo quase que integralmente o trabalho doméstico sem carteira (IBGE).

Constata-se que só pode usufruir dos direitos da cidadania quem pode pagar, corroborando com os estudos de Santos (2001), quando analisa os efeitos da sociedade capitalista globalizada na vida dos indivíduos em situação econômica desfavorável.

Muitas conquistas da militância feminista não têm chegado às mulheres das comunidades mais pobres, pois o problema binário entre esfera pública e privada ainda é naturalizado quando se pensa em políticas para as mulheres,

[101]Pela Lei 8.861 a Licença Maternidade é de 120 dias para trabalhadora formal. Pela Constituição, a Licença Paternidade é de 5 dias a partir do nascimento da criança.

desconsiderando as relações de poder hierárquicas entre homens e mulheres no ambiente doméstico.

Nas diversas configurações familiares, ainda pode-se observar que há uma disparidade entre os gêneros, atribuindo vantagens ao gênero masculino em prejuízo ao gênero feminino, marcando a vulnerabilidade das mulheres. Conforme afirma Miguel (2017), estas desvantagens revelam que as instituições patriarcais sofreram alterações, mas que a dominação masculina ainda prevalece.

Diante do exposto, compreende-se que a posição da mulher pobre em uma relação conjugal heterossexual permanece subalterna na estrutura familiar, social, econômica e política, de modo que é possível questionar os limites da nossa democracia, uma vez que é exposta a baixa efetividade dos direitos ditos como universais a todos os cidadãos e cidadãs.

Quando se discute a transição das mulheres do ambiente doméstico para a participação na vida pública, nota-se que mesmo com toda luta política, ainda ocorre a persistência de padrões desiguais entre gêneros, sendo necessário que se efetive caminhos para a superação dos privilégios atribuídos ao gênero masculino. As relações de poder nos espaços domésticos destoam de valores de referência igualitários e do que foi conquistado legalmente quando se trata da atuação feminina nos espaços públicos. Flávia Biroli (2018, p.10) afirma que

> O advento do mundo moderno pode ser caracterizado e compreendido de diferentes maneiras. É certo que não correspondeu à superação do patriarcado, aqui brevemente definido como um complexo heterogêneo, mas estruturado, de padrões que implicam desvantagens para as mulheres e permitem aos homens dispor do corpo, do tempo, da energia de trabalho e da energia criativa destas. É ativado de forma concreta, nas instituições e nas relações cotidianas.

As transformações recentes da sociedade brasileira e seus limites mostram que, a respeito das necessidades das mulheres e as políticas públicas voltadas para elas, é preciso considerar também diferentes fatores como as desigualdades de classe, raça, etnia, idade e sexualidade, numa perspectiva interseccional e de consubstancialidade que preconiza a não hierarquização dos modos de opressão. Sirma Bilge (2009 apud Helena HIRATA, 2014 p.63) afirma que

> A interseccionalidade remete a uma teoria transdisciplinar que visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado. Ela refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual.

> O enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais.

Hirata (2014), ao discutir conceitualizações que integram, numa unidade indissociável, sexo, raça e classe, afirma que a interseccionalidade é uma das formas de combater as opressões múltiplas e imbricadas, e, portanto, um instrumento de luta política. Deste modo, este trabalho vem discutir com caráter interseccional as relações sociais transversais (gênero, classe e raça) contidas nas formas de dominação e opressão sobre a mulher negra, mãe e pobre.

Os estudos feministas desenvolvidos por autoras como Silvana MARIANO e Cássia CARLOTO (2009), Flávia BIROLI (2018) e Patricia Hill COLLINS (2019), apontam que as mulheres negras e com famílias monoparentais estão em condições mais vulneráveis se forem comparadas com mulheres e homens de outras raças e classes sociais. Há uma emergente demanda por ações políticas no que se refere à superação das desigualdades sociais e conquista da cidadania por mulheres negras e pobres. Tal premissa será discutida a seguir.

O TRABALHO DO CUIDADO PREDOMINANTEMENTE FEMININO COMO PROBLEMA POLÍTICO

> *"As mulheres em geral têm mais responsabilidade com a casa e filhos!" (Ana, parda, 25 anos - Mãe de aluno do 5º ano).*

Minha atuação como docente em escolas públicas de comunidades na periferia de Juiz de Fora/MG e, consequentemente, a proximidade com um grupo de mães, fez-me constatar o que estudos feministas já vêm alertando sobre a precariedade de políticas efetivas que oportunizem a democratização da participação das mulheres negras e pobres, bem como o acesso à cidadania.

O contato mais próximo com as famílias durante o período de pandemia, através dos estudos remotos, me fez observar a vulnerabilidade destas mulheres, ouvindo de muitas mães discursos que alegavam sobrecarga de trabalho não remunerado. Isto levou-me a questionar se as políticas de transferência de renda voltadas para mulheres têm efetivamente contribuído para a superação do risco social a que essas mães estão submetidas.

Para entender um pouco do contexto em que essas mulheres vivem e seus

diversos arranjos domésticos, foi aplicado um questionário digital com 24 questões de múltipla escolha e uma discursiva com um grupo de mães de alunos e alunas das 3 turmas de 5º ano do ensino fundamental de uma escola pública da Zona Leste de Juiz de Fora/MG, em que atuo como professora regente. Das 54 responsáveis pelas crianças, 34 responderam ao questionário e à questão aberta que solicitava percepção/depoimento da participante sobre o trabalho doméstico durante a pandemia.

O objetivo do questionário, aplicado de forma remota, era compreender como as mulheres percebiam as relações de subordinação impostas pela divisão sexual do trabalho doméstico não remunerado e pelas diversas tarefas que envolvem o cuidado dentro do ambiente doméstico.

O grupo de participantes compõe-se de mulheres com idade entre 18 e 45 anos, com o seguinte perfil socioeconômico: 53% cursaram até o ensino médio completo; 70% se autodeclararam pretas e pardas; 50% residem com companheiro; 87% possuem 2 a 3 filhos; 85% não realizam trabalho remunerado formal ou informal; 64% não participam de programas de transferência de renda ou recebem ajuda de ONG; 73% vivem com renda mensal de até 1 salário, sendo que 27% delas vivem sem renda alguma; e, aproximadamente 70% dessas mulheres dependem financeiramente de outra pessoa, principalmente do companheiro. Estes dados mostram que essas mulheres vivem em condições de extrema vulnerabilidade.

Quando perguntadas sobre quem é a pessoa na família que realiza a maior parte do trabalho doméstico e cuidados com a casa, 97% responderam que são as mulheres, ou seja, elas próprias. Quando questionadas sobre como elas se sentiam em relação às atividades domésticas e cuidados com os filhos, durante a pandemia, 68% afirmaram que se sentiam sobrecarregadas. Ao falar sobre a percepção da carga de trabalho durante a pandemia, a maioria das participantes afirmou que houve um aumento na quantidade de trabalho doméstico.

Quando questionadas sobre a divisão sexual do trabalho doméstico, 76% acreditam que as tarefas domésticas não são divididas entre homens e mulheres de forma igualitária. Em se tratando dos cuidados com os filhos, 82% das participantes afirmaram que os cuidados com os(as) filhos(as) não são divididos de modo igualitário com os homens. Ao questionar se as mulheres têm as mesmas oportunidades de trabalho que os homens, 68% disseram que não possuem. Ao questionar se elas acreditavam que tinham alcançado realização profissional como mulher, 64%

responderam que não.

Os dados obtidos por esse questionário corroboram com os estudos feministas quando afirmam que as mulheres continuam a se dedicar mais tempo do que os homens às tarefas que envolvem cuidados com a casa e com os filhos. É importante enfatizar que o trabalho do cuidado é algo indispensável à sobrevivência e bem estar social dos seres humanos, entretanto, continua a ser pouco valorizado nas dinâmicas da sociedade capitalista neoliberal.

Sobre o rendimento financeiro (ou a falta dele) constatado nas entrevistas, tal dado reafirma o que já vem sendo discutido nas produções acadêmicas feministas no Brasil, no Norte da América e na Europa (BIROLI, 2018; KERGOAT, 2010; HIRATA, 2014), que as mulheres que se dedicam aos cuidados enfrentam a desvalorização de seu trabalho e possuem renda menores que os homens. Este fato as torna dependentes financeiramente dos companheiros, aumentando, assim, um circuito de vulnerabilidade, e em muitos casos, ocorrendo a violência doméstica. A relação conjugal da mulher pobre não significa necessariamente segurança e estabilidade, conforme podemos observar no depoimento de duas mães:

> *"Pela minha experiência, ficar sem um companheiro é mais seguro e calmo." (Jurema, preta/parda, 46 anos- mãe de aluna do 5º ano)*
>
> *"Estas questões nos ajudam a falar um pouquinho do que estamos vivendo nessa pandemia, não está fácil principalmente para mães solteiras." (Rosa, branca, 35 anos - Mãe de aluno do 5º ano)*

Este circuito se agrava quando há ruptura das relações conjugais e as mulheres passam a chefiar as famílias. A responsabilidade de criar os filhos sozinha é uma realidade de muitas mulheres que residem em comunidades pobres. Fernandes (2020) argumenta que a ausência paterna no sustento dos filhos e a ausência do Estado na forma de instituições que deveriam compartilhar o cuidado e educação das crianças durante o tempo de trabalho das mães, compõe-se como um campo de negligência de ações, de modo que elas tenham que “se virar sozinhas” diante destas ausências.

Assumir a responsabilidade pelo cuidado, aqui entendido como trabalho exercido gratuitamente, é assumir um trabalho invisível e desvalorizado que penaliza a pessoa que o assume. Neste sentido, Biroli, (2018, p. 76) afirma que:

> A responsabilização diferenciada produz custos diferentes para mulheres e homens e, sobretudo, para as mulheres negras situadas nas camadas mais

> pobres da população, constituindo circuitos de vulnerabilidade e alimentando as desigualdades existentes.

As chances de uma mulher negra ou parda e pobre alcançar algum tipo de independência financeira são reduzidas por sua posição de responsável pela maioria do trabalho doméstico e pelos cuidados cotidianos despendidos às pessoas dependentes. Sobre a percepção da responsabilização pelo cuidado, uma das mães deu o seguinte depoimento:

> *O homem faz parte da educação da criança, coloca mais segurança familiar, ajuda em tudo na condição financeira, mas a mulher ainda não tem a mesma oportunidade do homem, mesmo hoje tendo conquistado um espaço muito amplo na sociedade não recebe o mesmo valor que um homem. (Maria, preta/parda, 33 anos - mãe de um aluno do 5º ano)*

É importante ressaltar que todas as pessoas em alguma etapa da vida precisam de cuidados, seja na infância, na velhice ou excepcionalmente na vida adulta, fazendo a dimensão do cuidado algo que não é passageiro.

A falta de alternativas coletivas para atendimento cotidiano do trabalho doméstico colabora para a sobrecarga das mulheres e produz um efeito negativo na vida da pessoa que assumiu a posição de cuidar. Isto é relatado por uma das mães quando deu o seguinte depoimento:

> *"Com relação às perguntas sobre o trabalho doméstico e cuidado com o filho, hoje faço a maioria das coisas sozinha porque meu companheiro sofreu um infarto há quase um ano e daí pra cá não pode me ajudar como antes ajudava. Se sente muito cansado ao menor esforço que faz." (Joana, preta/parda, 33 anos- mãe de uma aluna do 5º ano)*

A falta de equipamentos específicos para cuidado compartilhado com instituições públicas representa um problema político no que diz respeito à discussão ética das ações públicas e das decisões privadas no que tange arranjos domésticos sobre quem cuida e quem vai ser cuidado. Uma das mães alega o seguinte:

> *"A maior parte da responsabilidade com a casa e os filhos são das mulheres, sem contar que algumas de nós trabalhamos fora e ficamos super sobrecarregadas sem ter um tempo só nosso... A auto estima cai e por muitas vezes vem a depressão." (Tereza, branca, 26 anos- mãe de aluno do 5º ano)*

Isto significa que as escolhas que as mulheres fazem ao assumirem para si a responsabilidade pelo cuidado, quando entendido pela ótica da autonomia individual na perspectiva capitalista, delega às mulheres as consequências de suas próprias escolhas. Tal premissa reflete diretamente nos ideais democráticos e de cidadania para as mulheres, pois as formas de responsabilização desiguais implicam

diretamente na sua participação política e no tempo que dedicam para si.

OS LIMITES DA DEMOCRACIA E DA JUSTIÇA SOCIAL PARA QUEM REALIZA O CUIDADO DOMÉSTICO

Como professora de anos iniciais do ensino fundamental de uma escola pública na cidade, pude constatar o que muitos estudos feministas (Silvana MARIANO e Cassia CARLOTO; Flávia BIROLI, 2018; Patricia COLLINS, 2019; Helena HIRATA, 2014; Bila SORJ, 2013; KERGOAT, Danièle, 2010), têm afirmado sobre as mulheres, que elas ainda são predominantemente as responsáveis pelos cuidados com os filhos pequenos e pelos afazeres domésticos. Quando um responsável é convocado à escola para discutir a respeito do desenvolvimento de uma criança, na grande maioria dos casos, a mãe se apresenta para resolver as demandas de seus filhos.

A escola de educação infantil e de anos iniciais é um espaço marcado pela presença feminina, tanto na esfera do trabalho profissional quanto na participação das responsáveis pelas crianças das famílias atendidas, demonstrando que ainda há uma prevalência na concepção social de que o papel feminino está naturalmente atrelado ao cuidar e educar.

Historicamente, o papel das mulheres nos núcleos familiares esteve restrito à atuação na vida privada, marcando a divisão do trabalho entre homens e mulheres. O exercício da maternidade limitou por muito tempo a participação das mulheres em outras esferas da vida, enquanto os homens ficaram isentos dos trabalhos que envolviam os cuidados com as crianças.

Com a crescente participação das mulheres no trabalho produtivo, a permanência da dedicação desigual no trabalho reprodutivo entre homens e mulheres vem acarretando dificuldades para que as mães exerçam o trabalho remunerado e a participação política. Nesse sentido, Biroli (2018, p. 111) afirma que

> Desse modo, dada a forma como é definida a responsabilidade pela criação das crianças, a maternidade é um fator que reduz a autonomia relativa, individual e coletiva, das mulheres. As tensões entre maternidade e trabalho remunerado, ou entre maternidade e atuação política, não são vivenciadas da mesma maneira pelos homens que são pais, justamente porque deles se espera menos ou muito pouco no cotidiano da criação dos filhos, ainda que a divisão convencional implique a atribuição a eles do papel de provedor.

Isto me fez perceber que, apesar de avanços no que tange às discussões acadêmicas sobre estudos feministas, na participação das mulheres na esfera pública,

na elaboração de políticas e conquista de direitos, ainda há muito o que se fazer quando se trata de superação das desigualdades sociais e conquista da cidadania pelas mulheres pobres no ambiente privado nas periferias das cidades.

Há uma necessidade urgente de maior participação do Estado como responsável pelo cuidado e proteção dos grupos mais vulneráveis, pois a jornada de trabalho formal remunerado é incompatível com o tempo despendido para cuidar de alguém dependente. A falta de vagas em creches é uma discussão em pauta há mais de 30 anos e ainda não existe atendimento a todas as famílias que precisam do serviço.

Diante da inexistência de vagas para atender as demandas, algumas instituições municipais precisam realizar sorteios ou adotar critérios de seleção relacionados com vulnerabilidade extrema para o acesso às poucas vagas nas turmas. Esta disputa por vagas contradiz o direito fundamental à educação para todas as crianças na primeira infância.

Uma parte da população, diante da falta do Estado e da participação dos homens nas tarefas do cuidado, recorre ao cuidado pago para atender a pessoa com deficiência e idosos. As soluções para o cuidado dessa parte da população muitas vezes é procurada na mercantilização do serviço, pois os grupos familiares que podem pagar pelo cuidado buscam soluções privativas para poder suprir tal demanda. Notoriamente, as mulheres continuam na posição de cuidadoras das pessoas dependentes, mesmo quando o trabalho é pago, necessitando conciliar a extensa jornada de trabalho remunerado com o cuidado que precisa dispensar no seu ambiente familiar.

Ao realizar o trabalho produtivo na sociedade capitalista, as mulheres precisam conciliá-lo com os afazeres domésticos, delegando a outrem as tarefas que ocupariam muito tempo para realizá-las, na tentativa de minimizar os efeitos das duplas jornadas de trabalho. O modelo de delegação do trabalho doméstico revela uma forma de hierarquização das diferenças nas relações sociais entre as mulheres, Hirata e Kergoat, (2007, p.601) afirmam que

> Como o trabalho doméstico nem sempre é levado em conta nas sociedades mercantis, e o envolvimento pessoal é cada vez mais solicitado, quando não exigido pelas novas formas de gestão de empresas, essas mulheres para realizar seu trabalho profissional precisam externalizar “seu” trabalho doméstico. Para isso, podem recorrer à enorme reserva de mulheres em situação precária, sejam francesas ou imigrantes.

No Brasil, o circuito de extrema vulnerabilidade gerado pelas desigualdades de gênero, raça e classe revelam que a probabilidade de uma mulher negra e pobre delegar para alguém os cuidados e afazeres domésticos do seu núcleo familiar é muito reduzida. E, em contrapartida, são grandes as chances de assumirem o trabalho doméstico remunerado como ocupação.

Quando não há possibilidades de conciliar a jornada de trabalho pago com as tarefas domésticas que foram delegadas culturalmente às mulheres, elas precisam contar com a solidariedade de alguma parente, em situação econômica e socialmente mais precária, a fim de dar suporte aos serviços diários de uma residência. Geralmente uma tia, uma prima ou uma avó desempregada e até mesmo uma adolescente são solicitadas para dar apoio às tarefas de cuidado no cotidiano, reproduzindo assim exploração do trabalho gratuito da mulher em situação de vulnerabilidade social (BRUSCHINI e RICOLDI, 2009).

Se uma mulher tem que explorar o trabalho de outras mulheres para conseguir se manter no mercado de trabalho ou penalizar alguma pessoa no grupo familiar para poder trabalhar fora de casa, isto vai contra o princípio democrático de igualdade de oportunidades e de acesso aos direitos básicos de bem-estar social. Faz-se necessária a superação das soluções privatistas e da exploração do trabalho do cuidado em condições informais e indignas.

É preciso incluir no debate sobre os direitos democráticos formas de se efetivarem a conquista da cidadania e igualdade de oportunidade para as mulheres negras, bem como indicar caminhos para a superação da extrema pobreza, considerando as vozes das mulheres e o que elas têm a dizer sobre si mesmas. A transposição da responsabilização em nível individual para um nível coletivo pode ser indicada como um caminho de superação. Biroli, (2018, p. 89) afirma que

> A ampliação da responsabilidade social pelo cuidado seria, assim, construída num processo democrático de que participassem tanto aqueles que estão na posição de dependentes quanto aqueles que proveem cuidado. Em vez de privatismo e isolamento, teríamos a chance de encontrar alternativas sociais para que as necessidades de cuidado que todos temos ao longo da vida sejam adequadamente atendidas.

Em decorrência de uma concepção que naturaliza o cuidado, que associa mulher e domesticidade, ocorre uma cristalização dos papéis sociais de gênero. Isto acaba por acentuar ainda mais a desigualdade social, impossibilitando a mulher negra de assumir uma ocupação/salário equivalente às pessoas de outras raças e gênero,

perpetuando o seu status social.

No que se refere a pobreza no Brasil, as trajetórias discriminatórias impostas à população negra implicam probabilidade maior de que estas pessoas estejam entre os grupos dos extremamente pobres, e sendo uma mulher negra, esta ocupará papel fundamental na reprodução do ciclo de pobreza e vulnerabilidade familiar.

O que se pode constatar é que, apesar de existirem políticas públicas de combate à pobreza, a tradição dos papéis de gênero tem marcado fortemente às mulheres negras, atribuindo a elas a culpa e a responsabilidade pela sua posição subalterna nas dinâmicas sociais da sociedade capitalista, quando elas consciente ou inconscientemente assumem para si tais papéis. Entretanto, essa responsabilização não deve ser entendida como uma livre escolha, e sim, percebida como falta de opção para seus arranjos domésticos e, na maioria das vezes, fruto de uma imposição cultural e social que atribui à mulher a responsabilidade prioritária com o trabalho doméstico e de cuidados.

Os efeitos do atual sistema econômico capitalista têm afetado todos os aspectos da vida social, introduzindo novos valores que ressignificam conceitos, formas de perceber o mundo e relações com o próximo. Esse modelo, ao promover a competição e incentivo do esforço individual, em detrimento do esforço e do auxílio coletivo, contribui para que se acentuem as diferenças e desigualdades sociais.

O modelo capitalista não oportuniza a mudança de *status quo* através do trabalho individual, pois ele legitima a situação vigente de cada indivíduo e o coloca numa situação extrema. Ou seja, quem detém as riquezas irá, cada vez mais, acumulá-las, e quem está em situação de pobreza, tende a possuir cada vez menos.

O fenômeno da globalização que, a priori, teria o objetivo de diminuir as diferenças tanto econômicas quanto culturais entre países pobres e ricos, se tornou um grande elemento de fortalecimento de quem detém o poder. Boaventura Santos (2001) salienta que a globalização é um fenômeno multifacetado com dimensões econômicas, sociais, políticas, culturais, religiosas e jurídicas interligadas de modo complexo, com consequências diversas em diferentes países e regiões do mundo.

As relações e/ou impactos do fenômeno de globalização ultrapassam as esferas econômicas e comerciais e incidem na vida dos cidadãos. Elas os influenciam produzindo consequências na cultura, na estrutura familiar, na saúde, no lazer, na religião e na educação.

Quando se discute a respeito da globalização, há uma tendência em reduzi-la

somente aos aspectos econômicos, por isso é necessário dar importância às dimensões social, cultural e política. Ao entender que o consumo é um dos pilares do capitalismo, conclui-se que a probabilidade de uma mulher negra e pobre ter seus direitos respeitados e afirmados como cidadã é pouco provável neste sistema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há uma urgente necessidade de participação do Estado no que se trata do compartilhamento do cuidado de pessoa dependente, pois não é viável manter soluções privatistas na mercantilização desse tipo de serviço, nem explorar outras mulheres em situações extremamente vulneráveis para atender as demandas do cuidado.

Sendo as mulheres negras e pobres o grupo majoritário no trabalho do cuidado, conclui-se que a permanência dos papéis de gênero, aliada à raça e classe social, acentuam as desigualdades sociais, reproduzindo assim um ciclo de pobreza e vulnerabilidade pessoal e familiar desse grupo de mulheres.

Faz-se necessário superar a forma acrítica como o ambiente doméstico tem sido problematizado nas elaborações de políticas. Romper com as relações de submissão das mulheres aos homens na esfera da vida particular é uma questão emergente. É preciso incentivar a autonomia e empoderamento das mulheres, a fim de desmontar as hierarquias que organizam a vida privada e os benefícios atribuídos aos homens.

Espero que esse trabalho possa fazer emergir uma discussão e reflexão acerca dos papéis atribuídos às mulheres negras e a perpetuação da situação de desigualdade e de pobreza. As atuais políticas de combate à pobreza precisam superar a visão ultrapassada sobre a participação das mulheres na sociedade atrelada somente ao domínio privado do ambiente doméstico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades:** limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRUSCHINI, Maria Cristina A. e RICOLDI, Arlene Martinez. FAMÍLIA e Trabalho: Difícil Conciliação para Mães Trabalhadoras de Baixa Renda. **Cadernos de Pesquisa,** v. 39, n. 136, jan./abr. 2009.

COLLINS, Patricia Hill. “As mulheres negras e a maternidade” e “Mammies, matriarcas e outras imagens de controle”. In: **Pensamento feminista negro**. São Paulo: Boitempo, 2019.

DORNA, Lívia Borges Hoffmann. O trabalho doméstico não remunerado de mães na pandemia da COVID-19: mudanças e permanências. **Laboreal** [Online], Volume 17 n1, 2021.

FERNANDES, Camila. A força da ausência. A falta dos homens e do “Estado” na vida de mulheres moradoras de favela. Sexualidad, Salud y Sociedad - **Revista Latinoamericana** ISSN 1984-6487 / n. 36 - dic. / dez. / dec. 2020.

FERNANDES, Camila. “Casas de ‘tomar conta’ e creches públicas: relações de cuidados e interdependência entre periferias e Estado”. **Rev. antropol**. (São Paulo, Online) | v. 64 n. 3: e189648 | USP, 2021.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 26, n. 1. 2014.

HIRATA. Helena e KERGOAT, Danièle. Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, set./dez. 2007

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018). Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, 39. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/ visualizacao/livros/liv101629.pdf

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos Estudos Cebrap**, 86: 93-103, 2010.

MARIANO, Silvana Aparecida e CARLOTO Cássia Maria. Gênero e combate à pobreza: programa bolsa família. Dossiê retrato das desigualdades de gênero e raça. **Rev. Estud. Fem**. vol.17 no.3 Florianópolis Sept./Dec. 2009.

MIGUEL, Luiz Felipe. Voltando à discussão sobre capitalismo e patriarcado. **Estudos Feministas,** Florianópolis, 25(3): 530, setembro-dezembro/2017.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei e PASSOS, Rachel Gouveia. A divisão sexual e racial do trabalho: considerações a partir de Heleieth Saffioti. Caderno CRH, Salvador, v. 33, p. 1-9, e020029, 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). Os processos de globalização. In: **Globalização**: Fatalidade ou utopia. Porto, Edições apontamentos, 2001.

SORJ, Bila. Arenas do cuidado nas interseções entre gênero e classe social no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, v. 43, n. 149, pp. 478-491, 2013.

* Artigo recebido em 14 de agosto de 2021,

aprovado em 1º de dezembro de 2021.

MARIA DO ROSÁRIO E FERNANDA MELCHIONNA: O DISCURSO JORNALÍSTICO DE DEPUTADAS BRASILEIRAS E OS ACIONAMENTOS DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA PANDEMIA

MARIA DO ROSÁRIO AND FERNANDA MELCHIONNA: THE JOURNALISTIC SPEECH OF DEPUTIES AND THE OPERATIONS OF GENDER VIOLENCE IN THE PANDEMIC

MARIA DO ROSÁRIO Y FERNANDA MELCHIONNA: EL DISCURSO PERIODISTICO DEL DIPUTADOS BRASILEÑOS Y LA VIOLENCIA DE GÉNERO EN LA PANDEMIA

Francielle Esmitiz[102]

Letícia Rossa[103]

Resumo
Com a intenção de entender a construção do discurso jornalístico das deputadas brasileiras Maria do Rosário (PT) e Fernanda Melchionna (PSOL), este artigo propõe a discussão de questões de gênero, por meio de relações de poder; da mulher na política, através de índices de ocupação em cargos de liderança; e do jornalismo, a partir da produção do acontecimento. Deste modo, segundo uma metodologia inspirada na Análise de Conteúdo e na Análise do Discurso francesa, é possível averiguar que a atuação das duas deputadas contra a violência de gênero evidencia que seus discursos e práticas estão alinhados com as propostas de trabalho e atuação política a que se dedicam.
Palavras-Chave: Gênero; Política; Jornalismo.

Abstract
With the intention of understanding the construction of the journalistic discourse of Brazilian deputies Maria do Rosário (PT) and Fernanda Melchionna (PSOL), this article proposes the discussion of gender issues, through power relations; of women in politics, through occupation rates in leadership positions; and journalism, from the production of the event. Thus, according to a methodology inspired by French Content Analysis and Discourse Analysis, it is possible to verify that the actions of the two deputies against gender violence show that their discourses and practices are aligned with the work proposals and political actions to which they are dedicated.
Keywords: Gender; Policy; Journalism.

[102] Doutoranda em Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Unisinos. E-mail: fran.esmitiz@gmail.com.
[103] Doutoranda em Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Unisinos. E-mail: leticiaf.rossa@gmail.com.

Resumen
Con la intención de comprender la construcción del discurso periodístico de las diputadas brasileñas Maria do Rosário (PT) y Fernanda Melchionna (PSOL), este artículo propone la discusión de las cuestiones de género, a través de las relaciones de poder; de las mujeres en la política, a través de las tasas de ocupación en puestos de liderazgo; y periodismo, desde la producción del evento. Así, de acuerdo con una metodología inspirada en el Análisis de Contenidos y Análisis del Discurso francés, es posible constatar que la actuación de las dos diputadas contra la violencia de género muestra que sus discursos y prácticas están alineados con las propuestas de trabajo y acción política a las que se dedican.
Palabras clave: Género; Política; Periodismo.

INTRODUÇÃO: CAMINHOS PARA PENSAR A PESQUISA

Entre os meses de março e abril de 2020, os casos de feminicídio cresceram em 22% em 12 Estados do Brasil, conforme assinala o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (Letycia BOND, 2020a).[104] Apenas em São Paulo, a violência contra a mulher apresentou um índice de crescimento de 44,9% diante da pandemia (BOND, 2020b). No Rio Grande do Sul, de janeiro a maio, registrou-se um acréscimo de 34,4% na taxa de mulheres mortas por questões de gênero (ILHA, 2020).

Em 2020, com a pandemia de Coronavírus, os casos de violência contra mulheres dispararam. As medidas de segurança contra a Covid-19 se tornaram mais um elemento para controle e violência (Mariana MENEGATTI et al., 2020), dificultando inclusive o acesso a serviços básicos de saúde e justiça, contribuindo para a diminuição das denúncias. Segundo pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública de 2021, os registros policiais por lesão corporal contra mulheres diminuíram 7,5% em relação a 2019, totalizando mais de 230 mil. No entanto, os pedidos por medidas protetivas de urgência cresceram 4,4%, assim como os chamados à Polícia Militar por violência doméstica tiveram aumento de 16,3%. Os dados indicam que 694.131 ligações de violência doméstica foram feitas por terceiros, representando 1,3 chamada por minuto no país. O problema da violência de gênero, que já era grave, se aprofunda na pandemia, sem mencionar outras violências e violações às quais as mulheres estão sujeitas devido à pandemia e à consequente crise econômica, social e política que o país vive.

[104] Por se tratar de uma pesquisa feminista, as autoras mulheres, quando citadas pela primeira vez, terão seus prenomes incluídos com o objetivo de evidenciar a autoria feminina.

A pandemia também evidenciou e intensificou outras desigualdades enfrentadas pelas mulheres, segundo pesquisa da Gênero e Número com a Sempreviva Organização Feminista: 35,7% das entrevistas revelaram ser as únicas responsáveis pelo trabalho doméstico e 50% delas passaram a cuidar de alguém durante a pandemia. A mesma pesquisa revela a percepção do aumento do trabalho doméstico para 57%. Num contexto de crise econômica, desemprego e trabalho informal, há um acúmulo maior de tarefas para mulheres que geram ainda mais sobrecarga física e mental, o que sujeita mais mulheres a violações de direitos e violências (MENEGATTI et. al, 2020).

Estas amostras revelam traços violentos de um Brasil diante das recomendações de isolamento social motivadas pela pandemia de Coronavírus. São fatos. A partir deste cenário que se desenha desde o primeiro semestre do ano passado – e que se intensifica desde então – a pesquisa se propõe a entender a construção do discurso jornalístico de duas deputadas brasileiras segundo estes acionamentos de violência de gênero. Ou seja: como se dá o comportamento destas lideranças políticas, quando estas se apropriam do discurso jornalístico referente aos tópicos relacionados à violência de gênero. As selecionadas são as deputadas federais Maria do Rosário (PT) e Fernanda Melchionna (PSOL) – as duas mulheres gaúchas mais bem votadas para a Câmara dos Deputados em Brasília na eleição nacional de 2018.

Para certificação da pesquisa, serão validadas as problematizações de gênero (com relações de poder), mulher na política (com índices de ocupação em cargos de liderança) e jornalismo (com produção do acontecimento). A viabilização do estudo se dará por meio de uma metodologia inspirada na Análise do Conteúdo e também na Análise do Discurso francesa. A proposta é avaliar o discurso jornalístico destas deputadas mulheres no mês de julho de 2020, a partir do perfil oficial no *Facebook* de cada uma das gestoras públicas.

Com este percurso, é possível inferir sobre as práticas comunicacionais destas mulheres deputadas a fim de compreender a construção de seus discursos jornalísticos a partir da incorporação do jornalismo sobre a violência de gênero.

GÊNERO E RELAÇÕES DE PODER: UMA BINARIEDADE HIERÁRQUICA

A construção social de gênero aparece como resultado de relações de poder. É a

partir deste arranjo conceitual que se colocará o avanço da pesquisa. A proposta é tomar o gênero enquanto um articulador dos atributos específicos direcionados historicamente (Guacira Lopes LOURO, 1997) àquilo que se convencionou como correto para homens e aquilo que se atribuiu como mais adequado para mulheres. Isto é, os padrões de comportamento e as expectativas direcionadas a cada um destes gêneros (LOURO, 1997).

Enquanto que, socialmente, espera-se que homens atuem segundo uma lógica dura, fria, forte e decisiva, também há uma naturalização em idealizar mulheres a partir de uma conduta gentil, doce, frágil e dependente. Deste modo, ao ocupar um espaço de protagonismo em um ambiente como a política (que é historicamente vinculado a homens), mulheres inauguram uma série de sentidos e de novos moldes gerando a concepção de que "[...] gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado" (Joan SCOTT, 1995, p. 88).

À vista deste entendimento percebe-se o gênero não apenas em corpos, mas atravessando contextos sociais e impalpáveis – estas marcas construídas e reproduzidas geracionalmente (e, por vezes, sem intenção) também agem no jornalismo, na ciência, no trânsito, na sala de aula, na academia de dança, no estúdio de música, na política. Ou seja: em todos os espaços, vivências e/ou trocas em que podem ser concebidas relações de poder. Esta organização de pensamento dicotômica (LOURO, 1997) indica que, portanto, há supostas hierarquias a serem cumpridas e desempenhadas em sociedade. Deste modo, alguém está acima – para que alguém esteja abaixo.

Ao tomar este movimento, o gênero opera padrões de referência. No entanto, fissuras apresentadas na performance de homens e mulheres (que não cumprem com o socialmente estabelecido) podem, por vezes, romper imaginários e gerar acontecimentos jornalísticos – como será descrito mais adiante. Estas normas de poder reproduzidas até a atualidade têm sido tecidas desde o processo colonizador (GROSFOGUEL, 2016), que constituiu a epistemologia do que é ser uma sociedade; e definiu o gênero, a raça e a sexualidade legítimos para o mundo.

Assim sendo, a problematização se complexifica. Mas, simultaneamente, também dá luz à percepção de que o poder (FOUCAULT, 1988) consiste em um exercício concretizado em variadas direções, por e para toda a sociedade. Por conseguinte, esta ideia se afastaria da lógica unilateral (e naturalizada até então) de que, em um sistema hierárquico de gênero, homens ordenam e mulheres cumprem.

A partir desta perspectiva, para Dagmar Meyer (2012) o conceito de gênero rejeita a ideia de que o gênero estava relacionado com o sexo anatômico ou biológico e que as desigualdades entre homens e mulheres são construídas social e culturalmente. Gênero não é algo dado, mas construído ao longo da vida, a partir de diversas instituições e práticas, em um processo não linear tampouco harmônico ou completo (MEYER, 2012).

Nessa perspectiva, compreendendo gênero como uma construção, Louro (1997; 2000) propõe pensar de forma plural, observando as diversas representações de homens e mulheres, considerando que as noções de gênero diferem entre as sociedades e seus momentos históricos. Gênero é uma parte constituinte da identidade do sujeito, sendo essa identidade plural, passível de transformações, instável e até contraditória, fabricada a partir da reiteração de práticas e discursos da igreja, da mídia e da escola (LOURO, 1997). Importante destacar que "[...] a inscrição dos gêneros — feminino ou masculino — nos corpos é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura." (LOURO, 2000, p. 6).

A ideia de que homens e mulheres são diferentes biologicamente e que a relação entre eles se constrói com base nessa diferença é apenas uma forma de justificar a desigualdade de gênero (LOURO, 1997). Socialmente se construiu e se definiram por meio de práticas, normas e discursos as características compreendidas como femininas ou masculinas, e essas características são representadas e valorizadas de formas diferentes no interior das sociedades (LOURO, 1997). Essa diferença é uma forma de produção de desigualdade, porque historicamente ela é construída para nomear aqueles que diferem de um "eu" normativo e predominante. Na sociedade ocidental, esse "eu" é o homem branco, cisgênero, heterossexual, cristão. Atributos como força, virilidade, autoridade e coragem são lidos como masculinos e, portanto, mais valorizados. Atributos considerados femininos como fragilidade, delicadeza, submissão são menos valorizados na ótica social porque se distanciam da matriz referencial.

Gênero é, assim, uma forma de compreender e produzir conhecimento sobre o mundo, não se limitando a características biológicas. É um organizador do sistema social que produz significados e é marcado por lógicas de poder. Concordamos com Alinne Bonetti (2011), quando esta diz que gênero é marcado pelo contexto histórico e por um sistema de prestígio. Nesse sentido, aqueles que se afastam das

concepções hegemônicas de gênero, sexualidade, raça, são marcados como diferentes e assim, sujeitos a discriminação e/ou subordinação (LOURO, 1997).

> Dessa forma, estruturam-se práticas que delegam posições de subalternidade aos sujeitos, tornando-os marginais e abjetos. Nos termos de Butler (2017), vidas que não são reconhecíveis como vidas e, portanto, não consideradas como potencialmente lamentáveis (HENN; DIAS, 2019, p. 9).

As diferentes formas de violência a que estão submetidas mulheres e LGBTQIA+[105] se dão em função dessa compreensão, de que por se distanciarem da norma hegemônica, suas vidas não fossem tão importantes ou valiosas.

A violência de gênero se dá através de crimes de ódio que têm origem nos valores sociais e culturais construídos socialmente que concedem aos homens a dominação masculina (Aline BRILHANTE et al. 2016). A violência de gênero é como "[...] uma força social com capacidade de estruturar as relações sociais" em que o controle e o poder embasam as práticas de relacionamento entre homens e mulheres (Lourdes BANDEIRA, 2017, p. 23). Francisca Oliveira et al. (2016) acrescenta que a violência é um fenômeno social que tem como ambiente principal o espaço doméstico e que é resultado de um sistema moralizador que quer reduzir a mulher à condição inferior.

Nesse sentido, desconstruir a noção binária das concepções de gênero para que diferenças não sejam motores de desigualdades é um desafio a ser encarado pela sociedade atual. O jornalismo tem papel importante nesse processo enquanto um lugar de produção e circulação de conhecimento e instigador de debates que podem promover transformações sociais.

MULHERES NA POLÍTICA: QUAIS ESPAÇOS SÃO OCUPADOS

O Brasil tem 147,9 milhões de cidadãs e cidadãos aptos ao voto, conforme estatísticas do Tribunal Superior Eleitoral. (TRIBUNAL..., [2021?]). Mulheres correspondem a 52,6% do eleitorado, mas em espaços de poder a porcentagem é minimizada. Há apenas 15% de deputadas federais e de senadoras e apenas um estado é governado por uma mulher. Existe, ainda, uma média nacional (Marieta CAZARRÉ, 2016) de 14% de vereadoras e de 12% de prefeitas. Como consequência

[105] A sigla diz respeito a pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e travestis, queers, intersexo, assexuais, o mais representa e inclui outras identidades de gênero e sexualidade.

deste panorama, em um ranking de 189 países, o Brasil ocupa a 131ª posição de acordo com o percentual de mulheres nos parlamentos. A classificação é da União Inter-Parlamentar. (PROCURADORIA..., [2021?]). Uma avaliação elaborada pela Procuradoria Especial da Mulher do Senado Federal aponta que 65% dos entrevistados acreditam que a eleição de uma mulher presidenta influencia os eleitores a votarem em mais mulheres – desde vereadoras até novas presidentas. Ainda, a maior parte do público consultado (39%, entre homens e mulheres) acredita que a falta de apoio de partidos políticos é o principal motivo que leva uma mulher a não se candidatar ou a ter receio de confirmar a sua candidatura. (PROCURADORIA... [2021?]). Estes índices manifestam, portanto, que o espaço ocupado por mulheres na política ainda é inferior (em grande escala) à proporção de homens em cargos de poder e de liderança. E é esta problemática que se percebe necessária para o atual contexto democrático nacional – ou seja, se entende que é preciso visualizar as diferenças destes dois gêneros na política e averiguar o porquê de estas distinções ainda se mostrarem de forma tão expressiva (conforme os números apontados acima).

Deste modo, a proposta é analisar, por meio do discurso jornalístico apropriado por Maria do Rosário e Fernanda Melchionna, como se dá a ocupação de mulheres em posições de liderança na política e a narrativa produzidas por elas segundo este contexto. No caso desta pesquisa, o direcionamento se constitui a partir da violência de gênero na pandemia de Coronavírus – contudo, as problemáticas e inferências podem (e devem) ser atribuídas a outras socializações possíveis.

A inserção de mulheres em uma ambiência como a política rompe uma série de normas até então naturalizadas desde a colonização da sociedade tal qual a reconhecemos na pós-modernidade: neste sistema patriarcal em que se organiza o comportamento humano, mulheres estão condicionadas a espaços secundários ou coadjuvantes. Daí a resistência do feminino em assegurar sua permanência nestes campos rígidos, duros e frios (atributos típicos do masculino).

> A reação da maioria dos/as historiadores/as não feministas foi o reconhecimento da história das mulheres e, em seguida, seu confinamento ou relegação a um domínio separado ("as mulheres tiveram uma história separada da dos homens, em conseqüência deixemos as feministas fazer a história das mulheres que não nos diz respeito"; ou "a história das mulheres diz respeito ao sexo e à família e deve ser feita separadamente da história política e econômica"). No que se refere à participação das mulheres na história, a reação foi, na melhor das hipóteses, um interesse mínimo ("minha compreensão da Revolução Francesa não muda por saber que as mulheres dela participaram") (SCOTT, 1995, p. 74).

É necessário que se compreenda, ainda, quem são as mulheres eleitas em termos de raça: nas eleições municipais de 2020, o Brasil registrou 84.418 mulheres negras como candidatas à vereança. Contudo, apenas 3.634 acabaram eleitas - o que representa 6%. Como resultado deste cenário, em 2.952 municípios do país, nenhuma mulher negra foi eleita à Câmara Municipal. No Poder Executivo, de 856 candidaturas negras, apenas 209 foram escolhidas para representar a população como prefeitas ou vices. Deste modo, mulheres negras são o menor grupo representado em prefeituras do Brasil, chegando a 4%. Na contramão deste contexto, homens brancos correspondem a 59% dos prefeitos eleitos. (CONHEÇA…, [2021?]).

É possível visualizar, ainda, que das 295 candidatas trans e travestis que disputaram as eleições municipais em 2020, 26 foram eleitas. O índice da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) corresponde a mais que o dobro das eleitas no pleito de 2016 (GUZZO, 2020).

A partir desta conjuntura, é legítimo analisar a ocorrência da violência de gênero no Brasil – e a semelhança de mulheres violentadas (que, via de regra, aparecem em situação de vulnerabilidade) com aquelas eleitas ou não-eleitas para cargos de liderança na política (e que, portanto, são colocadas em uma posição de poder). No ano de 2016, o Mapa da Violência de Gênero aponta que negras foram 64% das vítimas de assassinato entre as mulheres. O Paraná aparece como o Estado com números mais expressivos: foram 297 homicídios de mulheres negras e 448 de não negras a cada 100 mil habitantes (MAPA…, [2021?]).

O principal instrumento utilizado, no Brasil, para assassinato de mulheres, é a arma de fogo. A informação da Agência Patrícia Galvão mostra, ainda, que em 2019 70,5% das vítimas fatais dos crimes de gênero foram mulheres negras - o que significa que a taxa de mortalidade desta parcela da população é duas vezes maior do que a de não negras. A pesquisa confirma, também, que em 2020 há o registro de no mínimo 175 travestis e mulheres transexuais assassinadas. Desde 2008, a média destas ocorrências aumentou em 43,5% (70% DAS VÍTIMAS…, [2021?]).

É a partir destas pontuações que se pode pensar, a seguir, na construção de um discurso jornalístico que inaugura sentidos, produz acontecimento e gera conhecimento sobre violência de gênero.

JORNALISMO E A PRODUÇÃO DO ACONTECIMENTO

O jornalismo é uma prática social que produz informação, conhecimento e cria realidades por meio de discursos que são lidos como verdade. Como um dos principais organizadores da produção de saberes cotidianos, o jornalismo é conduzido pela cultura e utiliza recursos técnicos e humanos que possibilitam ensinar esse conhecimento, produzindo sentidos e significados (Márcia VEIGA DA SILVA; Virgínia FONSECA, 2011).

O jornalismo é uma forma de conhecimento da realidade, diferenciando-se do conhecimento produzido pelo campo científico. O jornalismo produz conhecimento com base na função de comunicar, informar. E mais do que produzir e reproduzir seu próprio conhecimento, o jornalismo reproduz conhecimento de outras instituições sociais (MEDITSCH, 1998), produz e circula valores, concepções e representações relativas a um conhecimento do cotidiano sobre os vários modos de ser, estar e ver o mundo, enxergar as pessoas e dar sentido às coisas. Parte da cultura e dos processos sociais, e o jornalismo produz e reproduz os valores circulantes na sociedade, se retroalimentando (VEIGA DA SILVA, 2010), em sentidos sobre gênero, raça, sexualidade, classe, na maioria das vezes, valores dominantes que marginalizam mulheres e LGBTs. Assim, conforme proposição de Rosa Fischer (2002), entendemos que o jornalismo exerce um papel formativo e educativo junto à escola, a família, a religião e outras instituições sociais.

O jornalista é parte importante na produção das notícias, pois é quem seleciona e define quais acontecimentos serão ou não noticiados. Nesse sentido, o jornalista, enquanto sujeito, tem valores, visões de mundo e padrões de normalidade e anormalidade, que são compartilhados com a sociedade em que vive, e esses são pontos de partida que ajudam a selecionar o que é ou não notícia (VEIGA DA SILVA, 2014). O acontecimento só existe quando nomeado e este só tem significado enquanto discurso, ou seja, a violência de gênero só se torna acontecimento quando narrada, quando, por exemplo, torna-se pauta do jornalismo. A narrativa torna os acontecimentos possíveis, viabilizando-os. O acontecimento, dessa forma, se dá na e pela narrativa; e ao ser narrado ele é construído. O modo de conhecimento do jornalismo tem sua força na singularidade do acontecimento (MEDITSCH, 1998).

Dessa forma, entendemos o acontecimento, a partir da perspectiva de Queré (2005), como algo que se dá no campo da experiência, isto é, o acontecimento deve acontecer a alguém, afetar o sujeito, gerando efeitos da ordem do sentido. Para Queré (2005), o acontecimento é uma descontinuidade que só é percebida no fundo de uma

continuidade e nesse processo e inaugura sentidos, marcando não apenas o fim de uma era, mas o começo de outra. Quando acontece, as coisas mudam e não são mais como antes. Há novas significações.

> Será através do jornalismo que o acontecimento na condição de signo ganhará textura definitiva. Tendo como epicentro a notícia, a narrativa jornalística, com seus códigos específicos, lógicas e processos de produção, trará pra si a competência de discernir para a sociedade a própria relevância do acontecimento (HENN, 2010, p. 87).

A racionalidade do jornalismo, segundo Veiga da Silva e Beatriz Marocco (2018), é marcada por lógicas de poder positivistas-masculinistas. Os sentidos de gênero e poder ficam evidentes na sistematização das notícias, nos discursos produzidos e nas hierarquias das redações. As autoras, numa analogia às relações de gênero, sinalizam que as *hardnews* são as notícias que ocupam o topo da hierarquia do jornalismo porque são as notícias duras e fortes.

A objetividade, a competitividade e o furo fazem parte da dinâmica do jornalismo masculinista (VEIGA DA SILVA, 2010), assim como tudo aquilo que é entendido como feminino socialmente: a subjetividade, a colaboração, compreendidas como atributos femininos, não têm valor para o jornalismo hegemônico, ficando na base da sua hierarquia. Donna Haraway (1995) propõe ressignificar objetividade a partir de uma objetividade corporificada, que coloca as pessoas como responsáveis por aquilo que aprendem a ver, por suas visões parciais e limitadas carregadas de subjetividade. Nesse caso, o jornalismo precisaria se conscientizar e se responsabilizar pela forma como narra os acontecimentos, deixando claro para o leitor a partir de que valores e posicionamentos está construindo aquele discurso. Nessa perspectiva, Oliveira, Osório e Henn (2019) sustentam que é necessária uma autorreflexão por parte do jornalismo com o objetivo de rever práticas que simplificam os acontecimentos e seus sentidos, se colocando como mediador qualificado.

Atualmente, o jornalismo vive uma crise sistêmica (HENN; OLIVEIRA, 2016) provocada pelas lógicas atuais do jornalismo em rede que modificaram, até certo ponto, as rotinas de produção e circulação das notícias. A crise sistêmica proposta por Henn e Oliveira (2016) é entendida numa perspectiva de possibilidade de transformação no jornalismo. Nesse processo, a participação de outros atores sociais intervindo nas dinâmicas do jornalismo coloca sentidos em disputa. A forma como o jornalismo narra e dá sentidos a um acontecimento, hoje, são mais facilmente questionados e muitas vezes contestadas (OLIVEIRA; OSÓRIO; HENN, 2019).

O movimento feminista e LGBT, através de coletivos midiáticos e também da atuação de pessoas públicas como caso das deputadas, entra em constantes disputas de sentidos em função de acontecimentos que narram violências de gênero, por considerarem que as narrativas produzidas pelo jornalismo tradicional não dão a devida importância pra essa questão, quando não normalizam estes crimes. Corroborando com a discussão, o estudo que analisa notícias com a temática da violência de gênero de Dalila Coelho, Isabelle Chagas, Patrícia Prates e Carlos Carvalho (2019) percebe a partir da leitura dos dados coletados que as mortes e violências físicas e simbólicas contra mulheres não são discutidas pelo jornalismo a partir das lógicas sociais que produzem as violências de gênero, e muitas vezes reproduzem discursos do senso comum, que naturalizam os crimes, exploram a imagem e vida da vítima e até as culpabilizam. Há, por parte do jornalismo, um apagamento das condições de produção da desigualdade de gênero, e conforme os autores a violência de gênero ganha destaque no jornalismo quando há feminicídio.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E ANÁLISE

Para alcançar o objetivo proposto nos dedicamos a coletar, por meio de aplicativos de extensão do Google, as publicações de duas deputadas federais gaúchas nos seus respectivos perfis no *Facebook* no mês de julho. As escolhidas foram Maria do Rosário, deputada filiada ao Partidos dos Trabalhadores, e Fernanda Melchionna, deputada do Partido Socialismo e Liberdade. A escolha pelas duas deputadas se deu de forma intencional por serem deputadas em mandato atual, e que abordam em suas pautas a defesa pelos direitos das mulheres e LGBTQIA+. A intenção foi selecionar as duas deputadas federais eleitas pelo Rio Grande do Sul que foram mais bem votadas nas eleições de 2018: Fernanda Melchionna (PSOL) somou 114.302 votos e Maria do Rosário (PT) chegou a 97.303 votos. Em terceiro lugar (portanto, não será incluída nesta análise) está Liziane Bayer (PSB), com 52.977 votos. Estas foram as três deputadas federais eleitas pelo RS no último pleito nacional.

Deste modo, para apreender os discursos e sentidos produzidos pelas deputadas sobre violência de gênero a partir do jornalismo, procedemos com uma apropriação da Análise de Conteúdo e da Análise de Discurso francesa (Márcia BENETTI, 2011). Rocha e Deusdará (2005) pontuam que a Análise de Discurso (AD) busca uma sistematização de diferentes elementos textuais na tentativa de dar maior objetividade

à análise. Os autores, ao diferenciarem Análise de Conteúdo e de Discurso, sinalizam que a de discurso procura compreender o plano discursivo, articulando contexto ideológico, sociedade e linguagem. Para Márcia Benetti (2016) o discurso se dá entre os sujeitos, ele é produto de sentido entre os interlocutores e é a partir da materialidade textual que os sentidos são produzidos por quem enuncia e por quem interpreta - não há sentidos literais. Dessa forma a AD é um ato interpretativo, mas em conformidade com Benetti (2010) entendemos que é preciso exercitar a interpretação a partir de um dispositivo teórico para entender como um discurso funciona. No caso deste texto, estamos orientadas pelos estudos de gênero e de jornalismo.

Foram coletadas todas as publicações feitas pelas deputadas em seus perfis no *Facebook*. A partir da análise do formato e do conteúdo publicado selecionamos as publicações que abordavam a temática de gênero para análise do discurso. Nas seções seguintes é descrito como cada deputada acionou a temática em seus discursos.

Após as especificações teóricas e metodológicas assinaladas nas etapas iniciais deste estudo, a análise será validada a partir das deputadas federais Maria do Rosário (PT) e Fernanda Melchionna (PSOL). A averiguação do discurso se dá no mês de julho, a partir do *Facebook* oficial de cada uma das gestoras públicas. Esse recorte se dá pela percepção de que a cobertura jornalística sobre violência de gênero havia se intensificado no período em consequência do aumento dos casos de violência e pela temática atravessar nossas pesquisas.

Fernanda Melchionna, em defesa de uma igualdade livre

A deputada federal Fernanda Melchionna é natural de Alegrete, no Rio Grande do Sul. Tem 36 anos, com ensino superior completo. Sua graduação é em Biblioteconomia, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em 2006. Também é especialista em História do Brasil Contemporâneo, pela UniRitter, em 2010. Atuou, ainda, como coordenadora geral do Diretório Central dos Estudantes da UFRGS, em 2005. Na atividade político-partidária, Fernanda foi vereadora em Porto Alegre em três ocasiões: de 2009 a 2012, de 2013 a 2016 e de 2017 a 2018. Toda sua atuação é vinculada ao PSOL. Na Câmara dos Deputados, a deputada integra a Comissão de Seguridade Social e Família e o Parlamento do Mercosul, além de

presidir a subcomissão de seguridade social da mulher (CÂMARA..., [2021?]). Dentre suas principais defesas estão o feminismo, o ativismo social, a luta por um transporte público de qualidade, a moradia digna e popular, a educação pública e o combate aos privilégios de classe. (QUEM É..., [2021?]). Nas eleições nacionais de 2018, Fernanda Melchionna foi eleita com o PSOL para deputada federal pelo Rio Grande do Sul. Ela recebeu 114.302 dos votos nominais, na coligação PSOL/PCB. Foi a mulher mais bem votada do estado (TRIBUNAL..., [2021?]).

A análise da deputada se dará por meio de sua página oficial no *Facebook*[106], que soma 147,6 mil curtidas/seguidores. A coleta de material para análise se estende entre os dias 1º e 31 de julho de 2020. Neste período, foram contabilizadas 156 publicações – deste total, 21 tratam especificamente de abordagens de violência de gênero. São estes conteúdos que servirão como análise para a pesquisa.

A maior parte das postagens se refere às temáticas de racismo, educação, combate a notícias falsas, enriquecimento de uma fatia da população, transporte público e igualdade de gênero. Há, ainda, em expressiva ênfase, um movimento de contrariedade e questionamento às decisões e propostas da Presidência da República, liderada por Jair Bolsonaro. Entre as 21 publicações de Fernanda que abordam questões de violência de gênero na pandemia, figuram problemáticas como: projeto de auxílio emergencial para mulheres mães, negado por Bolsonaro; a morte de Marielle Franco; e a igualdade para mulheres negras.

Há dois discursos reforçados pela deputada, no entanto, que emergiram mais sentidos diante do contexto desta pesquisa: o número de feminicídios na pandemia e a morte materna por Covid-19. Os dois serão detalhados a seguir.

Em uma publicação no dia 9 de julho de 2020, o perfil da parlamentar do PSOL reproduz uma notícia veiculada em *Gaúcha ZH* que aborda **o crescimento em 24% de feminicídios no Estado**. A narrativa tecida pela deputada é de inconformidade, ao passo que reitera o quanto ainda há para avançar na luta contra o machismo e no combate à violência de gênero.

O segundo apontamento se refere a uma postagem efetuada em 30 de julho de 2020 (Figura 1), quando a deputada federal replicou uma notícia da *Folha de São Paulo* sobre **o Brasil ser o país com mais casos de mortes maternas por Covid-19**. A sentença de Fernanda é a de que, diante da pandemia, quem mais é atingido

[106] Disponível em: facebook.com/fernandapsol.

pelos malefícios da doença são mulheres pobres e negras.

Figura 1 – Fernanda Melchionna

Fonte: Elaborado pelas autoras, com base em *Facebook*.

Isto posto, parece possível assinalar que a performance de Fernanda Melchionna vai ao encontro do que a deputada propõe, de início: atuar coletivamente com mulheres brasileiras (em especial, as mais vulneráveis). O discurso jornalístico endossado no perfil oficial em análise apresenta-se mais potente diante da escassez de mulheres na política. Explicamos: apesar de haver um índice reduzido de lideranças políticas femininas na Câmara dos Deputados (tanto é que a nomenclatura do órgão aparece no masculino), a narrativa de Fernanda circula e ganha densidade na medida em que reforça noções de gênero e de representatividade. A deputada utiliza a sua voz, o seu espaço e a sua visibilidade para evidenciar problemáticas complexas da construção social brasileira.

Ou seja: Fernanda Melchionna faz uso das relações de poder das quais têm domínio para reverberar argumentos que considera pertinentes à evolução do país. A deputada não dá continuidade ao discurso já naturalizado de que há um comportamento adequado para homens e outra conduta mais propícia a mulheres. Ora, a gaúcha nega a marca biológica enquanto determinante do nível de merecimento para cada um dos gêneros (partindo do princípio de binariedade, de que só existem dois gêneros). A narrativa entrelaçada por Fernanda Melchionna, a partir de notícias em seu *Facebook*, refere que na hierarquia imposta para as relações de poder dos gêneros alguém é a norma – e, portanto, o que foge a esta regra se torna o desvio. Mas a deputada contraria esta determinação ao garantir a busca por uma

igualdade destes padrões de referência.

Em vista disso, é possível conceber uma defesa de liberdade no discurso da gestora pública. As falas de Fernanda sublinham o exercício do poder (FOUCAULT, 1988) que consiste em um movimento com manobras sugeridas, mas também questionadas e resistidas. Esta inferência decorre da legitimidade do poder (LOURO, 19997) que só é verificado como coerente quando há espaço para resistência e contestação dos sujeitos envolvidos. Caso contrário, trata-se de violência – e aqui cabe considerar todas as agressões e invasões físicas, psicológicas e morais possíveis.

A igualdade de gênero articulada à liberdade de existir dignamente aparece, portanto, como direito daqueles e daquelas que não se conformam com dada negociação de poder.

Maria do Rosário, a luta contra a violência doméstica

Maria do Rosário, nascida em 22 de novembro de 1966, é natural de Veranópolis, no Rio Grande do Sul. Pedagoga, mestre em Educação e Violência Infantil e doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Iniciou sua trajetória política em 1992, quando foi eleita pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB) vereadora de Porto Alegre, reeleita pelo Partido dos Trabalhadores em 1996. Em 1998 foi eleita deputada estadual e em 2002 foi eleita para o primeiro mandato como deputada federal, sendo reeleita nas quatro eleições seguintes, em 2006, 2010, 2014 e 2018. Em 2011, assumiu o cargo de Ministra Chefe da Secretaria dos Direitos Humanos.

Desde o início da vida pública atua em favor da educação e dos direitos humanos, presidindo comissões e coordenando frentes parlamentares ligadas a essas temáticas. Atualmente é titular das Comissões de Constituição e Justiça e da Cultura e suplente nas comissões de Educação e de Legislação Participativa.

Os sites de redes sociais são o ambiente de relacionamento e contato entre as pessoas, e com políticos não é diferente. As redes são utilizadas como espaço de troca de informação, relato sobre atividades parlamentares e mobilização social. Nos diferentes sites de redes sociais, a deputada conta com quase 940 mil seguidores até a data de fechamento deste texto. No *Facebook*, espaço escolhido para análise, são 420 mil seguidores[107].

A coleta aconteceu por meio de *printscreen* das publicações feitas na página do *Facebook* entre os dias 1 de julho e 31 de julho de 2020. Nesse período foram 209 publicações em formatos diversos, com temas diversos. Observamos o uso de imagens, links, vídeos, transmissões ao vivo e compartilhamento de publicações, o que dá indícios de aproveitamento das ferramentas disponibilizadas pela plataforma. As publicações em sua maioria eram acompanhadas de textos médios, que foram separados por categorias: texto crítico, texto opinativo, texto reflexivo.

Os itens analisados foram: quantidade de publicações, formato de publicação, conteúdo/temática e legenda. Como dito anteriormente, foram coletadas 209 publicações ao longo de 31 dias, uma média de 6,6 publicações por dia. No período da coleta observamos que foram feitas publicações todos os dias, sem exceção, e o dia com mais publicações foi dia 21 de julho, com 15. Os dias com menos publicações foram 4, 11, 12 e 19 de julho, com 3 publicações cada.

O formato mais acionado pela deputada foi o uso do link de portais de notícias, foram 83 publicações. A maioria das publicações acompanhadas de links de notícias

[107] Disponível em: facebook.com/DeputadaMariaDoRosario.

era de portais de notícias do jornalismo tradicional: *Folha de São Paulo* e *G1* são os portais mais referidos. Importante dizer que o jornalismo tradicional ocupa espaço de saber e de poder legitimado na sociedade, especialmente porque se coloca como discurso de verdade.

Imagens foram o destaque de 61 publicações, a maioria delas produzidas em *softwares* de edição. Destaque para as charges: no período da coleta, foram 5 publicações utilizando-as, especialmente para criticar o governo. A transmissão ao vivo foi o terceiro tipo de publicação mais utilizado, 34 vezes. Na maioria das vezes foi utilizada para promover debates sobre temas específicos. Os vídeos foram o quarto formato mais utilizado, 25 vezes. A maioria dos vídeos era uma fala da deputada Maria do Rosário sobre algum tema específico, como projetos de lei e votações em andamento na câmara.

As temáticas mais presentes no discurso publicado no *Facebook* são a crítica ao governo como um dos temas principais das publicações feitas pela deputada, críticas à gestão da economia, da saúde, da educação e dos direitos humanos. As discussões sobre gênero e violência, foco dessa análise, foram a segunda temática mais acionada com 25 publicações. Na sequência, aparecem educação, saúde/covid-19 e direitos humanos. Outras temáticas também aparecem, como economia, racismo, meio ambiente, cultura e discursos sobre acontecimentos específicos.

As discussões com a temática de gênero no perfil de Maria do Rosário são, na grande maioria, sobre direitos das mulheres e LGBTs, violência de gênero e desigualdade de gênero. Especificamente sobre violência de gênero, foram 11 publicações, a maioria delas tratando sobre a violência doméstica na pandemia. A deputada, junto com a bancada feminina, protocolou e colocou em votação projeto específico para diminuir a violência doméstica durante o período de isolamento. Dessas publicações, 5 estavam acompanhadas de links de portais de notícias. Na Figura 2, destacamos a notícia do *Uol*: **Registro de violência doméstica cai na quarentena, mais mulheres morrem**, publicada no dia 27 de julho.

Figura 2 – Maria do Rosário

Fonte: Elaborado pelas autoras, com base em *Facebook*.

No texto da legenda, Maria do Rosário cita a lei recém aprovada em que é autora e coloca a partir da informação da notícia que com o distanciamento as mulheres se tornam vítimas sem chance de denúncia. Percebe-se o acionamento do jornalismo para informar também sobre sua atividade parlamentar em favor dos direitos das mulheres, especialmente contra a violência. As notícias utilizadas pela deputada abordam a violência doméstica e de gênero e a desigualdade de gênero. É importante destacar que a atuação em favor dos direitos humanos, das mulheres e LGBTs e da educação fica evidente na análise, são temas que ganham maior atenção da deputada, o que demonstra a consonância entre a prática e o discurso empregado. A luta contra a violência doméstica aparece com mais destaque em função do projeto de lei proposto e aprovado na Câmara que tem como objetivo central diminuir a violência doméstica no período do isolamento. Além disso, é importante destacar que a deputada é uma das poucas representantes femininas no Congresso que trabalha em favor dos direitos humanos das mulheres e dos LGBTs, o que denota que ser mulher não significa efetivamente atuar na luta pelos direitos das mulheres.

Maria do Rosário, ao acionar o jornalismo para debater sobre a temática da violência de gênero, visibiliza as informações ao colocá-las em circulação, acrescentando sua interpretação, produzindo sentidos sobre a notícia e abrindo

espaço para o debate sobre a temática no seu perfil. Entretanto, percebe-se que a deputada legitima o discurso jornalístico como verdade. Como coloca Charadeau (2007), o acontecimento só se dá por meio da narrativa, portanto, quando a deputada carrega o discurso jornalístico para o seu perfil, evidencia a importância do papel de mediador que ele contém.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O jornalismo enquanto uma forma de conhecimento produz e reproduz sentidos que circulam na sociedade, muitas vezes reproduzindo discursos dominantes sobre violência de gênero. A partir de estudo sobre violência contra a mulher nas narrativas jornalísticas, os autores constataram que o jornalismo não discute as desigualdades de gênero de forma aprofundada, muitas vezes produzem sentidos que corroboram para a naturalização das violências. Além disso, produzem apagamento das dinâmicas sociais que produzem as violências de gênero.

O jornalismo é uma prática social que tem nos seus discursos um senso de verdade, no entanto, está atravessado por dinâmicas da sociedade e da cultura, tomando como noção a ideia de que o jornalismo não é neutro, pois enquadra e organiza os acontecimentos conforme critérios e dinâmicas próprias que muitas vezes passam pelos valores dos jornalistas que produzem as notícias.

A partir das análises é possível perceber que a atuação das duas deputadas contra a violência de gênero evidencia que seus discursos e práticas estão alinhados com as propostas de trabalho e atuação política a que se dedicam. A violência de gênero é temática destaque nos perfis do *Facebook* das deputadas, que recirculam o discurso jornalístico para propor discussões e marcar sua atuação política.

A violência de gênero é entendida por nós como um acontecimento que muitas vezes só ganha o status de acontecimento quando há feminicídio ou quando há uma celebridade ou pessoa pública afetada. O jornalismo enquanto lugar de conhecimento e que se postula como mediador da sociedade precisa fazer uma reflexão sobre suas práticas, se conscientizar da sua parcialidade e subjetividade na condução dos processos de produção e circulação das notícias e se responsabilizar pelos discursos que produz, discursos estes que muitas vezes contribuem para a manutenção da desigualdade de gênero.

REFERÊNCIAS

70% DAS VÍTIMAS de agressão com armas de fogo em 2019 foram mulheres negras. *In:* Agência Patrícia Galvão. [S. l.], [2021?]. Disponível em: https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia-em-dados/70-das-vitimas-de-agressao-com-armas-em-2019-foram-mulheres-negras/. Acesso em: 22 nov. 2021.

BENETTI, Márcia. Análise de discurso como método de pesquisa em comunicação. In: MOURA, Claudia Peixoto; LOPES, Maria Vassalo (Org.). **Pesquisa em Comunicação, metodologias e práticas**. Porto Alegre: EdiPucrs, 2016.

BOND, Letycia. **Casos de feminicídio crescem 22% em 12 estados durante pandemia**. Agência Brasil, São Paulo, 1 jun. 2020a. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-06/casos-de-feminicidio-crescem-22-em-12-estados-durante-pandemia>. Acesso em: 10 ago. 2021.

BOND, Letycia. **SP: violência contra mulher aumenta 44,9% durante pandemia.** Agência Brasil**,** São Paulo, 20 abr. 2020b. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-04/sp-violencia-contra-mulher-aumenta-449-durante-pandemia>. Acesso em: 10 ago. 2021.

BONETTI, Alinne de Lima. Gênero, poder e feminismos: as arapiracas pernambucanas e os sentidos de gênero da política feminista. **Labrys, études féministes/estudos feministas**, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://www.labrys.net.br/labrys20/brasil/aline.htm>. Acesso em: 25 jul. 2021.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Fernanda Melchionna.** Brasília, [2021?]. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/204407/biografia>. Acesso em: 10 ago. 2021.

CAZARRÉ, Marieta. **Mulheres representam 13% das vereadoras e 12% das prefeitas de todo o país**. Agência Brasil, Brasília, DF, 20 mar. 2016. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-03/mulheres-representam-13-das-vereadoras-e-12-das-prefeitas-de-todo-o-pais>. Acesso em: 10 ago. 2021.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2007.

COELHO, Dalila; CHAGAS, Isabelle; PRATES, Patrícia; CARVALHO, Carlos. A violência contra mulher em portais de notícias: (des) continuidades narrativas na cobertura jornalística. In: LEAL, B. S.; CARVALHO, C.A; ANTUNES, E. (Orgs.). **Um problema do cotidiano**: jornalismo e violência contra a mulher no Brasil. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2020.

CONHEÇA as eleitas. *In:* Gênero e Número. [S. l.], [2021?]. Disponível em: https://generonumero.media/eleicoes2020/. Acesso em: 22 nov. 2021.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. O dispositivo pedagógico da mídia: modos de educar na (e pela) TV. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 151-162, jan./jul. 2002. Dispo-nível em: < http://www.revistas.usp.br/ep/article/view/27882/29654>. Acesso em: 25 jul. 2021.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**, 2021. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/ acesso em out. 2021.

GÊNERO E NÚMERO; SEMPRE VIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA; **Relatório Sem Parar**: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia. 2020. Disponível em <https://mulheresnapandemia.sof.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Relatorio_Pesquisa_SemParar.pdf> Acesso em nov. 2021.

GROSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado,** v. 31, n. 1, p. 25-49, jan./abr. 2016.

GUZZO, Morgani. Mais mulheres feministas ocupam vagas no legislativo municipal em 2020. *In:* **Catarinas**. [S. l.], 18 nov. 2020. Disponível em: https://catarinas.info/mais-mulheres-feministas-ocupam-vagas-no-legislativo-municipal-em-2020/. Acesso em: 22 nov. 2021.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, p.7-41, 1995.

HENN, R.; DIAS, M. S. M. “Se ela é não-binária, por que referem no feminino?”: um corpo estranho em disputa. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 26, n. 3, set./dez. 2019. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/33922/19368>. Acesso em: 10 ago. 2021.

HENN, R. O acontecimento em sua dimensão semiótica. In: BENETTI, Marcia; FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira (Org.). **Jornalismo e Acontecimento**: mapeamentos críticos. Florianópolis: Insular, 2010.

HENN, R; OLIVEIRA, F. M. Jornalismo e movimentos em rede: a emergência de uma crise sistêmica. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 22, n. 3, p. 77-95, jul./ago./set. 2015. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/20560/13269>. Acesso em: 10 ago. 2021.

ILHA, Flavio. **Há uma epidemia de violência doméstica dentro da pandemia.** Extra Classe, [S.l.], 15 jul. 2020. Disponível em: <https://www.extraclasse.org.br/geral/2020/07/ha-uma-epidemia-de-violencia-domestica-dentro-da-pandemia/>. Acesso em: 10 ago. 2021.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-**

Posições, v. 19, n. 2, maio./ago. 2008.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da Sexualidade. In: LOURO, G. L (Org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MAPA da violência de gênero. *In:* **Mapa da Violência de gênero**. [S. l.], [2021?]. Disponível em: https://mapadaviolenciadegenero.com.br/. Acesso em: 22 nov. 2021.

MENEGATTI, Mariana et al. Retratos da violência doméstica de gênero na pandemia da Covid-19. In: **Comunicação & Inovação**, São Caetano do Sul, SP, v. 21, n. 47, p. 158-175, 2020.

MEDITSCH, E. Jornalismo como forma de conhecimento. **Revista brasileira de Ciências da Comunicação**. São Paulo, v. 21, n. 1, p. 25-38, jan./jun. 1998. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/article/view/956/859>. Acesso em: 8 ago. 2021.

MEYER, D. E. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, G.L; FILIPE, J.; GOELLNER, S.V. (Org.). **Corpo gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. Petrópolis: Vozes, 2012.

OLIVEIRA, F. M.; OSÓRIO, M.; HENN, R. Agir cartográfico: proposta teórico-metodológica para compreensão e exercício do jornalismo. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 28., 2019, Porto Alegre. **Anais eletrônicos...** São Paulo: Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 2019. Disponível em: <http://compos.org.br/biblioteca/trabalhos_arquivo_VOHR9REETUOVW8I3TZYF_28_7626_21_02_2019_07_24_15.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2021.

PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER. **Mulheres na política**. Brasília, [2021?]. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/proc-publicacoes/cartilha-mulheres-na-politica>. Acesso em: 10 ago. 2021.

QUEM É Fernanda Melchionna. **Deputada Federal Fernanda Melchionna.** [S.l.], [2021?]. Disponível em: <https://fernandapsol.com.br/perfil/>. Acesso em: 10 ago. 2021.

QUERÉ, Louis. Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento. **Trajectos – Revista de Comunicação, Cultura e Educação**. Lisboa, n. 6, p. 59-76, 2005.

ROCHA, D.; DEUDARÁ, B. Análise de Conteúdo e Análise do Discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória. In: **ALEA** v 7, n 2 julho - dezembro, 2005.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação & Realidade**, Porto Alegre, vol. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>. Acesso em: 8 ago. 2021.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). **Estatísticas do eleitorado.** Brasília,

[2021?]. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>. Acesso em: 10 ago. 2021.

VEIGA DA SILVA, Marcia; MAROCCO, Beatriz. O feminino no livro de repórter: uma mirada epistemológica de gênero sobre as práticas jornalísticas. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 26., 2017, São Paulo. **Anais eletrônicos...** Belo Horizonte: Associação Na-cional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 2017. Disponível em: <http://www.compos.org.br/data/arquivos_2017/trabalhos_arquivo_HPYP1U9GFDE8MPXCN9XH_26_5505_20_02_2017_15_11_31.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2021.

VEIGA DA SILVA, Marcia. **Masculino o gênero do jornalismo**: modos de produção da notícia. 2010. 250 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Universidade Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2010. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/25629/000753018.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 25 jul. 2021.

VEIGA DA SILVA, Marcia. Masculino o gênero do jornalismo: modos de produção das notícias. **Revista Insular,** Florianópolis, 2014.

VEIGA DA SILVA, Marcia; FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira. A contribuição do jornalismo para a reprodução de desigualdades: um estudo etnográfico sobre a produção de notícias. **Verso e Reverso**, vol. 25, n. 60, p. 183-192, set./dez. 2011. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/versoereverso/article/view/ver.2011.25.60.05>. Acesso em: 25 jul. 2021.

* Artigo recebido em 12 de agosto de 2021,
aprovado em 12 de novembro de 2021.

PESQUISA, PANDEMIA E POESIA: UM TERRITÓRIO COSTURADO COM/POR VOZES DE MULHERES E FRONTEIRAS DE VERBOS

INVESTIGACIÓN, PANDEMIA Y POESÍA: UN TERRITORIO COSIDO CON/POR VOCES DE MUJERES Y FRONTERAS VERBALES

RESEARCH, PANDEMIC AND POETRY: A TERRITORY SEWED WITH/BY WOMEN'S VOICES AND VERB BORDERS

Renata Castro Gusmão[108]
Maria Elly Herz Genro[109]

Resumo
Este ensaio tem como objetivo compartilhar um processo de pesquisa ainda em construção. Trata-se de uma conversa entre *slam* e universidade, arenas pelas quais a palavra circula, espaços recheados de presença que foram esvaziados pela pandemia. Um campo que precisou ser reinventado. Apresentamos os caminhos metodológicos desta etnografia dos territórios sentidos – territórios costurados de sentidos pela palavra, fronteiras de verbos, pelas quais a Educação encontra fluxos de Saúde para a vida que padece em nós e fora de nós. Nesta costura em conversa quem dá a linha são *slammers*, de diversas partes do Brasil, que participaram da 8ª e 9ª edição do *Slam da* Festa Literária das Periferias (FLUP) e compartilharam suas poesias e narrativas de vida em *podcasts*: Minas Pretas (2020) e Pimenta no Cúir (2021). Carretéis de vozes de mulheres que se encontram com outras vozes nesta tessitura, um território costurado pela escuta, um campo que também é referencial teórico, pontes que se erguem na escrita, criando alinhavos provisórios e circunstanciais que perpassam pelas estruturas de sustentação patriarcais e coloniais que servem há séculos de nutrição para o capitalismo e suas consequências catastróficas que enfrentamos. Que esta pesquisa possa contribuir com pistas para uma formação humana em direção a um comum possível entre todas as espécies de vida do planeta. Apresentamos fios soltos para seguir a costura da tese, brechas em oralidades, sementes de futuro que moram na poesia e se aninham na garganta das mulheres.
Palavras-chave: Pesquisa; Pandemia; S*lam poetry*; Mulheres; Universidade.

Abstract
This essay aims to share a research process still under construction. It is a

[108] Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Contato: renatagusmao.poa@gmail.com
[109] Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Docente da Faculdade de Educação e do Pós-Graduação em Educação da UFRGS. Contato: mariaherz.1305@gmail.com

conversation between *slam* and university, arenas through which the word circulates, spaces filled with presence that were emptied by the pandemic. A field that needed to be reinvented. We present the methodological paths of this ethnography of felt territories – territories stitched with meanings by the word, borders of verbs, through which Education finds Health flows for the life that suffers in us and outside us. In this sewing conversation, slammers from different parts of Brazil, who participated in the 8th and 9th edition of the Slam da Festa Literária das Periferias (FLUP), shared their poetry and life narratives in podcasts: *Minas Pretas* (2020) and *Pimenta no Cúir* (2021). Reels of women's voices that meet other voices in this fabric, a territory sewn by listening, a field that is also a theoretical reference, bridges that rise in writing, creating provisional and circumstantial lines that permeate the patriarchal and colonial support structures that they have served for centuries of nourishment for capitalism and its catastrophic consequences that we face. May this research contribute with clues for a human formation in a network with all species of life on the planet, of taking responsibility for what we cultivate in our relationships. We present loose threads to follow the sewing of the thesis, gaps in orality, seeds of the future that live in poetry and nestle in women's throats.
Keywords: Research; Pandemic; Slam poetry; Women; University.

Resumen
Este ensayo tiene como objetivo compartir un proceso de investigación en construcción. Es una conversación entre el *slam* y la universidad, arenas donde circula la palabra, espacios llenos de presencia que fueron vaciados por la pandemia. Un campo que reinventado. Presentamos los caminos metodológicos de esta etnografía de territorios sentidos – territorios cosidos de significados por la palabra, fronteras de verbos, a través de los cuales la Educación encuentra flujos de Salud para la vida que sufre en nosotros y fuera de nosotros. Quie lanza la línea de conversasión son *slammers* de diferentes partes de Brasil, que participaron en la octava y novena edición del *Slam da Festa Literária das Periferias (FLUP)*, y compartieron su poesía y narrativas de vida en podcasts: *Minas Pretas* (2020) y *Pimenta no Cúir*. (2021). Voces de mujeres que se encuentran con otras voces, un territorio cosido por la escucha, un campo que también es referencial teórico, puentes que se levantan en la escritura, creando líneas provisionales y circunstanciales que se encuentran con las estructuras de apoyo patriarcales y coloniales, que han servido por siglos de nutrición para el capitalismo y sus catastróficas consecuencias. Que esta investigación aporte pistas para una formación humana hacia un comun posible entre todas las especies de vida del planeta. Presentamos hilos sueltos para seguir la costura de la tesis, grietas por la oralidad, semillas del futuro que viven en la poesía y anidan en las gargantas de las mujeres.
Palabras clave: Investigación; Pandemia; Slam poetry; Mujeres; Universidad.

INTRODUÇÃO

> O planeta encontra-se hoje sob o impacto de forças vorazmente destrutivas – e nós com ele (Suely ROLNIK, 2018, p.99).

Este artigo tem como objetivo compartilhar a construção de um processo de

pesquisa atravessado e transformado abruptamente pela pandemia do Sars-CoV-2, o novo coronavírus (covid-19). A sirene vital está soando! A vida encontra-se em risco, como bordam as palavras de Suely Rolnik marcando este começo. Entrelinhas de uma tese ainda em construção. Um campo que ao ser esvaziado precisou ser reinventado. Carretéis de vozes de mulheres costuram sentidos como um território em artesania por onde a vida possa fluir. Sensações que conduzem esta escrita, em ressonância com a linha de pesquisa Educação, Cultura e Humanidades, do Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com a orientadora, colegas de grupo de pesquisa e a banca examinadora[110] da qualificação do projeto de tese. A pesquisa conta com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Fios soltos que costuram territórios de sentidos provisórios ao se lançar à seguinte questão como uma pista para um caminho ainda em curso: quais são os *impactos*[111] do encontro entre s*lam* e universidade? Questão que brotou do efeito no corpo em praça pública, mesma praça na qual em abril de 2016 assisti por telão ao *spoiler* do trágico porvir do País, votos em nome de Deus, da família, com direito a torturador ovacionado pelo atual chefe da nação. Em um ato repleto de misoginia votavam o *impeachment* de uma presidenta eleita democraticamente. A democracia expunha suas fragilidades. Corpo sangrando, receoso, *Slam das Minas/RS* – segundo sábado de um mês de 2017: uma arena de mulheres balançava as estruturas duras do Estado que cercam a Praça da Matriz/Porto Alegre.

Poesias faladas e escutadas performam narrativas de mundo e "provocam reações em nossos centros nervosos" (Paul ZUMTHOR, 2018, p.51). "Rajadas de letras e de rimas" (POETAS VIVOS, 2019), que reverberam em aprendizado no corpo: a "ampliação de um saber eco-etológico" (ROLNIK, 2018 p. 195), cutucam privilégios silenciados e normalizados pela branquitude (Maria Aparecida BENTO, 2002), desembaçam espelhos, cavocam feridas e transbordam nessa escrita/pesquisa, que chamamos de etnografia dos territórios sentidos. Costurar territórios de sentidos pelas

---

[110] Sobre a banca examinadora: projeto qualificado e aprovado em outubro/2020, com título: Mulheres, poesia e universidade: costurando uma língua que faça pontes. Orientadora: Profa. Maria Elly Herz Genro. Banca examinadora: Roberta Marques do Nascimento (Roberta Estrela D'Alva), Bianca Maria Santana de Brito, Pâmela Marconatto Marques e Magali Mendes de Menezes.

[111] Impacto: Verbete poético. Gusmão, Renata Castro. Abrindo gavetas, tramando redes: dos impactos na educação pelo trabalho na saúde. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva). Porto Alegre. UFRGS, 2015. (p. 92-93). Disponível em: https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/129585/000977081.pdf?sequence=1; Acesso em: 15/06/2021.

palavras, fronteiras de verbos, alinhavos pelos quais a Educação encontra fluxos de Saúde para a vida que padece em nós e fora de nós.

Slam e universidade, espaços recheados de presença, foram esvaziados. Uma quarentena que já dura mais de um ano, adoecendo e interrompendo a vida de milhares de pessoas diariamente. O Brasil vivenciou a tragédia de ser o epicentro mundial da pandemia, o maior colapso da história da saúde (FIOCRUZ, 2021). As vacinas avançam em passos lentos, a fome avança em passos largos. Neste cenário de distanciamento social, o que aconteceu com os campos de pesquisa? Como a pandemia afeta nossas pesquisas? Nossos corpos?

Nesta costura em conversa quem dá a linha são *slammers,* de diversas partes do Brasil, que participaram da 8ª e 9ª edição do *Slam da* Festa Literária das Periferias (FLUP) e compartilharam suas poesias e narrativas de vida em *podcasts* - *Minas Pretas* (2020) e *Pimenta no Cúir* (2021). Vozes desertoras*,* como disse Abigail Campos Leal** em um dos episódios. Vozes desertoras da branquitude e da heteronormatividade que ditam as ditas regras da vida humana e nos trouxeram até a atual cilada. Essa dobra do capitalismo, chamada por Rolnik de capitalismo financeirizado, que nessa "sua nova versão, é da própria vida que o capitalismo se apropria; mais precisamente, de sua potência de criação" (2018, p. 32). O neoliberalismo articulado ao neoconservadorismo, "a torpe subjetividade dos conservadores é arraigadamente classista, racista" e machista, "o que os leva a cumprir seu papel nessa cena sem qualquer barreira ética e numa velocidade vertiginosa", "preparando o terreno para ampliar ao máximo o livre fluxo de capital transnacional, já instalado no País há várias décadas" (ROLNIK, 2018, p. 101).

Ao ouvir os primeiros episódios dos *podcasts* senti que tinha um campo e um referencial teórico aos meus ouvidos. Vozes de circulação pública que podem ser ouvidas por quem desejar. Vozes que se conectam à outras vozes. Pontes que se erguem no singelo ato de falar e escutar, e, tão frequentemente, escapa nas mais diversas relações, perde-se em cuidados prescritivos, é ignorado nos amores que oprimem e negligenciado nas versões de mundo ensinadas, pesquisadas e vividas.

Esta escrita registra um momento histórico enquanto busca por intermédio da escuta de mulheres brechas para atravessar esta situação. Lanço estas palavras aos ventos como sementes "amorosas" (bell HOOKS, 2020) que possam germinar um futuro comum possível. Mundos que fazem morada na poesia e se aninham nas gargantas das mulheres.

COSTURAS POÉTICAS-METODOLÓGICAS

Antí(-)tese

Em tese
cartografo caminhos.
Movimentos e ritmos preenchem este tempo-espaço.
Sentidos fluídos transbordam o corpo,
como uma carta de amor para além do meu umbigo.
Um mapa tortuoso, cheio de encruzilhadas,
(des)equilíbrios em linhas abissais, artesania de pensamento pulsante,
rotas em rima, corpos desviantes da curva normal.
Vozes invisíveis expressam o desejo de uma vida vivível.
Desembaçar sentidos, ajustar a sintonia para ondas sonoras não audíveis,
impercetíveis ao ouvido padrão.
Explorar frequências outras, ampliar conhecimentos,
reinventar formas de se relacionar,
construir pontes, que unam zonas de conforto e confronto,
questionar métodos, prisões espistemológicas e ontológicas,
que aprisionam, que oprimam, que anulam corpos,
que calam gritos e gemidos de dor e tesão.
Perspectivar percursos, caminhos híbridos na contramão do tempo,
dos ponteiros, bússolas, cronômetros, calendário, calculadoras,
controles remotos, das câmeras de vigilâncias, dos holofotes contemporâneos,
sentido anti-horário, antimanicomial antipatriarcal,
anticolonial, anticapital, antiviral. Uma ética em antítese.
Outra temporalidade.
Tempo livre, alargado, por potência de vida,
subversão dos sentidos, brechas poéticas,
senti(n)do em versos, avoam,
tempOral.

Antí(-)tese é uma poesia-performance que conta deste pesquisar, apresentada no Seminário Internacional “Superar violências, construir alternativas, escrever um novo mundo”, no Grupo de Trabalho “Cartografia das Emergências”, na Universidade Federal de Pernambuco, campus Agreste, município de Caruaru, em dezembro de 2019. A tese aqui é um mapa tortuoso traçado em percurso, uma etnografia dos territórios sentidos, com inspirações metodológicas na etnografia, no “ser afetado” de Jeanne Favret-Saada (Paula SIQUEIRA, 2005) e na cartografia (ROLNIK, 2014; 2018, Virgínia KASTRUP, 2015). “Tudo o que der língua para os movimentos do desejo, tudo o que servir para cunhar matéria de expressão e criar sentido, é bem-vindo” (ROLNIK, 2014, p.65), dialogando também com a ideia de *Ecologia de Saberes:*

> Reconhecer a copresença de diferentes saberes e a necessidade de estudar as afinidades, as divergências, as complementariedades e as contradições que existem entre eles, a fim de maximizar a eficácia das lutas de resistência contra a opressão (Boaventura de Sousa SANTOS, 2019, p. 28).

Com a pandemia, nos *slams e* nas universidades as vozes reverberaram por

intermédio de aparatos tecnológicos. Redes tramadas em plataformas digitais ganharam o contorno da tela do computador e/ou celular. Neste sentido, para me aproximar do campo adotei alguns hábitos metodológicos: a) Enquanto havia presencialidade: participar em arenas de *slam* como ouvinte e experimentar a sensação da performance. b) Em virtualidade: assistir vídeos, *lives*, acompanhar redes sociais de *slams* e *slammers* em diversas partes do mundo, assim como outras tantas páginas e perfis que contribuam ou possam vir a contribuir com a pesquisa.

Dentre as tantas coisas que vi e ouvi, destaco os *podcasts* Minas Pretas[112] (exclusivo com minas pretas da cena do *slam*) e Pimenta no Cúir[113], (com participantes LGBTQIA+). Gravados durante a 8º e 9ª FLUP (2019/2020), foram ao ar em 2020 e 2021, respectivamente. "A Flup, é uma festa literária internacional" que acontece "em territórios tradicionalmente excluídos dos programas literários, na cidade do Rio de Janeiro", sua vasta programação conta com palestras, oficinas, apresentações e com o *Slam* da FLUP, "em 2020, devido à covid-19, foi realizada em plataformas digitais, transcendendo territórios e impactando o Brasil todo e mais 7 países" (FLUP[114], 2021).

O *podcast* "firmou-se como alternativa tecnológica de construção do conhecimento, ressaltando-se suas características de viabilidade de produção e amplitude de difusão" (Rogério ARRUDA; *Elaine Leonara de Vargas* SODRÉ*; Advaldo da Assunção CARDOSO FILHO*, 2021, p. 565). "Surgiu associado ao aparecimento dos *blogs* no ambiente da Internet, mais especificamente aos audioblogs desenvolvidos a partir do ano 2000, utilizando gravações de áudio em formato MP3" (ARRUDA; SODRÉ; CARDOSO FILHO, 2021, p. 564). O Brasil apresenta um largo crescimento a partir de 2008, no entanto, no que se refere à Educação, há pouco aproveitamento dessa "tecnologia reprodutora de oralidade", principalmente, na "educação formal", "percorreu um caminho que lhe aproximou da educação, entretanto, ainda relativamente distante da Escola" (Eugênio FREIRE, 2017, p. 65).

Durante a pandemia, a ferramenta *podcast* também mostrou-se como uma alternativa para o grupo de docentes e discentes dos cursos de licenciatura em História e Letras, da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), que criaram o *podcast* "Vozes na Pandemia". São trinta episódios,

---

[112] Minas Pretas: é a série de 9 episódios, que inaugura o PretaPod(e), podcast da PretaLab. Disponível em: https://www.pretalab.com/pretapode; Acesso em: 27/06/2021.
[113] Pimenta no Cúir: são 9 episódios, podcast organizado pela FLUP. Disponível em: https://open.spotify.com/show/1ydYfLuzKM5tVljakKmrQO; Acesso em: 27/06/2021.
[114] Saiba mais sobre a FLUP em: https://www.flup.net.br/sobre-a-flup; Acesso em: 01/06/2021.

publicados entre maio e agosto de 2020, representando uma experiência que, de acordo com o grupo, "contemplou satisfatoriamente o tripé ensino, pesquisa e extensão". Além da "interação entre as quarenta e quatro pessoas que emprestaram suas vozes e narrativas para o *podcast*, vindas de diferentes âmbitos da sociedade", também "estão os ouvintes, um grupo que não é possível quantificar, mas que pode albergar pessoas de diferentes lugares geográficos e sociais. Assim, ao propagar-se pelas "ondas da Internet", o *podcast* ultrapassa os limites restritos da universidade" (ARRUDA; SODRÉ; CARDOSO FILHO, 2021, p. 572).

"O *podcast* é o retorno da voz", disse Estrela D'Alva* (2020) no primeiro episódio de Minas Pretas, que escutei enquanto ia comprar mantimentos no primeiro dia de isolamento social. Uma escuta que virou escrita, ensaio de campo para a construção do projeto de tese. Ideia que apareceu como bem-vinda em conversa com a banca examinadora na qualificação do projeto, ampliando a escuta para o *podcast* Pimenta no Cúir*.* Neste sentido*,* a escuta também ganha a dimensão de corpos trans e não binários.

É neste ponto que a "atenção muda de escala", o que Kastrup (2015) chama de gesto de pouso*,* "indica que a percepção, seja ela visual, auditiva ou outra, realiza uma parada e o campo se fecha, numa espécie de zoom" (p.43). Pouso nas vozes das *slammres*, sem pressa, apesar do *podcast* contar com o recurso de aumentar a velocidade da escuta em até 3,5 vezes, sempre as escutei na velocidade 1,0 para manter o ritmo da voz proposto.

Os dois *podcasts* totalizaram 18 episódios, de aproximadamente 40 minutos cada, envolvendo 34 *slammers.* Para lidar com esse material: ouvi, senti, anotei em diário de campo sensações, conexões, transcrevi o material, transformei voz em escrita, ouvi de novo, anotei mais coisas, como um ato de "reconhecimento atento" (KASTRUP, 2015, p.44). Não se trata de um deslocamento por territórios conhecidos, "mas produzir conhecimento ao longo de um percurso de pesquisa, o que envolve a atenção e, com ela, a própria criação do território de observação" (KASTRUP, 2015, p. 45).

Diante do exposto, quando escrevemos *"slam"* e "universidade", em minúsculas, é para marcá-los como espaços educativos, arenas pelas quais as palavras circulam. Espaços que carregam mundos. Não escrevemos para generalizá-los ou universaliza-los em forma, fórmula ou letras maiúsculas, mas para construir pontes móveis e circunstanciais entre. Laçamos a questão de pesquisa como uma

pista para “rastrear” um caminho ainda em curso (KASTRUP, 2015, p. 40). Jaana-frada, em sua etnografia sobre feitiçaria fala sobre “reconsiderar a noção de ser afetado” como um desafio de campo, “aceitar ser afetada supõe, todavia que se assuma o risco de ver seu projeto de conhecimento se desfazer. Pois se o projeto de conhecimento for onipresente, não acontece nada” (SIQUEIRA, 2005, p.160). Para guiar o percurso, aceitamos a sugestão de María Zambrano de trazer o coração como uma opção metafórica para ampliar à visão, tão frequente na ciência e na filosofia:

> Às vezes arde nele uma chama que serve de guia em situações complicadas e difíceis, uma luz própria que permite abrir passagem onde parecia não haver caminho algum; descobrir os poros da realidade quando esta se mostra fechada (Maria ZAMBRANO, 2008, p. 64 - tradução própria).

Rastrear com o coração, *corazonar* um caminho. “Corazonar”, termo inspirado nas lutas dos povos indígenas e afrodescendentes da América Latina “é uma forma amplificada de ser-com, pois faz crescer a reciprocidade e a comunhão”, “é um sentir-pensar que junta tudo aquilo que as dicotomias separam. É o ato de construir pontes” (SANTOS, 2019 p. 154). Das pontes erguidas pela escuta surgiram alinhavos provisórios de territórios, compartilhados a seguir. As falas trazidas dos *podcasts* foram identificadas pelo nome das *slammer,* seguidos de “*” para Minas Pretas e “**” para Pimenta no Cúir. As mesmas foram consultadas quanto ao uso de suas falas e seus nomes.

ALINHAVOS PROVISÓRIOS E CIRCUNSTANCIAIS ENTRE *SLAM* E UNIVERSIDADE

> *O slam* para mim também foi esse lugar de referência, de mostrar que a poesia é para todo mundo, que não é só esse gênero divino, que toca a poucas pessoas, os brancos acadêmicos, a gente pode fazer poesia, todo mundo, a partir do seu lugar de fala e existir, porque a poesia é uma forma da gente existir (Luna VITROLIRA*, 2020).

No que se refere ao s*lam* há muito material produzido – livros, filmes, artigos, teses, dissertações, trabalhos de conclusão, vídeos, *zines*. Diante deste fato, vale duas pequenas exclamações: este território não versa especificamente sobre o *slam*, tão pouco sobre as *slammres*, isso elas mesmas fazem! Trata-se do efeito do encontro entre! Uma escrita que parte de uma universidade pública federal, uma produção

teórica exigida para obtenção do título de doutora em educação. Nesta perspectiva, também temos responsabilidade por este espaço, pelo que circula, como circula, pela ética sustentada no conhecimento produzido, tal qual os questionamentos de Grada Kilomba (2019) que provocam a sequência da conversa:

> O que é conhecimento? Que conhecimento é reconhecido como tal? E qual conhecimento não é? Quem é autorizado a ter conhecimento? E quem não é? Que cohecimento tem sido parte das agendas acadêmicas? Quais conhecimentos não fazem parte? Quem pode ensinar esse conhecimento? Quem não pode? Quem habita a academia? Quem está as margens? E, finalmente: quem pode falar? (Grada KILOMBA, 2019, p.50).

Para contextualizar o *slam* é as *slammres* que dão a linha da costura. "O *slam* vem da palavra inglês *slam*, que significa competição", assim como existe "um *slam* de golfe ou de tênis, se tem um *slam* de poesia, que é o *Poetry Slam*" (Luiza ROMÃO, 2019). Surgiu em Chicago, nos Estados Unidos, idealizado por Marc Smith, nos anos 1984. "A ideia era organizar noites de performances poéticas, numa tentativa de popularização da poesia falada em contraponto aos fechados e assépticos círculos acadêmicos" (Roberta ESTRELA D'ALVA, 2021).

> O *slam* quando surgiu na gringa, nos Estados Unidos, era em bar, em espaços fechados, aqui [no Brasil] o *slam* veio direto para rua, isso já marca um deslocamento em relação a cultura de slam (Abigail Campos LEAL**, 2021).

O *Slam* chegou no Brasil por São Paulo, em 2008, trazido por Roberta Estrela D'Alva, em parceria com o *Núcleo Bartolomeu de Depoimentos,* como *ZAP slam* (Zona Autônoma da Palavra). Em 2012 ganhou as ruas no *Slam* da Guilhermina e se amplia com o *Slam* Resistência (2014) – uma arena pública, que chegou a reunir de 800 a 1000 pessoas em torno da praça Roosevelt na capital São Paulo, em um grito coletivo: "sabotagem, sem massagem na mensagem", que precede cada poesia. Arenas conectadas aos novos "movimentos insurgentes" de juventude que aconteciam na época (ROLNIK, 20018, p. 25), como foi o caso dos movimentos de ocupações das escolas e universidades[115] como mostra o documentário "*Slam* Resistência: uma ágora do agora" (2019). Ao ganhar as ruas, o *slam* se conecta à outras linguagens de juventude e arte e resistências urbanas como o *RAP* e o *hip-hop.*

> Em um momento que as forças conservadoras se levantam e tentam agarrar-

[115] Sobre o movimento de ocupação das escolas e universidades brasileiras: https://pt.wikipedia.org/wiki/Mobiliza%C3%A7%C3%A3o_estudantil_no_Brasil_em_2016

> se aos velhos dogmas e posturas, buscando desesperadamente manter o estado de opressão estabelecido, há em curso, também um levante de manifestações da poesia falada e performática. (ESTRELA D'ALVA, 2019, p. 271).

"O *slam* está se expandindo muito", "a gente tem mais de 200 *slams* em 20 estados do Brasil" (ESTRELA D'ALVA*, 2020), com campeonatos locais, regionais, nacionais e a copa do mundo do *slam* que acontece todo ano em Paris. Há diversas outras competições, como o recente *slam Abya yala*, a Copa América do *slam,* ampliando a rede entre as Américas – seu primeiro amistoso aconteceu em março de 2021, *online* por conta da pandemia. Ao longo destes anos surgiram *slams* com especificidade de participantes*: Slam das Minas* – exclusivo para mulheres cis e trans; *Slam Marginália,* para pessoas trans; *Slam do corpo* – para pessoas surdas com interpretes*; Slam interescolar,* para estudantes de escolas públicas etc. E especificidades de tempo, como o *Menor Slam do Mundo,* com poemas de 10 segundos, o *Mini menor slam do mundo*, com poesias de 3 segundos, e o incrível *nano Slam,* com apenas 1 segundo.

As redes sociais exercem um papel importante na divulgação, informação e ampliação do alcance das poesias (SLAM RESISTÊNCIA, 2019), "eu tive um vídeo com mais de oito milhões de visualizações" (TAWANE THEODORO*, 2020). "A gente virou uma bomba de semente", acrescenta a voz de Del Chaves no documentário:

> (…) uma bomba de informação, explosões criativas, linguagens que percorrem caminhos digitais, caminhos urbanos, potencializando a escrita, a imaginação o raciocínio, o senso crítico, trazer cura emocional (SLAM RESISTÊNCIA, 2019).

No *slam* a participação é livre, quem desejar pode se inscrever. Apresenta algumas regras (que podem ser reestabelecidas): cada *slammer* tem até três minutos para apresentar sua poesia autoral, não é permitido uso de adereços, além da voz e do corpo. Da plateia, são escolhidas as pessoas para compor o júri. Durante a performance, quem escuta também se manifesta em alguma passagem da poesia e/ou em resposta a uma nota atribuída. Há também uma figura chamada *slammaster* – responsável pela organização e apresentação.

Dos alinhavos entre *slam* e universidade foram descortinados espaços em disputas e tensionamentos entre a lógica do mercado e o sentido público, das ruas, das universidade. Dicotomias e fronteiras embaralhadas, entre elas: a oralidade e a

escrita. “A poesia no *slam* se completa na fala, ela não é só uma criação de papel, ela precisa do corpo para existir (Luiza LOROZA**, 2021). Já nas arenas das universidades é a escrita que domina, o que caracteriza o conhecimento como “rigoroso” - uma versão unívoca; e “monumental” - assim como os monumentos, a escrita permanece, distanciando-se das práticas diárias (SANTOS, 2019, p. 90).

Apesar da oralidade se fazer presente no encontro cotidiano entre docentes e discentes, ela não pontua nas métricas que avaliam o conhecimento acadêmico, suas publicações e titulações. Um conhecimento que circula em um campo restrito de alcance. Dentre as pontes que se erguem nesta pesquisa, o encontro entre oralidade e escrita é um ponto que pede ampliação, desbloquear a escuta para vozes inaudíveis aos ouvidos padrões. Deixamos a seguinte questão para seguirmos:

> Como dar espaço à performance em contextos em que predominam os conhecimentos não-performativos e como valorizar a presença de conhecimentos orais em contextos dominados por conhecimentos escritos? (SANTOS, 2019, p. 93).

AS ESTRUTURAS DE SUSTENTAÇÃO

> Eu posso transitar por todos os lugares, precisamos ocupar esses espaços, as faculdades, as academias, as óperas, minha cor ali é política (KIMANI*, 2020).

As universidades exercem um papel importante na formação de profissionais que ocupam postos variados de trabalho na sociedade. Neste sentido, fazemos o seguinte questionamento: que corpos são ensinados como corpos na universidade? Aos descascarmos as paredes de concreto das universidades é possível ver os alicerces robustos que sustentam suas estruturas patriarcais e coloniais. Fortalecer o sentido público da universidade perpassa por romper com estas estruturas corroídas pelo tempo.

A ciência também foi construída nestas bases patriarcais e coloniais que nutriram (e ainda nutrem) o capitalismo, como mostra Silvia Federici, o que afeta há séculos a autonomia e liberdade em relação a nossos corpos de mulheres, desde a “demonização das práticas contraceptivas” (Silvia FEDERICI, 2017, p. 324) e, consequentemente, das parteiras, sob julgamento de bruxaria, pretexto do “caminho da racionalização científica” (p. 266). O parto passou a ser coisa de homem e “o corpo feminino – o útero – a serviço do aumento da população e da acumulação da força de

trabalho" (p. 326). O corpo das mulheres, propriedade em disputa sangrenta pelo Marido, Estado, Ciência, Igreja.

> Ser mulher é estar sendo constantemente invadida, retirada o direito de habitar o nosso próprio corpo com tranquilidade, sem sentir que vamos ser rechaçadas pela roupa que usamos, pelo que estudamos, pelo que falamos, pelos lugares que vamos. Quando temos autonomia e compreendemos que nosso corpo é nosso lugar primário de habitar o mundo, e isso ninguém tira da gente (MIDRIA*, 2020).

A caça às bruxas foi uma expropriação do corpo das mulheres, uma marca que ainda carregamos, como diz o poema: "nos olhos de cada menina ainda arde uma fogueira" (Nanda BARRETO, 2018, p.17). Fogueiras que cruzaram os mares nas caravelas carregadas de misoginia e racismo. "A definição da negritude e da feminilidade como marca da bestialidade, justificando também o tráfico e a morte de escravos, favorecendo a expansão colonial" (FEDERICI, 2017, p. 360). De um lado e de outro no oceano "perseguia-se o mesmo inimigo – Satã, usando a mesma linguagem e as mesmas condenações" (Maria Aparecida Silva BENTO 2002 p.9). A imagem de Satã ainda paira sobre nossas cabeças.

"Matas virgens, virgens mortas, a colonização foi um estupro" (Luiza ROMÃO, 2017). Assim nasceu o Brasil, "sob a égide da escravidão negra", ao mesmo tempo que se mantinha "próximo aos moldes europeus de civilização que consideravam negros e mestiços não civilizados e não civilizáveis" (BENTO, 2002, p.12). O biótipo da negra, do negro e dos povos originários desta terra tornam-se adjetivo, a estética dos criminosos, das degeneradas, que povoaram os hospitais psiquiátricos e ainda habitam o imaginário do medo, "estigmatizado, depreciado, desumanizado, adjetivado pejorativamente, ligado a figura demoníacas" (BENTO, 2002, p.13).

Uma colonização que também foi estética e que ainda habita as subjetividades, tal qual as balas perdidas do Estado que insistem em encontrar corpos negros. Há uma tolerância da violência com estes corpos, "vidas descartáveis" (Judith BUTLER, 2018). Adjetivos que também marcam os livros de história, os artigos científicos, as páginas policiais, que marcam os corpos que merecem viver ou morrer, quem merece ser ouvido, quem pode falar.

> No ensino médio, eu fui questionando muitas coisas, fui buscando ler outras coisas, na escola nossa história começa na escravidão, nas aulas de literatura a professora sempre falava bem de Iracema, aí eu li e achei um absurdo. Comecei a duvidar de tudo que aprendia na escola (MARIA DUDA*, 2020).

> Um dia, saindo do trabalho, passei pelo centro da cidade (em 2017), tava acontecendo uma roda de *slam.* De onde eu estava eu não ouvia, mas eu via que tinha um menino negro falando e pessoas em volta dele ouvindo. Aquilo me chamou atenção, porque pessoas negras dificilmente são escutadas, de longe não parecia violento, fiquei curiosa para saber o que dizia e o que as pessoas ouviam tão curiosas, quando me aproximei, tomei um choque, era poesia, poesia marginal, era as coisas que eu experienciava diariamente, e aquilo me tocou muito. Voltei para casa acreditando que eu podia fazer aquilo também (AGNES MARIÁ*, 2020).

> Eu como um corpo trans, chego no *slam*, que se não for trans, é majoritariamente cis, aí eu chegava no *slam,* mandava minhas poesias, eu sentia zero escuta, muitas vezes minhas questões de trans não conseguem penetrar a barreira política que existe na escuta (LEAL**, 2021).

O s*lam* é sobre "vozes que são ouvidas" (Estrela D'Alva, 2021), "pessoas que têm os mais diversos contextos e origens colocando suas pautas, reivindicando o lugar da mulher, do negro, as pautas LGBTQIA+" (ROMÃO, 2019). Por conta desta dinâmica democrática de circulação da palavra, o *slam* tem se mostrado uma ferramenta educativa: "não somos só poetas, somos artistas e mais que isso, somos produtoras de intelectualidade fora da academia" (AGNES MARIÁ*, 2020), "o que a gente faz é muito mais que uma escrita, é um registro histórico de quem nós somos (…) pergaminhos que ficam aí para a prosperidade (LOROZA**, 2021).

Além das ruas, o *slam* também se amplia para os cenários formais da educação: tornando-se uma ferramenta de ensino também no ambiente escolar, como mostram outras pesquisas (Lidiane VIANA, 2018, Lucimar Américo DANTAS, 2019 e Hélen Aparecida QUEIROZ, 2017). "O *slam* me ajuda a estudar, porque para eu falar do genocídio da juventude negra eu tenho que saber, então a poesia se liga totalmente na academia" (NATI DE POESIA*, 2020).

"Numa roda *slam* tu falas 3 minutos, se são 10 pessoas, fala 3 e ouve trinta, promove um diálogo que na escola não rola, é uma inércia, ninguém responde. A poesia permite conhecer meu aluno, o que está dentro", "a poesia brinca com a lógica da escola, onde se copia e pouco se produz coisas autorais" (Natália PAGOT, 2021). "A gente tá conseguindo vir com uma arte de rua fazer com que eles escrevam, o que eles quiserem. Dá para pensar a língua portuguesa mesmo como matéria, sem impor sobre o que eles vão escrever (TAWANE THEODORO*, 2020).

Voltando o olhar para estruturas das universidades, vale lembrar que as salas de aulas nem sempre foram/são espaços tão democráticos, no que envolve o acesso, a fala e a escuta. "Quem chega na universidade no Brasil?" (ESTRELA D'ALVA*, 2020). No que diz respeito às heranças patriarcais, a entrada das mulheres na

universidade é um fato recente na história brasileira, nos anos 1970 éramos apenas 25%, passando a maioria (53%) nos anos 2000 (Moema de Castro GUEDES, 2008), ocupando a maioria em 14 dos 20 cursos de maiores matriculas, como aponta o Censo de Educação Superior de 2017 (INEP, 2018, p.40). Apesar do crescente dos números acima ainda somos minoria nos cargos de direção, coordenação e nas publicações científicas (Andrea MORAES e Patrícia Silveira de FARIAS, 2018).

Estruturas patriarcais que adentram nossos lares. É importante salientar que a pandemia impactou a vida das mulheres: aumentando a sobrecarrega de afazeres domésticos, além do aumento de quase 40% nos casos de violências contra as mulheres, números que são ainda maiores entre as negras (Eliane COMOLI; Karen CANTO, 2020).

A universidade também apresenta suas heranças coloniais. No que diz respeito ao acesso, a lei das cotas para universidades federais, promulgada em 2012, já praticada anteriormente pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Universidade de Brasília (Unb), representou um avanço neste sentido. Como mostra o estudo realizado nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), os dados de 2018 demonstraram que a maioria das pessoas que estudam nestas instituições são negras (51,2%), cursaram o ensino médio em escolas públicas (64,7%) e vêm de famílias com renda mensal per capita de até um salário mínimo e meio (70,2%) (ANDIFES, 2018). Estatísticas que ainda não refletem nos postos de trabalho, nos cargos de prestígio e poder (Djamila RIBEIRO, 2019 p.49).

> As cotas estão aí! A gente vê a mudança. E a cultura da universidade está acompanhando? O carteiraço também funciona na universidade? Como é a paridade dos espaços de participação da universidade? Quais os interesses que estão em jogo? (Natália PAGOT, 2021).

O *slam* já está nas universidades, nas *slammers* universitárias, nas pesquisas, nos saguões, corredores, nas rimas que ocupam os espaços de movimentos e resistência estudantil. O *slam* também é encontro.

> Ano passado fizemos o primeiro *Slam* da USP, USP Perifa, para acolhida dos cotistas, havia o desejo de pautar a permanência, não só “sejam bem-vindos”, mas como eu vou permanecer na universidade? Como vou usar os auxílios? (…) nosso grito é “espaços negados, espaços ocupados”, nessa perspectiva de não ser só um slam, mas um espaço onde as pessoas pretas da universidade ficam juntas, escutam (MIDRIA*, 2020).

> Eu nunca vou esquecer que a Mel Duarte veio para Porto Alegre, a gente estava na ocupação de reitoria da universidade, que queriam alterar as cotas. Estava todo o movimento negro dentro da universidade, eu não conhecia ninguém, estudava em um curso que só tinha pessoas brancas, então eu não conhecia as pessoas pretas da universidade. Daqui a pouco uma guria falou: "tu sabe que a Mel Duarte, poeta, vai vir para cá?". Eu, disse: "poeta? Da minha idade? Viva?", e fui ver. Nesse dia, descobri que tinha muitos poetas vivos ao meu redor (…). Isso foi um giro na minha vida, e cá estou eu, super arte-educadora, querendo levar a poesia para todos lugares, tirei ela do esconderijo e joguei pro mundo. (PAGOT**, 2021)

COSTURAR UMA LÍNGUA QUE FAÇA PONTES PARA REFORMULAR O BABADO

> A gente precisa de novas palavras, as que a gente têm não dão conta (ESTRELA D'ALVA*, 2020).

As palavras contidas nas folhas brancas amareladas dos velhos dicionários não dão conta desta conversa. O corretor ortográfico do computador não conhecia a palavra branquitude, foi necessário adicioná-la para parar de aparecer como um equívoco de escrita. Pensar as palavras, costurá-las de sentido, corazoná-las. Tropeçar na própria minha língua. Um percurso na Educação e Saúde Coletiva que começa como nutricionista. Na Nutrição, aprendemos que a língua é um órgão sensorial e muscular, responsável pelo sentido do paladar, pela deglutição e a fala.

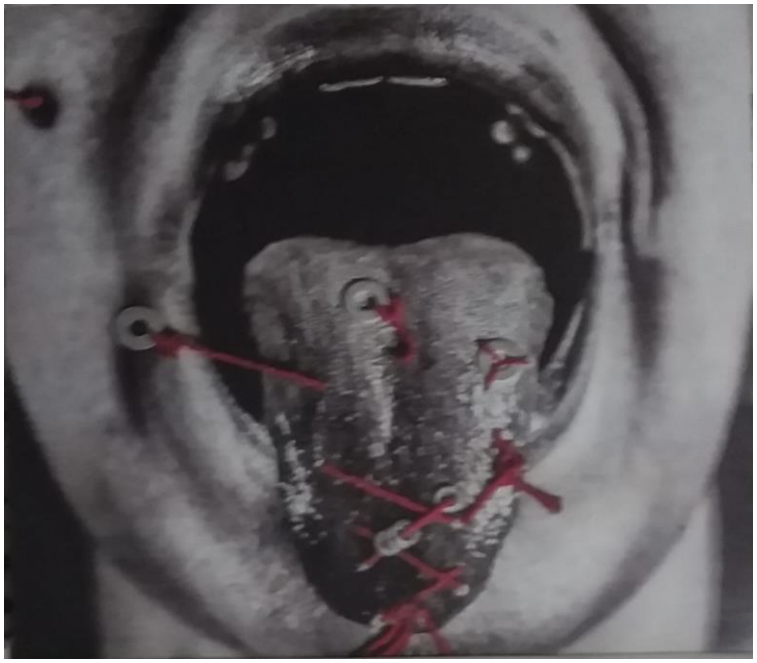
Na língua começa a digestão, não foi diferente nesta escrita. Algumas palavras foram indigestas, outras mais saborosas, houve aquelas mais nutritivas e também as calorias vazias, que devemos evitar o consumo para prevenir o adoecimento. Suely Rolnik faz um cerzido nesta costura, trazendo que na cultura Guarani, "quando a palavra se separa da alma é que as doenças acontecem", e "garganta" significa "ninho das palavras-almas" (2018, p.26). A escritora bell hooks (2017), em seu livro Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade, tem um capítulo intitulado A língua: ensinando novos mundos/novas palavras, o qual começa assim:

> Com o desejo, a língua rebenta, se recusa estar contida dentro de fronteiras. Fala a si mesma contra a nossa vontade, em palavras e pensamentos que invadem e até violam os espaços mais privados da mente e do corpo. [...] A mudança no modo de pensar sobre a língua e sobre como a usamos necessariamente alerta o modo como sabemos o que sabemos ((HOOKS, 2017, p. 223; 231).

A língua, porta de entrada do corpo, tapete vermelho pelo qual a voz sai. "O grão da voz concerne, sobretudo, ao modo como, por meio da volúpia da emissão

sonora, a voz trabalha com a língua" (Adriana CAVARERO, 211, p. 30). Para costurar uma língua, além da Nutrição e da gramática, foi na arte que encontramos referências importantes para os alinhavos desta língua em artesania.

Figura 1 – Sangria.



Fonte: obra de Luiza Romão, 2017.

A ideia de costurar uma língua, seguida pela imagem de Luiza Romão (Figura 1), provocou efeitos em quem leu o projeto de tese. "A imagem da Luiza me trouxe o susto, o mal-estar de uma língua lacerada, que pede remendo", disse Pâmela Marconatto Marques na banca. Suely Rolnik (2018) fala sobre a necessidade de suportar o mal-estar para que uma transformação aconteça. Costurar uma língua tem a ver com isso. Há que suportar a costura, o mal-estar de furar a carne para o ponto.

Costurar: verbo regular, (in)transitivo. Para pensar os verbos também encontrei inspiração em Ivone Gerbara e Débora Diniz, em suas *lives* de sexta à noite: Esperança feminista em doze verbos (Ivone GERBARA e Débora DINIZ, 2020). Pensar o sentido dos verbos é pensar a ética das ações que os conjuga. O costurar e a costura se fazem presentes nas vidas de muitas mulheres, costura-se para fazer pequenos reparos na roupa da família, fazer as próprias roupas, como um rendimento almejando autonomia financeira. Costura-se para fora, costura-se para dentro.

> Boa parte da transformação que temos no Brasil e no mundo, sobretudo no campo artístico, tem a ver com a entrada destes corpos - pessoas pretas, racializadas indígenas, desertoras de gênero e sexualidade, estão empurrando a criação artística do mundo para frente, em todos os campos,

> na música, no pensamento, estão reformulando o babado, é um movimento contraditório, porque as pessoas trans seguem morrendo na rua, com uma expectativa de vida de 35 anos, vocês recita uma poesia no *slam* e chega em casa e às vezes não tem o que comer, é um quadro extremamente contraditório, mas esses corpos estão entrando e estão mudando a cena (LEAL**, 2021)

Costurar uma língua passa por reformular o babado, reparar, fazer bainhas, ajuster, reciclar, fazer nova, cerzir, coser, arrematar, juntar pontas, abrir ou fechar espaços, tais como, as casas grandes por onde passam os botões perolados que abotoam as camisas brancas do patriarca colonizador que habita nossas línguas. Enquanto houver língua há que cuidá-la para que aquela camada branca, conhecida por saburra, não se acumule, causando mau hálito. Costurar uma língua como reparação, criação, artesania, como arremata Rolnik (2017, p. 90):

> Não para voltar às formas do passado, mas para inventar outras, em função dos gêrmens de futuros incubados no presente. Só assim é que a ideia de reapropriar-se da força coletiva de criação e cooperação, meio indeclinável para combater o atual estado de coisas, tem chance de sair do papel e dos sonhos utópicos para tornar-se realidade (ROLNIK, 2017, p. 90).

Que esta conversa além fazer reparos na língua, rompendo com o “o” universal que invisibiliza existências, também possa “desatar os nós que estes afetos produzem na garganta”, para que novas palavras possam ser geminadas, “embriões de futuro”, “para além do sufoco” (ROLNIK, 2018, p. 27).

> É preciso desapegar do passado, virar o disco, virar a página, superar o sistema binário, ampliar o vocabulário, plasmar vitórias, pela maior disputa, que é pelo imaginário (ESTRELA D’ALVA, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao ajustar o foco para as ondas sonoras dos *podcasts*, me afastei um pouco do *slam* e me aproximei das *slammers*, de suas narrativas poéticas e de vidas, de como o *slam* reverbera para além das arenas das ruas e ressoa nas microarenas do cotidiano, em cada qual da sua forma. O *slam* faz tessituras educativas – na rua, na universidade, no bar, escola, presídios etc.

Escutar as *slammres*, seja em uma arena ou em *podcasts,* provoca sensações que convocam a cavocar as camadas mais íntimas que pintam de branco a epiderme,

descascar privilégios, como quem descasca uma parede, suas várias camadas até chegar na estrutura. Estruturas duras que balançam nas poesias destas mulheres. É a estrutura que me interessa. Se não houver uma ruptura com estas estruturas de fato não haverá transformação em ato.

> A dor tira a venda dos olhos, te faz enxergar, falando assim de pessoas que estão num lugar de privilégio, aí quando escuta a gente falando, recitando, essa pessoa cai em si, quando essa pessoa vê a dor ela cai em si, é um xororo "me deus que tipo de pessoa eu sou?" Nunca vi estes corpos. Falar da dor nos torna visíveis (JAZZ*, 2020).

Tal qual diz Rita Segato (2020), as normas, leis e regras são importantes, no entanto, só terão efetividade quando "ganharem vigência simbólica na consciência das pessoas", eis o papel da Educação. Neste ponto, Segato dialoga com Rolnik, que marca a importância de acessarmos as camadas mais íntimas da micropolítica, chegarmos nas piadas de almoço de domingo, adentrar as papilas sensitivas da língua, os verbos e as ações que conjugamos com nossos corpos. Para Rolnik (2018), acessar esta camada é fundamental para que a transformação aconteça, frequentemente deixada de lado nas discussões políticas e intelectuais. Cavocar essas camadas interseccionais (Carla AKOTIRENE, 2019) é vital, pois é na vida privada que muitas de nós morremos. Acessar essa camada é um desafio para quem ensina a cuidar e a educar. Um giro ético necessário para uma educação que pretende se descolonizar.

"A palavra do momento, de ordem, a mais importante é descolonizar" (ESTRELA D'ALVA, 2019) – desafio em ato contínuo individual e coletivo, que envolve: "descolonizar o conhecimento" (MALDONADO-TORRES, 2019); "as nossas metodologias de pesquisa" (SANTOS, 2019); "os currículos" (XAVIER, 2021); o inconsciente (ROLNIK, 2018); o amor (HOOKS, 2010). Descolonizar, verbo que se conjuga na desconstrução como um jogo de tetris ao revés. Uma conjugação cheia trava-línguas, de ausência de repertório no corpo para tal, provocando o desafio de costurar uma língua como artesania, como um ato de erguer pontes.

Uma escuta que convoca eticamente. Ouvir *slammers* faz parte deste processo continuo e necessário de encontrar o colonizador patriarca que nos habita, que habita as instituições. Aprender com a poesia da quebrada pistas para fortalecer a universidade enquanto instituição pública de ensino, a pensarmos como acontece a escuta em seus espaços. Democratizar espaços democráticos. Libertar a palavra da

exclusividade da escrita. Colocar a voz em circulação. A poesia de rua como professora para academia. Não se trata de transformar poesia em ciência, mas trazê-la como uma referência possível, como documento, como memória, como palavra que acessa lugares outros em nós, como uma forma de tornar o corpo mais poroso, mais sensível, de aproximar a palavra da alma como processo de cura. Na poesia, na arte, a palavra anda mais perto da alma. Seguimos.

REFERÊNCIAS

AGNES MARIÁ. Minas Pretas: Agnes e Valentine. IN: PRETALAB. PretaPod(e). **Episódio 6**. 2020. Diponível em: https://www.pretalab.com/pretapode. Acesso em: 30/06/2021.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade.** São Paulo: Sueli Carneiro; Polén, 2019.

ARRUDA, Rogério Pereira; SODRÉ, *Elaine Leonara de Vargas; CARDOSO FILHO, Advaldo da Assunção.* O Projeto de Extensão "Vozes da História" se reinventa com o Podcast "Vozes na Pandemia". **Expressa Extensão**. ISSN 2358-8195 , v. 26, n. 1, p. 559-573, JAN-ABR, 2021. Disponível em: https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/expressaextensao/article/view/19641. Acesso em: 01/04/2021.

ASSOCIAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR (ANDIFES). **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018.** Relatório Executivo. Uberlândia, maio de 2019. Disponível em: https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf. Acesso em: 20/06/2021.

BARRETO, Nanda. **Manual de incertezas.** São Paulo: Patuá, 2018.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e Branquitude no Brasil. In: Iray Carone, Maria Aparecida Bento (organizadoras). **Psicologia Social do Racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. (25-58). Disponível em: http://www.media.ceert.org.br/portal-3/pdf/publicacoes/branqueamento-e-branquitude-no-brasil.pdf. Acesso em: 15/05/2021.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas:** notas para uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1ª ed. 2018.

CAVARERO, Adriana. **Vozes plurais:** filosofia da expressão vocal. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

COMOLI, Eliane; CANTO, Karen. **Pandemia impacta mais a vida das mulheres**. Unicamp. 18 de agosto de 2020. Diponível em:

https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2020/08/19/pandemia-impacta-mais-vida-das-mulheres. Acesso em 10/05/2021.

DANTAS, Lucimar Américo. **Poetry Slam:** uma experiência com a linguagem poética e seus vínculos com a cultura e a vida. Uberlândia. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal de Uberlândia, 2019.

ESTRELA D'ALVA, Roberta. Minas Pretas: Roberta Estrela D'Alva. . IN: PRETALAB. PretaPod(e). **Episódio 1**. 2020. Diponível em: https://www.pretalab.com/pretapode. Acesso em: 30/06/2021.

ESTRELA D'ALVA, Roberta. SLAM: voz de levante. **Rebento**, São Paulo, n. 10, p. 268-286, junho 2019. Disponível em: http://www.periodicos.ia.unesp.br/index.php/rebento/article/view/360. Acesso em: 01/06/2021.

ESTRELA D'ALVA, Roberta. **Slam Resistência**. 2016 Disponível em: https://www.facebook.com/737426116340110/videos/1207021609380556. Acesso em: 03/06/2021.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa:** mulheres, corpo e a acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FIOCRUZ, Fundação Oswaldo Cruz. **Boletim Observatório Covid-19.** 16 de março de 2021. Disponível em: https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/boletim_extraordinario_2021-marco-16-red-red-red.pdf. Acesso em: 18/03/2021.

FLUP, Festa Literária das Periferias. **Sobre a FLUP**. 2021. Disponível em: https://www.flup.net.br/sobre-a-flup. Acesso em: 26/06/2021.

FREIRE, Eugênio Paccelli Aguiar. Podcast: breve história de uma nova tecnologia educacional. **Educação em Revista**, Marília, v.18, n.2, p. 55-70, Jul.-Dez., 2017. Disponível em: https://doi.org/10.36311/2236-5192.2017.v18n2.05.p55. Acesso em: 30/03/2021.

GUEDES, Moema de Castro. A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações: desconstruindo a idéia da universidade como espaço masculino. **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, Rio de Janeiro. v.15, suplemento, p.117-132, jun. 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/hcsm/v15s0/06.pdf. Acesso em: 07/06/2021.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir:** a educação como prática da liberdade. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2ª ed. 2017.

HOOKS, bell. **Tudo sobre o amor:** novas perspectivas. São Paulo: Elefante, 2020.

INSTITUTO DE ESTUDOS E PESQUISA EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2017.** Brasília, 2019. Disponível em:

http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/resumo_tecnicoresumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2017.pdf. Acesso em: 20/09/20.

JAZZ. Minas Pretas: Jazz e Kika.. IN: PRETALAB. PretaPod(e). **Episódio 5**. 2020. Diponível em: https://www.pretalab.com/pretapode. Acesso em: 30/06/2021.

KASTRUP, Virgínia. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana. **Pistas do método da cartografia:** Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2015.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação:** Episódios de racismo cotidiano**.** Rio de Janeiro: Cobogó, 1ª ed. 2019.

KIMANI. Minas Pretas: Kimani e Mídria. IN: PRETALAB. PretaPod(e). **Episódio 2**. 2020. Diponível em: https://www.pretalab.com/pretapode. Acesso em: 30/06/2021.

LEAL, Abigail Campos. Pimenta no Cúir com Abigail Campos Leal + Luiza Loroza (episódio de podcast). IN; FLUP (podcast). **Episódio 3.** 2021. Disponível em: https://open.spotify.com/episode/63iisSXpvD3rQfUp3zykOx. Acesso em: 01/07/2021.

LOROZA, Luiza. Pimenta no Cúir com Abigail Campos Leal + Luiza Loroza (episódio de podcast). IN; FLUP (podcast). **Episódio 3.** 2021. Disponível em: https://open.spotify.com/episode/63iisSXpvD3rQfUp3zykOx. Acesso em: 01/07/2021.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade: algumas dimensões básicas. Organizadores: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFOGUEL, Ramón. In: **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2ª ed. 2019.

MARIA DUDA. Minas Pretas: Maria Duda e Luna Vitrolira. IN: PRETALAB. PretaPod(e). **Episódio 3**. 2020. Diponível em: https://www.pretalab.com/pretapode.Acesso em: 30/06/2021.

MIDRIA. Minas Pretas: Maria Duda e Luna Vitrolira. IN: PRETALAB. PretaPod(e). **Episódio 3**. 2020. Diponível em: https://www.pretalab.com/pretapode. Acesso em: 30/06/2021.

NATI DE POESIA. Minas Pretas: Rool e Nati de Poesia. IN: PRETALAB. PretaPod(e). **Episódio 9**. 2020. Diponível em: https://www.pretalab.com/pretapode. Acesso em: 30/06/2021.

PAGOT, Natália. Pimenta no Cúir com Natalia Pagot + Patrícia Meira. In: FLUP. Episódio 5. Disponível em: https://open.spotify.com/episode/72Z1ZrvMGPXPSP4Bj1fTOG. Acesso em: 01/07/2021.

PAGOT, Natália. I Seminário Interseccionalidades e democracia nas escolas: o espaço da negritude. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência**. Porto Alegre, 2021.

POETAS VIVOS. **Toma Rajada!.** 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=FeEkJPTsiXw. Acesso em: 25/06/2021.

QUEIROZ, Hélen Aparecida. **A Poesia em Territórios Improváveis:** Jovens de Periferia em Cena. Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2017.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista.** São Paulo: Companhia das Letras, 1ª ed. 2019.

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2ª ed. 2014.

ROLNIK, Suely. **Esferas da Insurreição:** notas para uma vida não cafetinada. São Paulo: n-1 edições, 2018.

ROMÃO, Luiza Sousa. **Sangria**. São Paulo: Edição do Autor: Selo do Burro, 1ª ed. 2017.

ROMÃO, Luiza. Dez anos de slam no Brasil: uma conversa com Luiza Romão sobre literatura e feminismo. In: PAIXÃO, Mayara. **Brasil de Fato**. São, Paulo, 2019. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2019/01/11/dez-anos-de-slam-no-brasil-uma-conversa-com-luiza-romao-sobre-literatura-e-feminismo/. Acesso em: 26/06/2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O fim do império cognitivo:** a afirmação das epistemologias do Sul. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 1ª ed. 2019.

SEGATO, Rita Laura. Sesión inaugural del curso Políticas Universitarias para la Igualdad de Género. TVUNAN. 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=-8fiE_3q7mw. Acesso em: 20/06/2021.

SIQUEIRA, Paula. (2005). “Ser afetado”, de Jeanne Favret-Saada. ***Cadernos De Campo.*** *São Paulo: 13*(13), 155-161. 2005 Disponível em: https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v13i13p155-161. Acesso em: 24/06/2021.

SLAM RESISTÊNCIA. **Documentário uma Ágora do Agora**. 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=9xvcLSj-Ico. Acesso em: 26/06/2021.

TAWANE THEODORO. MinasPretas: Tawane e Briela G. IN: PRETALAB. PretaPod(e). **Episódio 7**. 2020. Diponível em: https://www.pretalab.com/pretapode. Acesso em: 30/06/2021.

VIANA, Lidiane. **Poetry Slam na Escola:** embate de vozes entre tradição e resistência. São Paulo. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Estadual Paulista (UNESP), 2018.

ZAMBRANO, Maria. **Hacia un saber sobre el alma**. Alianza editorial: Madrid, 2008.

ZUMTHOR, Paul. **Performance, recepção, leitura.** São Paulo: Ubu Editora, 2018.

* Artigo recebido em 7 de julho de 2021,
aprovado em 28 de outubro de 2021.

MULHERES QUE AO DESVIAR DAS CATEGORIAS FIXAS ENSINAM A RE-PENSAR GÊNERO E A RE-COMPOR UM PROJETO CIVILIZATÓRIO DESDE O CHÃO DOS TERRITÓRIOS

WOMEN WHO, BY DEVIATION FROM THE FIXED CATEGORIES, TEACH TO RETHINK GENDER AND TO RE-COMPOSE A CIVILIZATION PROJECT FROM THE GROUNDS OF THE TERRITORIES

MUJERES QUE, DESVIÁNDOSE DE LAS CATEGORÍAS FIJAS, ENSEÑAN A REPENSAR EL GÉNERO Y A RECOMPONER UN PROYECTO DE CIVILIZACIÓN DESDE LOS SUELOS DE LOS TERRITORIOS

Patrícia Gonçalves Pereira [116]

Resumo
O presente ensaio é tecido a partir das experiências vividas em um território negro, na cidade de Porto Alegre. Não se trata de mobilizar lentes de gênero externas à comunidade para extrair delas conclusões totalizantes. Trata-se de ir percebendo, com cuidado, como se dão, em território quilombola, os combates em que as mulheres são aquelas que se levantam para lutar. Faremos isso, sobretudo, a partir dos diários de campo da autora, estabelecendo um recorte entre o período de 2017 e 2018[117]. A proposta é mobilizar alguns excertos desses diários de campo atraídos pela chamada deste dossiê e ir tecendo reflexões em aliança com novas parcerias teóricas. Percebe-se a reconstituição de narrativas sobre mulheres quando se criam estratégias para que suas vozes ecoem revelando outro projeto civilizatório.
Palavras-Chave: Quilombos-urbanos; mulheres; projeto-civilizatório

Abstract

[116] Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Contato: pgpbio8@gmail.com

[117] O teor central contido neste artigo é fruto do esforço acadêmico-político empreendido na dissertação de mestrado: “O Quilombo dos Machado e a pedagogia da ginga: deslocamentos em busca da vida” (PATRÍCIA PEREIRA, 2019). Escrever a partir daí é também uma tentativa de fazer com que as experiências da vida acadêmica, rendam mais. Compreendendo que sempre é possível revisitar o pensamento, permitindo novas flexões das dobras conceituais propostas pelas pessoas que escrevem a vida com seus corpos a partir dos territórios. A atuação da autora se mantém, na atualidade, junto ao território, no caráter político e acadêmico. Neste artigo, conto com a atenção especial da professora coorientadora Pâmela Marconatto Marques, através da leitura, discussões e reflexões importantes acerca da temática que nos envolve. A professora também acompanha as mulheres da comunidade nos pontos relacionados à educação e saúde. Utilizo o plural e singular para localizar momentos dessas discussões, no entanto, entendo que todo o pensamento é fruto da coletividade.

This essay is woven from the experiences lived in a black territory in the city of Porto Alegre. It is not a question of mobilizing gender lenses strange to the community to draw totalizing from them. It is, rather, about following, with care, the fights in quilombola territory in which women are the ones who stand up to fight. We will do this, above all, from the field diaries of the, establishing a time period between 2017 and 2018. The proposal is to mobilize some excerpts from these field diaries attracted by the call for this dossier and to build reflections in alliance with new theoretical partnerships. The reconstitution of narratives about women is perceived when strategies are created so that their voices echo, revealing another civilizing project.
Key words: Urban-Quilombos; women; civilization-project

Resumen
Este ensayo está tejido a partir de experiencias vividas en un territorio negro, en la ciudad de Porto Alegre. No se trata de movilizar lentes de género ajenas a la comunidad para sacar de ellas conclusiones totalizadoras. Se trata, más bien, de darse cuenta, con cuidado, de cómo, en territorio quilombola, se están produciendo los combates en los que las mujeres son las que se ponen de pie para luchar. Lo haremos, sobre todo, a partir de los diarios de campo de la autora, estableciendo un corte entre el período 2017 y 2018. La propuesta es movilizar algunos extractos de estos diarios de campo atraídos por la convocatoria de este dossier y seguir tejiendo reflexiones en alianza con nuevas parejas teóricas. La reconstitución de narrativas sobre las mujeres se percibe cuando se crean estrategias para que sus voces resuenen, revelando otro proyecto civilizador.
Palabras clave: Quilombos urbanos; mujeres; proyecto de civilización

INTRODUÇÃO

Há quem diga que não se vive apenas uma crise sanitária e econômica, principalmente num país onde se denuncia a condição da não democracia de fato. Essa constatação tem origem na problemática étnico-racial, que hierarquiza e segrega a sociedade brasileira, escondida em meio ao *mito da democracia racial* (Nilma Lino GOMES, 2005)[118]. A pesquisadora Kota Mulanji (2021)[119] propõe que o nosso problema social é muito anterior ao atual período caótico que estamos atravessando. Para ela, o que vivemos é uma crise civilizatória e, também, comunicacional. A crise civilizatória foi deflagrada desde o início da colonização das Américas e as

[118] Seguimos a perspectiva de "análise sociológica" proposta por Nilma Lino Gomes (2005,p.55), Professora Emérita e ex-Ministra, que "vê o mito com um sentido ideológico, ou seja, como uma narrativa construída com a intenção de falsear uma dada realidade", que nega o fato que, no Brasil, existam desigualdades sociais em função do racismo. Sinalizamos como perceptível e vigoroso o esforço de intelectuais ligadas/os aos movimentos sociais, em organizar contribuições teóricas potentes para romper com esta compreensão, amplamente difundida desde a sistematização de Gilberto Freyre, a partir de 1930. Vide NILMA GOMES (2005, p.56-59).
[119] Kota Mulanji (Regina Nogueira), médica e presidente do Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos de Matriz Africana (Fonsanpotma).

problemáticas comunicacionais da atualidade se estabeleceram desde então.

Não é difícil compreendermos os elementos que compõem essa análise, se pensarmos que culturas distintas, com modos de vida próprios, precisam criar estratégias para se comunicar e realizar seus acordos. No entanto, isso só ocorre se não há um processo de hierarquização pré-estabelecido e se não há uma intencionalidade de domínio de uma cultura sobre a outra. Quando elementos de uma suposta superioridade estão estabelecidos, as gerações que vivenciam o contato/confronto convivem com o estado de guerra que se instala e as gerações futuras, miscigenadas, carregarão os traumas, as marcas e viverão os diferentes estados de guerra que seguirão se propagando.

Isso porque o intuito conquistador permanece entre os herdeiros do pensamento colonizador, via relação opressor-oprimido, interagindo através do espaço-tempo como se seguissem a flecha do desenvolvimento infinito, onde é preciso conquistar territórios, transformar vida em produto, vender e acumular dinheiro para comprar mercadorias. Outras lógicas relacionais são desconsideradas pela cultura dominante, pois se determina que: o que é *diferente do projeto ocidental-branco* não possui *condições civilizatórias à altura de garantir a vida e seus modos de fluir.* Nesse sentido, doentiamente segue-se destruindo o mundo.

Em trabalho desenvolvido junto aos territórios em (r)existência, a partir de referenciais negros/afro-indígenas, na cidade de Porto Alegre, percebemos que os quilombos urbanos oferecem outras possibilidades de relação com o espaço-tempo, *outro projeto civilizatório* via tramas comunitárias que sustentam estes territórios, enfrentando diversos desafios.

No âmbito das disputas de narrativas, existem tentativas de universalizar as nossas distintas experiências, padronizando as possibilidades de resolução dos nossos conflitos. No entanto, se compreende que estes modelos padronizantes seguem uma lógica fabril e mercantilizadora da vida, que não está implicada, necessariamente, com a gestação do planeta, onde vivemos e morremos. Suas ações demonstram muito mais comprometimento com a geração de desenvolvimento infinito – e, portanto, não só extra-humano, mas extraterrestre, como já sinalizou Krenak (2020). Trazemos esta provocação por meio do convite à leitura e escuta de algumas singularidades mobilizadas pelo campo desta pesquisa - o que não é uma tarefa fácil - mas traz grande potencial aglutinador. Percebendo possibilidades de revisão da crise civilizatória, olhando ao nosso redor para que comecemos a nos entender e nos

comunicar com outras estratégias existentes. Assim, fazemos um convite ao "*nós"* que deseja estar junto.

O quilombo dos Machado, território que cria as condições de emergência deste trabalho, enfrenta, na justiça, uma disputa territorial-civilizatória contra a corporação Walmart[120], na capital mais segregada do Brasil[121]. As mulheres desse território vivenciam desafios complexos, tramando, mais do que lutas por direitos, redes de combate e defesa da vida, onde se faz vencer a relação comunitária diante de projetos de morte impostos pelo progresso colonial capitalista-civilizatório. Elas, que nunca param de suspeitar das promessas de "vida melhor" oferecidas pelo capital e seus agentes, muitas vezes são categorizadas e fixadas em estereótipos sociais determinados pelo olhar do outro, que ora as considera selvagens/ indomáveis/ rebeldes, ora dóceis/ ingênuas/ ignorantes, carentes/pobres/famintas. No imaginário social hegemônico, estes corpos não ocupam lugar de produtoras de conhecimento, de solucionadoras de conflitos, de elaboradoras da vida.

Para conduzir nossas reflexões, destacamos ainda que, enquanto a Sociologia foi criada, como disciplina, para analisar as questões emergentes das sociedades europeias, a Antropologia foi inventada para analisar as sociedades de um *outro* alegórico, primitivo, alvo do projeto de desenvolvimento do conquistador europeu. Não pretendemos estabelecer alianças com nenhuma das duas formas do fazer-pesquisador, preferimos estabelecê-las com as formas de pensar a vida que estas mulheres compartilham conosco, uma ciência do pensar-com e de maneira implicada, aos moldes do que vem propondo Tim Ingold (2015) e Leyva Solano & Shannon Speed (2018).

Nesse caminho, buscamos novas alianças com o legado da incontornável intelectual brasileira Lélia Gonzalez. Para ela, é a partir das diferentes realidades, geopoliticamente localizadas, que se experimenta e produz contribuições específicas para a consolidação de um mundo resultante do processo de colonização. Segundo a autora:

> Assumindo a nossa Amefricanidade, podemos ultrapassar uma visão idealizada, imaginária ou mitificada da África e, ao mesmo tempo, voltar

[120] Para compreender o conflito recomendamos a leitura da dissertação "O Quilombo dos Machado e Pedagogia da Ginga: deslocamentos em busca da vida" (PEREIRA, 2019).
[121] Porto Alegre é a capital mais segregada do Brasil segundo o Mapa Racial do Brasil de MIRIANI *et all.* 2015. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/especial/2015/12/16/O-que-o-mapa-racial-do-Brasil-revela-sobre-a-segrega%C3%A7%C3%A3o-no-pa%C3%ADs>. Acesso em: 24 de jul. 2020.

> nosso olhar para a realidade em que vivem todos os americanos do continente. (GONZALEZ, 2020a, p.136).

Assim, nos encaminhamos para as consolidações necessárias a um mundo livre de opressões. Estas contribuições são evidenciadas nas resistências históricas de indígenas, africanos e seus descendentes, abarcando os frutos da miscigenação, que constituem o território americano. Lélia Gonzalez compreendia que havia possibilidades de se enfrentar os impactos da colonização, tendo em vista a capacidade de reinvenção a partir da fratura provocada por este evento, que podemos afirmar contínuo ao longo da nossa história. O que mais nos chama a atenção na elaboração dessa intelectual é a importância dada por ela à necessidade de valorizarmos a comunicação entre nós, para superar nossos problemas comuns. Para a autora: "A dureza dos sistemas fez com que a comunidade negra se unisse e lutasse, em diferentes níveis, contra todas as formas de opressão racista" (GONZALEZ, 2020a, p. 132). É com este anúncio que seguimos para os desdobramentos pulsantes das estratégias de defesa das mulheres do Quilombo dos Machado. No corpo deste trabalho, apresentaremos fagulhas de experiências vivenciadas com elas, nuances de suas biografias, selecionadas por sua potência em fazer vê-las como incontornáveis agentes políticas em chave comunitária.

COMUNICAÇÃO: PALAVRAS, CONTEXTOS E GINGA[122]

A primeira experiência a ser compartilhada foi vivenciada durante uma roda de conversa proposta às mulheres do Quilombo dos Machado sobre as dinâmicas do patriarcado em suas vidas. Durante essa vivência, usei a seleção de fotos pesquisadas sobre a comunidade para estimular as recordações e entender melhor como elas se viam nos espaços de disputa. Arenas que se erguiam, por vezes, nas ruas no entorno da comunidade, por vezes nas ruas centrais de Porto Alegre, e, outras, dentro de estabelecimentos de instituições públicas. Em alguns destes espaços institucionais, enfrentavam diretamente o Estado, colocando seus corpos no combate sem intermediários, como no caso da ocupação que fizeram no Departamento Municipal de Água e Esgoto (DMAE), quando houve a recusa do fornecimento de água para as famílias da comunidade. Noutros, enfrentavam seus

[122] A partir deste item traremos a narrativa em primeira pessoa, pois se tratam dos excertos da dissertação de mestrado da primeira autora, com algumas reflexões atuais.

oponentes do setor privado em parcerias provisórias e estratégicas com os magistrados.

Em minha pesquisa, buscava, junto a elas, entender estes complexos cenários, no qual os corpos-saberes destas mulheres em luta se posicionavam sempre como transgressores por sua incontornabilidade, pois eram vistas como aquelas que violam as “regras da normalidade”. Isso porque “não é normal” que “mulheres de bem” estejam em quaisquer que sejam os espaços acima citados, atrapalhando os seus fluxos habituais de funcionamento. Todavia, para além deste entendimento, também buscava a compreensão de como elas vivenciavam as manifestações do poder patriarcal no dia a dia, já que estas questões não estavam tão evidentes para mim e sentia que havia a necessidade de um momento exclusivo para falarmos sobre isso.

Figura 1 – Mulheres em luta durante as Manifestações de 2013.

Fonte: Acervo Frente Quilombola RS

Figura 2 – Mulheres e crianças da comunidade.

Fonte: Acervo Frente Quilombola RS

Figura 3 – Protesto na Av. Sertório contra a Ordem de Despejo.

Fonte: Acervo Frente Quilombola RS

Figura 4 – Comunidade na Audiência de Reintegração de Posse em 2013.

Fonte: Acervo da comunidade

Figura 5 – Lideranças em mesa de negociação na Audiência de Reintegração de Posse em 2013.

Fonte: Acervo da comunidade. Eliane, Jamaica (lideranças comunitárias), Onir Araújo (advogado), representação do INCRA, empresários e advogados de acusação. Fonte: Acervo da comunidade

Eu esperava escutar algumas delas se pronunciarem mais a partir de certas perguntas disparadoras. Esperava que elas comentassem sobre como sentem e vivenciam situações de imposição de poder/vantagem masculina, por exemplo: sobre as dificuldades de ter que criar seus filhos muitas vezes sem os companheiros, os

momentos das manifestações em espaços públicos, os momentos de discursar e as situações de alcoolismo (se houvesse). Conhecendo a potência de cada um dos atores do território, não esperava e nem desejava atiçar dissidências. Como bem afirma Houria Boutedja (2016), sabemos, sujeitas coloniais que somos, que as ressonâncias do patriarcado colonial nos territórios não brancos são responsáveis por boa parte das tensões vividas pelas famílias. Ao mesmo tempo, e, também, com Houria, não ignoro o papel dessas mulheres na construção das condições de um amor revolucionário. Um sentimento capaz de dar conta, de suportar e de investir contra essas ressonâncias espúrias, de criar condições para que elas sejam vistas, processadas, para que tenham destino ético, dentro dos territórios, tendo sempre em vista horizontes de "suficiente harmonia", como menciona Lorena Cabnal (2010).

Contudo, como orienta Angela Davis, para que isso fosse possível eu precisava me permitir as surpresas, torná-las produtivas, e não ficar presa a formas de controle e categorias para reafirmar os resultados esperados, o que é inclusive entediante, de acordo com Davis (2018, p. 98). Silvia Cusicanqui (2017) também fortalece este pensamento, nos estimulando a interpretar as situações e contextos sem incorrer em rigidez conceitual imutável. Entendo a impossibilidade de compromissos eternos, porque há circunstâncias que precisam de flexibilidade para sua resolução.

Agora proponho uma desaceleração para dar conta do modo como a Preta me impressionou durante a conversa. Ela é a mais nova entre os três irmãos da família Machado, com seus 35 anos de idade. Foi mãe solteira, assim como muitas mulheres da periferia. Hoje, tem um pequeno estabelecimento comercial na comunidade, uma lancheria digna dos melhores lanches que já comi em Porto Alegre, a melhor porção de fritas certamente, e os preços extremamente justos. Além de tocar a lancheria junto ao seu atual companheiro, dividindo todo trabalho interno, ela faz tele-entrega de lanches e em alguns dias da semana é diarista, "trabalha na faxina nas casas dos ricos" como elas falam na comunidade. Não esquecendo de toda a organização e do trabalho doméstico que desenvolve em sua casa, com o qual colabora a sua filha Maiara, que está com 12 anos. Preta trabalha desde cedo, já passou por muitas experiências empregatícias, a maior parte delas como empregada doméstica informal, sem garantias dos direitos trabalhistas, outra realidade extremamente comum às pessoas trabalhadoras das periferias. Como foi mãe solteira, contou muito com a rede familiar para a criação de sua filha, afilhada também dos tios Rodrede e Jamaica.

A caçula dos irmãos Machado não falou muito durante o momento da

discussão em grupo. Cheguei a fazer perguntas direcionadas especificamente a ela, perguntei sobre as dificuldades de ser mãe solteira, se ela havia passado por alguma, e ela me respondeu: “Não, o relacionamento não deu certo[...]. Criei a Maiara sozinha, os guris [Rodrede e Jamaica] sempre me ajudaram. Nunca parei de trabalhar” (PRETA, 2018)[123]. Lembrei, por um momento, de uma das recordações de Preta do seu tempo de escola, quando era atacada por colegas que a chamavam de “negra” e outras expressões moduladas no sentido pejorativo, fazendo provocações; ela recebera instruções de sua mãe, a Mia[124], para revidar sempre que isso acontecesse. Portanto, ela brigava com seus colegas, não aceitando as formas violentas de racismo. Preta sofria retaliações institucionais, seus colegas não. Ela chegou a repetir o ano por ser “brigona”, seus colegas não. Mas o que a escola não soube ensinar a Preta, ela já havia aprendido em casa, na família. Conseguiu apoio com os seus para superar e aprender a dançar com os desafios da vida. Ela soube dar a negativa[125], protegeu-se de forma essencial, manteve sempre fortes os vínculos com os familiares e com os vizinhos de sua confiança. Enfrenta a vida gingando, atuando em muitas frentes, para dar conta das demandas cotidianas. Tem uma beleza encantadora que alia força e determinação à sabedoria de só se expor quando julga necessário. De modo algum propomos uma visão romântica, focalizando na superação e não responsabilizando uma estrutura social opressora que catalisa racismo e patriarcado contra estas mulheres. Preta nos traz um ensinamento vigoroso: a recusa em assumir uma postura de mártir, a recusa em identificar-se assim, de agir no mundo a partir deste lugar. E não me refiro aqui à superação, a empoderamento, me refiro a não se deixar fixar no acontecimento, a promover movimento, a afirmar a vida com tudo que ela porta. De assim poder (re)criar para si uma narrativa de vida potente.

Emergiu durante a roda de conversas uma reclamação das mulheres, identificando que precisam de uma escola de educação infantil para deixar seus filhos enquanto trabalham em suas faxinas como diaristas, ou enquanto vão atrás de outros tipos de trabalho, como os que assinam a carteira. Existem escolas infantis nas redondezas, mas são insuficientes para as demandas da comunidade, geralmente não têm vagas disponíveis. Foi relatado por elas que a Creche Comunitária Joana

[123] Notas diálogos do campo realizado em 2018.
[124] Matriarca da família Machado, já falecida.
[125] Metaforicamente remete ao movimento de defesa na capoeira, conceito discutido em dissertação de mestrado da autora.

D'Arc, na Vila Respeito (atual Minuano), não aceitava as crianças do quilombo. O responsável pela creche dizia: "se é do quilombo não tem vaga". Este mesmo responsável manteve práticas ilícitas na gestão deste estabelecimento, acumulando dívidas que a creche não conseguiu quitar. A comunidade da Vila Respeito[126] fez um abaixo-assinado, trazendo essas e outras reclamações contra a sua gestão e o destituiu do cargo, em 2017.

Vivendo nesta sociedade capitalista em espaços urbanos, onde os direitos básicos para manter a vida são garantidos pela troca de capital/dinheiro, cada vez mais mães, pais, responsáveis no geral, precisam realizar seus ofícios longe de seus filhos e filhas. Deslizando aqui de Marx, já que nessa lógica bastaria que as mães do quilombo, ou "alguém", pagasse pelo cuidado das crianças na creche para resolver essa situação, mas há algo além. Chegamos ao ponto cego do marxismo: o modo como a raça se atravessa nas relações intermediadas por "dinheiro" e as interdita. Em uma sociedade racista, os corpos fenotipicamente marcados serão sempre marginalizáveis, independentemente de suas condições econômicas. É fato que nem Estado, nem rede capitalista levam a sério e suprem as demandas das pessoas que trabalham no setor formal ou informal e precisam de um espaço seguro que promova educação e um bom convívio para as crianças e adolescentes. Espaços comprometidos com uma educação antirracista, é claro. No entanto, enquanto a promessa de "transformação social e econômica" se distancia ainda mais da realidade de certos grupos, sigo surpreendida com a simplicidade e eficiência que elas me revelaram ao darem conta dessas demandas. Não parando por aqui, a ginga delas consegue sempre ir mais longe. Nesse caso da deposição do dirigente da escola, é possível ver mulheres em luta – não somente as mães - pelo direito à educação das crianças da comunidade. Não parece razoável, aqui, admitir que se trate de uma demanda de gênero, mas talvez seja possível dizer que esse foi o caso de um combate em que as mulheres foram aquelas que se levantaram para lutar.

"NÓS FALAMOS ASSIM... E VOCÊS FALAM DIFÍCIL"

[126] Comunidade referência que é lindeira à área do Quilombo dos Machado, considerada mãe do quilombo, nesta comunidade vivem vários parentes das famílias que se auto identificam enquanto quilombolas. Compreenda a relação de envolvimento das duas comunidades em: "O Quilombo dos Machado e a pedagogia da ginga: deslocamentos em busca da vida" (PEREIRA, 2019)

Durante a roda de conversas, Karina, irmã mais velha de Tamy, ao observar a foto onde ela está com o microfone, explica como fora a situação durante o protesto, que organizaram na frente do BIG/Walmart no cruzamento da Av. Sertório com as ruas Dona Alzira e Interna do BIG. Abro um parêntese aqui para destacar que esta roda foi realizada num dia frio de inverno, no qual as risadas, o mate e o chegar mais perto, fragmentos constitutivos daquele momento, foram recordados por mim ao escutar o áudio, enquanto me ocorria que eles se fizeram essenciais para aquecer o encontro, fechando o parêntese. Foi em meio a risadas que Karina falou sobre o momento da foto; perguntei a ela o que dizia, se tivera vergonha de falar ao microfone, ao que ela respondeu: "vergonha de quê? [...] eu só disse que eles [os policiais] deviam botar a mão na consciência deles e ficar do nosso lado, a gente também trabalha e entende eles quando fazem greve" (KARINA, 2018)[127]. Elas riam e faziam comentários sobre como lembravam daquele dia, perguntei, então, caso o protesto fosse no centro da cidade, se elas se sentiriam à vontade para fazer suas reivindicações ao microfone. Elas imediatamente mudaram a expressão e prontamente responderam, quase que em coro, "claro que não". Falaram que "no meio dos estudantes a gente ia parecer umas burras". Tamy me explicou:

> Muitas pessoas apoiam a luta da comunidade, muitas de partidos diferentes que ficam brigando ao invés de se unir, porque afinal a luta é uma só [...]. Se a gente vai lá e fala alguma coisa que um não gosta, pode estar ajudando mais um que o outro, então nem falamos. (TAMY, 2018)[128]

Depois de me explicar a relação complexa na qual a comunidade está envolvida no cenário com minuciosas "disputas por direitos", ela completou: "vocês falam difícil, ficam usando outras palavras". Ao escutar isso, Paula, a mãe do primeiro bebê do ano de 2018 do estado do RS – o José – me exemplificou "por exemplo, de 100% que o advogado fala, eu entendo 60%", as demais concordaram. No diálogo, me coloquei dizendo que eu também sentia dificuldades de falar, que era um processo, mas mal completara a fala e elas disseram "não, tu também fala assim, também usa essas palavras aí, difíceis". Seguimos falando sobre o racismo, patriarcado e de como nós, do movimento social e da universidade, aprendemos com elas. Eu senti que precisava de tempo para lidar com todas as informações que não cabiam nas caixinhas do que eu conhecia até o momento sobre feminismo, território, linguagens, comunicação,

[127] Notas diálogos do campo realizado em 2018.
[128] Notas diálogos do campo realizado em 2018.

(r)existência e as construções políticas estruturantes dos saberes. Havia conhecimentos importantes ali, produzidos pela luta, conhecimentos capazes de definir cenários favoráveis, cenários em que a fala pode emergir sem censuras e sem risco de rebaixamento. Rebaixamento este, que fique bem posto, produzido por efeito da fala de aliados. Há um “escutar falar” posto aqui. Um “saber quando falar” para que as palavras possam manter sua potência e sua dignidade.

Figura 6 – Paralisação da Av. Sertório contra remoção da comunidade

Fonte: Acervo Frente Quilombola RS. Jamaica, Karina e Kátia (lideranças comunitárias).

Me deparei com um saber altamente complexo e filosófico, que serve à possibilidade de manutenção da vida no território, sendo mobilizado contextualmente, que eu erroneamente acreditava que se dava por uma “subalternidade do saber”, baixa autoestima. Demorei para digerir essas informações. Reforço que decodificar estes códigos e organizações de pensamentos me exigira muito tempo, todavia, este tempo contribuiu para reforçar o deslocamento aqui necessário. Eu precisava quebrar a caixa onde pretendia alocar a comunidade, precisava romper de vez com as categorias fixas construídas com palavras difíceis que julgam e determinam vidas alheias, que são cerceadoras e limitadas, capazes de confundir, de produzir mal-entendido. Falas que não conseguem comunicar e tentam sempre impor algo. Precisava ver a comunidade que se derramava diante dos meus olhos de tanto sobrar por não caber ali, não caber onde as normas tentam forjar categorias. A comunidade

quer chão, quer terra. Ao vazar, escapa da caixa, buscando o solo onde planta o quilombo ao seu modo, com as suas singularidades, com as suas regras. O saber refinado destas mulheres, que se reconfiguram em suas redes familiares, que interpretam falas difíceis e partilham com os demais, que percebem os riscos e medem consequências de falar em determinados lugares e que enfrentam os perigos dos espaços onde seus pés estão habituados a pisar, me encorajou a quebrar a caixa.

A ginga[129] que percebemos nas habilidades das mulheres também é a força corporal/territorial do Quilombo dos Machado. Tamy tem 29 anos de idade, esta mulher guerreira, mãe que defende com unhas e dentes junto a outras mães e pais, uma vida boa de ser vivida para seu filho e os filhos da comunidade, está ciente dos riscos da vida que leva. Tamy é jovem e, mesmo não sendo negra, por suas relacionalidades – no limite, ela é mãe de um filho negro -, experimenta as realidades compartilhadas por viver em um território negro. Já passou por diversas experiências da crueldade deste sistema opressor. Sistema que cria o inimigo comum do Estado e o personifica, espacial, corporal e temporalmente nas periferias. Diferentemente de sua cunhada, a Preta, a falta de melanina e das outras marcas fenotípicas negras de Tamy lhe dá a opção de experimentar uma vida não negra diante do Estado, de garantir os privilégios de uma vida branca. No entanto, os vínculos afetivos a fazem ficar e agir como potente integrante na luta antirracista. Na sua caminhada, encontrou Jamaica, nas aulas de capoeira, ambos são da mesma região e participavam do mesmo projeto social, onde Jamaica já era instrutor. A união deles já dura 17 anos, tendo um fruto belíssimo, o filho Lukinhas, que segundo eles, precisa saber o que é ser negro desde cedo para sobreviver.

Tamy, junto às outras mulheres da comunidade, organiza as festas, campanhas de arrecadação de alimentos, roupas, material escolar e presentes de Natal, não só para os que moram no quilombo, mas para todos dos arredores que precisarem. Junto às famílias da comunidade, desenvolve uma rede de cuidados das crianças para que os responsáveis possam sair para trabalhar. Agenda e organiza as atividades dos grupos aliados, como universidade, movimento social e, também, as agendas necessárias com o INCRA. É responsável pela biblioteca comunitária do

[129] Conceito mobilizado aqui a partir do referencial proposto pelo pensamento capoeirístico organizado por Mestre Pastinha, sistematizado por Mestra Janja (ARAÚJO,2004) encontra-se muita afinidade deste pensamento com o que vivenciado no Quilombo dos Machado, mas estamos cientes que há muitas formas capoeirísticas de experienciar o mundo e recriar a vida.

quilombo, compartilhando o cuidado desta com o grupo de jovens evangélicos da comunidade. Além de manter o olhar atento aos compromissos religiosos do terreiro de Umbanda, que sua família e outros membros do quilombo frequentam. Se multiplica como pode para estar presente em algumas aulas de capoeira para auxiliar e treinar junto às crianças. Equilibra todo este trabalho à sua agenda de prestação de serviços domésticos, as faxinas, no setor informal. Somado a isso, dá conta de outros "bicos" como a venda de sorvetes, sacolés, geladinhos.

Acredito muito mais na força da humanidade, na sua persistência e criatividade quando percebo estas singularidades. Ela já sofreu diversas humilhações da polícia em diversas ocasiões. Esta mulher é impedida de visitar sua avó materna e sua mãe porque estas moram em áreas que o setor do comércio informal de substâncias psicoativas domina e, segundo a própria família, "Tamy fala demais". Ela briga para que seu filho e as demais crianças da comunidade sejam respeitadas e não sofram violências por sua cor de pele, por seu local de origem; batalha cotidianamente para que a fome não seja uma realidade para as crianças do quilombo. Como ela briga e sorri? Esta era uma questão que me despertava atenção. Seu corpo entra e sai de ruelas, comunica, tem os pés ágeis, a voz alta, ecoam longe seus gritos, as crianças têm verdadeiro amor por ela. Gentilmente, Tamy reconhece que não faz nada sozinha: "Aqui funciona assim, eu só chamo, vejo os contatos que precisamos fazer, aviso um, aviso outro. A gente se divide e cada um faz uma coisa, se o pessoal não pega junto a gente não faz nada " (TAMY, 2018)[130]. Reconhecemos aqui, a habilidade fecunda e imprescindível de criar aglomerações.

Essas mulheres nos encantam, gingando em meio a tantos desafios como bailarinas equilibristas, ou melhor, capoeiristas das mais graciosas. Como diz a cantiga cantada nas rodas "a capoeira é defesa e ataque, é ginga no corpo, é malandragem", assim elas defendem e atacam, tem ginga no corpo e malandragem. Compreendem que é preciso lutar; batalhar no dia a dia para garantir o básico às suas famílias. Elas entendem que há disputas dentro dos movimentos sociais e nos espaços acadêmicos, que muitas vezes são mais destrutivas do que aquelas promovidas pelos adversários[131] da comunidade. Na percepção delas, essas disputas

[130] Notas diálogos do campo realizado em 2018.

[131] Por exemplo, o conglomerado formado pela Corporação Walmart, Real Empreendimentos, e o dono da revenda de carros senhor Xavier (lindeiro utilizado como laranja nesse processo), acompanhe mais informações em: "O Quilombo dos Machado e a pedagogia da ginga: deslocamentos em busca da vida" (PEREIRA, 2019).

são destrutivas por não promoverem a união estratégica contra um mal maior. As mulheres do quilombo também compreendem que há um movimento que é coletivo, comunitário, onde as responsabilidades são compartilhadas pelos jeitos e espaços de atuação de cada sujeito.

Sobretudo, as mulheres da comunidade, que pude acompanhar mais de perto, têm o potencial realizador. Suas atuações, muitas vezes mais vinculadas a ambientes domésticos, são elementares para o desenvolvimento de quaisquer outras funções de caráter mais público, estabelecendo uma relação dual, complementar. Com isso, a divisão por gênero não assume lugar de despotencialização e tampouco de rebaixamento, mas, sim, da qualificada divisão de trabalho própria dos mutirões na comunidade. Assim, como há a avaliação de como transgredir as regras em cada espaço, evitando exposições consideradas por elas desnecessárias, que possam prejudicar o grupo, primando pelo andamento da disputa territorial. Desse modo, colocam concretude às problematizações junto aos companheiros, sabem da importância que estar conectada ao território carrega para as suas vidas e para a vida de suas filhas e filhos. Elas defendem seus direitos coletivos como guerreiras. É perceptível nestas mulheres a corporificação da sabedoria, do amor e da valentia em nome da vida. As formas singulares com as quais elas dão conta de suas vidas, corporificando a estratégia de (r)existência diante dos contextos que lhes negam direitos básicos, garantidos a outros humanos, me surpreendeu.

O grupo de discussão apresentado não saiu bem conforme o planejado. A falsa ilusão de que podemos controlar tudo por termos planejamento nos acompanha insistentemente. A ginga auxilia a ter flexibilidade para jogar com as contradições que não condizem muito com os marcos teóricos. Entendi que grandes teorias, como as que dimensionam os maiores problemas sociais a partir de questões socioeconômicas, definidas pelas classes sociais, ignoram as dimensões de raça, gênero e o que acontece na intersecção das multifacetas da vida, considerando protagonismos territorialmente referenciados.

Acompanhando as teóricas do pensamento feminista negro, como Lélia Gonzalez (2019 b) e Kimberley Crenschaw (2002, apud Carla AKOTIRENE), esta última estabelece o conceito interseccionalidade relacionado aos efeitos das intensidades interseccionadas pelo sistema opressor colonizador. Muitas vezes, estudiosos apressados para finalizar grandes interpretações eliminam as percepções, as contradições e as estratégias como as conduzidas pelas mulheres do Quilombo

dos Machado, pois estas “seriam singulares demais”[132] para serem incorporadas a chaves de leituras que tratam as questões econômicas. A interseccionalidade e a experiência junto às mulheres da comunidade auxiliaram a compreender que, como temos o pensamento colonizado, entramos facilmente numa lógica de pensar e classificar o mundo em categorias, enquanto a vida acontece tanto no que sobra, extravasando os limites das caixas categóricas.

CAÇANDO ESTEREÓTIPOS QUE REVELAM ELEMENTOS DA PADRONIZAÇÃO DAS MULHERES[133]

Figura 7. Frontispício do atlas *Theatrum Orbis Terrarum* de Abraham Ortelius.

[132] Em uma mesa que participei, junto a um professor de renome que estuda a temática da mercantilização da terra, não tivemos êxito em estabelecer relações entre a temática quilombos urbanos - a partir das estratégias da comunidade - e a mercantilização da terra no Brasil, porque o professor não conseguiu estabelecer sequer um ponto de comunicação entre as contribuições das estratégias da comunidade e os conflitos socioeconômicos que deflagram as desigualdades brasileiras diante do mercado internacional de terras. Ao contrário, disse que se tratava de algo muito localizado e que a macroeconomia estava distante destes conflitos.
[133] Reflexões atuais

Fonte: ORTELIUS, Abraham. *Theatrum Orbis Terrarum*. Antuérpia: Gilles Coppens de Diest, 1570. *Apud* DEGGER, 2020, p.51

Após percorrermos as memórias do campo que reflete as trocas com as mulheres do Quilombo dos Machado, nas quais fica perceptível a insubmissão dessas mulheres e suas evidentes estratégias, gingas e desvios que não permitem capturas em conceitos cristalizadores de suas potencialidades, abrimos um recuo para uma breve espiada em uma das narrativas que contribui para imaginários reduzidos e distorcidos das complexidades que constituem os gêneros femininos. Embebidas pela análise de Brenda Yasmin Degger (2020), em sua dissertação de mestrado, convidamos as pessoas que nos leem a observar as imagens da África, América, Ásia e Europa como mulheres ilustradas no atlas *Theatrum Orbis Terrarum* de Abraham Ortelius em 1570. A representação artística, reveladora de certo imaginário, trazia quatro mulheres imagéticas de cada um dos quatro continentes conhecidos naquele período (século XVI), em torno do título da obra. Elas estavam envoltas por elementos que diferenciavam os respectivos continentes, na concepção do pensamento europeu,

induzindo a leitura de quem observa a obra.

Sendo assim, escapando da linearidade organizativa, que tenderia a apresentar a imagem das quatros mulheres representativas do olhar europeu sobre o mundo conhecido, como abre alas desse desta reflexão, deixando-a de forma aparentemente deslocada, mas afirmamos que é aqui que ela deve aparecer, para destacar as tentativas insistentes de captura e cristalização ainda presentes na atualidade.

A ideia de que a escrita pode ser um importante elemento da conquista de um território, do domínio cultural de um povo, foi proposta por Michel de Certeau ao conceituar a "escrita conquistadora" (1982). A pesquisadora Brenda Degger resgata essa compreensão de Certeau para descrever a ação dos europeus que utilizam o Novo Mundo como "uma página em branco (selvagem) para nela escrever o querer ocidental" (2020, p.18). Essa é uma chave de leitura interessante para interpretações atuais da colonização e ocidentalização do mundo. Onde o europeu, autorizado a falar desde seus marcos históricos, ao realizar intervenções nas culturas asiáticas, africanas e americanas, se autorizou a descrever as histórias desses povos distintos, a partir das lentes europeias, com os mitos fundadores europeus[134].

Essa escrita conquistadora que visualizava o continente americano como uma tábula rasa[135], o descrevendo como uma página em branco aberta a ser preenchida com a narrativa e pelos sonhos europeus[136], aberta à exploração do ouro, das matas, uma fonte infindável de recursos, revelam na concepção do autor o processo de: colonizar os corpos por meio de discursos do poder.

Acompanhando a arte/símbolo do poder colonizador via cartografia do mundo com a ilustração desses arquétipos das quatro mulheres e as impressões da pesquisadora Degger (2020), percebe-se o quão significativo foi representar a América, enquanto uma mulher nua, exposta, encontrando similaridade à exposição africana, ambas despossuídas das tecnologias comparáveis ao modelo de asiático e europeu, com as mulheres vestidas, civilizadas. A representação da clava junto à

[134] Na tradição da mitologia clássica, a Europa era uma ninfa que fora raptada pelo deus Zeus disfarçado como um touro e esta era uma forma comum de representar o continente. As demais partes do mundo também possuíam nomes de mulheres. Cesare Ripa escreve que a Ásia era, assim como a Europa, uma ninfa, filha de Tétis e Oceano. O nome América foi primeiramente utilizado para designar o continente por Martin Waldseemüller em seu mapa Universalis Cosmographia de 1507 na explicação do qual o cartógrafo afirma que, seguindo a tradição dos continentes terem nomes femininos, o novo continente deveria se chamar América em homenagem a Américo Vespúcio. (DEGGER, 2020,p.49)
[135] CERTEAU, 1982, p.12
[136] DEGGER, 2020, p.48

indígena, que representaria a América, é "uma referência à belicosidade dos nativos e, também, ao costume de ingerir carne humana"[137], *identificando a canibal/incivilizada*, deflagrando o distanciamento cultural entre os povos subalternos americanos, que estaria mais próximo aos, também, subalternos africanos. A Europa, representa o símbolo do poder, ornada, coroada, enquanto a América está "literalmente aos pés da Europa"[138]

Ainda em relação ao imaginário europeu, no sentido de descrever o que seria a "América", recorrendo aos seus mitos fundadores, associa-se o continente Americano à Deusa Artemis, selvagem, virgem, caçadora, que auxilia nos ritos de passagem como partos, na passagem dos jovens à vida adulta, orienta os *homens* nos momentos de guerra[139]. Com estas associações, a América ocupa um lugar anterior ao status de desenvolvimento em comparação à Europa, como se o Novo Mundo estivesse relacionado à certa infantilidade ao ser contraposto à maturidade do mundo europeu.

De acordo com Lélia Gonzalez, seguindo duas categorias do pensamento lacaniano, "intimamente articuladas, as categorias de *infantis* e de *sujeito suposto saber* nos levam à questão da alienação" (GONZALEZ, 2020a. p.141), na qual o primeiro não tem condições de falar por si e é narrado pelo outro. O contato colonial impôs inúmeras situações reveladoras de seus princípios, inclusive a não autorização da participação ativa de mulheres na elaboração do mundo. Inspiradas pelas relações estabelecidas por Lélia Gonzalez, ao constatar que sim, o patriarcado e o capitalismo imperialista nos subjugam enquanto mulheres *ladinas*[140], e intensificam a perversidade do modelo exploratório por meio do racismo, nesse sentido, mulheres

---

[137] Assim, em relação à narrativa visual, a primeira imagem antropomórfica da América ressalta a selvageria, pela nudez e antropofagia, e o distanciamento entre o Velho e o Novo Mundo. (DEGGER, 2020. p. 52)

[138] O distanciamento é realizado por meio da **oposição entre as personificações dos dois continentes**. A Europa está no topo cercada por símbolos de poder, cetro e coroa, sentada em um trono e vestida enquanto a América está parcialmente deitada ao fim da página, literalmente abaixo e aos pés da Europa[...]. (DEGGER, 2020. p. 52, Grifos nossos)

[139] DEGGER, 2020. p. 71, 72 e 73.

[140] O pensamento de Lélia Gonzalez contribui para outras interpretações do encontro racial e seus desdobramentos estabelecidos pela colonização das Américas, irrigado pelo rapto, sequestro, invasão, exploração e saqueamento impostos aos continentes africanos e americanos desde o contato europeu. Segundo a autora, é preciso observar as miscigenações resultantes deste processo, recuperar as importantes contribuições culturais civilizatórias dos povos africanos e dos povos originários se quisermos recontar a história da América Latina, que na visão da autora, devido às contribuições dos povos citados, deveria se chamar Améfrica Ladina. Para maiores e melhores compreensões recomendamos as leituras de "Pensamento Feminista: conceitos fundamentais" e de "Por um feminismo afro-latino-americano".

negras e indígenas da *Améfrica Ladina*, parafraseando Lélia, estariam, como nas imagens recuperadas da ilustração do Frontispício do atlas *Theatrum Orbis Terrarum* de Abraham Ortelius, desnudas, com poucas ou nenhuma produção intelectual, tecnológica, abaixo ou prostradas diante do poder imperialista europeu - que na atualidade pode ser compreendido como imperialismo colonizador civilizatório do Norte Global.

A simbologia ilustrada nessa pintura revela o olhar europeu, mas a nossa intenção não é manter as imagens das mulheres presas à essa pintura, e, sim, enfatizar as orientações astutas e generosas das mulheres do Quilombo dos Machado. Estas que ao desviar dessas categorias a partir da genuinidade de suas estratégias (re)criadoras de vidas possíveis, nos ensinam a re-pensar gênero. A relação comunitária, territorial, sustentada por ações protagonizadas por essas mulheres, envolve elementos constitutivos de um projeto civilizatório que pensa e vive o *mundo com o outro* e não *excluindo o outro.* Desse modo, elas alimentam a lógica do pensar-com. Talvez, a nós, caiba a opção de aceitar participar dessa partilha, nos alimentarmos disso, para juntas descolonizarmos nossos pensamentos e embarcarmos em apostas civilizatórias, contra-colonizadoras. Ou a opção de negar nossos protagonismos e seguirmos a ilusão da padronização ocidental, rebaixadora de mundos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletindo sobre as memórias do campo junto às mulheres do Quilombo dos Machado, nos questionamos quanto a estas representações das mulheres da Améfrica Ladina, mas, também, quanto ao nosso papel enquanto intelectuais em espaços de disputa, reconhecemos o peso e o poder do discurso. Essas mulheres, que não estão prostradas à espera do conquistador-salvador, nos alertam sobre o perigo das categorizações distorcidas, que se propagam via discursos oficiais, mesmo as benevolentes. Discursos legitimados a falar de si e a inventar o outro a partir da sua perspectiva, dos seus mitos fundadores e de seu projeto civilizatório. Elas sabem que as arenas políticas são espaços-tempos cheios de armadilhas e que é preciso atuar com sentidos vigilantes. Quando Gayatri Spivak (2010) questiona se: “pode o/a subalterno/a falar?”, o polêmico “não” de sua resposta não diz respeito às condições de elaboração da vida e da possibilidade de vocalização por sujeitas subalternizadas.

Ele está atrelado às condições de possibilidade de uma escuta efetiva por parte do colonizador (não esquecendo que este habita em nós) e, sobretudo, da criação de condições de possibilidade para que a palavra da mulher subalterna possa ser dita sem ser imediatamente envolvida em tramas de rebaixamento e sobrecodificação que afastam suas palavras dos corpos, do chão em que foram gestadas, territórios que seivam seus sentidos.

As contradições que compõe as tramas comunitárias – em um Quilombo que reúne pessoas negras e brancas na Capital mais segregada do País – são experimentadas por essas mulheres, que não se fixam na lógica da exclusão, experimentando composição e transgressão, não se rebaixando às condicionantes teorizadas em categorias distantes de suas contribuições. Elas elaboram a vida a partir das questões urgentes, refletindo sobre os desafios e produzindo resoluções por meio de suas materialidades, tateando relações. Suas indagações coletivas giram em torno de possibilidades de constituição de mundos íntegros, onde arquétipos reais estejam presentes e realizem um esforço para vencer as barreiras do aprisionamento em figuras vazias – seguem comunicantes e criando vínculos para relações mais honestas.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade: uso e comando nas lutas políticas**. Disponível em: https://www.geledes.org.br/ Acesso em: 11 de nov. 2021.

ARAÚJO, Rosângela Costa. **Iê, viva meu mestre**: a Capoeira Angola, da 'escola pastiniana' como práxis educativa. 2004. São Paulo. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, São Paulo, 2004.

BOUTELDJA, Houria. ***Les blancs, les juifs et nous:*** *vers une politique de l'amor révolutionnaire*. Paris: *La fabrique éditions*, 2016.

CABNAL, Lorena. ***Feminismos diversos:*** *el feminismo comunitario*. ACSUR: *Las segovias*, 2010.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=2687521. Acesso em: 19 de jun. 2021.

DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante.** São Paulo: Boitempo, 2018.

DEGGER, Brenda Yasmin. ***Donna di volto terribile*:** a alegoria da américa e repertórios imagéticos do renascimento. Curitiba. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná - UFPR.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: **Educação anti-racista:** Caminhos Abertos pela lei 10.639. – Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

GONZALES, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano:** ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020a.

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: ARRUDA, Angela *et al* (org.). **Pensamento feminista brasileiro**: formação e contexto. Rio de Janeiro. Bazar do Tempo. 2019b.

INGOLD, Tim. **Estar vivo:** ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MIRIANI , Daniel; RONCOLATO, Murilo; DUCROQUET, Simon; TONGLET, Ariel. **Mapa Racial do Brasil de 2015**. Nexo Jornal. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/especial/2015/12/16/O-que-o-mapa-racial-do-Brasil-revela-sobre-a-segrega%C3%A7%C3%A3o-no-pa%C3%ADs>. Acesso em: 24 de jul. 2021.

MULANJI, Kota. **Esquinas Ciclo de Debates - Segurança Alimentar**. UFRGS TV. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=kM-ZBI8fhsU>. Acesso em: 19 de jun. 2021.

PEREIRA, Patrícia. **O Quilombo dos Machado e a Pedagogia da Ginga:** deslocamentos em busca da vida. Porto Alegre. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. 2019.

RIVEIRA CUSICANQUI, Silvia **.“Més enllà del dolor i del folklore”. PEI.** MACBA Barcelona Oficial. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cU5ZEIEE0jw>. Acesso em: 05 ago. de 2021.

SOLANO, Xochitl Leyva. Hacia La Investigación Descolonizada: Nuestra Experiencia De Co-Labor. In: SPEED, Shannon *et al.* **Práticas otras de conocimento(s):** Entre crisis, entre guerras. Tomo I. Argentina: CLACSO, 2018, pp. 451–480.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

* Artigo recebido em 8 de agosto de 2021,
aprovado em 12 de novembro de 2021.

AMPLIANDO O CÂNONE: AS MULHERES E A GÊNESE DA SOCIOLOGIA NO SÉCULO XIX

Laura Gomes Barbosa[141]

O livro "Clássicas do pensamento social: mulheres e feminismos no século XIX" foi lançado no ano de 2021 pela editora Rosa dos Tempos, sob organização de Verônica Toste Daflon (UFF) e Bila Sorj (UFRJ). A obra é composta por uma introdução e oito capítulos, com comentários das organizadoras e trechos selecionados de obras de autoras do pensamento social do século XIX, algumas delas nunca antes traduzidas para o português, e outras cuja circulação no Brasil ocorreu de forma restrita.

Na introdução, Daflon e Sorj (2021) argumentam pela necessidade de se recuperar as genealogias de pensamento das mulheres e dos feminismos em diversas áreas de conhecimento. Na Sociologia, esse movimento se faz ainda mais pertinente, pois os estudos de gênero oferecem contribuições vigorosas para as Ciências Sociais. No entanto, eles mas permanecem ocupando um lugar secundário dentro da disciplina. As organizadoras apontam que, embora o movimento feminista e as demandas das mulheres por justiça e igualdade tenham sido uma característica marcante do século XIX, a produção intelectual feminina da época foi desprezada pelo cânone sociológico por tratar de temas considerados irrelevantes diante das grandes transformações econômicas, políticas e sociais que estavam em curso. Assim, questões ligadas ao espaço privado, como o casamento, o lar, a sexualidade, a família, a violência doméstica e a divisão sexual do trabalho só viriam a ser incorporadas à Sociologia a partir da década de 1960, com o florescer da segunda onda feminista e da ideia de que "O pessoal é político"[142] (OKIN, 1989; PATEMAN, 1993; MACKINNON, 2014).

---

[141] Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGCS-UFRRJ); pesquisadora do Laboratório de Eleições, Partidos e Política Comparada (LAPPCOM)/Mulheres Eleitas (DCP-UFRJ/PPGCS-UFRRJ). Contaato: lauragb.barbosa@gmail.com

[142] O *slogan* "O pessoal é político" sintetiza, de forma bastante evidente, uma das principais reivindicações dos movimentos feministas da chamada segunda onda, entre as décadas de 1960 e 1980. A saber: o questionamento e a crítica à separação liberal entre espaço público — o mundo do

O primeiro capítulo apresenta a socióloga e jornalista britânica Harriet Martineau, considerada pioneira na formulação de um método científico para o estudo e a compreensão da vida social. Sua obra "Como observar a moral e os costumes", de 1838, foi publicada quase sessenta anos antes do clássico "As regras do método sociológico", de Émile Durkheim, e consiste, segundo Daflon e Sorj (2021), no primeiro manual de pesquisa sociológica já conhecido.

O grande mérito do pensamento de Martineau se encontra justamente naquilo que muitos autores canônicos consideram ser sua fragilidade: a atenção à esfera privada. Em "Sociedade na América", de 1837 (*apud* DAFLON; SORJ, *idem*, p. 38), ela escreve que: "O quarto do bebê, o quarto da senhora, a cozinha são excelentes escolas para aprender sobre a moral e os costumes de um povo e sobre as relações públicas e profissionais [...] tanto de homens quanto de mulheres". Martineau tinha consciência de que, embora as relações sociais privadas fossem negligenciadas pela Sociologia dominante, cujo foco se direcionava à esfera pública, o espaço doméstico oferecia uma localização estratégica para a compreensão de diversos aspectos da sociedade.

O capítulo seguinte conta a história de Anna Julia Cooper, mulher, negra e educadora que cresceu no sul dos Estados Unidos. Cooper é considerada uma das pioneiras do feminismo negro. Ela percebeu que a discriminação contra as mulheres de cor possuía características singulares, já que era atravessada não só pela questão racial, mas também pelo gênero. Em "Uma voz do sul", obra datada de 1892, ela articula brilhantemente os conceitos de raça, classe e gênero e oferece uma visão interseccional desses marcadores sociais ao afirmar que a mulher negra ocupava uma posição única naquele país, uma vez que: "Ela é confrontada tanto pela questão da mulher quanto pelo problema racial, ambos fatores ainda desconhecidos ou negligenciados". (COOPER, 1988 [1892] *apud* DAFLON; SORJ, 2021, p. 60)

A obra e a vida da indiana Pandita Ramabai Sarasvati são apresentadas no terceiro capítulo. Considerada uma das precursoras do feminismo indiano, Ramabai publicou, em 1887, a obra "A mulher hindu de casta alta", em que denunciava o lugar de subalternidade atribuído às mulheres por religiosos e eruditos brâmanes. De

---

trabalho, da economia e da política — e espaço privado — o mundo doméstico, do lar e da família. As feministas argumentam que esta é uma dicotomia especialmente prejudicial às mulheres, já que não só as afasta da vida pública, como também limita o alcance do Estado e da justiça no interior do lar, espaço em que muitas mulheres se encontram em situação de vulnerabilidade e à mercê do controle e da violência masculina (OKIN, 1989; PATEMAN, 1993; MACKINNON, 2014).

acordo com Daflon e Sorj (*idem*), o referido livro é considerado um dos primeiros estudos sobre família e parentesco na Índia, além de abordar questões ligadas à religião, casta, gênero, além da complexa relação entre nacionalismo indiano e colonialismo britânico.

Acerca destes dois últimos tópicos, Pandita Ramabai identificou que a combinação de ambos, manifestada pela religiosidade hindu ortodoxa e pela estrutura política, econômica e jurídica dos colonizadores significou, para as mulheres, a sujeição a uma dupla jurisdição patriarcal. Apesar das críticas ao sistema de castas indiano e à religião hindu[143], ela não se furtou em problematizar o domínio britânico e sua omissão diante de questões ligadas ao espaço doméstico na Índia, como a relação entre marido e mulher, por exemplo no seguinte trecho:

> Atualmente, sob o dito domínio cristão britânico, a mulher não está em melhores condições do que no passado. [...] Em todos os casos, exceto aqueles diretamente ligados à vida e à morte, o governo britânico está obrigado, de acordo com os tratados celebrados com os habitantes da Índia, a não interferir em seus costumes e leis sociais e religiosas (RAMABAI, 1887 *apud* DAFLON; SORJ, 2021, p.101).

O quarto capítulo concede espaço à estadunidense Charlotte Perkins Gilman, escritora e socióloga considerada precursora do feminismo da segunda onda. Em sua trajetória intelectual, a relação entre família, Estado e mercado constituiu tema de destaque, sobretudo através da obra “Mulheres e Economia”, publicada originalmente em 1898. Entre outros tópicos, Gilman denuncia a exploração do trabalho doméstico feminino a partir do casamento, da família e do lar, apontando para a necessidade de se desmistificar e dessacralizar estas instituições. O debate sobre trabalho doméstico e o lugar ocupado pelas donas de casa no sistema econômico permanece atual entre as diversas correntes do feminismo ocidental, como é o caso da feminista marxista Silvia Federici (2021), por exemplo.

A sul-africana Olive Schreiner é abordada no quinto capítulo. Sua produção intelectual foi influenciada por dois cenários principais: o primeiro deles se refere ao contexto colonial e de segregação racial experimentado na África do Sul entre o final do século XIX e início do século XX. Esse fato levou a referida autora a incorporar, em suas reflexões sobre gênero, a questão racial, a mestiçagem e a relação de

[143] De acordo com Daflon e Sorj (2021), Pandita Ramabai foi considerada “traidora” (aspas das autoras) e difamada por lideranças indianas por abandonar a religião hindu e se converter ao cristianismo, religião dos colonizadores britânicos. Até hoje, sua figura é alvo de controvérsias na Índia.

dominação sexual entre mulheres negras colonizadas e homens brancos colonizadores (DAFLON; SORJ, 2021; MCCLINTOCK, 2010).

O segundo cenário tem relação com o paradigma científico que predominava nos círculos intelectuais da época, a saber, o positivismo, a eugenia e a influência da Biologia nas Ciências Sociais. Embora Schreiner tenha dialogado com estas perspectivas ao debater raça, gênero e colonialismo, ela o fez de maneira crítica, buscando na cultura e nas dinâmicas sociais a principal explicação para as diferenças e desigualdades presentes na sociedade sul-africana.

No sexto capítulo, é apresentada a russa Alexandra Kollontai que, influenciada pelo marxismo, procurou pensar a emancipação das mulheres a partir da crítica ao movimento feminista de classe média, inclusive aquele propalado pelas sufragistas. Ao mesmo tempo, fazia objeções ao argumento de que a transformação nas relações de produção, sob o comunismo, levaria, de forma espontânea, à transformação nas relações entre mulheres e homens, sobretudo no espaço doméstico.

Um dos principais destaques da obra de Kollontai se encontra na reflexão sobre trabalho doméstico não remunerado. Como sugere Federici (2021), a partir do momento em que a esquerda aceitou — de forma equivocada — o salário como a linha que separa o trabalho do não trabalho, grande parte das atividades domésticas não remuneradas — como o trabalho reprodutivo, por exemplo — foi considerada pouco relevante para a luta revolucionária. Nesta perspectiva, Alexandra Kollontai inaugurou aquilo que, posteriormente, se tornou um campo autônomo de pesquisa na Sociologia contemporânea. As relações sociais de produção e de reprodução são, hoje, objetos centrais de reflexão para um amplo rol de autoras feministas marxistas, como Heleieth Saffioti (2013 [1969]) e Elizabeth Souza-Lobo (2021 [1991]), no Brasil, e, no cenário internacional, Cinzia Arruzza e Nancy Fraser (2019) e Silva Federici (2021), entre outras.

No sétimo capítulo, as organizadoras apresentam a brasileira Ercília Nogueira Cobra, pouco conhecida no feminismo *mainstream* e autora de escritos polêmicos sobre sexualidade e sobre o tabu da virgindade feminina nas primeiras décadas do século XX. Por conta de suas produções, Ercília foi perseguida durante o Estado Novo. De acordo com Mott (1986 *apud* DAFLON; SORJ, 2021), seus livros alcançaram, na época, grande sucesso editorial, e eram consumidos sobretudo por rapazes como literatura pornográfica.

A centralidade que Ercília Cobra atribuiu ao tema da sexualidade, segundo Daflon e Sorj (*idem*), é a principal razão para o seu apagamento da história do movimento feminista brasileiro. Isso porque, no período em que ela produziu suas reflexões, o feminismo que aqui emergia voltava sua atenção para as demandas de igualdade jurídica e política, como o direito ao voto e à cidadania plena. Além disso,

> A própria visão de Ercília acerca das mulheres também colidia com a do feminismo de "primeira onda" no Brasil, frequentemente centrado na noção de que uma suposta moralidade feminina superior — ligada à virtude, à generosidade e ao desempenho dos papéis de mãe e esposa — era a base para a demanda por direitos. Ercília, por outro lado, falava dos direitos das mulheres "decaídas", isto é, das prostitutas, das mães solteiras, das "solteironas", das "defloradas" (*idem, ibidem,* p. 203).

Assim como no caso da sul-africana Olive Schreiner, Ercília viveu em um contexto no qual ideias eugenistas — no caso brasileiro, conhecidas como higienismo — eram predominantes na ciência e, também, em políticas governamentais, visando a regulação da sexualidade feminina e o controle de corpos "indesejados" em benefício da ideia de "pureza" da nação. Ao reivindicar a liberdade e a autonomia das mulheres sobre seus corpos, Ercília Nogueira Cobra desafiava a legitimidade de valores proclamados por instituições como a Igreja, a ciência/medicina e o Estado.

O capítulo final traz a poeta argentina Alfonsina Storni, uma das precursoras do movimento feminista latino-americano, defensora do sufrágio feminino e da igualdade civil entre homens e mulheres. Storni vivenciou, na Argentina do início do século XX, a implantação de um projeto de "branqueamento" e "europeização" da população, fato que levou ao controle extremo da sexualidade das mulheres de ascendência europeia, estabelecendo sua inferioridade jurídica e o consequente confinamento no espaço doméstico[144].

Nas suas produções, principalmente as de caráter jornalístico e opinativo, ela articulou os conceitos de "feminismo" e de "modernidade", afirmando que a igualdade entre os sexos constituía fator fundamental para qualquer nação que se pretendia moderna. Também é interessante o fato de que, segundo Daflon e Sorj *(idem),*

[144] Assim como no Brasil de Ercília Nogueira Cobra e na África do Sul de Olive Schreiner, na Argentina de Alfonsina Storni a mestiçagem era vista como algo negativo e rechaçada pelas elites políticas e intelectuais. Estas, influenciadas pelas teorias poligenistas e eugenistas que promoviam o "racismo científico", requeriam o policiamento da sexualidade feminina, na tentativa de evitar a miscigenação e levar ao "embranquecimento" da população (MCCLINTOCK, 2010).

Alfonsina Storni priorizou a ênfase nas raízes latino-americanas do feminismo, rejeitando o rótulo de "estrangeirismo" que era atribuído ao movimento na época.

Em trecho de "Um livro queimado", de 1919 *(in* MENDEZ; QUEIROLO; SALOMONE, 1998 *apud* DAFLON; SORJ, 2021, p. 233)*,* Storni se posiciona a favor do feminismo, inclusive para as mulheres que se consideram antifeministas:

> Ela pode até não participar da luta política, mas a partir do momento que pensa e discute em voz alta as vantagens ou os erros do feminismo, já é uma feminista, pois feminismo é o exercício do pensamento da mulher em qualquer campo de atividade. [...] A antifeminista é, portanto, uma feminista, pois só deixaria de sê-lo se não tivesse opinião intelectual nenhuma.

A principal virtude das autoras selecionadas reside na atenção que elas conferem, cada uma a seu modo, aos aspectos da vida doméstica que, para o feminismo em suas variadas correntes, constituem ponto fulcral na análise da sociedade. Trata-se daquilo que Sandra Harding (1993) chamou de *perspectiva ampliada* ao argumentar pela emergência de uma ciência feminista: as teorias e movimentos de mulheres nos fornecem percepções mais abrangentes e completas da vida social, ao considerar que as relações de gênero estão em toda parte e não podem, portanto, "ser contidas dentro de um esquema disciplinar singular, ou mesmo em um conjunto deles" (HARDING*, idem,* p. 12).

Além disso, ao mobilizar autoras temporalmente situadas no século XIX, a obra organizada por Verônica Toste Daflon e Bila Sorj nos fornece reflexões bastante salientes e originais acerca de temas indispensáveis ao meio feminista acadêmico e militante, tais como a interseccionalidade entre gênero, raça e classe, a exploração do trabalho doméstico, o colonialismo, o antifeminismo, o tabu da sexualidade feminina e a justiça reprodutiva, entre outros.

Além da preocupação em recuperar e publicizar intelectuais mulheres, cuja contribuição para as Ciências Sociais parece ter sido suprimida em decorrência da formulação de uma epistemologia marcadamente masculina e sexista, as organizadoras do livro tiveram o cuidado de selecionar autoras de diferentes lugares do globo. Este deslocamento é interessante porque tenta romper com aquilo que Raewyn Connell (2012) classificou como o poder simbólico da "sociologia clássica"[145] e sua relação com o imperialismo euro-americano. Neste sentido, "Clássicas do

[145] Aspas no original.

pensamento social: mulheres e feminismos no século XIX" lança um olhar crítico à formação do pensamento social canônico, tendo como ponto de partida a localização da sociologia enquanto disciplina científica, que surge e se desenvolve entre homens da burguesia metropolitana liberal (CONNELL, *idem*; ALATAS; SINHA, 2017).

Embora não se pretenda exaustivo nas reflexões que propõe, o livro aqui resenhado instiga estudiosas e estudiosos da Sociologia e das Ciências Sociais em geral, bem como o público mais amplo de leitores, a buscar mais informações sobre as autoras apresentadas, suas histórias de vida, obras e demais produções intelectuais. Trata-se de um movimento atual e cada vez mais necessário, que dá visibilidade e protagonismo a sociólogas, educadoras, escritoras, poetisas e feministas que, apesar de haverem contribuído para a gênese do pensamento social, foram apagadas ou, na melhor das hipóteses, colocadas numa posição de coadjuvantes no cânone da disciplina.

REFERÊNCIAS

ALATAS, Syed Farid; SINHA, Vineeta. **Sociological theory beyond the cannon**. Londres: Palgrave Macmillan, 2017.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%:** um manifesto. São Paulo: Boitempo, 2019.

CONNELL, Raewyn. O império e a criação de uma Ciência Social. **Contemporânea**, v. 2, n. 2, 2012.

COOPER, Anna Julia. **A voice from the South:** by a Black Woman from the South. Oxford: Oxford University Press, 1988.

DAFLON, Verônica Toste; SORJ, Bila (Orgs.). **Clássicas do pensamento social:** mulheres e feminismos no século XIX. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2021.

FEDERICI, Silvia. **O patriarcado do salário:** notas sobre Marx, gênero e feminismo. São Paulo: Boitempo, 2021.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Estudos Feministas**, n. 1, 1993.

MACKINNON, Catherine. **Feminismo inmodificado:** discursos sobre l vida y l derecho. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2014.

MARTINEAU, Harriet. **Society in America vol. I.** Nova York: Saunders and Otley, Ann Street, and Conduit Street, Londres, 1837.

MARTINEAU, Harriet. **Society in America vol. II.** Nova York: Saunders and Otley, Ann Street, and Conduit Street, Londres, 1837.

MCCLINTOCK, Anne. **Couro imperial:** raça, gênero e sexualidade no embate colonial. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

MOTT, Maria Lúcia de Barros. Biografia de uma revoltada: Ercília Nogueira Cobra. **Cadernos de Pesquisa**, n. 58, 1986.

OKIN, Susan Moller. **Justice, gender and the family.** Nova York: Princeton University Press, 1989.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual.** São Paulo: Paz e Terra, 1993.

RAMABAI, Pandita. **The high-caste hindu woman.** Filadélfia: Press of The Jas. B. Roclgers Printing Co., 1888.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes:** mito e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. **A classe operária tem dois sexos:** trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Fundação Perseu-Abramo, Expressão Popular, 2021.

STORNI, Alfonsina. Un libro quemado. In: MENDEZ, Mariella; QUEIROLO, Graciela; SALOMONE, Alicia. **Nosotras… y la piel: selección de ensayos de Alfonsina Storni.** Buenos Aires: Alfaguara, 1998.

*Artigo recebido em 20 de agosto de 2021,
Aprovado em 27 de outubro de 2021.